

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RENÉ ALFONSO CASTRO BERARDI

**TRAJETORIA E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES SUL-AMERICANOS NO
PARANÁ:**

**O CASO DOS ARGENTINOS, CHILENOS, PARAGUAIOS E URUGUAIOS
NO PARANÁ, 1980-2011**

CURITIBA

2014

RENÉ ALFONSO CASTRO BERARDI

**TRAJETORIA E INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES SUL-AMERICANOS NO
PARANÁ:
O CASO DOS ARGENTINOS, CHILENOS, PARAGUAIOS E URUGUAIOS
NO PARANÁ, 1980-2011**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Sociologia, pelo programa de Pós-graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humana, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Oliveira

CURITIBA

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

Ata de Defesa de Tese De Doutorado

Ata da Sessão Pública, de defesa de tese para obtenção do Título de Doutor em Sociologia, área de concentração "SOCIOLOGIA", Linha de Pesquisa "Cidadania, migrações e circulação internacional de ideias". No dia 25 de março de 2014, às 17:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Karl Martin Monsma – UFRGS, Fernando Kulaitis – UEL, Alexandro Eugênio Pereira – UFPR, Pedro Rodolfo Bodê de Moraes – UFPR e Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira – UFPR (Orientador e Presidente da banca) para avaliar a Tese de Doutorado de **Rene Alfonso Castro Berardi**, intitulada "TRAJETÓRIA E INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES SUL-AMERICANOS NO PARANÁ: O CASO DOS ARGENTINOS, CHILENOS, PARAGUAIOS E URUGUAIOS (1980-2011)", para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Colegiado do Programa sob a coordenação do(a) Orientador(a). Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....*Aprovado*....." do(a) candidato(a), concedendo-lhe o título de **Doutor(a) em Sociologia**. Curitiba, 25 de MARÇO de 2014.


Prof. Dr. Karl Martin Monsma


Prof. Dr. Fernando Kulaitis


Prof. Dr. Alexandro Eugênio Pereira


Prof. Dr. Pedro Rodolfo Bodê de Moraes


Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira
orientador e presidente

Para todos los inmigrantes latinoamericanos que, en la búsqueda de nuevos horizontes, deben sacrificar parte de su alma nacional para adquirir una nueva identidad, pero nunca olvidan aquellos que los vieron nacer y crecer.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e a iluminação recebida.

A minha família pelo constante carinho, apoio e compreensão nesta longa jornada.

A meus pais, René e Adriana (*in memoriam*) pela herança na busca do conhecimento.

Ao Prof. Márcio Sergio de Oliveira pelo incentivo pessoal, as orientações objetivas e visionárias e o apoio permanente na participação de eventos acadêmicos.

Ao Prof. Ricardo Costa de Oliveira, pelo incentivo inicial para assumir este trabalho.

Ao Prof. João Correia Defreitas, pela amizade e apoio acadêmico permanente e sincero.

A todos os amigos imigrantes chilenos, argentinos, paraguaios, uruguaios e latino-americanos que colaboraram sinceramente.

Aos consulados do Chile, Uruguai, Argentina e Paraguai pelo apoio institucional.

A Pastoral dos Imigrantes- Scalabrini, Casa Paraguaia, Centro Argentino de Curitiba, Associação para a Integração dos Latino-Americanos de Curitiba e Associação dos Chilenos do Paraná, pela experiência de conhecer a importante função social realizada em pro dos imigrantes.

A Josimeri Jaquetti dos Anjos pela sua dedicação e profissionalismo na produção laboriosa deste trabalho.

A Irmã Helena e Irmã Nechama por ser parte de um jardim que permitiu florescer este trabalho.

Ao Brasil, pátria de adoção, que me tem dado grandes oportunidades e a alegria de viver.

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade analisar a trajetória e o processo de integração realizado pelos imigrantes argentinos, chilenos, uruguaios e paraguaios residentes em Curitiba, no Paraná. Inicialmente faz-se a apresentação e análise dos fluxos migratórios globais nas Américas, em especial no Brasil, com foco no Paraná. Como forma de compreender a realidade enfrentada pelos imigrantes, apresenta-se as Políticas Migratórias do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Para análise da pesquisa, buscou-se orientação através de um Modelo Analítico inspirado no modelo EFFNATIS, por meio do qual foi avaliada a hipótese de que as condições de integração na dimensão estrutural podem determinar o nível de integração e felicidade dos imigrantes. A pesquisa demonstrou que um processo de integração, que tenha desenvolvido com sucesso a inserção inicial através da dimensão estrutural, apresenta resultados positivos, não só nas dimensões, mas no processo como um todo, assim como no nível de felicidade alcançado pelos imigrantes.

Palavras chave: Migração, Integração, Latino-americanos, Paraná, Imigração, Políticas migratórias.

ABSTRACT

This study aims to analyze the trajectory and the integration process conducted by the immigrants of Argentine, Chileans, Uruguayans and Paraguayans that live in Curitiba, Paraná. Initially it is the presentation and analysis of global migration flows in the Americas, particularly in Brazil, focusing on the Paraná. In order to understand the reality faced by immigrants, presents Migratory Policies in Brazil, Argentina, Chile, Paraguay and Uruguay. To analyze the survey, we sought guidance an Analytical Model inspired through the model EFNATIS. Whereby the hypothesis that conditions of integration in the structural dimension can determine the level of integration of immigrants and happiness. Research has shown that an integration process that has successfully developed the initial insertion through the structural dimension, shows positive results, not only in size, but in the process as a whole, as well as the level of happiness attained by immigrants.

Keywords: Migration, Integration, Paraná, Immigration, Latin American, Migratory policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Variação real anual do PIB (%) – Paraná e Brasil (2000-2010)	140
Quadro 1 - População estrangeira sobre a população total (%) - Censos nacionais de população (1869 – 2010)	112
Quadro 2 - Modalidades de integração	162
Quadro 3 - Resumo dos modelos de integração	168
Quadro 4 - Avaliação do processo de integração através das dimensões, categorias e questões da pesquisa.	171

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Migrantes internacionais (milhões).....	59
Tabela 2 A – Fluxos de imigrantes.....	60
Tabela 2 B – Migrantes internacionais economicamente ativos total: 86 milhões.....	60
Tabela 3 - Migração internacional feminina (2005)	63
Tabela 4 A - Fluxos de população imigrante, principais nacionalidades no Brasil (1872 -2004).....	73
Tabela 4 B - Estoques de população de imigrantes, principais nacionalidades no Brasil (1940-2010).....	74
Tabela 5 - Total de imigrantes internacionais no Brasil (1872-2010)	76
Tabela 6 - Imigrantes no Brasil segundo região de origem.....	77
Tabela 7 - Imigrantes Latino-Americanos no Brasil (1960-2010)	78
Tabela 8 A - Fluxos de imigrantes do Paraná por nacionalidade (1940-2010).....	82
Tabela 8 B - Imigrantes Latino-Americanos no Paraná (1940-2010)	84
Tabela 9 - Variação PIB e desemprego (1980 – 2010)	85
Tabela 10 - Perfil sócio demográfico do Brasil	91
Tabela 11 - Perfil sócio demográfico – Argentina.....	110
Tabela 12 - População estrangeira na Argentina – Censos nacionais de população (1869 – 2010) total país.	110
Tabela 13 - População Argentina em países estrangeiros (1980-2000)	115
Tabela 14 - Perfil sócio demográfico – Chile.....	117
Tabela 15 - Perfil sócio demográfico – Paraguai.....	126
Tabela 16 - Perfil sócio demográfico – Uruguai.....	131
Tabela 17 - Imigrantes no Uruguai, segundo o país de origem (1908-2008)	133
Tabela 18 – Situação da pirâmide social no Brasil (2002/2009).....	139

Tabela 19 A - Produto interno bruto do Brasil e Paraná (2000 - 2010) a preços correntes de mercado	139
Tabela 19 B - Valor adicionado bruto a preços básicos por atividade econômica - Brasil e Paraná (2002-2010)	141
Tabela 19 C - Variação dos empregos formais por setor – IBGE Brasil (2002/2010)	142
Tabela 19 D - Imigrantes por atividade econômica, PIB e emprego no Paraná e Curitiba (2000-2010)	144
Tabela 19 E - Imigrantes no Paraná segundo rendimentos (sm: salario mínimo), 2000 – 2010	145
Tabela 19 F - Perfil dos imigrantes segundo atividade, rendimentos, instrução e cargos/funções, 2000 e 2010	147
Tabela 20 - Imigrantes no Paraná – 2000 e 2010.	149
Tabela 21 - Imigrantes no Brasil e Paraná, segundo faixa etária (%) 2000 e 2010	150
Tabela 22 - Imigrantes no Paraná segundo sexo (%)	150
Tabela 23 A - imigrantes no Paraná segundo estado civil – 2000 (%)	151
Tabela 23 B - Imigrantes no Paraná segundo estado civil – 2010 (%)	152
Tabela 24 A - Imigrantes no Paraná segundo a religião – 2000 (%)	153
Tabela 24 B - Imigrantes no Paraná segundo a religião – 2010 (%)	153
Tabela 25 A - imigrantes segundo nível de instrução no Paraná – 2000 (%)	155
Tabela 25 B - Imigrantes segundo nível de instrução no Paraná – 2010 (%)	155
Tabela 26 A - Imigrantes no Paraná segundo rendimentos (mensais) em 2000 (%)	156
Tabela 26 B - Imigrantes no Paraná segundo rendimentos (mensais) em 2010 (%)	157
Tabela 27 - Imigrantes no Paraná segundo cargo/função – 2000 e 2010 (%)	158
Tabela 28 A - Imigrantes no Paraná segundo ocupação na atividade econômica 2000 (%)	159
Tabela 28 B - Imigrantes no Paraná segundo ocupação na atividade econômica 2010 (%)	160

Tabela 29 – Imigrantes argentinos, segundo a função laboral	192
Tabela 30 – Indicadores de integração dos argentinos (ocupação e função laboral)	193
Tabela 31 – Indicadores de integração dos argentinos (educação)	194
Tabela 32 – Indicadores de integração dos argentinos (demografia e mobilidade geográfica)	195
Tabela 33 – Indicadores de integração dos argentinos (status legal)	196
Tabela 34 – Indicadores de integração dos argentinos (residência, apoios, motivos e perspectivas)	197
Tabela 35– Indicadores de integração dos argentinos (relações e redes sociais)	202
Tabela 36 – Indicadores de integração dos argentinos (associativismo)	203
Tabela 37 – Indicadores de integração dos argentinos (preconceito)	204
Tabela 38 – Indicadores de integração dos argentinos (práticas culturais).....	205
Tabela 39 – Indicadores de integração dos argentinos (língua).....	206
Tabela 40 – Indicadores de integração dos argentinos (valores).....	207
Tabela 41 – Indicadores de integração dos argentinos (consumo)	208
Tabela 42 – Indicadores de integração dos argentinos (adaptabilidade)	209
Tabela 43 – Indicadores de integração dos argentinos (qualidade de vida)	210
Tabela 44 – Indicadores de integração dos argentinos (perspectivas futuras)	211
Tabela 45 – Indicadores de integração dos argentinos (visão da vida).....	211
Tabela 46 – Indicadores de integração dos argentinos (satisfação)	212
Tabela 47 - Indicadores de integração dos argentinos (felicidade)	212
Tabela 48 – Tabela geral de indicadores integração dos argentinos (total geral por dimensão).....	213
Tabela 49 – Imigrantes chilenos, segundo a função laboral	215
Tabela 50 – Indicadores de integração dos chilenos (ocupação e função laboral) .	216
Tabela 51 – Indicadores de integração dos chilenos (educação).....	217

Tabela 52 – Indicadores de integração dos chilenos (demografia e mobilidade geográfica)	218
Tabela 53 – Indicadores de integração dos chilenos (status legal)	219
Tabela 54 – Indicadores de integração dos chilenos (residência, apoios, motivos e perspectivas)	219
Tabela 55 – Indicadores de integração dos chilenos (relações e redes sociais).....	223
Tabela 56 – Indicadores de integração dos chilenos (associativismo)	224
Tabela 57 – Indicadores de integração dos chilenos (preconceito).....	225
Tabela 58 – Indicadores de integração dos chilenos (práticas culturais)	226
Tabela 59 – Indicadores de integração dos chilenos (língua)	227
Tabela 60 – Indicadores de integração dos chilenos (valores).....	228
Tabela 61 – Indicadores de integração dos chilenos (consumo).....	229
Tabela 62 – Indicadores de integração dos chilenos (adaptabilidade).....	230
Tabela 63 - Indicadores de integração dos chilenos (qualidade de vida)	231
Tabela 64 – Indicadores de integração dos chilenos (perspectivas futuras)	232
Tabela 65 – Indicadores de integração dos chilenos (visão da vida)	232
Tabela 66 – Indicadores de integração dos chilenos (satisfação)	233
Tabela 67 – Indicadores de integração dos chilenos (felicidade).....	234
Tabela 68 – Tabela geral de indicadores integração dos chilenos (total geral por dimensão).....	235
Tabela 69 – Imigrantes paraguaios, segundo a função laboral	237
Tabela 70 – Indicadores de integração dos paraguaios (ocupação e funções laborais)	238
Tabela 71 – Indicadores de integração dos paraguaios (educação)	239
Tabela 72 – Indicadores de integração dos paraguaios (demografia e mobilidade geográfica)	241
Tabela 73 – Indicadores de integração dos paraguaios (status legal)	241

Tabela 74 – Indicadores de integração dos paraguaios (residência, apoios, motivos e perspectivas)	242
Tabela 75 – Indicadores de integração dos paraguaios (relações e redes sociais)	244
Tabela 76 – Indicadores de integração dos paraguaios (associativismo)	245
Tabela 77 – Indicadores de integração dos paraguaios (preconceito)	246
Tabela 78 – Indicadores de integração dos paraguaios (práticas culturais).....	247
Tabela 79 – Indicadores de integração dos paraguaios (língua)	248
Tabela 80 – Indicadores de integração dos paraguaios (valores)	249
Tabela 81 – Indicadores de integração dos paraguaios (consumo)	250
Tabela 82 – Indicadores de integração dos paraguaios (adaptabilidade)	251
Tabela 83 – Indicadores de integração dos paraguaios (qualidade de vida)	252
Tabela 84 – Indicadores de integração dos paraguaios (perspectivas futuras)	253
Tabela 85 – Indicadores de integração dos paraguaios (visão da vida).....	253
Tabela 86 – Indicadores de integração dos paraguaios (satisfação)	254
Tabela 87 – Indicadores de integração dos paraguaios (felicidade)	255
Tabela 88 – Tabela geral de indicadores integração dos paraguaios (total geral por dimensão).....	255
Tabela 89 – Imigrantes uruguaios, segundo a função laboral	258
Tabela 90 – Indicadores de integração dos uruguaios (ocupação e função laboral)	259
Tabela 91 – Indicadores de integração dos uruguaios (educação)	260
Tabela 92 – Indicadores de integração dos uruguaios (demografia e mobilidade geográfica)	261
Tabela 93 – Indicadores de integração dos uruguaios (status legal)	262
Tabela 94 – Indicadores de integração dos uruguaios (residência, apoios, motivos e perspectivas)	263
Tabela 95 – Indicadores de integração dos uruguaios (relações e redes sociais) ..	265

Tabela 96 – Indicadores de integração dos uruguaios (associativismo)	266
Tabela 97 – Indicadores de integração dos uruguaios (preconceito)	267
Tabela 98 – Indicadores de integração dos uruguaios (práticas culturais).....	268
Tabela 99 – Indicadores de integração dos uruguaios (língua).....	269
Tabela 100 – Indicadores de integração dos uruguaios (valores)	269
Tabela 101 – Indicadores de integração dos uruguaios (consumo)	271
Tabela 102 – Indicadores de integração dos uruguaios (adaptabilidade)	272
Tabela 103 – Indicadores de integração dos uruguaios (qualidade de vida)	273
Tabela 104 – Indicadores de integração dos uruguaios (perspectivas futuras)	273
Tabela 105 – Indicadores de integração dos uruguaios (visão da vida).....	274
Tabela 106 – Indicadores de integração dos uruguaios (satisfação)	275
Tabela 107 – Indicadores de integração dos uruguaios (felicidade)	275
Tabela 108– Tabela geral de indicadores integração dos urugauaios (total geral por dimensão).....	276
Tabela 109 – Indicadores de integração por grupo migratório, segundo as dimensões de integração.....	277
Tabela 110 – Índice de felicidade por grupo migratório.....	290

LISTA DE SIGLAS

ACFBB	– Associação Cultural Folclórica Bolívia-Brasil
ACNUR	– Alto Comissariado Das Nações Unidas para Refugiados
ADUS	– Instituto de Reintegração do Refugiado-Brasil
AILAC	– Associação para a Integração dos Latino-Americanos de Curitiba
AMEB	– Associação dos Estrangeiros do Brasil
ASOPAMI	– Associação de Apoio aos Migrantes (Paraguai)
BA	– Bahia
BRICs	– Brasil, Rússia, Índia, China
CAN	– Comunidade Andina de Nações
CASEM	– <i>Encuesta de Caracterización Socioeconómica Nacional</i>
CASLA	– Casa Latino-Americana (Curitiba/PR)
CDHIC	– Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante
CE	– Conselho Europeu
CEM	– Centro de Estudos Migratórios (Congregação Scalabrini)
CEPAL	– Comissão Econômica para a América Latina
CERM	– Comitê Estadual de Refugiados e Migrantes
CIAMI	– Centro de Atenção ao Imigrante
CNIg	– Conselho Nacional de Imigração
CNM	– Conselho Nacional das Migrações;
DEM	– <i>Departamento de Extranjería y Migración</i> (Departamento de Imigração e Migração - Ministério do Interior do Chile)
DICOEX	– <i>Dirección para la Comunidad de Chilenos en el Exterior</i>
DNM	– Direção Nacional de Migrações
ECH	– <i>Encuesta Continua de Hogares</i>
EFFNATIS	– <i>European Forum For Migration Studies</i>
ENHA	– <i>Encuesta Nacional de Hogares Ampliada</i>
EPH	– <i>Encuesta Permanente de Hogares</i>
EUA	– Estados Unidos da América
FAS	– Fundação de Ação Social
FAT	– Fundo de Amparo aos Trabalhadores
FEDIPAR	– Federação dos Imigrantes no Paraguai

FSMM	– Foro Social Mundial das Migrações
FGV	– Fundação Getúlio Vargas
GEMA	– Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOM	– Organização Internacional para as Migrações
INDEC	– Instituto Nacional de Estatísticas e Censos
INTERPOL	– <i>International Criminal Police Organization</i> (Organização Internacional de Polícia Criminal)
IPARDES	– Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
JNM	– <i>Junta Nacional de Migración</i>
MERCOSUL	– Mercado Comum do Sul
MIPEX	– <i>Migrante Integration Policy Index</i>
MRE	– Ministério de Relações Exteriores do Chile
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
MTS	– Mato Grosso do Sul
NEPO	– Núcleo de Estudos de População da Unicamp
NIATRE	– Núcleo de Integração e Atendimento a Trabalhadores Brasileiros Retornados
OCDE	– Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
ONG (s)	– Organização (es) não governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
PASEP	– Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PEIBF	– Programa Escola Intelectual Bilingue de Fronteira
PIB	– Produto Interno Bruto
PIS	– Programa de Integração Social
PNUD	– <i>Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo</i>
PR	– Paraná
PROUNI	– Programa Universidades para Todos
RedMi	– Rede Chilena de Migração
REMHU	– Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana
RS	– Rio Grande do Sul
SC	– Santa Catarina

SEDHU	– Serviço Ecumênico dos Direitos Humanos
SEJU	– Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (PR)
SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC PR	– Serviço Social do Comercio do Parana
SGEB	– Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior
SIMN	– Rede Internacional Scalabrini de Migração
SM	– Salario Mínimo
SP	– São Paulo
SPM	– Serviço da Pastoral do Imigrante
TIES	– <i>The Integration of the European Second Generation</i>
UF	– Unidade Federativa
UFAM	– Universidade Federal do Amazonas
UnB	– Universidade de Brasília
UNASUL	– União de Nações Sul-americanas
UNE-CHILE	– Associação Nacional de Imigrantes Chilenos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1. REFERENCIAL TEÓRICO	29
1.1 INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	29
1.2 MIGRAÇÃO.....	41
2. FLUXOS E POLITICAS MIGRATÓRIAS	55
2.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS GLOBAIS.....	55
2.2 MIGRAÇÃO PARA AS AMÉRICAS.....	65
2.2.1. Migração para o Brasil.....	69
2.2.2 Migração Latino-Americana para o Brasil.....	76
2.3 POLÍTICAS MIGRATÓRIAS.....	87
2.3.1 Cenários migratórios	87
2.3.2 Políticas migratórias do Brasil	91
2.3.2.1 Padrão migratório dos brasileiros	91
2.3.2.2 A emigração dos brasileiros	95
2.3.2.3 Histórico da politica migratória no Brasil em 2000-2010.....	98
2.3.2.3.1 Marco jurídico nacional.....	98
2.3.2.3.2 Políticas públicas de integração	102
2.3.2.3.3 Propostas de politicas públicas migratórias.....	105
2.3.2.3.4 Políticas Migratórias no Estado do Paraná.....	107
2.3.3 Políticas Migratórias da Argentina.....	110
2.3.3.1 Padrão Migratório dos Argentinos	110
2.3.3.2 A emigração dos argentinos.....	113
2.3.3.3 Histórico da politica migratória na Argentina	115
2.3.4 Políticas Migratórias do Chile	117
2.3.4.1 Padrão Migratório dos Chilenos	117
2.3.4.2 A emigração dos chilenos	121
2.3.4.3 Histórico da politica migratória no Chile	123
2.3.5 Políticas Migratórias do Paraguai	126
2.3.5.1 Padrão migratório dos paraguaios	126
2.3.5.2 A emigração dos paraguaios	128
2.3.5.3 Histórico da politica migratória no Paraguai	130

2.3.6 Política Migratória do Uruguai	131
2.3.6.1 Padrão migratório dos uruguaios	132
2.3.6.2 A emigração dos uruguaios	134
2.3.6.3 Histórico da política migratória no Uruguai	135
3. IMPACTOS ECONÔMICOS E PERFIL DOS IMIGRANTES NO PARANA (2000-2010)	138
3.1 IMPACTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE NO PERFIL DOS IMIGRANTES (2000 – 2010)	138
3.2. IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO OS CENSOS DE 2000 e 2010.	148
3.2.1 Volume Total	148
3.2.2 Faixa Etária	149
3.2.3. Gênero (Sexo)	150
3.2.4 Estado Civil	151
3.2.5 Religião	152
3.2.6 Nível de Instrução	153
3.2.7 Rendimentos financeiros	155
3.2.8 Cargos/Função No Mercado de Trabalho	157
3.2.9 Atividades Econômicas	158
4. INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES SUL-AMERICANOS	162
4.1 MODELOS DE INTEGRAÇÃO	162
4.2 MODELO ANALÍTICO PROPOSTO	168
4.3 DIMENSÕES DA INTEGRAÇÃO	173
4.3.1 Dimensão da Integração Estrutural	173
4.3.1.1 Ocupação e função laboral	173
4.3.1.2 Educação	175
4.3.1.3 Perfil demográfico e mobilidade geográfica	176
4.3.1.4 Status legal	177
4.3.1.5 Residência, apoio, motivações e perspectivas	177
4.3.2 Dimensão de Integração Social	179
4.3.2.1 Relações e redes sociais	180
4.3.2.2 Associativismo	181
4.3.2.3 Preconceito	181
4.3.3 Dimensão da Integração Cultural	182
4.3.3.1 Práticas culturais	183

4.3.3.2 Língua	183
4.3.3.3 Valores	184
4.3.3.4 Consumo	184
4.3.3.5 Adaptabilidade.....	185
4.3.4 Dimensão Identificacional.....	186
4.3.4.1 Qualidade de vida.....	186
4.3.4.2 Perspectivas futuras	186
4.3.4.3 Visão da vida.....	187
4.3.4.4 Satisfação.....	187
4.3.4.5 Felicidade	188
4.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	188
5. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS	191
5.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	191
5.2 DIMENSÕES DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL	191
5.2.1 Ocupação e Função Laboral	191
5.2.2 Educação	193
5.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica	194
5.2.4 Status Legal	196
5.2.5 Residência, Apoio, Motivos e Perspectivas.....	197
5.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	201
5.3.1 Relações e Redes Sociais.....	201
5.3.2 Associativismo.....	202
5.3.3 Preconceito	203
5.4 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL.....	204
5.4.1 Práticas Culturais	205
5.4.2 Língua	205
5.4.3 Valores	206
5.4.4 Consumo	207
5.4.5 Adaptabilidade.....	208
5.5 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO IDENTIFICACIONAL	209
5.5.1 Qualidade De Vida	209
5.5.2 Perspectivas Futuras.....	210
5.5.3 Visão Da Vida.....	211
5.5.4 Satisfação.....	211

5.5.5 Felicidade	212
6. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS.....	214
6.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	214
6.2 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL.....	214
6.2.1 Ocupação e Função Laboral	214
6.2.2 Educação	216
6.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica	217
6.2.4 Status Legal	219
6.2.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas	219
6.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	222
6.3.1 Relações e Redes Sociais.....	222
6.3.2 Associativismo.....	224
6.3.3 Preconceito	225
6.4 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL.....	225
6.4.1 Práticas Culturais	226
6.4.2 Língua	227
6.4.3 Valores	228
6.4.4 Consumo	228
6.4.5 Adaptabilidade.....	229
6.5 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO IDENTIFICACIONAL	231
6.5.1 Qualidade de Vida.....	231
6.5.2 Perspectivas Futuras.....	232
6.5.3 Visão da Vida	232
6.5.4 Satisfação.....	233
6.5.5 Felicidade	233
7. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS	236
7.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	236
7.2 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL.....	236
7.2.1 Ocupação e Função Laboral	237
7.2.2 Educação	239
7.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica	239
7.2.4 Status Legal	241
7.2.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas	242
7.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	244

7.3.1	Relações e Redes Sociais.....	244
7.3.2	Associativismo.....	245
7.3.3	Preconceito	246
7.4	DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL.....	247
7.4.1	Práticas Culturais	247
7.4.2	Língua	248
7.4.3	Valores	249
7.4.4	Consumo	249
7.4.5	Adaptabilidade.....	250
7.5	DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO IDENTIFICACIONAL	251
7.5.1	Qualidade de Vida.....	252
7.5.2	Perspectivas Futuras.....	252
7.5.3	Visão da Vida	253
7.5.4	Satisfação.....	254
7.5.5	Felicidade	255
8.	PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS	257
8.1	LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES.....	257
8.2	DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL.....	257
8.2.1	Ocupação e Função Laboral	257
8.2.2	Educação	260
8.2.3	Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica	260
8.2.4	Status Legal	262
8.2.5	Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas	262
8.3	DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL.....	264
8.3.1	Relações e Redes Sociais.....	264
8.3.2	Associativismo.....	265
8.3.3	Preconceito	266
8.4	DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL.....	267
8.4.1	Práticas Culturais	267
8.4.2	Língua	268
8.4.3	Valores	269
8.4.4	Consumo	270
8.4.5	Adaptabilidade.....	271
8.5	DIMENSÃO DA IDENTIFICAÇÃO IDENTIFICACIONAL.....	272

8.5.1 Qualidade de Vida.....	272
8.5.2 Perspectivas Futuras.....	273
8.5.3 Visão da vida.....	273
8.5.4 Satisfação.....	274
8.5.5 Felicidade.....	275
9. ANÁLISE GERAL E COMPARATIVA DA INTEGRAÇÃO DOS GRUPOS MIGRATÓRIOS (ARGENTINOS, CHILENOS, PARAGUAIOS E URUGUAIOS)	277
9.1 ANÁLISE COMPARATIVA POR DIMENSÃO DE INTEGRAÇÃO.....	277
9.1.1 Análise Comparativa dos Imigrantes, segundo a Dimensão da Integração Estrutural.....	277
9.1.1.1 Ocupação e função laboral.....	277
9.1.1.2 Educação.....	278
9.1.1.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica.....	278
9.1.1.4 Status Legal.....	279
9.1.1.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas.....	279
9.1.2 Análise Comparativa dos Imigrantes, segundo a Dimensão da Integração Social.....	280
9.1.2.1 Relações e Redes Sociais.....	280
9.1.2.2 Associativismo.....	281
9.1.2.3 Preconceito.....	281
9.1.3 Análise Comparativa dos Imigrantes, Segundo a Dimensão da Integração Cultural.....	282
9.1.3.1 Práticas culturais.....	282
9.1.3.2 Língua.....	282
9.1.3.3 Valores.....	283
9.1.3.4 Consumo.....	283
9.1.3.5 Adaptabilidade.....	283
9.1.4 Análise Comparativa dos Imigrantes, segundo a Dimensão da Integração Identificacional.....	284
9.1.4.1 Qualidade de vida.....	284
9.1.4.2 Perspectivas futuras.....	284
9.1.4.3 Visão da vida.....	284
9.1.4.4 Satisfação.....	284

9.1.4.5 Felicidade	285
9.2 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE FELICIDADE DOS IMIGRANTES: INDICE DE FELICIDADE	287
10. CONCLUSÃO	292
REFERÊNCIAS.....	298

INTRODUÇÃO

O tema da migração é cada vez mais importante para entender a problemática da sociedade moderna. A globalização e seus efeitos na área econômica, tecnológica, social, cultural, política e ambiental, tem mostrado que a migração internacional é um fator de alta relevância para explicar as mudanças globais. (DUPAS, 2006; PATARRA, 2006, ONU, 2010).

Nesta conjuntura, a América Latina ganha cada vez mais destaque em relação à migração, pois representa importantes fluxos migratórios que formam uma parte considerável da força de trabalho dos países mais ricos, localizados na América do Norte como na Europa, os quais respectivamente equivalem a 20.6 e 28.8 milhões, do total de imigrantes economicamente ativos no mundo, totalizando em 2010, 86 milhões, segundo a OIT (2010).

A população imigrante latino-americana junto com a dos asiáticos, estão cada vez mais, assumindo um papel importante no mercado de trabalho mundial. Considerando a população imigrante economicamente ativa no mundo, segundo a OIT, os asiáticos representavam 29% e os latinos 2.5% em 2010, gerando novos padrões multiculturais que estão transformando as sociedades de destino.

O interesse de estudar a migração latina no Brasil, com maior ênfase para o Estado do Paraná, está fundamentado nas seguintes razões:

A primeira está relacionada ao crescimento detectado nos últimos vinte anos da migração latina com destino aos Estados Unidos e ao Canadá. No caso dos Estados Unidos, se observou um crescimento importante da população imigrante latina, que teve um aumento de 22 milhões (7.8% da população total), em 1990, para 50.3 milhões (23% da população) em 2000, representando um crescimento de 128%. No Canadá, a população latina em 2000, chegava a 327.560 imigrantes, sendo a maior comunidade de latinos. Estes imigrantes eram provenientes da Guayana, 85 mil imigrantes, do México e El Salvador com 40 mil, cada um. (CEPAL, 2010).

Com relação ao Brasil, a imigração latina cresceu na participação sobre o total da população imigrante (9,9% em 1980 para 30,7% em 2010), mas, no entanto reduziu na participação da população total, onde, em 1980, representava 0,9% e 0,3% em 2010, o que corresponde neste período, a uma queda de -33% (IBGE, 1980, 2010).

Em segundo lugar, foi a preferência em estudar os imigrantes da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, que correspondem em média, a 70% do total da população latina no Brasil e a 17% do total dos imigrantes no Brasil entre 1970 e 2010. Convém observar que o objetivo foi também conhecer os fluxos migratórios destes países, dentre os quais o Brasil é um destino importante, assim como os demais países citados, também são destino para muitos brasileiros. No aspecto que envolve as Políticas Públicas Migratórias, considerou-se importante apresentar as especificações técnico-jurídicas desenvolvidas pelos 4 países analisados, pois se acredita que o processo de integração migratório está amparado pelas ações das Políticas Públicas, na direção de regularização e integração dos imigrantes na sociedade de acolhida.

A terceira razão está ligada à estrutura sociocultural mostrada por estes quatro grupos migratórios, que apresentam semelhanças e diferenças econômicas, culturais, sociais e políticas entre seus países, além da forma como enfrentaram o processo recorrente da imigração para o Brasil.

A quarta razão, foi poder realizar o trabalho com foco no Estado do Paraná, em específico na capital (Curitiba), por esta oferecer condições operacionais para a execução da pesquisa de campo, pela importante representatividade destes grupos no total da população imigrante latina no Brasil, onde segundo o Censo de 2000 e 2010 do IBGE, correspondem respectivamente, a 32% e 42%, sendo que no Paraná esta representação foi de 7.3% e 8.3%, assim como pela relevância econômica deste estado, que ocupa a sexta posição como economia do país, com uma média de 5.8% do PIB Nacional, apresentando um crescimento médio do PIB do Estado de 4%, que foi superior a média nacional de 3.6 % no período de 2000 e 2010.

Por último, existe também não só uma motivação de caráter pessoal, pelo fato de o autor ser um imigrante chileno e naturalizado brasileiro, mas por acreditar que o processo migratório mostra uma complexidade que perpassa diversos níveis, que vão do humano até o societal, gerando como resultado um processo de integração permanente e enriquecedor.

A partir destas motivações, buscou-se desenvolver uma metodologia que pudesse identificar a trajetória desses imigrantes latinos no Paraná e seus efeitos no processo de integração migratória.

A pesquisa junto aos imigrantes foi desenvolvida e aplicada através de um questionário com 76 questões (apêndice 5, Questionário), que podiam ser

respondidas em forma direta e personalizada ou virtualmente, através de link¹. Este questionário permitiu construir a trajetória do imigrante em dois momentos: Antes de emigrar e Processo de integração. Este segundo momento compreende a chegada ao Brasil, adaptação e nível de satisfação/felicidade. A pesquisa também foi complementada com a entrevista pessoal de 8 imigrantes (2 chilenos, 2 argentinos, 2 uruguaios e 2 paraguaios), que relataram a experiência pessoal da imigração realizada para o Brasil.

Para estudar a problemática do processo de integração, foi desenvolvido um modelo analítico, inspirado na experiência da pesquisa europeia do EEFNATIC (*Effectiveness of National Integration Strategies Towards Second Generation Migrant Youth in a Comparative European Perspective*)². Este modelo está composto por quatro dimensões, sendo, estrutural, social, cultural e identificacional, que internamente são formadas por categorias que congregam um conjunto de questões da pesquisa, permitindo a variação quantitativa na forma de três níveis de integração (alto, médio e baixo) dos imigrantes no Brasil. Da mesma forma, por acreditar que o processo de integração pode gerar como resultado um 'estado de felicidade' dos imigrantes, construiu-se um Índice de Felicidade, que permite avaliar este estado sensorial.

O trabalho tem como objetivo central a identificação da trajetória migratória e a avaliação do processo de integração dos imigrantes no Brasil, com foco nos argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios no Estado do Paraná, Brasil.

A partir dessa questão central, a hipótese desse estudo foi definida como: as condições estruturais no país de destino (educação, trabalho, residência, legalização), podem determinar e influenciar fortemente o nível de integração e sentimento de felicidade alcançado no final do processo de integração no Brasil. Sendo assim, considerou-se que os imigrantes têm mais possibilidades de alcançar

¹<https://docs.google.com/spreadsheets/viewform?formkey=dHdGY21OanNucFRZX2U4M0JiQ05ST3cMQ>.

² A pesquisa EEFNATIC² (2001) teve por objetivo analisar comparativamente a situação dos filhos dos emigrantes em 8 países (Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Finlândia, Suécia, Suíça e Nova Zelândia), dentro de um contexto caracterizado pela existência de discriminação, racismo, diferenças de línguas e religiosas, mobilidade social/econômica étnica assimétrica gerando, em geral, condições de desvantagens dos imigrantes com relação aos nacionais.

um alto grau de integração e de felicidade no processo migratório, quando, conseguem, primeiramente, um alto nível de integração na dimensão estrutural.

Para uma melhor apresentação, o trabalho está estruturado em 9 capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se o referencial teórico que foi dividido em duas partes. A primeira apresenta as diversas perspectivas teóricas que se referem à temática da integração social, tanto do ponto de vista societal, como da problemática da imigração. Na segunda, o foco está na migração como um fenômeno social, apresentando diversas teorias e propostas que debatem sobre a problemática da migração internacional.

No segundo capítulo, destaca-se a relevância atual dos fluxos e as políticas migratórias. Com relação aos fluxos, a perspectiva de análise é global, no sentido de mostrar a importância e a problemática apresentadas atualmente e a sua relação com as políticas migratórias regulatórias ao nível de país. Na sequência, analisa-se a Migração das Américas, a partir de uma retrospectiva histórica da migração para as Américas e para o Brasil, finalizando como uma análise contemporânea da migração latina para o Brasil, mais especificamente no Paraná. Finalmente, são apresentados os cenários em que se desenvolvem as Políticas Públicas Migratórias na América Latina, os padrões migratórios e as especificidades das políticas e sua relação com as ações da Sociedade Civil e das organizações de imigrantes para a reformulação das políticas migratórias. Esta análise é realizada para o Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No terceiro capítulo, é apresentada uma análise dos impactos econômicos, considerando a economia brasileira e paranaense, no perfil dos imigrantes argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios, considerando as informações dos Censos, no período 2000 e 2010.

O quarto capítulo se refere à apresentação do Modelo Analítico proposto neste trabalho, a partir da análise das diversas experiências realizadas na Europa, como o EFFNATIS, TIES, OIM, Comunidade Europeia e MIDEX. Desta forma é apresentado o Modelo Analítico que indica a metodologia utilizada para processar e analisar as informações levantadas pela pesquisa de campo.

Os demais capítulos (quinto, sexto, sétimo e oitavo), correspondem à análise dos Processos de Integração desenvolvido para os argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios, respectivamente, através da avaliação das dimensões e categorias

consideradas no modelo proposto que resultaram num conjunto de indicadores de integração avaliados em três níveis (alto, médio, baixo).

No nono capítulo, corresponde a uma análise geral e comparativa dos resultados obtidos para os 4 grupos migratórios estudados, tanto em nível de indicadores como do Índice de Felicidade.

Por fim, apresentam-se as conclusões.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 INTEGRAÇÃO SOCIAL

A problemática da integração tem considerado esta questão, tanto na forma conceitual como das dimensões e indicadores deste processo. Destacando, entretanto, que para esta análise considerou-se primeiramente a visão da integração a partir do conjunto da sociedade, com base nas diversas propostas desenvolvidas por Émile Durkheim, Max Weber, Norbert Elias, Talcott Parson, Robert Castel e Dominique Schnapper, entre outros.

Em segundo lugar, a pretensão é apresentar contribuições sobre a integração, relacionando-as com a problemática da imigração através das perspectivas desenvolvidas nos Estados Unidos (EUA) e na Europa.

Émile Durkheim (1977) tinha como principal preocupação analisar a problemática da ordem social na forma de integração da sociedade. Na visão do autor existem duas formas sobre a base que sustenta a integração social: a “solidariedade mecânica” e a “solidariedade orgânica”.

Na solidariedade mecânica, os homens estão unidos através dos valores semelhantes, do tipo: religião, tradição ou sentimentos comuns, os quais permitem que a sociedade mostre coerência porque os indivíduos ainda não se diferenciam.

Já a solidariedade orgânica é aquela onde a consciência é resultado de uma diferenciação. Sendo esta diferenciação uma forma de divisão entre os homens, ou seja, a união (solidariedade) entre os homens somente é possível a partir da diferença que um indivíduo tem do outro para realizar uma atividade social.

Para Durkheim (1977), a principal fonte de integração social está na divisão social do trabalho, que considera ser o fator decisivo de uma ‘solidariedade orgânica’. Esta função deve-se ao fato de a divisão social de trabalho ter força para gerar um ‘sentimento de solidariedade’, visto que oferece a oportunidade para reconstruir a solidariedade em forma de laços mais diversificados e menos quebráveis no que se resulta nas relações de cooperação. Segundo o autor, o que define uma sociedade integrada é um conjunto de indivíduos e grupos que se vinculam por relações de interdependência sobre a base da utilidade social, que é determinada de acordo com a função que desempenham pela divisão social de trabalho.

Durkheim (2000) estuda também o suicídio, como sendo um processo patológico das sociedades modernas, mostrando que o mesmo é uma forma marcante da relação entre o indivíduo e a sociedade. O suicídio é utilizado, ou visto, como um fenômeno individual, enquanto que a taxa de suicídio é tida, ou vista, como sendo fenômeno social. Para o autor as causas do suicídio são sociais e não, psicológicas, fator pelo qual a taxa de suicídio varia dependendo das circunstâncias. Durkheim analisa a taxa de suicídio em alguns contextos sociais integradores como na religião, no ambiente político e ao nível doméstico, nos quais obteve algumas relações.

No contexto religioso, a religião católica por ser a mais integradora, apresenta as menores taxas de suicídio do que nos protestantes. Já ao nível político, as situações onde há maior integração, como por exemplo, guerras, revoluções e etc., são as que demonstram as menores taxas de suicídio. No nível doméstico, os casais por serem mais integrados do que os solteiros e viúvos, são os que apresentam as menores taxas de suicídio.

Desta forma, Durkheim (2000), mostra que as sociedades com maior nível de integração são as que apresentam as menores taxas de suicídio. De acordo com o autor a integração nas sociedades modernas pode ser avaliada segundo duas dimensões: o número de interações entre os indivíduos (unidade morfológica) e o conjunto de valores comuns (unidade moral ou intensidade das interações).

Estas dimensões tem uma expressão integradora em três níveis:

1. integração através de uma consciência comum (crenças, valores e etc.), como seria na sociedade religiosa;
2. integração entre indivíduos, na sociedade doméstica;
3. integração quanto aos objetivos comuns como sociedade política.

Por outro lado, Durkheim (1977) destaca que a sociedade integrada deve manter um importante grau de homogeneização criado a partir da educação, o que permite gerar nas crianças uma base inicial de ideias e sentimentos comuns, que são vistos como sendo preparatórios para a vida coletiva. A educação permite criar também uma consciência coletiva e moral de forma a originar nas crianças um sentimento de fazer parte, ou pertencimento a um grupo social. Na visão do autor, é através da educação que as crianças são preparadas com disciplina e especializações em funções que serão importantes para o futuro desempenho na

divisão social do trabalho, sendo esta última o alicerce para desenvolver uma solidariedade baseada nas relações de cooperação.

No caso das sociedades onde a solidariedade é mais fraca, ou seja, a trama social é mais solta, as condições para a incorporação dos estrangeiros na sociedade pode ser mais fácil. Esta situação ocorre nos povos inferiores, onde o processo de integração acontece pela forma mais simples: a naturalização, por exemplo, nos índios todo membro tinha direito a introduzir novos membros através da adoção da nacionalidade da tribo, conseqüentemente este tipo de integração, resultou no crescimento das sociedades primitivas. O grau de penetração da sociedade dependia do nível de sentimento de unidade que apresentavam. A situação inversa também acontece nas sociedades onde o nível do trabalho social exige uma maior especialização, no qual o estrangeiro tem condições de integrar-se provisoriamente na sociedade, no entanto, esta inclusão através da naturalização, caracteriza-se por ser longa e complexa, pois fica na dependência do possível assentimento do grupo. (DURKHEIM, 1977, p. 174).

Sendo assim, Durkheim (1977) analisa o processo de integração na sociedade como um todo (enfoque societal), não sendo especificamente em relação à integração dos imigrantes.

Com relação à natureza destas relações sociais, Ferdinand Tönnies (1977), explica que os vínculos sociais entre os indivíduos determinam as relações sociais da comunidade e da sociedade. Ao nível de comunidade, as relações se caracterizam como tradicionais, pois tem sua origem nas relações emocionais e familiares que permitem assegurar sentimentos de solidariedade duradouros e plenos. Enquanto que na sociedade onde as relações são por 'conveniência' e de aparência, a origem provém de uma solidariedade provisória com acordos limites.

Por outra perspectiva, Max Weber (1994) considera outras dimensões analíticas para estudar a sociedade: a 'comunalização' e a 'socialização', como base da formação da sociedade. Weber analisa a naturalização das relações entre os homens, que se deriva na formação de grupos sociais. No caso das comunidades, estas apresentam um processo de formação com base nos sentimentos de pertencer a um grupo através de relações emocionais, familiares e tradicionais. Enquanto que nas sociedades os laços sociais são do tipo, contratuais, fundamentados no interesse individual e racional, com objetivos específicos.

Na sociedade moderna, segundo Weber (1994), as relações sociais apresentam uma maior intensidade do que nas sociedades tradicionais, pois a realidade social moderna é gerada pelas relações baseadas nas comunidades (tradicionais) e nas sociedades (individuais).

Desta forma, tanto Weber (1994) como Tonnies (1977), oferecem análises coincidentes ao estudar a formação de sociedade a partir das relações individuais.

Em outra linha teórica, Norbert Elias (1994), através da Teoria da Civilização, apresenta a forma como os laços entre os indivíduos desenvolvem mecanismos de integração da sociedade. Desta maneira, o autor considera que o mundo social era um complexo tecido de relações receptoras, onde o Estado definia os limites das relações interindividuais e descreve dois fatos históricos que foram importantes para compreender a sociedade: o primeiro foi a monopolização do Estado de violência que permitiu controlar os espaços e pacificar o espaço social. Já o segundo foi o estreitamento das relações interindividuais que implicaram em um controle mais intenso das emoções e dos afetos.

Segundo está linha, Dominique Schnapper (2007), explica que as relações interindividuais aconteciam por um processo de dependência vigiada em diversos níveis (classes sociais, grupos, cidades e nações), que resultaram em um processo de integração social caracterizado por ser 'longo e intenso'.

Outra perspectiva importante de análise está associada ao impacto do processo de integração na estrutura social. Diversos autores como Pitirim Sorokin (1969), Robert K. Merton (1970) e Talcott Parson (1967) realizaram estudos sobre este tema.

Segundo Pitirim Sorokin (1969), a integração social afeta a estrutura social através da interdependência funcional gerada pela divisão social de trabalho, assim como pelos diversos sistemas culturais que integradamente formam a estrutura cultural.

Já Robert K. Merton (1970) considera que a forma assumida pela integração dos indivíduos na sociedade é resultado de dois fenômenos de natureza cultural. O primeiro são as aspirações objetivas culturais dos indivíduos, enquanto que o segundo tem haver com as normas institucionais que regulamentam e determinam os caminhos de acesso dos indivíduos para conquistar seus objetivos culturais. De acordo com Merton, este processo dá origem a duas estruturas que coexistem na sociedade: a estrutura cultural formada pelos valores normativos que orientam o

comportamento comum dos membros/grupos da sociedade e a estrutura social formada pelo conjunto organizado de relações sociais, nas quais os indivíduos participam de forma ativa e organizada.

Merton (1970) afirma que na sociedade existe o perigo de uma desintegração social ou 'anomia', resultante da divergência entre as normas institucionais e as aspirações objetivas dos indivíduos. Estas divergências podem acontecer nos grupos/indivíduos que procuram usar outros meios ilícitos para chegar aos seus objetivos, como foi observado nos grupos economicamente mais modestos que utilizam a droga e a delinquência juvenil, para crescer social e economicamente.

Em uma visão do tipo normativa, Talcott Parson (1967) estuda a integração a partir dos subsistemas que formam o sistema social (societal). A condição para que aconteça a integração é que as inter-relações entre os indivíduos se desenvolvam tanto no nível simbólico como no normativo comum. Neste sentido, Parson (1967) acredita que a sociedade tem um nível de integração quando seus valores comuns estão institucionalizados na estrutura do sistema social. Já o processo de integração da sociedade é produzido quando ocorre a integração sucessiva nos diversos subsistemas sociais em termos de assumir valores comuns institucionalizados, que permitem uma socialização de interesses que resultam da aprendizagem das normas institucionais que cada indivíduo adquire através das escolas e empresas. Desta forma, o autor considera que na sociedade moderna, ainda que existam riscos de rompimento social gerados pela diferenciação das funções, o processo de socialização através da aprendizagem contínua, permite neutralizar as ameaças de desintegração social, provenientes da sociedade moderna.

Por outro lado, a sociedade moderna mostra diversos fenômenos 'desviantes', como o uso das drogas, criminalidade e etc., que fazem com que os processos de integração social sofram um enfraquecimento, causado pelo desajuste às normas institucionais. A origem destes desvios estava nos jovens que mostravam atitudes de desconformidade com a estrutura social moderna. (PARSON, 1967; MERTON, 1970).

Na avaliação de Schnapper (2007), as relações que explicam o comportamento, muitas vezes 'desviantes' dos jovens, podem ser causadas pelo apego individual que reforça a relação individual, pela integração promovida por

projetos de natureza acadêmica, os quais visam apoiar os objetivos pessoais e pelo sentimento de rejeição e desconsideração por parte da sociedade.

Nesta mesma direção, Schnapper (2007) analisa as características culturais dos jovens, as que apresentam níveis de utilitarismo, negativismo, agressividade e hedonismo, como resposta às frustrações que sentem pelo fato de que a sociedade não entrega os meios necessários para adaptarem-se a um mundo, onde os valores dominantes são das classes sociais economicamente superiores. De acordo com o autor, este processo resulta no surgimento de uma subcultura (contracultura), que se opõe aos valores e normas da cultura da sociedade moderna comprometendo desta forma a integração da sociedade global.

Consequentemente, a partir da década de 70, surge a perspectiva de analisar os 'desvios sociais' através do conceito de 'interação'. Esta linha de pensamento considera importante a interação entre os indivíduos e as instituições sociais, a qual conduz os indivíduos a terem um processo de desvio que involuntariamente é promovido pelas instituições sociais. Desta maneira as instituições não chegam a controlar os desvios que podem vir a serem causados pelas condições econômicas (desvios primários), que resultam das interações entre os indivíduos, as instituições de controle social (desvio secundário) e as ações dos agentes do estado que reforçam as atitudes de desvio (desvio terciário). (SCHNAPPER, 1997).

Por outro lado, o autor considera que os debates são gerados em torno da formação e reprodução das entidades coletivas, que acontecem a partir das relações sociais e destaca que é necessário considerar a integração da sociedade no conjunto do sistema e não somente a integração dos indivíduos/grupos na sociedade. Neste sentido, o processo de integração varia de acordo com os diversos domínios e dimensões de vida coletiva. No entanto existe uma desintegração potencial entre estas dimensões objetivas e subjetivas que resultam em uma nova experiência social dos indivíduos.

Robert Castel (1997), também estuda os desvios sociais para explicar a integração do sistema social, como forma de avaliar o impacto na sociedade global. A visão deste autor é histórica e centrada na análise da integração/desintegração das categorias/grupos sociais, com posições de acordo com a divisão social do trabalho. Nesta direção, define-se a hipótese de que o processo de integração

origina e desenvolve-se através de dois eixos: o trabalho (emprego estável) e a densidade das redes de sociabilidade.

Neste sentido, tanto Castel (1997) como Durkheim (1997), acreditam que a problemática que garante a integração social frente às mudanças estruturais da sociedade está no papel do trabalho como atividade mediadora da integração. Ambos consideram que as relações de interdependência dos indivíduos e grupos se dão através do interesse de obter 'utilidade social', por meio da divisão social do trabalho.

Numa perspectiva histórica e focalizada nos perigos da desintegração da sociedade, Castel (1997) define o termo 'desfiliação', para identificar as diversas formas de desintegração social, surgidas a partir da perda da proteção laboral por parte dos indivíduos, os quais sentem que os vínculos sociais que os ligavam às instituições por meio do trabalho tendem a ficar debilitados, gerando uma ruptura no sentido de não pertencer mais a uma organização social e, conseqüentemente, à sociedade global.

Por outro lado, a Sociologia da Migração tem apresentado um amplo debate para os estudos referentes à integração dos imigrantes, mostrando diversas tendências na abordagem deste tema. No entanto, esta abordagem analisa o pensamento sociológico sobre a integração dos imigrantes, observando primeiramente, o desenvolvimento realizado nos Estados Unidos e posteriormente na Europa.

No pensamento americano, segundo Jean Michel Chapoulie (2001), a Escola de Chicago, através do professor Park (1950), desenvolveu o conceito de "assimilação", compreendido como:

Processo de interdependência e fusão, no qual as pessoas e os grupos assumem as lembranças, sentimentos, atitudes (pessoais e de outros grupos), assim como suas experiências e histórias pessoais, integrando-se uma vida cultural comum'. (PARK, 1950).

Segundo Park (1950), as populações de imigrantes no país de acolhida, passam por um ciclo de relações sociais, formado pelas seguintes etapas;

1. contato entre as populações já instaladas e os novos imigrantes;
2. existência de relações de competição e conflito;
3. acomodação e adaptação entre estes grupos.

Na visão deste autor, os conflitos se reduzem, porque acontece um processo de assimilação, gerado pelas normas e valores comuns da sociedade de acolhida, visto que os indivíduos participam destas normas e valores comuns que resultam numa vida cultural com valores comuns. Destaca-se, nesta perspectiva, o papel fundamental assumido pela escola, para que os imigrantes e seus familiares possam adotar a nova cultura, através da língua, cultura, história e valores da nova sociedade. De acordo com Park, como resultado deste processo de assimilação, as dimensões étnicas (de origem) serão eliminadas ou enfraquecidas, sendo este, um processo irreversível. No entanto, também pode ocorrer que o resultado da assimilação termine na criação de castas minoritárias ou guetos que provocaram uma separação com outros grupos de imigrantes.

O resultado deste processo, segundo Park (1950), gerou na sociedade americana, uma assimilação estrutural (progressão social dos imigrantes) e cultural (adoção da cultura americana), que teve consequência na própria sociedade de imigrantes como, por exemplo, a dissolução progressiva das culturas étnicas.

Por outro lado, Schnapper através de Emerich Francis (1976), apresenta uma análise com uma posição mais radical, através do conceito de 'absorção' dos imigrantes, onde este processo pode acontecer quando é concedido um estado legal de participação na vida social (naturalização), que permitirá criar as condições necessárias de integração dos imigrantes, e conseqüentemente, conduzir à dissolução dos grupos étnicos e desaparecimento dos traços étnicos, ou seja, uma completa absorção dos imigrantes.

No início da década de 1960, Nathan Glazer e Daniel P. Moynihan (1963) e Milton M. Gordon (1964), desenvolveram estudos para avaliar o nível de assimilação de grupos de imigrantes nos Estados Unidos, reconhecendo o papel da etnicidade, expressada nas diversas dimensões do processo de assimilação. Segundo estes autores, a etnicidade possui um papel social e político, pois a sociedade americana produz uma forma específica de grupos étnicos e também estes grupos produzem uma sociedade multicultural. Desta forma, a etnicidade representa a forma de integração social na América. No entanto, na opinião destes autores, a forma de assimilação varia de acordo com cada grupo étnico e os problemas étnicos são resultantes das relações sociais e de poder entre os grupos. O grande aporte destes autores está no fato de que rejeitam o conceito de assimilação desenvolvido pela

Escola de Chicago e o substituem pela etnicidade como fator permanente da sociedade americana.

Seguindo esta mesma direção, Gordon (1964), que estuda os grupos de imigrantes afro-americanos, constata que estes são americanos pela identificação cultural e desenvolve um modelo de assimilação, formado por cinco etapas:

1. assimilação cultural – quando o grupo adota o modelo cultural, através do domínio da língua e das práticas políticas e econômicas;
2. assimilação estrutural – quando os imigrantes participam de agrupações sociais (clubes, associações e etc.);
3. assimilação conjugal – quando os imigrantes tem casamento com indivíduos fora do grupo de imigrantes;
4. assimilação identificadora – quando os imigrantes mostram um alto nível de identificação com a sociedade de acolhida;
5. assimilação cívica – quando os imigrantes aceitam participar das atividades, como cidadão (naturalização).

Neste sentido, Gordon (1964) conclui que o processo de assimilação se prolonga indefinidamente para o imigrante, especificamente pela assimilação cultural que permanece durante toda a vida no imigrante.

Outros autores criticam a proposta de Gordon, porque o consideram como um processo de assimilação de forma linear, onde Merton (1970) e Parson (1967) explicam que processo de integração não é linear e que a assimilação é multidimensional pela complexidade do processo, devido a sua variação em função dos diversos níveis e sequencias temporais que ocorrem.

Numa ótica mais moderna, surge nos EUA o conceito de assimilação segmentada, a partir da análise desenvolvida pela observação dos latinos nos EUA e, principalmente, dos filhos dos imigrantes da 2ª geração. (PORTES; HALLER e FERNANDEZ-KELLY, 2008; RAMOS, 2004).

Estes imigrantes de 2ª geração aproveitam uma assimilação plena no ambiente político, econômico (trabalho) e parcial no ambiente cultural (língua, valores, família), pelo qual são obrigados a viver em duas dimensões que se completam e se contradizem, gerando consequências positivas (mobilidade laboral e social) e negativas (comunicação bilíngue na família).

Segundo os autores Alejandro Portes, Willian Haller, Patrícia Fernandes-Kelly (2008) e Jorge Ramos (2004), as causas da assimilação segmentada estão relacionadas com o capital social dos pais (formação e habilidades profissionais), com o contexto social de acolhimento dos pais pelo governo e pela comunidade étnica (acolhedora ou hostil) e com a composição da família do imigrante. Nos casos em que as famílias estão bem estruturadas pode acontecer uma assimilação ascendente, enquanto nas famílias com conflitos podem apresentar uma assimilação (descendente).

O modelo de assimilação segmentada, proposto por estes autores, foi uma contribuição teórica importante para compreender os filhos dos imigrantes, o qual indica que a língua é um dos principais fatores de incorporação e assimilação dos imigrantes latinos na sociedade americana, ainda que existam barreiras, como a discriminação racial, social e laboral.

Na opinião de Schnapper (2007), a partir da definição da assimilação segmentada, da integração da assimilação cultural (língua) com a assimilação estrutural (valores, emprego), foi possível identificar alguns modelos de segmentação.

O primeiro tem relação com o estágio inicial da assimilação cultural que posteriormente gera uma assimilação estrutural, como foi o caso dos espanhóis e asiáticos nos EUA. O segundo modelo acontece quando, após a assimilação cultural se produz um baixo nível de segmentação estrutural gerando uma segmentação decrescente, como é o caso dos filhos de mexicanos nos EUA. Já o terceiro modelo se produz quando primeiro acontece assimilação estrutural e depois a assimilação social resultando numa segmentação crescente, com ampla mobilidade ocupacional (asiáticos nos EUA e França) e o quarto modelo é observado, quando nos filhos de imigrantes, não ocorre a assimilação cultural nem a estrutural, fato que é muito difícil de acontecer em um contexto social, visto que sempre acontece algum tipo de integração na sociedade de acolhida. (SCHNAPPER, 2007).

Frente ao debate sobre a assimilação existente nos EUA, apresentado anteriormente, surge na França, a perspectiva desenvolvimentista, que propõe substituir a perspectiva assimilacionista americana pelo conceito de integração, como um processo contínuo, multidimensional, multicultural e diferenciador, em função do contexto social, cultural e político da sociedade de acolhida.

Segundo Schnapper (2007), a multiculturalidade europeia, ocorre pela importante migração muçulmana pela Europa, provocando importantes desafios na integração destas populações, seja ao nível de adaptação das políticas migratórias governamentais, como em outras ações culturais (educação). Neste debate sobre a migração, surge o tema da nacionalidade e nação, que segundo Mohamed Khellil (2008), foi a solução aplicada pelo governo francês para a integração dos imigrantes, por meio da nacionalização/naturalização dos imigrantes, ou seja, a obtenção da nacionalidade francesa.

No entanto, a integração também gera um processo de socialização através da educação que passa a ser realizada pela família e escola (socialização primária) e pelo mercado de trabalho e obrigações como cidadãos (socialização secundária). Neste sentido, este autor explica que a socialização primária inicia-se no país de origem com a formação educacional, valores culturais passados pela família e escola e que após a chegada (na sociedade francesa), acontece um estágio, que chama de adaptação dos valores culturais que o imigrante possui desde o país de origem. Após o processo de adaptação ou também chamado de coabitação, considera que no período de chegada, se reproduzem conseqüentemente, o processo de integração, que define como “o processo relativamente longo onde um grupo de imigrantes objetiva participar da construção da identidade nacional, econômica e social, realizando uma série de ações para atingir este objetivo”. (KHELLIL, 2008).

Nos anos de 1980 e 1990, aconteceu na França um debate entre “integracionistas” e “multiculturalistas”. Os integracionistas propunham continuar com o modelo de integração tradicional, onde os problemas estão situados mais na esfera social que étnica, onde o importante é conciliar a liberdade individual com igualdade entre os indivíduos. Já os multiculturalistas julgavam ser importante considerar o reconhecimento das identidades particulares e as referências culturais no espaço políticos. (SCHNAPPER, 2007).

Na perspectiva multiculturalista, encontra-se Abdelmalek Sayad (1994, apud SPREAFICO, 2009), que considera que a ‘integração é um processo contínuo, que tem duração por toda uma vida e está relacionado com a identidade, onde a identidade individual se integra com a identidade coletiva. Segundo Sayad, a integração para o imigrante começa antes de partir do país de origem, pois é onde

iniciam o contato com a realidade coletiva do país de destino, ao qual tentará inserir-se.

Por outro lado, seguindo esta mesma perspectiva, Adrian Favell (2001), coloca que a integração é um produto do encontro de crenças, o qual considera como sendo um forte conteúdo de identidades que fazem parte da essência inata de cada indivíduo que participa de uma comunidade de imigrantes.

Este debate faz com que países como a Alemanha, por exemplo, assumam as propostas dos “multiculturalistas”, enquanto a França se identifica mais com os “integracionistas”, ambos manifestam-se nas definições das políticas públicas migratórias.

Em relação às políticas migratórias na França, segundo Khellil (2008), estão sendo privilegiadas as políticas chamadas de ‘discriminação positiva’, na qual são considerados fatores do tipo geográfico e social (pobreza e educação), para conceituar os grupos de imigrantes em áreas geográficas específicas e isoladas. Enquanto que na Alemanha, a política tem sido realizar políticas de integração, através de oferecer novos direitos de nacionalidade aos imigrantes. Já no Reino Unido, as políticas tem sido de natureza multicultural, privilegiando as políticas de ‘comunitarização’, onde os grupos de imigrantes são reduzidos a áreas geográficas que formam comunidades sociais que são virtualmente reclusas em um determinado espaço e são oferecidos empregos discriminatórios, principalmente para os filhos dos imigrantes. Segundo Khellil (2008) estas políticas podem provocar um risco de ‘desintegração social’ a partir do ressentimento gerado nos jovens imigrantes, envoltos pela frustração sentida devido à difícil adaptação aos valores da sociedade, (atitudes desviantes).

Na perspectiva sistêmica de Schnapper (2007), não se pode considerar a integração dos imigrantes e seus descendentes nas sociedades nacionais, sem levar em conta a integração sistêmica da sociedade no seu conjunto, em termos dos fatores de equilíbrio que existem na sociedade global. Sendo assim, o autor indica que a integração passa pela esfera política, na qual a intervenção do Estado é do tipo liberal, que privilegia uma postura “assistencialista” para com os imigrantes, como a exemplo da França, onde as políticas migratórias variam entre a caridade e a manutenção do *status-quo*. No entanto, este tipo de política permite, por um lado, efeitos positivos nas áreas de direitos democráticos e humanos, como também nas oportunidades igualitárias de educação. No entanto, devido ao liberalismo que

privilegia o individualismo da sociedade contemporânea, as políticas migratórias dificultam a formação de uma consciência comum, que permita compartilhar os mesmos valores políticos e normativos, levando a um risco de desintegração social da sociedade em geral.

Observa-se que este autor aponta como riscos de desintegração social, as revoltas urbanas dos filhos de imigrantes na França, onde a reclamação era por um maior reconhecimento das particularidades étnicas ao nível político. Desta forma, as causas do risco de desintegração podem estar tanto nas instituições como nos próprios imigrantes, ou em ambos.

Finalmente, nota-se que as diversas perspectivas históricas e teóricas, que foram apresentadas, permitem visualizar a complexidade que representa o processo de integração dos imigrantes na sociedade de acolhida, numa visão multidimensional. No caso do estudo sobre o processo de integração, que está focado nos grupos étnicos de origem latino-americano, em específico as comunidades dos argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios, particularmente no Paraná (Curitiba), levando a entender a problemática sociológica da integração na sociedade multicultural brasileira. Desta forma, a partir deste referencial teórico apresentado, foi possível definir a uma estratégia, que foi utilizada para estruturar o Modelo Analítico de Integração, escolhido para este estudo e que poderá estar ligado a algumas das propostas teóricas apresentadas neste capítulo.

1.2 MIGRAÇÃO

Em conjunto com a apresentação das diversas perspectivas teóricas sobre a integração, desde o ponto de vista da sociedade e sua manifestação no processo migratório, deve-se também considerar que o fenômeno da migração faz parte de um escopo maior que é o processo de integração. Sendo assim, na sequência será feita uma apresentação das principais perspectivas teóricas sobre a problemática da migração.

Os estudos referentes às migrações tem procurado responder as questões relativas às causas que geram a migração, os processos de adaptação, as trajetórias, a caracterização dos imigrantes nas sociedades de destino, entre muitas outras. Dentre as causas que levam os imigrantes a desenvolver o projeto de migração está à busca por novas e melhores oportunidades de trabalho, ou seja,

buscar uma mobilidade social crescente. Nestes estudos identificam-se três grandes eixos históricos.

No primeiro eixo, que compreende o período de 1880 até 1950, são encontrados importantes estudos migratórios, desenvolvidos principalmente por Ernest G. Ravenstein (1889) e por outros autores comumente apresentados como pertencentes à chamada Escola de Chicago (1920-1950).

No segundo eixo, compreendido entre 1960 até 1980, encontram-se os estudos realizados por Nathan Glazer e Daniel Monahan (1963), John R. Harris e Michael P. Todaro (1970), Michael J. Piore e Peter Doeringer (1971), Immanuel Wallerstein (1979), entre outros.

No terceiro eixo, que corresponde ao período de 1981 até os dias atuais, identificam-se as propostas realizadas por Saskia Sassen (1988, 1994), Charles Tilly (1990), Douglas Massey (1993), John Salt (1989), Mary Kritz e Hania Zlotnik (1992), Manuel Castles (1998), Alejandro Canales e Christian Zlotniski (2000), Abdelmalek Sayad (2000), Rogério Haesbaer e Marcelo de J. S. Barbara (2001), Alejandro Portes e Jozsef Borocz (1989), Portes e Julia Sensenbrenner (1993), Portes e Rubén G. Rumbait (2006), entre outros.

No primeiro eixo histórico, Ravenstein (1889) foi reconhecido como sendo um dos primeiros a estudar as migrações internacionais na Europa e nos Estados Unidos, onde identificou algumas tendências que chamou de 'leis', as quais são válidas para entender as migrações internas e internacionais, sendo algumas delas:

1. a maioria dos migrantes, apenas percorre uma curta distância e as correntes de migração se dirigem para os centros do comércio e da indústria;
2. o processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes e gradualmente estende-se para lugares mais remotos;
3. o processo de dispersão é o inverso do de atração;
4. cada corrente principal de migração produz uma contracorrente compensadora;
5. os migrantes urbanos são menos migratórios do que os das zonas rurais do país;
6. as mulheres são mais migratórias do que os homens.

A importância da proposta de Ravenstein (1889, apud PEIXOTO, 2004), está nas relações de causalidade identificadas entre os fluxos migratórios e variáveis como as distâncias, tamanho das cidades, dispersão/atração econômica, sexo, área rural/urbana, que são fatores que outros teóricos posteriormente utilizaram para fundamentar estudos e novas propostas teóricas. Permitiram, também, elaborar diversos conceitos relativos aos imigrantes temporários, às etapas da imigração, atração/repulsão da imigração, aos estímulos econômicos e etc., que mais tarde foram objeto de estudo pela sociologia e economia da imigração. Estes estudos e as relações identificadas foram fundamentais para realizar o recenseamento inglês em 1885, assim como para analisar as migrações internacionais nos EUA e Europa.

No início do século XX, importantes fluxos migratórios europeus dirigiram-se às Américas, sendo majoritariamente para os EUA. Estes fluxos migratórios provocaram nos EUA um amplo debate sobre a regulamentação da migração, as políticas públicas migratórias, a causa do crescimento da população, mudanças no mercado de trabalho e os efeitos da crise econômica de 1929-30. Chicago foi a cidade que recebeu um alto nível de correntes migratórias, que gerou um alto crescimento da indústria, da massa operária e do comércio/serviços, visto que houve um crescimento de 30.000 habitantes, em 1850, para 3.3 milhões em 1930, sendo os operários formados na sua maioria por imigrantes provenientes da Europa. Como resultado desta conjuntura social-urbana, a Universidade de Chicago, criada em 1892, começa a orientar suas pesquisas para temas sociais, especialmente para a Sociologia e Antropologia, utilizando-se da cidade de Chicago como laboratório de pesquisa social.

Em 1892 é criado o Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade de Chicago, liderado pelo professor Henderson, que dirigiu as pesquisas para temas urbanos e sociais na cidade de Chicago. Nesta mesma época, nasce o *“The American Journal of Sociology e o The Sociological Society”*.

Neste período iniciam-se as primeiras pesquisas sobre migração, sendo um dos precursores o professor William Thomas e o jornalista polonês Florian Znaniecki, que em 1918, publicaram o livro *“The Polish Peasant in Europe and America”*, referente à imigração polonesa nos EUA. A fonte deste livro inicia-se quando Thomas, que era professor de sociologia na Universidade de Chicago, descobre em 1910 algumas cartas escritas por um jovem imigrante polonês, nas quais relata sua vida, as relações e conflitos familiares, as condições de trabalho e a vida cotidiana.

Estas cartas mostravam como era, em 1910, a vida dos imigrantes em Chicago, nas quais Thomas baseou sua pesquisa sobre a vida dos imigrantes, em Chicago. Convém destacar que nessa época a comunidade polonesa era um das maiores comunidades de imigrantes junto com a dos alemães, irlandeses, gregos, judeus. Para obter mais informações sobre a vida dos emigrantes poloneses, William Thomas associou-se ao sociólogo polonês Florian Znaniecki, que era diretor da Sociedade para a Proteção dos Imigrantes poloneses. Ambos utilizavam um jornal editado por esta sociedade, para convidar os imigrantes poloneses a escrever cartas detalhando a vida como imigrantes, tanto na Polônia como nos Estados Unidos. As informações obtidas, a partir destas cartas, deram origem ao livro "*The Polish Peasant in Europe and America*", publicado em 1918 em cinco volumes. Os primeiros dois volumes foram dedicados à descrição da vida familiar, o sistema social e a vida econômica dos imigrantes na Polônia. O terceiro demonstra as memórias do imigrante polonês W. Wiznienski. O quarto mostra a desorganização familiar na Polônia por causa da iniciação do projeto de imigrar para os EUA. O quinto volume descreve a real instalação (organização) destes imigrantes na América, formando uma comunidade estruturada e organizada. (CABIM e DORTIER, 2000).

Para Andrea Rea e Marise Trypier (2003), os professores Thomas e Znaniecki desenvolveram o Ciclo de Desorganização-Reorganização, que demonstrava que os imigrantes poloneses percorriam um processo que iniciava-se com a etapa da desorganização, conhecida no país de origem, quando decidem emigrar. Posteriormente, os imigrantes sofrem de um processo chamado de reorganização, o qual mostrava o estabelecimento permanente nos EUA.

Na visão de Andrea Rea e Marise Trypier (2003), o processo de desorganização/reorganização gera o processo de imigração, pois os imigrantes vão para outros países com diferentes contextos sociais, econômicos e culturais e precisam reorganizar-se para iniciar uma nova vida coletiva. Esta reorganização é realizada sob os valores e as práticas culturais do país de destino, formando-se, então, uma nova identidade nos imigrantes, a qual é resultante da mistura entre a identidade do país de origem e destino.

No caso dos poloneses nos EUA, os imigrantes são culturalmente poloneses/americanos, pois mantêm a língua original, a concentração geográfica e o espaço público, mostrando as características da reorganização no país de destino

que produzem um processo de assimilação, na forma considerada como um processo psicossocial que é imposto aos imigrantes como um processo inconsciente que surge na forma individual e coletiva. Desta forma, o Ciclo de desorganização-reorganização torna-se um modelo teórico da Escola de Chicago para analisar as cidades como um objeto de estudo. (REA; TRYPIER, 2003)

A partir desta proposta teórica, Robert Park e Ernest W. Burgess (1921), da Universidade de Chicago, propuseram um Ciclo das Relações Sociais dos imigrantes que era formado pelas seguintes etapas: concorrência entre indivíduos, conflito, acomodação e assimilação.

O segundo eixo, compreendido entre 1960 até 1980, iniciou-se como resultado dos fluxos migratórios para os EUA, formado pelos imigrantes latinos e asiáticos, a partir da década de 50, gerando um processo de assimilação ou “*melting pot*” (amalgamação) na cultura americana, mas sem abandonar a cultura, valores e modo de vida do país de origem.

Para entender este processo de amalgamação, no início dos anos 60, apresentou-se um importante estudo realizado por Glazer e Moynihan, dando origem ao livro: “*Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City*” (1963), visando não só mostrar este processo nos grupos migratórios dos Negros, Porto Riquenhos, Judeus, Italianos e Irlandeses, mas entender as políticas e culturas dos grupos étnicos desenvolvidas por estes grupos na cidade de Nova York.

Segundo Glazer e Moynihan (1963), os fatores de origem racial e religiosa explicam principalmente as ações políticas e culturais destes grupos étnicos. A religião se transforma numa linha de divisão entre os católicos de tendência conservadora, representados pelos italianos, porto riquenhos e irlandeses e a religião judia com orientação mais liberal. No entanto, posteriormente ocorreram mudanças nestas tendências que transformaram os católicos em mais liberais e os judeus mais conservadores. Por outro lado, a raça também foi um fator que dominou a política destes grupos, pois no período estudado aconteceu a luta dos direitos civis (1960-1962) que foram iniciadas pelos Negros e apoiadas pelas outras etnias de imigrantes visando não perder poder frente aos negros. (GLAZER; MONYHAN, 1963, p.x).

Finalmente, estes autores mostraram que sociedade americana apresentava importantes níveis de discriminação étnica e racial, o que permitiu a criação de uma identidade étnica e um processo de assimilação cultural.

Segundo Elisa M. Sasaki e Gláucia de O. Assis (2000), dentro do segundo eixo, visto que a migração para os EUA mostrava um forte componente econômico, surge uma nova linha de estudos teóricos chamados “Economia da Migração”. Nesta perspectiva, os neoclássicos da economia identificam as causas da imigração como resultado das diferenciais salariais entre países, o qual permitia um equilíbrio nos mercado de trabalho. Representantes desta linha, Harris e Todaro (1970) mostravam que os imigrantes, no nível individual e familiar, realizavam uma análise econômica/financeira antes de emigrar, visando avaliar os custos e benefícios a ser logrados pela migração. Esta análise estava em função do nível educacional, competência de trabalho (com/sem especialização, profissionalismo e empreendedorismo), tempo de permanência, assimilação da língua do país de destino, etc. Convém destacar que esta perspectiva econômica considera como um dos benefícios da emigração, a obtenção de mobilidade sócio ocupacional positiva, a qual estaria em função da educação, capacitação profissional, período de permanência, domínio da língua e uso das redes sociais.

Uma segunda abordagem neoclássica da Economia da Migração, chamada de ‘segmentação’, foi desenvolvida por Michael Piore e Peter Doeringer (1971, apud SASAKI; ASSIS, 2000), os quais mostram que o mercado laboral americano era formado por dois segmentos: primário e secundário, sendo que no setor primário estavam os melhores salários e empregos, enquanto no secundário os de menor salário, ascensão social e maior rotatividade, ou seja, condições de maior e menor mobilidade ocupacional, respectivamente. Desta forma, a segmentação permitia que não houvesse concorrência entre os nacionais e os imigrantes, pois os primeiros estavam empregados no mercado primário com maior mobilidade, e os segundos trabalhavam no mercado secundário com baixa mobilidade.

Na perspectiva teórica desenvolvida por Wallinstein (1979, apud PEIXOTO, 2004), considera que o Sistema-Mundo caracteriza-se pela criação de um mercado de trabalho global que coexiste junto com a circulação internacional de capitais e produtos. Desta maneira, a geração da migração está explicada pela existência de “Zonas salariais diferenciadas”, criadas pelo Sistema-Mundo, que visam gerar excedentes de mão de obra com baixos salários nos países periféricos e criar uma

demanda de mão de obra com maiores salários nos países desenvolvidos, criando condições favoráveis para a obtenção de mobilidade ocupacional, provocando desta forma, uma maior propensão à imigração, causada pelas diferenças salariais.

Finalmente, um terceiro eixo desenvolve-se entre 1980 até 2000, onde surgem propostas econômicas diferentes aos neoclássicos. Entre elas identifica-se, primeiramente, a do economista Douglas S. Massey (1993), que aponta que as decisões de emigrar são tomadas por unidades, famílias e grupos culturais localizados geograficamente, os quais agem coletivamente visando maximizar a renda esperada e minimizar os riscos a discriminação no mercado de trabalho. Desta forma, para Massey (1993), a renda já não é o único motivo para emigrar, pois os imigrantes contam com redes sociais de apoio, políticas governamentais de migração, entre outras, que promovem e apoiam o projeto migratório. Em contrapartida, a migração gera efeitos de 'causalidade acumulativa', onde o trabalho do imigrante é um fator fundamental para o crescimento das economias do futuro, gerando também uma penetração cultural através da multiplicação das redes sociais dos imigrantes no país de destino.

Dentro deste mesmo eixo, outra proposta teórica é chamada dos 'Sistemas Migratórios', representada por John Salt (1989) e Mary Kritz e Hania Zlotnik (1992), que propõem que "os fluxos migratórios são resultantes de contextos históricos particulares e adquirem uma dinâmica interna que lhes confere as características de um sistema. A mesma resulta da interação existente entre vários elementos, incluindo outros tipos de fluxos e o processo de interdependência mais geral".

Na prática, a teoria permite identificar um conjunto de regiões ou países que alimentam fluxos migratórios importantes entre si (frequentemente em ambos os sentidos e envolvendo 'tipos' migratórios diversos). No plano das migrações internacionais, o caso mais habitual é o de 'redes macrorregionais', que unem uma região central (constituída por um ou mais países) a uma série de países emissores (líquidos) de migrantes. (PEIXOTO, 2004, p. 27).

Nesta mesma linha, mas com a perspectiva de uma visão global, a economista Saskia Sassem (1988), considera uma variedade de fatores no âmbito global, para explicar os fluxos migratórios internacionais, identificando entre eles a organização internacional da economia, a internacionalização dos mercados de capital, produtos, trabalho e serviços/informação. Neste cenário global, novas estruturas são geradas no mercado de trabalho como a terceirização, o

empreendedorismo, a informalidade e principalmente os expatriados, sendo que estes impactam de diversas formas no processo de mobilidade ocupacional dos fluxos migratórios.

Por outro lado, o investimento externo nos países de destino, assume um papel estratégico através da criação de melhores condições para a imigração, pois permite incorporar novos segmentos ao mercado de trabalho, promovendo à 'feminização' da força de trabalho e um estilo ocidental de vida nos países de origem, resultando num maior volume de fluxos migratórios, gerando assim uma diversidade de competências e habilidade ocupacionais que facilitam ou complicam a ação de emigrar. (SASSEM, 1988).

Sassen (1994), com a visão nas chamadas 'Cidades Globais', explica que os grandes polos urbanos são os que geram um centro de atração para os imigrantes de alta e baixa capacitação, como explica:

Estes polos urbanos dominam não apenas o sistema internacional como são responsáveis pela atração (migratória) de uma mão de obra crescentemente dualizada: profissionais de topo (para as atividades de gestão internacional) e trabalhadores desqualificados (para os serviços de apoio àquela atividade, muitas vezes inseridos em zonas de economia informal). (SASSEN, 1994).

Na linha sistêmica, a migração é explicada por Stephen J. M. Castles (1998), que destaca que o Sistema global tem gerado cidades globais que concentram mão de obra altamente qualificada, que demanda serviços executados pela mão-de-obra sem especialização, que está formada pelos fluxos migratórios, os quais estão atrelados ao desenvolvimento da sociedade global, seja no mercado de trabalho como nos aspectos multiculturais.

Neste terceiro se destaca outra perspectiva teórica que privilegia a ação das redes sociais e a transnacionalidade na migração internacional, representada por Tilly (1990), Massey (1993), Canales (2000) e Haesbaer e Barbara (2001).

De acordo com Alejandro Canales (2000, p.223), a disponibilidade de redes sociais no país de origem pode ser um fator motivador para emigrar, sendo também um fator de acréscimo no tamanho e cobertura das redes e nos fluxos migratórios, como explica:

En particular, las redes sociales sirven para recrear, aunque de manera Transformada, la comunidad de origen en los lugares de asentamiento, y

así reproducirla en el contexto de su transnacionalización. Por su parte, las comunidades de origen también se transforman, como resultado de su estrecha dependencia con respecto a la dinámica de los mercados de trabajo en Estados Unidos, así como por la fuerte vinculación con la vida social y cotidiana en los lugares de asentamiento de los migrantes. Se trata de un proceso de adaptación continua de sus formas de vida y sus estructuras sociales y económicas. (CANALES, p. 223, 2000).

Por outro lado, segundo Alejandro Portes e Jozsef Borocz (1989) as redes sociais estão formadas por familiares, conterrâneos agentes empregadores e etc., que entregam informação e apoio para o deslocamento e a fixação definitiva:

Redes construídas pelo movimento e contato de pessoas através do espaço estão no centro de microestruturas que sustentam a migração ao longo do tempo. Mais do que cálculos individuais de ganho, é a inserção das pessoas nestas redes que ajuda a explicar propensões diferenciais à migração e o caráter duradouro dos fluxos migratórios. (PORTES; BOROCZ, 1989).

Da mesma forma, Haesbaer e Barbara (2001), mostram que as redes sociais formam um complexo sistema formado pelos níveis econômico-legais (atividades de comércio, financeiras); ideológico-culturais (idioma, comunicação, mídia, tradições); parentesco (relações familiares, casamento); movimentos sociais (associações sociais e empresariais); político-eleitorais (direito a voto, eleições); serviços (saúde, educação, previdência), etc. e econômico-ilegais (narcotráfico, contrabando, lavagem, de dinheiro e prostituição). Estes autores apresentam, como exemplo, o caso dos imigrantes na tríplice fronteira com o Brasil, onde os brasiguaios (brasileiros com residência no Paraguai) e os brasentinos (brasileiros com residência na Argentina) utilizam um sistema de redes sociais de caráter múltiplo, complexo e amplo (como o apresentado anteriormente), permitindo-lhes participar em diversos níveis/atividades inter-relacionados.

Neste sentido, Peixoto (2004, p.29) destaca que a formação de uma ampla rede social e sua inter-relação são importantes fatores explicativos na direção dos ciclos dos fluxos migratórios, assim como também na mobilidade sócio ocupacional dos imigrantes.

Na perspectiva de Massey (1993), as redes sociais geram laços afetivos nas famílias e no trabalho, que permitem unir as sociedades de origem e de destino.

Segundo Sasaki e Assis (2000, p.11), no caso da migração de longa distância, as redes sociais assumem um papel importante, pois diminuem o risco de emigrar no econômico, pessoal e social, influenciando a seleção do local de destino

de acordo à existência ou não de redes sociais, gerando em último caso, facilidades ou obstáculos para desenvolver o projeto de emigrar.

Na perspectiva da formação da identidade múltipla e territorial do imigrante, Haesbaer e Barbara (2001) mostram que as redes sociais tem uma importante influência, como explicam:

A participação do imigrante neste sistema de redes sociais o conduz a assumir uma identidade múltipla ou híbrida, pois estes fazem parte de dois territórios ao mesmo tempo: o país de origem e o de destino. [...] é considerada como identidade híbrida aquela que é resultado do cruzamento de diferentes culturas gerando um 'indivíduo misturado', que seria o caso do imigrante que pertence a dois mundos e que ao mesmo tempo tenta manter suas raízes, tradições e memórias que o ligam ao país de origem, enquanto se integra aos novos territórios e culturas com os quais tem contato presente e permanente. Por outro lado, a identidade plural ou territorial é aquela onde o imigrante faz parte de um grupo social dentro de um território delimitado, dentro do qual ele forma sua identidade através da interação com grupos sociais, como é o caso da identidade nacional no Estado-Nação. (HAESBAER; BARBARA, 2011).

Segundo Tilly (1990), na avaliação de Sasaki e Assis (2000), as redes sociais também 'migram', desde o país de destino para o país de acolhimento, desenvolvendo novas categorias dos laços sociais, pois os emigrantes levam consigo suas identidades étnicas que se alteram no contexto de migração, nas relações com a sociedade de destino e com outros grupos de migrantes. Assim, alguns elementos de identidade do país de origem são eleitos, negociados e reconstruídos no contexto de migração.

Nesta mesma direção, Canales e Zlolski (2000) explicam que as redes sociais provocam no imigrante no país de destino a formação de uma identidade cultural de caráter imaginário na busca do reconhecimento social e mobilidade social, através da manutenção de relações de confiança, reciprocidade e solidariedade com a comunidade receptiva, criando uma forma de endividamento social simbólico, na qual a confiança é o principal fator que lhe permite pagar esta dívida social com a comunidade de destino.

O fenômeno da transnacionalidade da imigração é outra perspectiva teórica complementar ao enfoque das redes sociais. O caráter transnacional das redes sociais acontece quando os imigrantes constroem com as relações sociais que permitem unir as comunidades dos países de origem e destino. São as redes sociais que permitem recriar as comunidades de origem no destino, gerando deste modo o sentido transnacional das comunidades. Este fenômeno transforma os imigrantes

em complexos sistemas de comunidades inter-relacionadas como resultado da transformação de uma sociedade que gera novas formas de emprego e mobilidade ocupacional baseadas na informação, abrindo espaços no mercado de trabalho para serem preenchidos pela imigração transnacional, oferecendo mão de obra, gerando impacto na mobilidade ocupacional. A inserção dos fluxos de imigrantes ocorre através de um sistema de redes sociais que formam comunidades de imigrantes, facilitando a mobilidade territorial e sócio ocupacional.

De acordo com Canales e Zolniski, a transnacionalidade da imigração se reproduz pela formação de comunidades transnacionais que se reproduzem no tempo e se expandem no espaço, por meio da consolidação de redes sociais e comunitárias. Estas comunidades formam um complexo sistema de redes sociais que cruzam fronteiras territoriais e que se estruturam para buscar o reconhecimento social e econômico, através dos vínculos de parentesco, amizade e identidade comunitária, com base nas relações de confiança, reciprocidade e solidariedade que definem o caráter das relações no interior destas comunidades transnacionais. “Os princípios de reciprocidade implicam num endividamento social e simbólico, pois a dívida moral será paga na forma monetária ou social” (CANALES e ZLOLNISKI, 2000, p.15).

O terceiro eixo se destaca por uma visão macro das migrações, que tem desenvolvido propostas teóricas que focalizam o papel dos “enclaves/comunidades de imigrantes”, onde a disponibilidade de capital social do imigrante está relacionada com os recursos econômicos, sendo a base para o desenvolvimento de atividades e também para a obtenção de oportunidades de emprego.

Nesta posição estão Alejandro Portes e Julia Sensenbrenner (1993), que consideram que o capital social permite criar uma ‘comunidade étnica solidaria’, como resultado da conjunção dos valores culturais, dos problemas de inserção (discriminação) e pelo baixo poder social. A existência desta ‘comunidade étnica’ pode transformar-se num mercado de oportunidades, seja pela criação de empregos, consumo de bens tradicionais étnicos, mão de obra confiável ou pela fonte de capitais para investimentos para empreendedores migrantes. A proposta de Portes e Sensenbrenner (1993) oferece uma visão sociológica e econômica conjunta da migração, já que permite uma análise de negócios com o mercado de trabalho e as atividades da comunidade étnica solidária, entregando uma visão atualizada e

dinâmica das relações sociais e econômicas, que se originam nos processos migratórios.

Nesta mesma direção destaca-se o trabalho desenvolvido por Alejandro Portes e Rubén Rumbait (2006), que apresentam uma pesquisa sobre o 'Retrato da Migração nas Américas' (*A Portrait Immigrant America*), sendo o objeto de estudo, os migrantes da América Latina e da Ásia. Neste livro, os autores mostram que existem três condições necessárias para emigrar: a demanda por imigrante tem que existir; a demanda de trabalho deve ser conhecida pelos imigrantes e as oportunidades de trabalho oferecidas devem ser desejadas pelos imigrantes.

O papel do Estado na relação com o imigrante tem sido tema de propostas de Sayad (2000), no qual considera que pensar a imigração é pensar o Estado, pois considera que:

Pensar a imigração (ou a emigração) é pensar o porque do Estado. É o Estado que se pensa a si mesmo ao pensar a imigração (ou a emigração) e, na medida em que não tem consciência que, assim fazendo, pensa-se a si mesmo, termina por se enunciar naquilo que tem de mais essencial e, ao mesmo tempo, enunciar de maneira mais evidente as regras de seu funcionamento e revelar as bases de sua instituição. (SAYAD, 2000)

Para Sayad (2000), o mundo moderno é similar ao mundo urbano e o mundo subdesenvolvido é o mundo rural, sendo que esta proposta é mais representativa para os países de Centro América e o Caribe, que apresentam esta dualidade urbano-rural nas suas economias, pois perdem uma importante parte da população pela imigração e recebem grandes remessas financeiras dos países de destino. O retorno também esta sempre na mente do imigrante, mas este processo fica cada vez mais difícil, visto que a readaptação ao país de origem é um processo complexo que frequentemente não tem sucesso.

Com relação às políticas públicas para os imigrantes, Portes e Rumbait (2006) e Glazer e Monahan (1963), apresentam algumas propostas referentes aos imigrantes na América, em dois momentos históricos.

Na visão de Portes e Rumbait (2006), a política americana é historicamente contraria a procurar dar uma acolhida positiva aos imigrantes, promovendo ações de exclusão, discriminação e assimilação forçada. Benjamin Franklin e Theodore Roosevelt, promoveram políticas contrarias a inserção dos imigrantes europeus, desenvolvendo propostas que visavam à americanização forçada e a purificação racial, sendo contra a "germanização, italianização e miscigenação da sociedade

americana”. As políticas americanas de imigração tem procurado expulsar os ilegais, oferecer cargos inferiores, tirar privilégios, assim como forçar uma assimilação à cultura americana separando-os de suas raízes culturais do passado.

Nos anos 60, Glazer e Monyham (1963) propuseram que as políticas públicas deveriam considerar as diferenças étnicas e raciais das comunidades, os seus interesses específicos e a ocorrência de conflitos entre as comunidades, tomando como base a experiência na cidade de *New York*, onde se propôs três ações. A primeira sugere que as políticas públicas sejam orientadas para as relações étnicas e raciais, entre os grupos. A segunda define que os limites da política pública devem ser determinados por meio de leis, interesses e valores morais das comunidades de imigrantes, considerando a realidade dos trabalhadores, profissionais, sejam eles, brancos e negros. Já a terceira propõe que as políticas públicas devem aceitar a realidade e considerar as diferenças entre as comunidades, reconhecendo os fatores positivos de cada grupo, assim como promover a confiança entre estes, visando assim construir relações de existência pacífica e solidária.

Na década de 2000, analisando a realidade dos latinos nos EUA, Portes e Rumbait (2006), desenvolveram algumas propostas e políticas públicas que consideram que devam ser diferenciadas, segundo a geração. Assim sendo, propuseram que para a primeira geração, seja permitido o trabalho temporário durante seis anos, podendo-se renovar este período, depois obter a residência, como também os imigrantes poderiam retornar ao México e solicitar permissão legal com contrato de trabalho nos EUA.

Já para os de segunda geração propõe-se a criação de programas bilíngues nos colégios e outra língua em áreas de imigrantes; criar incentivos para que os pais dos imigrantes possam participar mais ativamente no colégio e desta maneira tomar consciência da importância da educação para os filhos, criar incentivos para as igrejas e organizações sociais com objetivo de que estas organizem programas voltados para os jovens de baixa renda, com a pretensão que estes possam melhorar na vida, assim como ensinar a cultura de seus pais, visando neutralizar a assimilação seletiva e, finalmente, também criar incentivos para cursos de empreendedorismo para os jovens mais pobres.

Desta forma, a problemática da migração, mostrada pelas diversas perspectivas teóricas apresentadas, perpassa o processo complexo de integração e

assimilação cultural até a definição e implementação da responsabilidade do Estado, através de políticas públicas que considerem as características étnicas como ações de longo prazo que incluam os imigrantes das diversas gerações. Neste sentido e considerando a relevância das Políticas Migratórias destacadas anteriormente, acredita-se que é importante apresentar uma análise das políticas públicas migratórias, referente aos países dos imigrantes estudados, assim como do Brasil de forma de contextualizar o papel do Estado no processo de imigração e de integração (Ver 2.3).

Finalmente, pode observar-se que as diversas perspectivas teóricas apresentadas anteriormente com relação ao processo de integração social e ao fenômeno migratório mostram que ambos fazem parte da problemática que enfrentam os imigrantes no processo de migração, seja nas causas que conduzem para a implementação do projeto de migração como o desenvolvimento do processo de integração no país de destino, além das consequências culturais, demográficas, educacionais, sociais e familiares que resultam desta complexa situação migratória.

2. FLUXOS E POLITICAS MIGRATÓRIAS

Como forma de contextualizar os aspectos pertinentes à dinâmica da migração internacional, assim como as tendências previstas, será apresentado um estudo dos fluxos migratórios, em nível global e o ocorrido em direção às Américas, no qual, considerou-se o Brasil em especial e mais especificamente para o Paraná, concentrando a análise nos imigrantes latino-americanos, tendo como foco de investigação os imigrantes argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios.

Para complementar esta análise, considerando a ação das Políticas Públicas que atuam na regulação dos fluxos migratórios, conforme destacado no referencial teórico, como sendo um importante elemento que influencia no processo de integração dos imigrantes nos países de destino, agrega-se também uma pesquisa referente às Políticas Migratórias do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, como forma de inserir e compreender a realidade enfrentada pelos imigrantes estudados, tanto no país de origem como no país de destino (ver 2.3).

2.1 FLUXOS MIGRATÓRIOS GLOBAIS

Diversos autores (Dupas, Castells, Canales e Zolniski, Correia, entre outros) conceituam a globalização como sendo um processo de transição entre uma sociedade industrial para uma sociedade informacional, onde há a incorporação de conhecimento e de informação nos processos de produção. Esta situação gera relações econômicas de tipo global, onde a relação capital e trabalho afetam a estrutura de classes sociais. Segundo Castells (1998), a globalização “é um fenômeno multifacetado com dimensões econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de modo complexo”.

A globalização tem gerado a transnacionalização das relações econômicas, financeiras, comerciais, tecnológicas, culturais e sociais nos últimos 30 anos, significando principalmente, a intensificação das relações sociais, enfraquecimento do Estado-Nação, diminuição das distâncias espaciais e temporais e a revolução, tanto tecnológica como dos meios de comunicação. (CORREIA, 2009).

Este fenômeno, também tem sido utilizado para explicar os processos mundiais de inter-relação, interconexão e interdependência ao nível da produção, do comércio internacional e investimento externo, provocado pela queda de custos dos

transportes e as novas tecnologias nas telecomunicações, incluindo áreas como a cultura às artes, o esporte, a violência, tráfico de armas e crime organizado, entre outros.

Conseqüentemente, a globalização tem mostrado o surgimento de fatores globais, que podem ser identificados em três áreas: Capital (multinacionais, associações empresariais e sistema financeiro), Sociedade civil (Organizações não governamentais (ONGs) e indivíduos) e o Estado (Executivo, Legislativo, Judiciário, partidos políticos e organizações internacionais). Estas áreas se interligam e atuam num jogo global para manter e assumir novas posições, nas quais alguns perdem e outros ganham resultados deste jogo. As comunidades internacionais, como os imigrantes, atuam como fluxos que interligam estas três áreas e apoiam, com seu trabalho, o desenvolvimento da globalização. (DUPAS, 2005).

Por outro lado, a globalização tem diversos caminhos de entrada e saída neste processo. Isto pode ser observado quando o capital se globaliza de cima para baixo, onde o trabalho entra na forma subordinada, ou seja, inicia-se em uma posição inferior, com uma margem limitada para agir. Desta forma, quando se aborda que a força de trabalho se globaliza, significa que é por causa da forma de inserção (de baixo para cima) do processo de trabalho na globalização. (CANALES; ZLOLNISKI, 2000).

Dentro deste contexto, identifica-se que a transnacionalização do trabalho vem se reproduzindo nos fluxos migratórios que assumem o trabalho para enfrentar as condições da globalização. A transnacionalização do trabalho gera comunidades transnacionais e redes sociais que interatuam como forças dinâmicas dos processos migratórios. Como resultado da facilidade de deslocamento e das comunicações resultantes da globalização, os fluxos migratórios tem apresentado um crescimento contínuo no mundo.

As principais razões da migração recente estão na pobreza, na falta de condições básicas de sobrevivência, nas desigualdades sociais, no desemprego, na guerra, nos conflitos étnicos, que além de colaborar com o aumento da imigração, contribuem para distinguir as movimentações migratórias ocorridas até a 2ª Guerra Mundial com as atuais. (CORREIA, 2009).

Desta maneira, as migrações apresentam-se como um processo de fluxos populacionais permanentes, provocados principalmente, por causas econômicas ou

materiais, gerando um processo intenso (volume cada vez maior), diversificado (maior participação das mulheres) e complexo (multidirecional).

Os movimentos migratórios internacionais reassumem, sobretudo, a partir dos anos 80, importância crescente no cenário mundial. Assim sendo, a questão da mobilidade espacial transnacional de pessoas e suas implicações passam a constituir uma dimensão inerente à relação entre população e desenvolvimento, bem como parte integrante de políticas populacionais.

A problemática das migrações internacionais contemporâneas vem na verdade, constituindo um tema de crescente interesse entre os estudiosos de população e cientistas sociais em geral. Assim como, os acordos firmados nas Conferências Internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU), nos anos 90, particularmente a Conferência de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, vêm situando essa problemática no âmbito de ação de Estados Nacionais. (PATARRA, 2006).

Decorrente da globalização, a população mundial vai conseqüentemente continuar aumentando, o fenômeno das migrações e a mobilidade das pessoas serão cada vez mais intensos, permitindo o deslocamento entre regiões do mundo, enfrentando entre outros as políticas migratórias. Neste sentido, é importante conhecer a posição das organizações internacionais como ONU, *Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo* (PNUD) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o tema da migração internacional.

Segundo avaliação da ONU (2010), a população migrante chegou a 214 milhões em 2010, ultrapassando em 9.7% que a existente em 2005 (195 milhões), em proporções quase iguais entre homens e mulheres, sendo que destes, 63% estão localizados em países desenvolvidos e 37% provém de países em desenvolvimento. A ONU destaca também o efeito do número de refugiados nos fluxos dos imigrantes internacionais, os quais apresentam um crescimento de 2.7 milhões de refugiados, entre 2005 e 2010.

A crise econômica de 2008 foi um fator explicativo na queda dos fluxos migratórios, no qual os imigrantes não temporários/longo prazo, tiveram uma redução de 6% e os temporários de mão-de-obra, em 4% nos países que fazem parte da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), países mais desenvolvidos, enquanto que a migração teve reflexos muito

importantes na imigração internacional. No entanto, a crise mundial de 2008 teve efeito direto no aumento do desemprego global, que passou de 5,7% em 2006 para 6,3%, em 2009. Nos Estados Unidos da América (EUA) o aumento do desemprego foi de 5%, enquanto na Espanha chegou a 10%. No caso dos imigrantes, a taxa de desemprego em 2009, aumentou 11% na Espanha e 9,7 % nos EUA. Já na França e na Espanha, afetou majoritariamente os homens, visto que a crise se concentrou nas áreas da construção civil, manufatura e finanças (ONU, 2010). Segundo a ONU (2010), esta situação levou os governos dos países receptores de imigrantes (Austrália, Itália, Coreia, Espanha, Austrália, Bulgária, Canadá, Reino Unido e os Estados Unidos), a afixarem mecanismos de controle de entradas como:

- a) redução das cotas numéricas;
- b) adaptação de medições mais restritas do mercado de mão-de-obra;
- c) limitação das possibilidades que os migrantes têm de trocar seu estatuto ou renovar sua permissão de trabalho;
- d) promoção da migração de retorno.

De acordo com o PNUD (2009), foram propostas diversas estratégias para a população emigrante nos países de origem como forma de ajudar nas políticas de redução da pobreza. Entre 2000 e 2008, 34 países prepararam um conjunto de estratégias para minimizar a pobreza no país a partir dos migrantes internacionais desses países, dentro das quais é possível destacar as seguintes ações. (PNUD, 2009, p.11):

- trabalhar com as comunidades de expatriados;
- exportar mão-de-obra;
- firmar acordos bilaterais;
- facilitar as remessas;
- abordar o êxodo de profissionais e trabalhadores capacitados;
- promover os investimentos dos expatriados;
- apoiar o retorno;
- melhorar as condições de trabalho no estrangeiro;
- capacitar aos migrantes antes da partida.

A partir da proposta do PNUD, observa-se que as migrações podem ser transformadas numa alavanca de apoio às políticas sociais que visam diminuir a pobreza nos países em desenvolvimento, especialmente na América latina.

Com relação aos volumes de imigrantes internacionais, conforme TABELA 1, constata-se que a imigração internacional cresceu rapidamente entre 1960 e 2010, aumentando de 76 milhões em 1960 para 154 milhões em 1990, havendo um crescimento de 78 milhões (102%) de imigrantes. Enquanto que entre 1990 e 2010 as migrações internacionais cresceram 60 milhões (39%), mostrando que, atualmente, a taxa de crescimento esta reduzindo, sendo uma das causas da crise de 2008, assim como o crescimento econômico dos países emergentes que estão se transformando em destinos de imigrantes, tanto dos países ricos como dos mais pobres. (ONU, 2010).

TABELA 1 - MIGRANTES INTERNACIONAIS (MILHÕES)

Ano	Migrantes Internacionais
1960	76
1970	82
1980	100
1990	154
2000	175
2005	195
2010	214

FONTE: ONU, 2010

Com relação à origem-destino dos fluxos migratórios, nota-se pela TABELA 2 A, que os fluxos estão apresentando uma tendência decrescente. Pode considerar-se que a causa desta diminuição esteja na redução do número de migrantes dos países do Sul do mundo, isto é, dos países economicamente menos desenvolvidos. Na opinião de Rosita Milesi e Roberto Marinucci (2008), esta situação resultou devido ao fato de a porcentagem de imigrantes internacionais presentes nos países mais desenvolvidos ter aumentado de 53% (1990), para 62% (2005), considerando desta forma que 1 em cada 3 migrantes vivem na Europa e 1 em cada 4 vivem na América do Norte. Ainda que a proporção de migrantes internacionais da Ásia continue substancial (28%), sua porcentagem diminuiu, assim como na África, América Latina, Caribe e Oceania.

A TABELA 2 A exhibe os fluxos de imigrantes das regiões (Sul-Norte/ Sul-Sul) e (Norte-Norte/ Norte-Sul).

TABELA 2 A – FLUXOS DE IMIGRANTES

Fluxos	Numero Imigrantes (milhões)	% sobre total de imigrantes no mundo
Sul- Norte	62	33%
Sul-Sul	61	32%
Norte-Norte	54	28%
Norte-Sul	14	7%

FONTE: ONU (2010).

Segundo a OIT (2010), a população economicamente ativa de imigrantes internacionais chega a 86 milhões e somente 34% estão nos países em desenvolvimento, afetando diretamente o mercado de trabalho. Neste sentido, ocorre a imigração desta população para os grandes centros, como o mostra a TABELA 2 B. Observa-se que os Estados Unidos e o Canada, depois da Ásia, são o um grande centro receptor de imigrantes (24%), enquanto a América latina participa moderadamente (3%).

A TABELA 2 B, de forma geral, apresenta a população de imigrantes internacionais economicamente ativos.

TABELA 2 B - MIGRANTES INTERNACIONAIS ECONOMICAMENTE ATIVOS TOTAL: 86 MILHÕES

Região	Imigrantes economicamente ativos (%)
América do Norte	24 %
Europa (incluída Rússia)	33 %
Ásia e Oriente médio	29 %
África	8 %
América latina e Caribe	3 %
Oceania	3 %

FONTE: OIT (2010).

Com relação à migração internacional na América Latina, a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL, 2006), no relatório sobre Migração, Direitos Humanos e Desenvolvimento, mostra que o fenômeno migratório aumentou em 100 milhões em 40 anos, representando um crescimento de 4% ao ano no sentido Sul-Norte. No nível dos países latinos a CEPAL, indica que houve um aumento no fluxo migratório de 23%, entre 2000 e 2005; a população imigrante representa 1% da população total, enquanto os emigrantes chegam a 4%, mantendo esta tendência no Chile, Paraguai e o Uruguai, com destaque para o México, aonde os imigrantes chegam a 0,5% e os emigrantes a 9,4%. Na Argentina ocorreu o contrário, 4,2% de imigrantes e 1,3% de emigrantes. No Brasil, ambas populações são equivalentes (0,4%).

Os destinos da migração latina mostram um processo de diversificação crescente, sendo os mais importantes a Espanha, Holanda e Inglaterra, Canadá e Japão. Enquanto na migração intra-américa latina, também tem havido um crescimento, principalmente, entre as fronteiras, mas, no entanto, com novos destinos como o Chile e o Brasil, devido ao importante crescimento econômico, sendo o Chile, destino para países limítrofes (Peruanos, Bolivianos, Centro-americanos) e Centro América, enquanto o Brasil surge como importante destino de peruanos, bolivianos e haitianos.

No caso da imigração boliviana no Brasil, tem acontecido em São Paulo e Corumbá (MTS), estimando-se em 200 mil em São Paulo, cujo perfil é de homens jovens, solteiros com baixa qualificação profissional e oriundos da *La Paz*, *Cochabamba* e Santa Cruz, residindo em bairros como, Brás, Pari e Bom Retiro. A maioria trabalha em pequenas confecções pertencentes aos coreanos e bolivianos e são recrutados pelos compatriotas com carga de trabalho de até 15 horas e com salários de 100 a 200 dólares. (PATUSSI, 2005).

A maioria dos indocumentados sofrem da discriminação e preconceito, por conta da raiz indígena e da condição social. No estudo realizado em São Paulo por Szlvia Simai e Rosana Baeninger (2011), sobre o racismo nos imigrantes bolivianos, no qual se utilizou como amostra, um grupo de estudantes universitários, que apresentaram um discurso de negação do racismo, como forma de recusar a realidade, visto que destacam o país como receptivo ao imigrante, devendo valorizá-lo, usando esta retórica para 'esconder o sentimento de discriminação para com os bolivianos'. Por outro lado, os bolivianos pesquisados mostram um favoritismo com os brasileiros, elogiando-os na recepção ao Brasil e também fazem fortes críticas aos compatriotas por discriminação. Estes também mostram uma baixa estima, o que legitima a situação de discriminação sofrida pelos imigrantes bolivianos. No entanto, a comunidade boliviana se integrou a cultura brasileira, seja por meio das atividades laborais como culturais, os quais tem conseguido realizar Feiras de produtos típicos em São Paulo, sendo parcialmente acolhida pela população paulista, mas tem contado com o apoio municipal.

Outro grupo com forte presença são os haitianos, que historicamente tem como principal destino os EUA, Canadá, França e República Dominicana, mas que devido às catástrofes naturais, considerou como destino o Brasil, pela presença militar na reconstrução do país. A viagem para o Brasil é longa, passando pelos

Equador e Peru e finalizando em Manaus. A partir de 2010 os haitianos chegaram a Manaus, onde foram apoiados pela Pastoral do Imigrante, que junto a organizações sociais e governamentais, conseguiram criar uma estrutura de apoio. O perfil dos haitianos é de homens, com idade de 25 a 35 anos e com especialização profissional. O Estado do Paraná tem recebido estes imigrantes, que somam aproximadamente 350, os quais se encontram trabalhando na área da construção civil e laticínios, segundo levantamentos realizados pelo Comitê Estadual de Refugiados e Imigrantes (CERM), também recebem instrução profissionalizante ministrada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). (COSTA, 2011).

Como pode se observar os bolivianos e os haitianos enfrentam os problemas comuns pertinentes à imigração, mas, no entanto, notou-se que os haitianos sofrem mais devido às difíceis condições materiais de chegada em comparação aos bolivianos, que já têm oportunidades de trabalho diretamente obtidas através das redes de imigrantes existentes tanto no Brasil como na Bolívia.

Com relação à migração internacional feminina, conforme TABELA 3, esta pode ser vista como uma nova força migratória, que segundo a ONU, em 2005 chegava a 49.6% do total, ou seja, correspondem a 94.5 milhões, sendo que é majoritária em todas as regiões com exceção da África e Oriente médio. A feminização das migrações acontece em forma importante nos Estados Unidos e na Europa, onde as mulheres se deslocam sozinhas, visando o envio de remessas para as famílias e para os filhos, observando-se que enviam mais remessas que os homens. No caso da migração intra-regional da América latina, os motivos estão relacionados com a busca de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, muitas vezes induzidas por conflitos armados, catástrofes, exploração sexual e trabalho forçado. (VILLA, 2004).

No caso da América latina, de acordo com Roberto Marinucci (2010), a ONU estima que em 2005, 50.3% dos imigrantes eram mulheres, cuja tendência começou desde os anos 80 e responde a diversos fatores relacionados com o mercado de trabalho, a reunião familiar ou interesse individual, resultando numa tendência mundial como fica demonstrado na TABELA 3. Esta tendência migratória feminina acontece com maior intensidade na Argentina, Venezuela, México, Guatemala e Chile. Esta situação fica exposta no caso da imigração para o Paraná, onde as

imigrantes paraguaias cresceram de 49,1% para 51%, as chilenas de 42,4% para 48%, segundo o Censo de 2000 e 2010 no Paraná.

Como explica Maria N. Rico (2006), referentes aos motivos da migração feminina:

Hasta no hace mucho tiempo una alta proporción de mujeres migraban en calidad de acompañantes de los varones o acogidas a la figura de la reunificación familiar, y un número significativo de mujeres latinoamericanas directamente no migraba (ni sola ni acompañada), mientras sí lo hacían los hombres. En cambio, en la actualidad son numerosas las mujeres que migran solas, muchas veces después de difíciles negociaciones y decisiones dentro de su grupo doméstico o familiar. (RICO, 2006).

Da mesma forma, mostra-se que agora além das remessas econômicas, surgem as ‘remessas sociais’, as quais são entendidas como:

Las remesas sociales son las ideas, los comportamientos, las identidades, y el capital social que fluye desde las comunidades de destino hacia las comunidades de origen, y viceversa. Las ideologías de género sobre las normas, los roles, y las relaciones de hombres y de mujeres, son remesas sociales intangibles que acompañan flujos transnacionales de personas, dinero, y otros objetos materiales. Estos flujos transforman las realidades en ambos lados, creando nuevas versiones de lo que significa ser hombre o mujer, cómo se negocian pautas en el hogar, quiénes pueden trabajar fuera de la casa, quiénes deberían realizar las tareas domésticas, etc. (RICO, 2006).

Desta forma, o papel da mulher imigrante esta gerando uma mudança tanto qualitativa como quantitativa na migração mundial.

TABELA 3 - MIGRAÇÃO INTERNACIONAL FEMININA (2005)

Região	Migração internacional feminina (%)
América do Norte	50.4 %
Europa (incluída Rússia)	53.4 %
Ásia e Oriente médio	44.7 %
África	47.4%
América latina e caribe	50.3 %
Oceania	54.3 %
Mundo	49.6%

FONTE: ONU (2006).

Outro fator relevante é a crescente perda gerada pela emigração populacional qualificada, a exemplo do Uruguai, onde o perfil dos emigrantes saídos entre 2000 e 2006 apresentam idades entre 20 e 30 anos, majoritariamente homens, com nível educacional superior, segundo a *Encuesta Nacional de Hogares Ampliada*

(ENHA) de 2006. No entanto, esta situação está sendo parcialmente revertida, devido aos fluxos de retorno, que estão surgindo a partir dos EUA e Europa, os quais são motivados pela crise econômica de 2008 e pelo estímulo das ações de Políticas Migratórias que permitem o retorno dos imigrantes e suas famílias.

Por fim, após a apresentação da análise, foram identificadas diversas tendências nas migrações internacionais:

1. a população migrante vai continuar crescendo e gerando um intenso processo de mobilidade, mas com taxas de crescimento menores se comparadas com as altas taxas históricas, devido à crise econômica que teve início em 2008, nos Estados Unidos e Europa.
2. os fluxos migratórios estão diminuindo devido à alta participação atual dos imigrantes nas economias desenvolvidas, restringindo as oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, limitando a entrada de novos fluxos, qual é com potenciado com o endurecimento das Políticas Migratórias dos países receptores (EUA e Europa);
3. os fluxos migratórios femininos estão em contínuo crescimento, já sendo majoritário em quase todas as regiões receptoras, com exceção de Ásia e África. Esta tendência também se manifesta nos fluxos intra-latinoamérica, no qual a população feminina assume cada vez mais, uma maior importância, como é o caso das paraguaias no Paraná, no qual se observa que apresentam um crescimento na participação, de 49.1% para 51%, e das chilenas que crescem de 42% para 48%, entre de 2000 e 2010 (TABELA 22).
4. os fluxos migratórios estão apresentando uma composição diferente, pois, além de decrescerem nos países ricos, estão aumentando o destino para os países emergentes como, Brasil, Rússia, Índia e China (BRICs), mas no entanto, com uma composição diferente da mão-de-obra imigrante, visto que atualmente, junto aos fluxos de imigrantes retornados, existem os imigrantes provenientes de países ricos que possuem um alto nível de educação e especialização laboral, que também vão competir no mercado do trabalho dos países emergentes. Da mesma forma, está reversão dos fluxos pode ser parcial, pois os países ricos, possivelmente, voltarão a crescer e serão novamente destinos importantes para os imigrantes no mundo.

Finalmente, nota-se que os atuais fluxos migratórios globais, mostram um perfil diferente em relação aos apresentados nos anos 1980 e 1990, sendo caracterizados por uma migração no sentido Sul-Sul, com uma diferença menor entre os volumes de imigração e emigração, como resultado dos fluxos de retorno, com forte componente de gênero, importantes fluxos intra-região e fronteiriços e emigração qualificada em dois sentidos. Desta forma, este novo perfil transforma-se num desafio para a modernização das Políticas Públicas Migratórias elaboradas em consenso com as organizações da Sociedade Civil.

2.2 MIGRAÇÃO PARA AS AMÉRICAS

As migrações internacionais são um dos resultados da globalização recente, afetando tanto as economias ricas como as emergentes, pois grandes fluxos de imigrantes são parte ativa das economias desenvolvidas.

Segundo o professor Herbert Klein (1999, p.16), os principais fatores da imigração na América latina são a sobrevivência básica da família, a perseguição por nacionalidade e o credo religioso. No entanto, também considera que a condição econômica, é o fator mais relevante. Dentro destes, três são os fatores específicos: o acesso a terra e ao alimento, a produtividade da terra e o número de membros da família a serem mantidos (alta taxa de natalidade e baixa mortalidade). A combinação destes três fatores podem explicar as migrações dos séculos XIX e XX na América.

Os fatores de atração dos imigrantes europeus para a América foram: a terra cara e a mão-de-obra barata. Enquanto que para a América era ao contrario, terra abundante e disponível e a mão-de-obra escassa e cara, como explica Klein:

[...] a possibilidade de obter terra era uma constante atração para todos os imigrantes. Com a terra barata – novamente em comparação com os padrões europeus – era grande a possibilidade de trabalhadores sem terra conseguirem as próprias fazendas, muitas vezes num período de tempo curto após a chegada. (KLEIN, 1999. p.16).

Este mesmo autor considera que a populações americanas apresentou uma evolução que se iniciou com a expansão da Espanha, importante potência econômica mundial no século XVI e início do século XVII. Os primeiros

colonizadores chegaram às ilhas ocidentais (Cuba, Porto Rico e Jamaica) e posteriormente concentraram-se no México e o Peru, onde se concentravam as jazidas de prata e ouro. O poder deste contingente se manifestou com a chegada de 200 mil espanhóis na América com 75 mil escravos africanos para controlar 4 milhões de índios. Da mesma forma, os portugueses, que tinham um império com domínios na Ásia e África, decidiram iniciar a colonização do Brasil através de uma agricultura comercial baseada na colonização escravista, começando pela produção do açúcar.

No final do século XVI, de acordo com Klein (1999), os franceses e holandeses começam a fundar colônias na América do Norte e nas Índias Ocidentais. Na América do Norte a colonização europeia contava com poucos indígenas para exploração, assim como poucos produtos para a exportação a Europa. Frente a essa situação, os franceses e holandeses, tiveram que trazer da Europa, trabalhadores com baixa qualificação, obtendo assim um baixo custo com mão-de-obra, a qual estava destinada a produzir, principalmente, o tabaco e o índigo, que eram exportados para a Europa. A partir do ano de 1700, as populações libertaram-se dos colonizadores franceses e holandeses e começaram a produzir o tabaco e o algodão, a importar em grande escala escravos da África e a empregar os imigrantes europeus. Como resultado desses fluxos de escravos e imigrantes para a América do Norte, após a independência americana, a economia se abriu para o mercado mundial, chegando a dispor de uma marinha mercante de grande porte, somente superada pela marinha da Inglaterra.

Dessa forma, de acordo com Klein (1999), em 1790 ocorreu nos Estados Unidos um crescimento de 3,1 milhões de brancos e 700 mil escravos africanos para 7,8 de brancos e 1,7 milhões de escravos, em 1820. Entre 1820 e 1880, o fluxo migratório para os EUA sofreu uma mudança na sua composição, pois agora estava formado por irlandeses (como antigamente), por alemães e escandinavos, os quais representam 80% do total de imigrantes europeus (11,8 milhões).

O Canadá foi o segundo maior receptor de imigrantes europeus, chegando a 1,4 milhões entre 1820 e 1880. Já o Brasil foi o terceiro maior receptor de imigrantes, oriundos principalmente da Alemanha e Itália, os quais se instalaram no Sul e Sudeste, chegando a atingir uma população de 448 mil em 1880, sendo mais importante a chegada de escravos da África, que totalizaram uma população de 3 milhões (TABELA 4 A).

A Argentina foi outro importante país receptor, pois tinha uma pequena população e grandes extensões de terras disponíveis. Até 1880, chegaram 440 mil imigrantes europeus, os quais representavam em 1914, 30% da população argentina.

A migração proveniente da Ásia foi importante para substituir a mão-de-obra escrava na América, entre 1848 e 1874, 125 mil chineses emigraram para Cuba, 90 mil para o Peru e 18 mil para Guiana.

No período de 1880 a 1915, surgiram as grandes migrações causadas pela perspectiva de melhores condições econômicas nas Américas e pelo desenvolvimento do transporte marítimo. No entanto, a composição dos fluxos migratórios mostra uma alteração, pois antes de 1880 os europeus do norte dominavam a migração, enquanto entre 1880 e 1915 os imigrantes provinham do sul da Europa, sendo na sua maioria italianos pobres, além de poloneses e russos do sexo masculino e adultos, chegando a 31 milhões e sendo os EUA o principal receptor (21,7 milhões), seguido do Canadá (2,5 milhões), Argentina (4,2 milhões) e o Brasil (2,9 milhões). Dentre dos imigrantes europeus, os italianos representavam 7,1 milhões, os austríacos 4,2 milhões, espanhóis 3,2 milhões, russos e poloneses 2,5 milhões, alemães 2,2 milhões e portugueses 1 milhão, sendo que 80% dos portugueses emigraram para o Brasil e 20% para os EUA. (KLEIN, 1999).

Os altos índices de migração entre 1871 e 1915, não tiveram mais como ser mantidos, pois com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, gerou-se uma queda no fluxo migratório, causada pela limitação do mercado de trabalho e pela crise econômica de 1929, especialmente nos EUA. Por outro lado, a Europa sofre mudanças que limitam o interesse por emigrar, principalmente pela expansão da industrialização e a queda na taxa de natalidade, pelos quais a migração acaba reduzindo entre 1929 e 1945.

A partir de 1940, a migração para às Américas retoma o crescimento, mas em menor proporção, com fluxos de trabalhadores qualificados e profissionais, que em alguns casos eram subsidiados pelos governos para emigrar. Os EUA continuam sendo o maior captador de imigrantes europeus, atingindo 300 mil, seguidos do Canadá, com 200 mil e América Latina com 338 mil. No entanto, além da migração europeia, surge a migração asiática e a interamericana para os Estados Unidos, a qual foi chamada de migração “nova-nova”.

Esta migração para os EUA apresenta trabalhadores melhor qualificados, que aceitam trabalhar com um menor status, mas, no entanto, com uma melhor remuneração a que tinham no país de origem. A forma de integração dos imigrantes latinos e asiáticos foi diferente, os latinos aceitavam ter um status baixo em troca de melhores salários, em detrimento da educação, pois pensavam em voltar. Já os asiáticos preferiam sacrificar uma melhor renda em troca da educação para os filhos, de forma a ter melhores condições futuras de vida. Isso demonstra porque os asiáticos foram o principal grupo de imigrantes a ingressar nas universidades americanas. (PORTES; RUMBAIT, 2006).

Convém observar que no desenvolvimento das Américas, os imigrantes internacionais ocuparam um importante papel, pois permitiam povoar regiões desabitadas e oferecer mão-de-obra barata para um processo de substituição de importações e forte urbanização, que estava sendo implementando através de Políticas Públicas na região. As melhores condições de trabalho na América determinaram o fluxo migratório, no qual, quase todos os grupos de imigrantes obtiveram sucesso, com exceção dos africanos que não conseguiram a incorporação para melhores condições de mercado de trabalho, por causa do escravismo e do preconceito racial. (PORTES; RUMBAIT, 2006).

Os fluxos migratórios continuam existindo nas Américas, principalmente ao nível interamericano onde, Argentina, Brasil e Venezuela foram, além dos EUA, os maiores receptores de imigrantes, sendo hoje um importante fator de desenvolvimento econômico, social e multicultural dos países latinos. De acordo com a CEPAL (2006), os padrões de migração internacional na América latina em 2000, são similares aos de 1970 (5.8 milhões em 1970 e 5.9 milhões em 2000), causados pelo retorno dos imigrantes para os respectivos países de origem, devido ao termino dos regimes militares, principalmente na América do Sul.

Por outro lado, a 'migração fronteiriça', é um fenômeno permanente na América latina por razões de trabalho principalmente. O caso que mais se destaca é dos mexicanos para os Estados unidos, que sempre foi intenso, desde a segunda guerra mundial, até hoje, assim como o dos nicaraguenses na Costa Rica, os colombianos na Venezuela. Na América do Sul destacam-se os peruanos no Chile, os bolivianos e paraguaios no Brasil, na década de 2000. (MARINUCCI, 2010).

Desta forma, pode destacar-se que os fluxos migratórios apresentam mudanças através do tempo. Os fluxos europeus e japoneses, foram os que deram

início à imigração para o Brasil, depois vieram os fluxos formados pelos imigrantes provenientes da Ásia (chineses e coreanos) e pelos Latino-americanos, principalmente do Cone Sul. Esta dinâmica nos fluxos migratórios também se converte em desafios para a definição das Políticas Migratórias, que devem adequar à estrutura jurídica às novas formas que assumem os imigrantes no processo de integração à sociedade brasileira.

2.2.1. Migração para o Brasil

As principais nacionalidades que imigraram para o Brasil foram a Italiana, Portuguesa, Espanhola, Alemã e Japonesa (TABELA 4 A).

No caso da imigração da Espanha para o Brasil, cabe observar que a imigração buscava além da terra, explorar jazidas minerais com indígenas, enquanto que a imigração portuguesa intensificou uma economia agrícola comercial escravista, fundada com mão-de-obra escrava.

No caso do Brasil, os imigrantes espanhóis preferiam optar por ter como destino a Argentina e Cuba (82% entre 1882 e 1930), o que pode ser explicado por fatores culturais (língua, tradições, etc.). O Brasil teve que desenvolver uma ampla campanha de propaganda na Espanha para conseguir o interesse destes imigrantes, oferecendo benefícios, dentre os quais, a viagem de graça para o Brasil. (MARTINEZ, 2000).

No caso de Portugal, o Brasil foi o destino preferido, alcançando uma representação de mais de 80% do total (1,3 milhões) de imigrantes entre 1855 e 1914. Os fatores que deram impulso a essa imigração para o Brasil foram: a legislação facilitadora, o registro estatístico e a modernização da navegação marítima. (LEITE, 2000).

Após a II Guerra mundial, o perfil do imigrante europeu era de trabalhadores qualificados e profissionais. No caso do Brasil e Argentina, após 1960, a imigração, assim como nos EUA era igualmente de latinos e asiáticos. Do total de imigrantes na América, a metade voltou para o país de origem, enquanto a outra metade se integrou à cultura do país.

Quanto à imigração alemã no Brasil, está se concentrou entre 1824 e 1930, através da colonização baseada na pequena propriedade familiar, principalmente no sul do país, ocupando terras públicas e em centros urbanos, formando colônias com

práticas de manutenção da cultura alemã, não só quanto aos hábitos e costumes, mas também em instituições germânicas, como os colégios, as sociedades culturais e também na imprensa em língua alemã. Os primeiros imigrantes alemães chegaram por volta de 1800 no Rio de Janeiro (Petrópolis) e na Bahia (Salvador). E em maior volume, estão os que chegaram até 1820, que totalizam quase 250.000 imigrantes, os quais se fixaram no Rio Grande do Sul, Santa Catarina (Blumenau, Joinville e Itajaí) e no Paraná (Guarapuava). O governo queria colonizar o Sul do país para ocupar terras nativas, concedendo então, privilégios para os pequenos proprietários agrícolas (até 75 hectares), isso ocorreu até 1850. Após esta data, a terra foi vendida a crédito. Para manter as tradições culturais, os imigrantes criaram a escola germânica, com o intuito de preservar a 'germanidade' e sociedade, através das quais se imprimiam jornais e livros e no idioma alemão, originando desta forma um grupo étnico exclusivo. (SEYFERTH, 2000).

Segundo Giralda Seyferth (2000), o objetivo da imigração alemã branca, foi o branqueamento da população, promovido pelo governo federal. Durante a II Guerra Mundial, o governo brasileiro proibiu a aprendizagem em alemão, a impressão de jornais, criação e funcionamento de escolas e sociedades, não só como medidas de segurança interna, mas também, como fazendo parte de uma campanha de nacionalização. No entanto, no interior das famílias se manteve uma cultura familiar de acordo ao estilo de vida dos alemães.

Com relação à imigração italiana, segundo Klein (1999) e Zuleika Alvim (2000), verificou-se que os italianos que chegaram ao Brasil, principalmente em São Paulo, no final do século XIX e início do século XX, provindos do sul da Itália, com vocação agrícola-camponesa, os quais substituíram a mão-de-obra do escravo negro nas ocupações mais baixas das fazendas cafeiteiras, observando, no entanto, que estes imigrantes eram mais bem considerados pela sociedade brasileira, por serem brancos e católicos. Entretanto, segundo Lucia Lippi Oliveira (2001), muitos italianos não se acostumaram ao sistema escravista e preferiram migrar para as cidades, ocupando atividades de operário industrial, comerciante, jornalista e etc., aproveitando o crescimento da cidade de São Paulo. Como consequência, surgiram os bairros italianos como o Brás, Bexiga e Bom Retiro, que chegaram a alcançar, em 1920, uma população de 400 mil pessoas.

Desta forma, de acordo com Zuleika Alvim (2000), observa-se que a entrada dos italianos em São Paulo foi pautada pela demanda de mão-de-obra especializada

para uma nascente indústria brasileira, como mostram as estatísticas trabalhistas, onde em 1912, 59% dos operários eram italianos e 18% brasileiros, sendo o restante de origem espanhola e portuguesa. Sendo assim, segundo Lucia Lippi Oliveira (2001), os imigrantes italianos assumiram cada vez mais, uma identidade nacional, que se traduziu na criação de sociedades esportivas (Corinthians e o Palmeiras), jornalísticas, industriais, assim como empresariais e sindicais, além de contribuírem nas artes, cinema, arquitetura e na gastronomia.

Com relação à imigração japonesa, pode observar-se que os japoneses começaram a chegar ao Brasil a partir de 1908, representando na década de 40, uma população de 190 mil imigrantes, sendo que o maior fluxo migratório aconteceu entre 1925 e 1935. No entanto, o ingresso no Brasil não foi bem visto pela sociedade, pois não eram brancos nem católicos (como os imigrantes europeus) e não ajudavam no 'branqueamento' da raça, que estava sendo promovido pelo governo da época. (OLIVEIRA, 2001, p.56).

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelos imigrantes japoneses foram na agricultura, onde obtiveram sucesso, desmontando os questionamentos gerados pelos brasileiros que os consideravam como pouco aptos, devido às diferenças culturais com o Brasil. Convém destacar que esse grupo diferencia-se dos demais grupos imigrantes, por ser uma imigração 'tutelada' pelo governo do Japão, pois era dirigida, subsidiada e estimulada pelo governo japonês, que participou ativamente para que a fixação dos imigrantes fosse bem sucedida no Brasil. A causa desta 'tutelação' pode ser identificada na política migratória do governo japonês em estimular o envio massivo de trabalhadores para o exterior, visando diminuir o crescimento populacional e gerar melhores condições de vida para os imigrantes (SAKURAI, 1995).

Segundo Célia Sakurai (1995, p.215), a entrada no Brasil ocorreu com maior força entre 1908 e 1925, quando ingressaram 32 mil imigrantes japoneses, que formavam 6.200 famílias. Convém destacar, que os acordos entre o governo do Japão e do Brasil consideravam que o imigrante deveria viajar com sua família, objetivando desta forma, ter mais mão-de-obra disponível e manter a permanência por mais tempo. Em 1923, o subsídio que os imigrantes recebiam dos governos japonês e brasileiro para emigrar, foi cortado, mas isso, no entanto, não deteve os fluxos migratórios, ao contrário, as entradas aumentaram entre 1924 e 1941, resultando no ingresso de 137 mil imigrantes. Desta forma, a imigração japonesa no

Brasil foi importante para desenvolvimento do país, tanto em termos econômicos quanto na sociedade brasileira.

Com relação à imigração vinda da África, este foi o único grupo de imigrantes que não teve sucesso, devido ao confinamento forçado da escravidão, gerando uma forte discriminação racial que os impediu de ter mobilidade social. Até os séculos XIV e XVI a proporção de escravos indígenas era maior que a dos negros, pois estes eram usados para fazer comida na lavoura e extrair ouro. Já os negros que vinham de Portugal, foram utilizados para capturar índios nas chamadas “guerras justas”. A partir do século XVII, os negros também passaram a ser utilizados na extração de ouro, principalmente em Minas Gerais, aumentando desta forma a população de escravos. Convém destacar que outro grupo de negros, que provinham de Angola e Cabo Verde, foram enviados para o Rio de Janeiro, para trabalhar na produção agrícola, em fazendas no interior do estado.

Com a chegada dos portugueses na Bahia e no Rio de Janeiro, os negros começaram a competir com São Paulo, desenvolvendo uma atividade econômica que compreendia desde a mineração até a lavoura (cana, açúcar), levando a uma diminuição da escravidão indígena e liberação da escravidão indígena no século XVIII. Do século XVII ao XVIII os escravos negros assumiram a base produtiva (mais lavoura e menos mineração), estruturando uma população formada por 55% de brancos e 45% de negros.

No século XIX a produção de café assume uma maior importância que a do açúcar, implicando conseqüentemente em uma maior demanda de escravos, gerando então uma escassez que é suprida pelos escravos do norte do Brasil, onde a lavoura é menor, ocasionando o aumento no preço do escravo e a diminuição do tráfego. Esta situação levou a uma maior importação de imigrantes brancos proveniente da Europa (alemães, russos, italianos, poloneses, etc.). O crescimento do comércio e da indústria em São Paulo intensifica a utilização do imigrante branco, deixando-se então de ser usada a mão-de-obra do negro, reduzindo desta forma o tráfego de escravos. Em 1888, elimina-se a escravidão, gerando uma desorganização do setor rural, pois o negro tinha cada vez menos participação na economia, a qual estava sendo suprida pelo imigrante branco.

Analisando os fluxos migratórios de entrada em termos populacionais no Brasil, observou-se em geral que na primeira década de 1900, a população total

entrante migrante chegava a 622.407 de imigrantes e em 1960, apresentou uma queda para 583.068 pessoas, como será apresentado na TABELA 4 A.

No final do século XIX, em 1870 as principais migrações provinham de Portugal e Itália, mas ainda de forma incipiente. Entre 1870 e 1900, nota-se que o fluxo migratório, alcançou um crescimento de 251%, totalizando 622 mil migrantes entrantes na década de 1900, destacando-se como sendo as mais importantes, a portuguesa e italiana, mas, no entanto, com um crescente volume de imigrantes espanhóis. No período da II Guerra Mundial (1940-49), os fluxos entrantes chegavam a 114 mil, mostrando uma queda de -66%, com relação ao período de 1930-39, destacando-se apesar disso, a chegada dos primeiros imigrantes japoneses.

Na década de 60, observou-se um crescimento do fluxo de imigrantes de entrada de 73% em relação à década de 40, chegando a quase 200 mil imigrantes, sendo as mais importantes à portuguesa, espanhola e a japonesa. Na década de 70, a imigração volta a crescer 214% com relação à década de 1960, principalmente pela chegada de outros imigrantes provenientes da América latina e a Ásia (chineses e coreanos). Na imigração italiana e alemã o crescimento foi menor e houve uma queda na portuguesa e espanhola, já a migração japonesa manteve-se constante, como apresenta a TABELA 4 A. Possibilitando desta forma, identificar que as nacionalidades que mais contribuíram como imigrantes foram, à portuguesa e a italiana, tendo a imigração concentrada em dois períodos: 1872 - 1879 e 1900 - 1909. Outras nacionalidades como a espanhola se concentraram no período de 1900 - 1919.

A TABELA 4 A, exhibe a população de imigrantes no Brasil, conforme nacionalidade.

TABELA 4 A - FLUXOS DE POPULAÇÃO IMIGRANTE, PRINCIPAIS NACIONALIDADES NO BRASIL (1872 -2004)

Período	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Alemã	Japonesa	Outras	Total
1872/79	55.027	45.467	3.392	14.325	-	58.126	176.337
1880/89	104.690	277.124	30.066	18.901	-	17.841	448.622
1890/99	219.353	690.365	164.293	7.084	-	107.232	1.198.327
1900/09	195.586	221.394	113.232	13.848	861	77.486	622.407
1910/19	318.481	138.168	181.651	25.902	27.432	123.819	815.453
1920/29	301.915	106.835	81.931	75.801	58.284	221.881	846.647
1930/39	102.743	22.170	12.746	27.497	99.222	68.390	332.768
1940/49	45.604	15.819	4.702	6.807	2.828	38.325	114.086

TABELA 4 A - FLUXOS DE POPULAÇÃO IMIGRANTE, PRINCIPAIS NACIONALIDADES NO BRASIL (1872 -2004)

							(Conclusão)
1950/59	241.579	91.931	94.693	16.643	33.593	104.629	583.068
1960/69	74.129	12.414	28.397	5.659	25.092	51.896	197.687
1970/2004	48.142	18.015	11.012	24.600	23.592	395.516	620.877
1872/2004	1.707.249	1.639.702	726.116	247.067	270.904	1.266.141	6.866.178
%	24,9	23,9	10,6	3,6	3,9	18,4	100,0

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base em Zamberlam (2004); Levy (1994); Censos do IBGE.

Esta situação fica também confirmada, na análise histórica dos estoques de população de imigrantes, entre 1940 e 2010, apresentadas na TABELA 4 B, onde nota-se que as principais nacionalidades de origem europeia que iniciaram a migração para o Brasil, foram lideradas pelos portugueses, seguidos dos italianos, espanhóis, japoneses e alemães, representando a maioria da população migrante, principalmente, entre 1940 e 1980, enquanto que entre 1980 e 2010, começam a decrescer rapidamente, em média acima de 60%, sendo as maiores quedas apresentadas os pelos espanhóis, italianos e japoneses, seguidos dos portugueses e alemães.

Já no caso dos imigrantes provenientes das Américas e da África, ocorre o contrário. Nos imigrantes provenientes das Américas, observa-se que iniciaram uma forte imigração para o Brasil, a partir da década de 80, apresentando uma média de 65% de crescimento entre 1980 (125 mil) e 2010 (207 mil) e 168% entre 1940 (77 mil) e 2010 (207 mil). No caso dos imigrantes africanos, o crescimento foi de 118% entre 1980 (16 mil) e 2010 (35 mil). Desta forma, o estoque de população migrante no Brasil, em 2010, é liderado pelos imigrantes provenientes das Américas, seguidos dos portugueses, japoneses e africanos, sendo que estes últimos já superavam, em 2010, os migrantes espanhóis e quase empataram com os italianos.

Conforme descrito, os estoques de população de imigrantes de acordo com as principais nacionalidades apresenta-se da seguinte forma (TABELA 4 B).

TABELA 4 B - ESTOQUES DE POPULAÇÃO DE IMIGRANTES, PRINCIPAIS NACIONALIDADES NO BRASIL (1940-2010)

Período	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Alemã	Japonesa	Americana	Africana	Outras	Total
1940	380.316	324.414	160.551	77.756	144.331	77.157	1.609	240.208	1.406.342
1950	336.837	242.279	131.600	65.814	129.192	66.995	1.659	239.598	1.213.974
1960	431.047	187.377	144.080	52.161	149.138	75.993	7.002	353.487	1.400.285
1970	437.983	152.801	130.122	51.728	154.006	86.012	7.086	209.390	1.229.128
1980	392.661	108.790	98.515	41.753	138.480	125.878	16.495	188.338	1.110.910

TABELA 4 B - ESTOQUES DE POPULAÇÃO DE IMIGRANTES, PRINCIPAIS NACIONALIDADES NO BRASIL (1940-2010)

(Conclusão)									
1991	236.610	66.295	57.888	24.329	85.572	131.273	14.050	124.756	767.773
2000	213.201	55.031	43.757	19.555	70.931	159.895	15.626	105.986	683.982
2010	132.972	37.165	30.735	16.241	49.058	207.203	35.617	76.592	590.583
2010 / 1940	- 63,7	- 88,5	- 80,9	- 79,1	- 66	168,5	2.113,60	- 68,1	- 58
2010 / 1980	- 64,9	- 65,8	- 68,8	- 61,1	- 64,6	64,6	115,9	- 59,3	- 46,8

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base em Zamberlam (2004); Levy (1994); Censos do IBGE.

Analisando os fluxos migratórios totais para o Brasil, desde 1872 até 2010, apresentados pela TABELA 5, verifica-se que o período de maior crescimento (205%), aconteceu no período de 1890 até 1900, causado pela migração portuguesa, espanhola e italiana. Nota-se que, entre 1900 e 1920, o crescimento foi menor (45%), gerado pela migração alemã e japonesa e pela queda na migração portuguesa e italiana.

A partir de 1940 observa-se uma tendência de decréscimo nos fluxos migratórios, ainda que na década de 60 com relação a 1950, tenha havido um crescimento menor, 15.3%, motivado pelas migrações provenientes do Cone sul, mas que, no entanto não permitiram compensar as quedas nos fluxos migratórios históricos dos europeus (portugueses, italianos, alemães). Isto fica mais claramente demonstrado ao se analisar a variação entre diversos períodos na parte inferior da TABELA 5, onde as taxas são positivas nos períodos de 1872-1920, 176%, e 1900-1940, 30%. Enquanto as taxas são fortemente negativas nos períodos de 1960-1980 (-35%), 1980-2000 (-25%) e 2000-2010 (-13%), devido aos fluxos menores de europeus.

Mais recentemente, nota-se que ao total da imigração para o Brasil tem apresentado uma tendência decrescente, desde 1980 com 912.848 pessoas, 767.780 em 1990, 683.830 em 2000 e 590.583 em 2010, demonstrando uma queda de 15 %, 24% e 15% de 1980 em relação a 1990, 2000 e 2010 respectivamente, conforme apresentado (TABELA 5).

Desta forma, aponta-se que a migração das comunidades históricas europeias, no início do século XX, apresentaram uma tendência crescente, sendo paulatinamente substituída pela imigração proveniente da América latina, principalmente do Cone Sul e da Ásia, a partir de 1970, mas que não consegue reverter à tendência de queda geral. Os fluxos migratórios desta nova migração

serão analisados no próximo tópico, tendo como foco a América do Sul e os países que formam parte do objeto de estudo deste trabalho.

A TABELA 5 a seguir apresenta o total de imigrantes internacionais no Brasil.

TABELA 5 - TOTAL DE IMIGRANTES INTERNACIONAIS NO BRASIL (1872-2010)

Período	Total	Varição %
1872	388.459	-
1890	351.545	-9,5
1900	1.074.511	205,7
1920	1.565.961	45,7
1940	1.406.342	-10,2
1950	1.214.184	-13,7
1960	1.400.480	15,3
1970	1.229.128	-12,2
1980	912.848	-25,7
1991	767.740	-15,9
2000	683.830	-10,9
2010	580.583	-15
1872-1900	-	176,6
1900-1940	-	30,9
1940-1960	-	-0,4
1960-1980	-	-34,8
1980-2000	-	-25,1
2010-2000	-	-15,1

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base em Zamberlam (2004); Levy (1994); Censos do IBGE (2000 e 2010).

2.2.2 Migração Latino-Americana para o Brasil

Primeiramente, analisando os estoques de imigrantes, segundo a TABELA 6, observa-se que a participação da população imigrante sobre a população brasileira mostra um decréscimo de 61%, entre 1940 e 1970, principalmente pelos menores fluxos de imigrantes europeus. Em 1980, mostra uma alta taxa que chega a 9.3%, iniciando uma tendência continua decrescente até 2010, ainda com a entrada de imigrantes do Cone Sul e asiáticos, que não apresentam condições de neutralizar esta tendência.

Diferente desta realidade, no Paraná nota-se que em 1940 o total dos imigrantes chegava a 66 mil, o qual representava 4,7% da população total imigrante no Brasil, crescendo para 7,2% em 1960 e mantendo-se nesta faixa até 1990, quando volta a crescer para 8,3% em 2010, devido à entrada de latinos (argentinos, paraguaios, uruguaios, peruanos), além dos americanos, africanos e árabes, como fica demonstrado (TABELA 8 A).

Analisando os imigrantes, segundo a região de origem, conforme TABELA 6, nota-se que as maiores taxas de crescimento apresentadas entre 1940 e 2010, foram de 2.113% dos africanos e 168% dos provenientes das Américas. No entanto, este último grupo assume a segunda posição, representando em 2010, 35% do total de imigrantes, ficando atrás dos europeus, que lideram com 44%, enquanto que os Africanos tem uma baixa representação (6%), seguidos dos provenientes da Oceania, que apresentaram um importante crescimento de 502%, mas representando 0.15% do total. Desta forma, observa-se que a composição da migração teve uma importante mudança a partir de 1980, principalmente pela migração das Américas e dentro desta da América latina.

TABELA 6 - IMIGRANTES NO BRASIL SEGUNDO REGIÃO DE ORIGEM.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Var.* 2010/ 1940 (%)
Pop.* Total	41.236.315	51.944.397	70.992.343	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.590.693	190.732.694	362,5
E.* Total BR	1.406.342	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982	590.583	-58
E. BR Total Pop. BR (%)	0,34	0,23	0,20	0,13	0,93	0,52	0,40	0,31	-8,8
E. PR	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662	49.065	-26,4
E. PR Total Pop. BR (%)	4,7	6,3	7,2	6,5	6	6,3	7,3	8,3	75,3
Am*	77.157	66.995	75.993	86.012	125.878	131.273	159.895	207.203	168,5
Europa	1.126.772	964.295	963.469	916.268	758.530	482.221	384.906	263.948	-76,6
Ásia	200.195	179.375	202.153	214.052	198.775	135.590	121.871	80.105	-60
África	1.609	1.659	7.002	7.086	16.495	14.050	15.626	35.617	2.113,60

TABELA 6 - IMIGRANTES NO BRASIL SEGUNDO REGIÃO DE ORIGEM.

(Conclusão)

Oc.	143	254	1615	569	662	544	536	861	502,1
País não decl.	466	1.398	150.053	5.141	10.570	4.095	1146	2.849	511,4
Total	1.406.342	1.213.974	1.400.285	1.229.128	1.110.910	767.773	683.982	590.583	- 58.0

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base nos Censos IBGE 2000 e 2010, Zamberlam (2004); Levy (1994).

Nota: * População (Pop)/ Estrangeiros (Estrg.)/ Variação (Var.)/ Américas (Am)/ Africa (Afr.)/ declarado (decl.)

Com relação à imigração da América do Sul para o Brasil, segundo os dados dos Censos do IBGE (1960 até 2010) e conforme apresentado na TABELA 7, observa-se que a população total de migrantes internacionais no Brasil apresentou uma tendência de queda de -31%, no período de 1991/1980 e de -15% em 2000/1991. Esta tendência não se manifestou com os imigrantes latino-americanos, que mostram um crescimento permanente entre 1960 e 2010, sendo de 53% no período 1980/1970, causado pela chegada dos chilenos e uruguaios e de 26% em 2010/2000 com a entrada dos paraguaios e argentinos, como será mostrado mais adiante pela TABELA 7. Isto também fica demonstrado ao observar-se a participação total dos imigrantes latinos no Brasil, a qual apresenta um crescimento de 6% em 1970/1960, de 22% em 2000/1991 e 31% em 2010/2000, indicando uma tendência de crescimento contínua.

Ao analisar-se a participação dos 4 países estudados com relação à América latina, pela TABELA 7 observa-se que apresentam uma proporção maior que 70% entre 1960 e 1991, reduzindo para 67% em 2000 e 59% em 2010. Desta maneira demonstra-se que os principais fluxos migratórios para o Brasil tiveram como origens estes quatro países, mas que também indica uma tendência crescente, distinta à ocorrida no total da população imigrante.

TABELA 7 - IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS NO BRASIL (1960-2010)

Ano	ARG.*	CH*	PA*	UR*	Sbttotal	Total AL*	Subt/AL %	Var.* *AL %	Total Migr BR	Var. %	Mig.AL/ Total Migr. Br %
1960	15.877	1.458	17.748	11.890	46.973	63.888	73,5		1.400.480	-	4,6
1970	17.213	1.900	20.025	12.853	51.991	71.833	72,4	12,4	1.227.791	12,3	5,9
1980	26.633	17.830	17.560	21.238	83.261	110.497	75,4	53,8	1.111.639	- 9,5	9,9

TABELA 7 - IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS NO BRASIL (1960-2010)

											(Conclusão)
1991	25.468	20.437	19.018	22.141	87.064	118.525	73,5	7,3	767.648	-30,9	15,4
2000	27.501	17.731	28.822	22.740	96.794	144.238	67,1	21,7	651.228	- 15,2	22,1
2010	29.066	15.432	39.251	24.048	107.797	181.337	59,4	25,7	590.583	- 9,3	30,7

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base nos Censos IBGE 1960 até 2010.

Nota: * Argentina (ARG) / Chile (CH)/ Paraguai (PA)/ Uruguai (UR)/ América Latina (AL)/ Variação (Var).

Segundo a TABELA 7, observa-se que os imigrantes provinham da Argentina, Paraguai e Uruguai, os quais apresentam crescimento desde 1960 até 2010, sendo que o grupo dos chilenos é o que mostra uma diminuição a partir dos anos 1990, principalmente pelo retorno originado na melhoria das condições econômicas do Chile. Por outro lado, verifica-se que a participação relativa deste grupo é pequena com relação à população total de imigrantes do Brasil, por exemplo, em 2010, os paraguaios representavam 2,8%, seguidos dos argentinos com 2,0%, uruguaios com 1,7% e os chilenos com 1,1%.

No caso da emigração dos argentinos, de acordo com Laura Calvelo (2007), os principais países onde fixaram residência foram, a Espanha (28%), EUA (18%), Paraguai (10%) e o Chile (8%), onde o Brasil representa 4,4%, sendo um dos países com menor residência de argentinos no exterior. Segundo Gabriela A. Sala e Jose Alberto M. de Carvalho (2008), o Brasil é um dos destinos preferidos dos argentinos, desde os anos de 1990, principalmente como resultado das crises econômicas, mostrando um crescimento de 10% entre 1990 e 2010, que tem sido facilitado pelos acordos realizados pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e pelo trabalho nas atividades econômicas da Indústria e Comércio, em 2000, no Paraná, e conforme apresentado (TABELA 28 A).

Considerando os imigrantes na Argentina, segundo levantamento do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC), em 2000 a principal comunidade residente são a dos paraguaios (20%), seguidos dos bolivianos (15%), chilenos (13%), enquanto os brasileiros representam 3,0% (45 mil) de um total de 1,5 milhão de imigrantes. Sendo assim, fazendo-se uma comparação, na Argentina existem mais imigrantes brasileiros do que imigrantes argentinos no Brasil, fato que mostra uma maior preferência dos brasileiros por emigrar para a Argentina que os argentinos vir para o Brasil.

No caso do Chile, os principais destinos, entre 1970 e 2000, tem sido a Argentina (56%), EUA (21%), Canadá (7,0%) e o Brasil (4,6%) do total de

emigrantes chilenos. No Brasil, este grupo é pouco representativo, pois participa com 0,1% em 1970 e 1,1% em 2010, conforme a TABELA 7. O contexto da emigração chilena tem estado associado a fatores econômicos (crises de 1981 e 2000) e político (Golpe Militar de 1973), sendo que as décadas de 70 e 80 caracterizaram-se pela migração por causas políticas. O Brasil passou a ser considerado como opção de destino nos anos de 1970 e 1980 pelas razões anteriormente apresentadas, sendo que em 1990 os chilenos preferiram iniciar um fluxo de retorno, o qual gera uma queda no total de chilenos no Brasil. Este grupo tem atuado nas atividades econômicas no Comércio e Intermediação Financeira, em 2000, no Paraná, conforme TABELA 28 A.

Em 2009, os imigrantes no Chile, totalizavam 350 mil estrangeiros, sendo que a maior comunidade era a dos peruanos com 37%, na sequência vinham os argentinos (17%) e bolivianos (7,0%), enquanto os brasileiros representavam 2,7% (9 mil), ocupando a mesma posição dos Americanos. Desta forma, a população brasileira imigrante no Chile é menor do que a dos imigrantes chilenos no Brasil. Sendo assim, observa-se que os chilenos tem maior preferencia por emigrar para o Brasil, que os brasileiros para o Chile.

A emigração do Paraguai, segundo o Censo de 2000, alcançou a 380 mil, sendo que os principais destinos foram a Argentina (84%), Brasil (8% ou 29 mil), EUA (3,5%) e Canadá (1,4%). No caso do Brasil, a emigração paraguaia acontece principalmente nos anos de 1990 e 2000, concentrando-se nos estados do Paraná (37%), Mato Grosso (27%) e São Paulo (15%), geradas pelas crises econômicas internacionais, que impactaram fortemente na economia mono exportadoras e de serviços do Paraguai. (SALAS; CARVALHO, 2008).

A imigração no Paraguai, segundo o Censo de 2000, chegou a 173 mil estrangeiros, sendo que os principais imigrantes foram os brasileiros (47% ou 81 mil) e argentinos (36%). Os brasileiros iniciam a emigração no Paraguai a partir dos anos 1960 e 1970, por causa da abertura da fronteira e colonização agrícola, da expansão da rede viária, da construção da ponte sobre o Rio Paraná e a Hidroelétrica Itaipu. O crescimento apresentado pelo Brasil, entre 1991 e 2002, alcança a 43% na população imigrante no Paraguai, segundo a Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2011). Desta forma, observa-se que a população brasileira no Paraguai é superior a população paraguaia no Brasil, o que demonstra o interesse dos brasileiros em emigrar ao Paraguai devido às oportunidades econômicas e

agrícolas oferecidas, enquanto que os paraguaios emigram para o Brasil para aproveitar as oportunidades laborais, onde trabalham nos segmentos agrícola e industrial, em 2000, no Paraná, conforme apresenta (TABELA 28 A).

Segundo Neide Patarra (2004) e Patarra e Rosana Baeninger (2006), como exemplo deste interesse de emigração dos brasileiros para o Paraguai, pode citar-se o caso dos brasiguaios (brasileiros com residência no Paraguai), que são pequenos e médios proprietários, arrendatários e assalariados do setor agrícola, os quais estão localizados no interior ou na fronteira do Paraguai com Brasil.

Este grupo forma um complexo sistema de redes sociais, formado pelos níveis econômico-legais (atividades de comércio, financeiras), ideológico-culturais (idioma, comunicação, mídia, tradições), parentesco (relações familiares, casamento); movimentos sociais (associações sociais e empresariais), político-eleitorais (direito a voto, eleições), serviços (saúde, educação, previdência) e pelos níveis econômico-ilegais (narcotráfico, contrabando, lavagem, de dinheiro e prostituição), que facilitam o aproveitamento das oportunidades laborais e empresariais dos brasileiros no Paraguai. (HAESBAERT; BARBARA, 2001).

A emigração do Uruguai tem estado historicamente concentrada na Argentina, sendo que em 1960 representava 84% do total de estrangeiros na Argentina. No entanto, este fluxo migratório sofreu uma mudança a partir de 1980, no qual o Brasil surge como uma nova opção para os uruguaios, sendo que em 1980 representavam (12%) e em 2000 (11%), da população uruguaia no estrangeiro, segundo os Censos de 1980 e 2000. Com relação aos imigrantes brasileiros no Uruguai, observa-se que, em 2008, representavam 16% do total de imigrantes, sendo os argentinos (32%) e os espanhóis (20%), as maiores comunidades neste país, segundo o Censo de 2008. A causa da emigração brasileira para o Uruguai está principalmente nos fluxos entre as cidades limítrofes uruguaias (Rivera, Cerro Largo, Artigas), com as brasileiras (Santana do Livramento, Quaraí, Jaguarão). Desta forma, segundo Salas e Carvalho (2008) e Patarra e Baeninger (2004), nota-se que a imigração Uruguaia no Brasil é superior à população brasileira no Uruguai, o que demonstra o interesse dos uruguaios por residir no Brasil, visando aproveitar as melhores oportunidades laborais, que estão, como se observa pela TABELA 28 A, nos segmentos do Comércio, Educação e Saúde.

Com relação aos fluxos migratórios para o Paraná, pode observa-se, pela TABELA 8 A, que entre 1940 e 2010, os grupos que apresentaram maior

crescimento foram em ordem decrescente: bolivianos, chineses, mexicanos, peruanos, equatorianos, chilenos, colombianos, paraguaios, venezuelanos, americanos/ canadenses, uruguaios, argentinos e franceses. Nota-se também que os latinos e os asiáticos lideram os fluxos migratórios para o Paraná, principalmente a partir de 1980, destacando os africanos, que mostram um forte crescimento como grupo de nacionalidade.

Dentre as nacionalidades com maior queda, identifica-se em ordem decrescente: Rússia, Polônia, Romênia, Itália, Hungria, Alemanha e Japão. Desta forma, a imigração proveniente da Europa, mostra uma queda importante a partir de 1980 com exceção dos franceses e portugueses.

A TABELA 8 A, exibe os fluxos migratórios no Paraná entre 1940 e 2010.

TABELA 8 A - FLUXOS DE IMIGRANTES DO PARANÁ POR NACIONALIDADE(1940-2010)

Países de Naturalidade	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	Var. 2010/1940 %
Alemanha	7.658	7.190	6.796	6.272	4.879	2.772	2.083	1.771	-76,9
Angola	-	-	-	-	320	200	423	246	-
Argentina	951	1.069	1.209	1.559	2.255	2.720	2.927	3.212	237,7
Áustria	6.859	3.179	1.722	1.529	974	417	430	313	-95,4
Bélgica	35	45	93	103	168	38	90	93	165,7
Bolívia	4	26	139	197	379	590	415	536	13.300,00
Bulgária	31	17	58	76	51	41	23	-	-100
Canadá	8	14	36	172	47	58	92	82	925
Chile	19	17	53	153	703	1.358	1.052	943	4.863,20
China	15	40	724	373	386	578	1.478	1.760	11.633,30
Colômbia	4	5	26	26	40	69	159	124	3.000,00
Coréia	-	-	-	163	93	60	110	172	-
Costa Rica	-	-	6	11	30	21	11	-	-
Cuba	4	3	31	14	15	11	51	-	-100
Dinamarca	40	56	-	54	47	37	40	-	-100
Egito	20	19	-	-	58	75	54	-	-100
Equador	1	5	71	16	19	17	43	66	6.500,00
E. Unidos/Porto Rico	131	195	367	492	590	439	582	1.273	871,8
Finlândia	10	41	-	22	24	16	-	-	-100
França	231	314	336	364	357	251	482	445	92,6
Grã-Bretanha	174	114	125	100	98	56	137	233	33,9
Grécia	58	73	151	197	127	111	68	-	-100
Guatemala	-	4	13	19	-	-	-	-	-
Guiana Francesa	-	-	24	4	56	239	-	-	-
Guiana Inglesa	3	1	5	29	6	-	-	-	-100
Haiti	-	3	31	24	21	-	-	-	-
Holanda	327	444	1.188	922	663	443	601	366	11,9
Honduras	-	2	-	26	15	17	-	-	-

TABELA 8 A- POPULAÇÃO DE IMIGRANTES DO PARANÁ POR NACIONALIDADE (1940-2010)
(Conclusão)

Hungria	506	382	390	418	326	139	88	82	-83,8
Índia	4	-	-	46	40	74	72	-	-100
Irlanda	242	-	-	28	10	-	-	-	-100
Israel	-	-	-	76	135	63	33	-	-
Itália	8.389	10.276	8.850	7.523	4.742	2.973	2.010	1.621	-80,7
Iugoslávia	499	729	2.160	1358	1139	984	554	-	-100
Japão	8039	15.393	23.979	20.644	15.771	9.961	7.994	6.234	-22,5
Lituânia	498	-	-	-	-	-	101	-	-100
México	5	11	48	19	12	21	26	360	7.100,00
Moçambique	-	-	-	-	106	132	213	348	-
Nicarágua	7	-	34	55	24	36	37	-	-100
Noruega	13	12	11	43	7	-	14	-	-100
Oceania (Austrália)	5	44	273	49	40	34	61	-	-100
Panamá	-	1	192	13	32	30	-	-	-
Paquistão	-	-	-	18	4	-	-	-	-
Paraguai	1360	1.195	2.855	3542	4202	5.593	10.621	15.869	1.066,80
Peru	10	11	120	60	186	205	412	708	6.980,00
Polônia	14.392	12.978	7.080	6.913	5.079	2.103	1.445	670	-95,3
Portugal	3.452	4.615	8.273	9.120	9.117	6.628	6.036	4.625	34
Repúb. Dominicana	1	1	13	37	7	-	-	-	-100
Romênia	478	677	658	623	561	465	92	85	-82,2
Rússia	5.346	7.442	5.190	3.943	2.370	1266	422	203	-96,2
Salvador	-	1	19	237	20	16	14	-	-
Síri/Liban/Pales/ Iraq/Árabia	1.810	1.829	2.755	2.949	2465	2456	3.882	-	-100
Suécia	46	43	-	66	108	10	85	-	-100
Suíça	436	395	-	357	302	161	155	202	-53,7
Suriname	2	4	43	21	4	-	-	-	-100
Tchecoslováquia	169	248	290	237	189	103	97	-	-100
Turquia	83	39	43	54	30	26	39	-	-100
Uruguai	127	151	173	302	546	759	814	588	363
Venezuela	7	4	45	90	40	35	55	95	1.257,10
Outros países A. Central	287	9	18	23	12	31	-	93	-67,6
Outros países Ásia	10	44	294	248	322	399	185	141	1.310,00
Outros países Europa	86	12	700	56	119	3	613	369	329,1
Outros países África	22	48	198	211	326	113	241	3.409	15.395,50
País não declarado	31	439	15.394	858	313	84	116		-100
TOTAL PARANÁ	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662	51.075	- 23,4

FONTE: O autor (2013). Elaborada base dos Censos IBGE (2000 e 2010), Zamberlam (2004); Levy (1994).

Ao analisar o comportamento dos grupos latinos, objeto de estudo deste trabalho, nota-se pela TABELA 8 B, que no período de 1940 a 2010, o maior índice de crescimento ocorreu no grupo dos chilenos, 4.800%, seguidos de 1.000% dos paraguaios, 363% dos uruguaios e 237% dos argentinos. No entanto, considerando-se os períodos de 1980 e 2010, a liderança fica com os paraguaios (277%), seguidos dos argentinos (42%), chilenos (34%) e uruguaios (7%), mostrando que a partir de 1980, os fluxos migratórios latinos cresceram rapidamente em volume, pois em 1980 representam 12% e em 2010 participam com 40% do total de imigrantes no Paraná, com crescimento de 248%, entre 1980 e 2010.

Considerando este mesmo período (1980 e 2010) no Brasil, fazendo uma análise comparativa, observa-se que, os paraguaios cresceram 123%, sendo um crescimento, menor do que o do Paraná (277%). Os uruguaios aumentam 13%, obtendo um crescimento maior que o do Paraná (7%). Já os argentinos, também tiveram um crescimento menor com em comparação com o Paraná, alcançaram 9%, contra (42%). Os chilenos que decresceram (-13%), enquanto no Paraná houve um crescimento de 34%, ou seja, os imigrantes destes grupos mostram maiores taxas de crescimento no Paraná que no Brasil, com exceção dos uruguaios.

A TABELA 8 B apresenta os imigrantes Latino-Americanos no Paraná no período de 1940 e 2010.

TABELA 8 B - IMIGRANTES LATINO-AMERICANOS NO PARANÁ (1940-2010)

Países	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2010/1940 (%)	2010/1980 (%)
Argentina	951	1.069	1.209	1.559	2.255	2.720	2.927	3.212	237,7	42,4
Chile	19	17	53	153	703	1.358	1.052	943	4.863,20	34,1
Paraguai	1360	1.195	2.855	3542	4202	5.593	10.621	15.869	1.066,80	277,7
Uruguai	127	151	173	302	546	759	814	588	363	7,7
Subtotal (1)	2457	2432	4290	5556	7706	10456	15414	20612	738	167,5
Total PR (2)	66.653	76.592	100.955	80.497	66.185	48.224	49.662	51.075	-23,4	-22,8
1/2 (%)	3,6	3,1	4,2	6,9	11,6	21,7	31	40,4	1.022	248,3

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base nos Censos IBGE (2000 e 2010), Zamberlam (2004); Levy (1994).

Com relação à concentração geográfica dos imigrantes totais no Brasil, esta aconteceu principalmente, nas regiões Sul e Sudeste, as quais receberam uma média de 80%, sendo 65% para o Sudeste, com destaque para São Paulo (17%) e

Rio de Janeiro (10%), os Estados do Sul mantiveram uma média de 15%, sendo de 7% no RS, 5.6% em SC e 6.3% no PR, entre os períodos de 1872 e 2000. (ZAMBERLAM, 2004).

Analisando as causas que motivaram aos imigrantes destes quatro países a emigrar para o Brasil, destacam-se as de origem econômica (crises) e política (golpes de estado). As crises econômicas da década de 90, segundo Sala e Carvalho (2008), afetaram fortemente a Argentina, Paraguai e Uruguai, os imigrantes destes países consideraram o Brasil como uma nova opção migratória, transformando o país numa importante opção de emprego, devido à flexibilização do emprego, diversidade industrial, globalização econômica, mobilidade do imigrante e extensão territorial. Como forma de mostrar os efeitos das crises que aconteceram, a TABELA 9, mostra as variações do PIB e do desemprego desde 1980 até 2010.

A Argentina, Paraguai e Uruguai apresentaram altas taxas de desemprego entre 1990 e 2000, segundo TABELA 9. No caso do Brasil, a crise econômica ocorrida nos anos de 1990 impactou fortemente, havendo uma melhora a partir de 2004 até 2010, gerando novos fluxos migratórios do Cone Sul para o Brasil, especialmente de argentinos e paraguaios.

No caso dos chilenos, cuja maior migração aconteceu nas décadas de 70 e 80, o processo migratório nos anos 90 e 2000 foram inversos, gerando um fluxo de imigrantes que retornaram ao Chile, devido à melhor condição econômica do país, com taxas médias de crescimento do PIB, mais ainda com altas taxas de desemprego (TABELA 9).

TABELA 9 - VARIAÇÃO PIB E DESEMPREGO (1980 – 2010)

PAÍS	1980-1989		1990-2000		2001 – 2010	
	PIB	Desemprego	PIB	Desemprego	PIB	Desemprego
Argentina	-1,1	5,5	4,7	12,5	8	11,3
Chile	3,0	14,0	6,2	7,8	3,7	8,6
Paraguai	3,0	5,5	2,1	6,8	2,5	9,0
Uruguai	0,0	10,5	2,9	9,5	4,3	12,4
Brasil	1,3	5,5	2,5	6,0	3,8	9,5

FONTE: CEPAL. Anuário Estatístico de América Latina e Caribe (1980,1990, 2000 e 2010).

No caso do Paraguai, cuja maior migração aconteceu na década de 1990 e 2000, mostrando uma inserção laboral que se orientou para as atividades urbanas no Paraná (36,9%), Mato Grosso do Sul (26,5%) e São Paulo (14,4%) que

concentraram o total da imigração deste país. Esta situação ocorreu pelo processo de urbanização da fronteira com este país, pois importantes empreendimentos foram desenvolvidos nos setores metalomecânicos e automotriz no Paraná e Santa Catarina, além do comércio intrafronteiriço entre Foz de Iguaçu e *Ciudad Del Leste* (SALA; CARVALHO, 2008).

No caso da Argentina, cuja maior migração ocorreu na década de 1970 e 1980, considerando-se, no entanto, que nas décadas de 1980 e 1990 os imigrantes tenham se dirigido ao Brasil por razões de violência política e alta taxa de desemprego, os quais tinham uma orientação para ocuparem fontes de trabalho no setor industrial brasileiro, pois se caracterizavam por possuir alta qualificação profissional. Os fluxos, em geral, concentraram-se em São Paulo (35,4%), Rio Grande do Sul (16,3%), Rio de Janeiro (13,2%), Paraná (10,6%) e Santa Catarina (9,1%), ainda que nos anos 80 tenham se concentrado principalmente, no Rio de Janeiro, enquanto nos anos 90 em São Paulo e nos anos 80 e 90 no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Convém destacar que também existiu um fluxo de imigrantes na década de 2000 pela forte crise econômica acontecida na Argentina no início desta década. (SALA; CARVALHO, 2008).

Para os imigrantes do Uruguai, os motivos da imigração, cuja maior migração aconteceu na década de 1970 e 1980, foram na década de 1980, causados pelo desemprego, violência política e pela desindustrialização da economia, o que levou a uma imigração para o Brasil de imigrantes de alta qualificação, sendo que neste país a taxa de migração chegou a superar a taxa de natalidade, gerando uma diminuição da população total. Os destinos foram, prioritariamente, Rio Grande do Sul (63,3%) e São Paulo (15,8%). (SALA; CARVALHO, 2008).

Por fim, observa-se que a migração da América do Sul, para o Brasil e especificamente, para o Paraná foram importantes alavancas para substituir os menores fluxos migratórios históricos provenientes da Europa, sendo que o Paraná mostrou uma importante força para reforçar os estoques de imigrantes já consolidados no Estado. No entanto, convém observar que o comportamento dos fluxos migratórios, anteriormente descrito, tanto ao nível global como dos países, objeto deste estudo, são de alguma forma influenciados, pela estrutura jurídica existente e manifestada através das políticas públicas migratórias, o que torna relevante a sua apresentação. Desta forma, na sequência serão apresentadas as

Políticas Migratórias do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, incluindo desde a perspectiva dos padrões migratórios, os fluxos emigratórios, como das especificidades das políticas públicas de migração e a participação da sociedade civil na estrutura das mesmas.

2.3 POLÍTICAS MIGRATÓRIAS

2.3.1 Cenários migratórios

O cenário das migrações tem sofrido importantes mudanças nos últimos anos. Já não se pode mais abordar o tema migrações, somente em direção aos países ricos (EUA e Europa), sem também expor a forte corrente migratória Sul-Sul, somada à migração Norte-Sul, além da migração de retorno.

Segundo um informe de 2013 da Anistia Internacional, existem cerca de 214 milhões de pessoas que vivem fora do país de nascimento. Esta organização demonstra preocupação com este tema, devido à ‘passividade’ mundial que está tornando o mundo em um lugar cada vez mais perigoso para as pessoas refugiadas e imigrantes. (AMNESTY, 2013)³.

As políticas migratórias nos países ricos caracterizam-se por serem do tipo, repressivas e restritivas como mostram ‘A Diretiva de Retorno’, na Europa e os ‘Programas de Migração Seletiva’, nos Estados Unidos. Na América Latina, em especial na América do Sul, estão ocorrendo importantes movimentos de grupos de pessoas, gerando correntes intra-regionais Sul-Sul, onde os imigrantes sofrem de xenofobia e racismo. Nas últimas décadas as migrações para a América do Sul foram motivadas por diversos fatores, entre eles estão: econômicos, laborais, sociais, culturais e políticos. Os imigrantes vêm à procura de melhores perspectivas de vida, condições de trabalho e salários, buscando melhorar na posição profissional e na escala social, na integração em grupos de referência, além de fugir da perseguição política (no país de origem). Estes têm sido os principais fatores

³ AMNESTY INTERNATIONAL (Anistia Internacional) – organização não governamental, voltada para os direitos humanos, cujo objetivo é “realizar pesquisas e gerar ações preventivas para acabar com o grave abuso dos direitos humanos e exigir justiça para aqueles cujos direitos tenham sido violados”. Fundada em Londres pelo advogado Peter Beneson, em 1961, após a publicação do artigo “Os Prisioneiros Esquecidos” no The Observer. Organização premiada com o Prêmio Nobel da Paz (1977), pela campanha contra a tortura, tendo recebido também o Prêmio das Nações Unidas no domínio dos direitos humanos (1978).

geradores da migração, tanto no próprio continente ou fora dele. (TEXIDÓ; GURRIERI, 2012).

Historicamente, desde os meados de século XX, até os anos de 1980, a emigração latina estava direcionada para os países ricos (Estados Unidos, Europa Ocidental e Canadá), principalmente como 'expulsores' de mão-de-obra, devido ao alto crescimento econômico dos países desenvolvidos.

A partir da década de 90 e início do século XXI, os países da América Latina, apresentaram um processo de estabilidade e recuperação da economia e do mercado de trabalho, causando uma queda nas migrações extra-regionais e um aumento das migrações intra-regionais, principalmente as que tiveram como destino Argentina, Brasil e Chile. (GARCIA, 2012).

Da mesma forma, ocorre um processo de migração de retorno, promovido pelas crises de 2008, que afetaram os países ricos, gerando um fluxo migratório de retorno para a Argentina, Bolívia, Chile, Brasil, Equador e Uruguai.

Segundo Ezequiel Texidó e Jorge Gurrieri (2012), a dinâmica migratória no Cone Sul, tem as seguintes características:

1. Existência de polos de atração

O Brasil, Argentina e Chile, destacam-se como polos de atração, sendo importantes receptores, enquanto que a Bolívia, Peru, Colômbia, Equador e Paraguai apresentaram-se como importantes países de origem da emigração regional, tendo por destaque a forte presença feminina.

2. Existência de irregularidade dos fluxos

Essa irregularidade ocorre no sentido de que a população emigrante procura regularizar sua permanência nos países de destino, sendo que a Argentina, Brasil, Chile, Equador, Paraguai e Venezuela, desenvolveram diversos processos de legalização (regularização) dos imigrantes.

3. Os fluxos migratórios extra-região

Na última década concentram-se nos EUA (3,1 milhões), Espanha (2,1 milhões), principalmente, como o caso dos colombianos nos EUA (208 mil), Espanha (373 mil) e os equatorianos com 564 mil nos EUA e 500 mil na Espanha.

No caso do Brasil, observa-se uma forte presença nos EUA (1,2 milhões em 2000), no Japão (150 mil), Portugal (118 mil) e na Espanha (146 mil). Já os argentinos fixaram residência na Espanha (279 mil em 2010) e nos EUA (224 mil em 2010). No caso dos paraguaios, concentraram-se na Espanha (89 mil em 2010) e nos EUA (20 mil em 2010). Os uruguaios também preferiram imigrar para a Espanha (83 mil em 2010) e EUA (56 mil em 2010). Os chilenos apresentaram menores fluxos, com presença nos EUA (126 mil em 2010) e na Espanha (65 mil em 2010).

Desta maneira, verifica-se que na década de 2000 os fluxos extra-regionais tiveram um importante crescimento, que foi provocado pelos problemas econômicos no Cone-Sul. No entanto, após as crises acontecidas nos EUA e Europa, estes fluxos passaram por uma mudança relevante, que reforçou os fluxos intra-regionais, assim como os fluxos extra-regionais, que se direcionaram para o Cone-Sul. Estes fluxos extra-regionais tem sua origem na Ásia, África, Europa, EUA e no Caribe, dirigindo-se principalmente para a Argentina e Brasil (asiáticos e africanos).

Os espanhóis concentraram sua imigração em 2010 para a Argentina (33 mil), Uruguai e Chile (6 mil) e para o Equador (6 mil).

“Os imigrantes americanos direcionaram-se para a Argentina, Brasil e Uruguai, como resultado da expansão econômica destes países, ocorrida nos anos 2000”. (PATARRA; FERNANDEZ, 2011).

4. Resultado da expansão dos fluxos intra e extra-regionais para o Cone-Sul

Como resultado desta expansão os países receptores tiveram a necessidade de construir um marco normativo que atendesse às necessidades dos imigrantes e dos países receptores. Este marco pode ser caracterizado como “oportunista”, visando fomentar a imigração ou restritivo, objetivando a proteção do mercado laboral e limitando a entrada de estrangeiros. Da mesma forma, as políticas migratórias incluem o princípio de não discriminação das pessoas por razões étnicas, local de nascimento, raça e etc.

A grande quantidade de imigrantes irregulares tem levado diversos países, como o Brasil, Chile, Equador e Venezuela, a desenvolverem não só processos de

regularização migratória, como também novos acordos bi e multilaterais entre países, assim como, os assinados entre o MERCOSUL e na Comunidade Andina de Nações (CAN), os quais têm permitido avanços importantes no nível regional. (TEXIDÓ; GURRIERI, 2012).

5. Participação da Mulher na imigração intra e extra-regional e recursos humanos qualificados

Um fator importante para se destacar é a forte participação da mulher na imigração intra e extra-regional, assim como a demanda por recursos humanos qualificados (TABELA 3).

De acordo com Ezequiel Texidó e Jorge Gurrieri (2012), nos foros mundiais de migração, tem se declarado a necessidade de incluir nos debates sobre as Políticas Públicas Migratórias, as organizações da Sociedade Civil, assim como as organizações dos emigrantes, com o objetivo de construir novas Políticas Públicas de desenvolvimento e migração de caráter participativo com a Sociedade Civil.

Na perspectiva de Cristina Zurbriggen e Lenin L. Mondol (2010), a problemática migratória precisa de:

- a) desenho de Políticas Migratórias ativas que permitam gerar espaços de discussão que conduzam a políticas de “consenso e legítimas”, assim como o uso do conhecimento de “experts” ou especialistas sobre o tema;
- b) uma nova institucionalidade e instrumentos para abordar esta complexa problemática, incluindo tanto ministérios e secretarias, como entidades de sociedade civil (ONG's), igrejas, universidades, organizações de migrantes no exterior, etc.;
- c) tratamento multidisciplinar e inter-estados, que permita um enfoque transversal, de forma a articular diversos organismos públicos e privados, nacionais e internacionais.

Desta maneira, em face às propostas anteriores, nota-se que as Políticas Migratórias ainda têm muito espaço a ser conquistado, no sentido de oferecer aos imigrantes uma cultura e condições de vida dignas como cidadãos do país de acolhimento.

Na sequência apresentaremos a análises das Políticas Migratórias de Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, desde a perspectiva dos padrões migratórios (imigração e emigração), assim como a estrutura jurídico-institucional e a participação da Sociedade Civil.

2.3.2 Políticas migratórias do Brasil

O perfil sócio demográfico do Brasil, conforme TABELA 10, apresenta-se da seguinte forma:

TABELA 10 - PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DO BRASIL

Território	8.514.880 km ²
População	193.946.886
Densidade Populacional	23 habitante / km ²
Taxa de Migração neta	- 0,09 (2010)
PIB	US\$ 2.396.000 milhões
Remessas	US\$ 1.989 milhões

FONTE: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, 2013.

2.3.2.1 Padrão migratório dos brasileiros

A partir de 1980, observa-se uma troca de perfil, onde anteriormente era notória a recepção de fluxos de europeus e asiáticos, nos anos de 1990, foram os Sul-americanos os imigrantes que predominavam no Brasil, sendo quase 40% do total. (PATARRA; BAENINGER, 2006).

Além dos motivos econômicos, a falta de documentação dos imigrantes caracterizam a imigração, que foi provocada pela oportunidade de trabalho oferecida pela economia brasileira, a qual, nos anos de 1990, ainda estava em processo de estabilização (Plano Real), permitindo posteriormente um crescimento da economia em forma sustentável na década de 2000.

Considerando os Censos de 1980 a 2010 (IBGE) apresentados (TABELA 6), nota-se que os fluxos provenientes da Europa e Ásia têm decrescido (- 65% e -60%, respectivamente), enquanto que, nos provenientes da América e, principalmente, da África, tem aumentado (65% e 118%, respectivamente).

No caso dos imigrantes americanos, observa-se que o crescimento tem sido provocado pelo aumento dos fluxos provenientes da América Latina em especial o Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai, que são o objeto deste estudo, mostrando uma

participação na imigração da América latina de 72%, em média, entre 1980 e 2010, como esta indicado (TABELA 7).

Outra informação relevante é a participação da imigração da América Latina na população total imigrante do Brasil, a qual aumentou de 9,9%, em 1980, para 30,7% em 2010 (TABELA 7). O perfil resultante desta imigração para o Brasil, segundo o Perfil Migratório do Brasil da IOM (2009) e o Relatório do PNUD (2009), pode ser resumido da seguinte maneira:

- o total de imigrantes internacionais na população brasileira tem decrescido de 0,9% em 1980, para 0,3 em 2010 (TABELA 6);
- a migração feminina manteve-se em 46%, entre 1990 e 2010;
- na década de 80, os homens com mais de 12 anos de estudos, provinham dos Estados Unidos (82%), Japão (78%) e da Europa (63%), enquanto que em 2000, os EUA respondem por 78% e a Europa (76%) e atualmente a Argentina representa 52%.
- no caso das mulheres com estudos superiores há 12 anos, na década de 80, provinham dos EUA (86%) e Europa (60%), já nos anos de 2000, vinham dos EUA (91%), Argentina (68%), Europa (67%) e Japão (62%);
- os imigrantes paraguaios destacam-se tanto em homens quanto em mulheres, com um período de até 8 anos de estudos (56%);
- os fluxos migratórios (1990 e 2000) concentraram-se em duas cidades, Rio de Janeiro e São Paulo. O Rio de Janeiro mostra um maior fluxo de africanos (37%), seguidos dos europeus e americanos (14% cada um). Já em São Paulo, concentraram-se os fluxos dos asiáticos (44%), japoneses (38%), uruguaios (20%) e americanos e argentinos (16%), durante o período de 1990 e 2000;
- a faixa etária da imigração internacional mostra uma importante presença de jovens e adultos em idade produtiva (15 a 64 anos) e com significativa participação feminina, como no caso dos argentinos.
- com relação à ocupação/cargos ocupados, no período de 1990 e 2000, observa-se que 52% dos imigrantes dos EUA, encontram-se nas áreas das ciências e das artes; 48% dos imigrantes da Oceania e 21% da África ocupavam cargos na direção/organização de empresas; No setor público, 57% são da Oceania, 35% da Ásia, 31% da Europa e 20% do Japão (IBGE, 2000);

- considerando os segmentos econômicos, os paraguaios se sobressaem na Agricultura; Já os argentinos, chilenos, bolivianos e europeus se destacam na Indústria de Transformação; No Comércio estão os asiáticos; No setor Financeiro, destacam-se os japoneses, americanos e chilenos e no setor de Educação estão os americanos, europeus e peruanos.
- com relação às autorizações de trabalho, concedidas aos estrangeiros, os EUA é o principal país, representando 15% do total, entre 2005 e 2008. Os países asiáticos, entre 1990 e 2008, aumentaram as autorizações, principalmente, China e Japão. Enquanto que os países da América Latina tiveram suas autorizações reduzidas, especialmente os argentinos, ao contrário dos chilenos, venezuelanos e bolivianos, onde houve um aumento das autorizações;
- no Paraná, segundo os Censos IBGE (1980 e 2011), os latinos e asiáticos, lideram os fluxos migratórios para o Paraná, a partir de 1980. Entre os latinos destacam-se os bolivianos, peruanos, chilenos, paraguaios e argentinos. Nos asiáticos, o grupo migratório dos chineses, foi o que apresentou um decréscimo. A Polônia, Romênia, Itália, Alemanha e Japão, ganharam destaque por apresentarem os maiores fluxos migratórios de 1940 até 1970, no Paraná;
- com relação aos grupos migratórios deste estudo no Paraná, no período de 1980 e 2010, os paraguaios, destacam-se com crescimento de 377%, seguidos dos argentinos (142%), chilenos (134%) e uruguaios (107%), conforme apresentado (TABELA 8 B);
- com relação às causas que provocaram a imigração destes grupos migratórios para o Brasil, foram de natureza econômica e política, dependendo do país de origem e do período da chegada. Considerando os fatores econômicos, conforme a TABELA 9 verifica-se que nos anos de 1980, os países estudados apresentavam baixas taxas de variação do PIB e alto desemprego. Na década de 1990, os países melhoraram o PIB, mas o desemprego continuou alto e nos anos de 2000 o PIB cresce e o desemprego volta a crescer. O Brasil aponta destaque no crescimento econômico, transformando-se em um país de destino para os imigrantes latinos destes países, pela diversificação industrial/produtiva, o que

permite abrir oportunidades de emprego para os migrantes, assim como ser receptor de imigrantes que vem, fugindo das ditaduras, principalmente nos anos de 1980.

- a imigração do Paraguai no Paraná ocorreu na década de 90 e 2000, como apresentado na TABELA 8 B, provocada pelos baixos níveis da economia e alta taxa de desemprego, conforme a TABELA 6, instalando-se no Paraná, com maior força, devido à urbanização da fronteira e crescimento no setor agrícola no estado. (SALA; CARVALHO, 2008);
- no caso da imigração argentina no Paraná, cujos maiores fluxos são observados nos anos de 1990 e 2000, em consequência da violência política e da alta taxa de desemprego, onde ocuparam posições no setor industrial, devido à alta qualificação profissional como fica demonstrado (TABELAS 28 A e 28 B).
- o caso dos imigrantes chilenos no Paraná, mostra uma maior imigração nos anos de 1970 e 1980, procurando fugir das crises econômicas e políticas do Chile, permitindo a integração nos segmentos da Indústria, Comércio e Educação, como fica demonstrado pelas TABELAS 28 A e 28 B, sendo que no período entre 1990 e 2000, resultou no retorno ao país, devido à melhoria da economia do Chile;
- os imigrantes uruguaios no Paraná também emigraram para o Brasil pelos altos índices de desemprego e crises políticas e econômicas, principalmente nos anos de 1970 e 1990, obtendo colocação em setores do Comércio e Financeiros, devido à alta qualificação profissional;
- a imigração boliviana no Brasil tem acontecido em São Paulo a Corumbá, Mato Grosso do Sul (MTS), estimando-se em 200 mil em São Paulo, cujo perfil é de homens jovens, solteiros, baixa qualificação profissional e oriundos da *La Paz*, *Cochabamba* e Santa Cruz, residindo em bairros como Brás, Pari e Bom Retiro. A maioria trabalha em pequenas confecções pertencentes aos coreanos e bolivianos e são recrutados pelos compatriotas com carga de trabalho de até 15 horas e com salários de 100 a 200 dólares. (PATUSSI, 2005);
- os haitianos, a partir de 2010, chegam a Manaus. O perfil dos haitianos é de homens, idade de 25 a 35 anos e com especialização profissional. O Estado do Paraná tem recebido estes imigrantes, aproximadamente 350,

que se encontram trabalhando na área da construção civil e laticínios, segundo levantamentos realizados pelo CERM. (COSTA, 2011).

Finalmente, segundo o perfil descrito, a imigração no Brasil apresentou mudanças na composição dos fluxos, sendo no início do século XX formada por europeus e japoneses, e a partir dos anos 1970 a imigração é reforçada por latinos e asiáticos. Os fluxos migratórios latinos estão formados por argentinos, chilenos, paraguaios e bolivianos, mas que de acordo à qualificação educacional e profissional e ao apoio das redes sociais, os faz atuar em segmentos e funções laborais diferenciadas e conseqüentemente apresentar distintas experiências migratórias.

2.3.2.2 A emigração dos brasileiros

A partir de 1980, o Brasil começa a apresentar um perfil emigratório, representado por uma importante parcela de brasileiros que se dirigiram para países desenvolvidos por razões de melhoria econômica. Segundo levantamentos realizados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), em 2008 existiam 3,1 milhões de brasileiros no exterior, sendo os destinos preferidos, os EUA (1,2 milhões), Europa (766 mil), América do Sul (611 mil) e Ásia (318 mil). O perfil desta emigração mostra-se masculino (na década de 80) e com uma alta feminização nas décadas de 1990 e 2000.

Com relação às origens, segundo Rosana Baeninger e Weber Soares (2009), nos anos de 1980, os emigrantes provinham dos estados do Sul e Sudeste (90%) e após 1990, surge um crescimento da emigração provinda do Nordeste, com destino aos EUA e Europa e do Norte com destino a Venezuela, Peru e Bolívia. Em relação à emigração para os EUA, localizando-se como região de origem o Sudoeste brasileiro e por regiões de destino do Nordeste (*New-Jersey* e *Massachussets*), do Sul (Florida) e do Oeste (Texas e Califórnia).

A partir da década de 80, a entrada aos EUA era irregular, ou seja, com visto de turista, com ingressos clandestinos, via México. Em 2008 a entrada clandestina é reduzida por causa da exigência prévia de visto por parte do México (IOM, 2009). O perfil da população brasileira nos EUA é formado por imigrantes que possuem instrução média e superior, na maioria masculina, tendo um crescimento das

mulheres nos últimos anos, resultando em um processo de reunificação familiar nos EUA.

Já a emigração para o Japão esta ligada à imigração inicial dos japoneses para o Brasil, no início do século XX. Os descendentes destes imigrantes japoneses começam nos anos de 1980 e 1990 a “retornar” para o Japão, através de processos regulares (Contratos de Trabalho) de emigração. Os emigrantes japoneses provêm, principalmente, do Paraná e São Paulo, as mesmas regiões que receberam a maioria dos imigrantes no Brasil. O perfil destes emigrantes (“*decasséguis*”) mostra o maior nível de escolaridade entre todos os emigrantes brasileiros, com equilíbrio entre a população masculina e feminina. (IOM, 2009).

Com relação à migração para a Europa, teve início nos anos de 1990, com uma relevante saída de brasileiros para Portugal, sendo atualmente, 65 mil. Além de Portugal a Espanha também é uma importante residência, estimando-se em 92 mil brasileiros, segundo as estatísticas do Governo Espanhol. O Reino Unido e a Irlanda também apresentam um volume de brasileiros, em torno de 165 mil. O perfil é de jovens-adultos (entre 20 e 40 anos), de ambos os sexos, com escolaridade elevada, ainda que a maioria esteja em situação irregular (IOM, 2009).

De acordo com Rosana Baeninger (2008), o total de emigrantes brasileiros nos países do MERCOSUL, segundo o MRE (2008) se concentraram no Paraguai (487 mil), Argentina (38 mil), Bolívia e Uruguai (18 mil cada um) e Chile (8 mil), Sendo que o fluxo tem se acentuado nas décadas de 90 e 2000. Convém destacar que o Brasil tem fronteiras com vários países da América Latina, o que produz um processo de trocas migratórias.

Desde 1960 a 1991, o volume de brasileiros na Argentina vem diminuindo (de 48 mil para 33 mil), ao contrario dos Argentinos, no Brasil, que vem elevando-se (de 15 mil para 25 mil pessoas), acontecendo este mesmo fenômeno com o Uruguai, Peru e Colômbia. Com o Chile e a Bolívia também existe um maior volume destes no Brasil, que de brasileiros que nestes países. Com o Paraguai, ocorre o processo contrário, onde o Brasil aumentou consideravelmente, de 34 mil, em 1960, para 400 mil em 2010, enquanto os paraguaios aumentaram de 17 mil em 1960, para 40 mil em 2010, segundo o Perfil Migratório do Brasil de 2009. (IOM, 2009; IBGE, 2010).

Sendo assim, a emigração brasileira para a América Latina, caracterizam-se pela evasão decrescente (Argentina), evasão crescente (Venezuela) e recepção

crescente (Chile, Bolívia, Peru, Uruguai e Colômbia). (BAENINGER; SOARES, 2009).

No entanto, os grupos de emigrantes apresentam diferenças com relação à composição. Os emigrantes brasileiros para o Paraguai e a Bolívia são do tipo familiar, com homens jovens e chefes de família, mulheres produtivas e crianças em idade escolar, com baixa escolaridade (menos de seis anos de estudo) e baixa renda familiar, ainda que mantenham fortes relações sociais com o país de origem e mostrem uma circulação frequente na área de fronteira. Os brasileiros residentes na Argentina, Uruguai e Chile, apresentam uma idade mais adulta e também por jovens com alta qualificação para o mercado de trabalho, atuando nos setores da indústria, serviços e agricultura. (IOM, 2009).

Outra emigração em processo de relevância é a que ocorre em área de fronteira, com destaque para a área Norte, principalmente com a Guiana Francesa, onde residem quase 20 mil brasileiros, que segundo o MRE em 2008 é formada por homens solteiros e trabalhadores não qualificados, com baixa escolaridade, existindo problemas de tráfico humano, especialmente mulheres e crianças. (MRE, 2009).

Em decorrência do grande volume de residentes brasileiros no exterior, iniciou-se um processo de associativismo, resultante das trocas de recursos de informação, financeiras e culturais entre as comunidades de origem e de destino. De acordo com o MRE, atualmente existem 356 associações civis de emigrantes brasileiros, distribuídas em 45 países, utilizando-se de 216 veículos de mídia para realizar a integração e prevenção dos laços culturais entre o país de origem e de destino. Estas organizações têm como principal fim, o apoio aos 'recém-emigrados', assim como buscar canais de comunicação com o governo local e o brasileiro. Os países que apresentam organizações brasileiras mais atuantes estão no Paraguai e no Japão. No Paraguai é gerado pela grande quantidade de trabalhadores rurais residentes, assim como pelo intenso tráfico inter-fronteiriço, que permite estreitar os laços familiares e culturais.

Outro fator importante para destacar, é a migração de retorno, resultante não só da emigração brasileira, mas também em decorrência das crises econômicas, ocorridas a partir de 2008 nos países ricos, além do crescimento econômico demonstrado pelo Brasil na década de 2000 e devido às políticas restritivas dos países receptores de emigrantes brasileiros, resultando em fluxos crescentes de

brasileiros “retornando” ao país. Segundo a IOM, em 2009, mostram que 20% dos emigrantes brasileiros, residentes no Japão, já retornaram ao Brasil (50 mil pessoas). De acordo com o Censo de 2000, o volume de retornados foi de 203 mil pessoas. Com relação à inserção no mercado de trabalho brasileiro, observa-se que o retornado encontra uma colocação favorável em função da experiência internacional e as redes sociais existentes no Brasil. (PATARRA; FERNANDES, 2011).

Finalmente, indica-se que a emigração brasileira, que apresentou um forte crescimento nos anos 1980 e 1990, começa, a partir de 2005, a aumentar os fluxos de retorno, principalmente por causa das crises nos EUA e Europa, ocorridas em 2008, o que conseqüentemente, tem gerado para o Brasil, uma inserção no mercado de trabalho, de mão-de-obra qualificada e de microempresários que investem os capitais acumulados durante sua experiência como imigrantes.

2.3.2.3 Histórico da política migratória no Brasil em 2000-2010

2.3.2.3.1 Marco jurídico nacional

No Brasil, desde o império, o tema de migração é considerado como sendo um elemento político. A constituição de 1891 mostra uma política voltada à abertura para a migração, no entanto, em 1893 a Política de Migração mostra um perfil de restrição à entrada dos imigrantes, o qual não afetou os interesses que o Estado tinha em relação ao interesse de trazer mais pessoas, para serem colocadas, visando também à substituição da mão-de-obra escrava assalariada. Na constituição de 1934, define-se um sistema de cotas de entrada dos imigrantes, criando-se órgãos responsáveis por controlar a imigração: Departamento nacional da Imigração (1938), Delegacia dos Estrangeiros (1941) e Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras (1944). Em 1981, cria-se a Lei dos Estrangeiros, que representava a conjuntura da ditadura, que desconsidera os tratados internacionais e os direitos fundamentais da pessoa humana, além do fato de esta lei, ser tratada exclusivamente pelo poder executivo, sem a presença do Parlamento, ainda que positivamente, incluía os religiosos com visto permanente e a impossibilidade de

expulsão do estrangeiro casado há 5 (cinco) anos com brasileiro ou com filhos deste.

Convém destacar que esta Lei criou o Conselho Nacional de Imigração (CNIg), ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o qual era composto por representantes governamentais, dos trabalhadores, empregadores e representantes da Sociedade Civil. O CNIg também tem demonstrado preocupação, não só com os imigrantes estrangeiros, mas também com a situação dos brasileiros no exterior. Da mesma forma, este órgão tem gerado espaços de discussão entre diversos segmentos da sociedade que resultaram na proposta de uma “Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Imigrante”, como tem participado ativamente no âmbito do MERCOSUL, nas negociações de diversos acordos. (SCALABRINI, 2011).

A Constituinte de 1998 define as garantias para os imigrantes na área da saúde, educação e justiça, mas que não permitem entregar direitos políticos. Já em 2009 é criada a Lei de Anistia para Estrangeiros, que permitiu a regularização de 50 mil estrangeiros e o CNIg é transformado em Conselho Nacional das Migrações (CNM). Em 2010, foi assinado o Acordo sobre residência para Nacionais dos Estados do MERCOSUL e associados, o qual simplifica a obtenção do visto de residentes no Brasil como nos países do MERCOSUL e associados (Chile, Bolívia, Peru e Venezuela), sem a exigência de contrato de trabalho ou qualificação.

Com o ingresso do Brasil na União de Nações Sul-americanas (UNASUL), a política de abertura às migrações e a proteção dos direitos dos imigrantes ficam ligados à política de integração e economia promovidas pelo Brasil. Entretanto, o Brasil ainda não ratificou a “Convencção Internacional sobre a Proteção dos direitos de todos os trabalhadores migratórios e seus familiares” da ONU de 1990, o qual tem sido criticado pelas organizações da Sociedade Civil.

Atualmente, ainda está vigente o Estatuto do Estrangeiro de 1981, inspirado na doutrina da Segurança Nacional e impondo diversos controles de residentes e também está em discussão o Projeto de Lei de 2009, que visa substituir o atual Estatuto do Estrangeiro, com melhoramentos relativos aos direitos humanos, mas aumenta, no entanto a complexidade dos procedimentos burocráticos para a obtenção da residência, de acordo com o Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC, 2013). Nesta proposta, ainda mantem-se a proibição dos direitos políticos dos imigrantes, entrando em divergência com relação a outros

países Latino-Americanos que aceitam estes direitos políticos, como o Uruguai. Da mesma maneira, mostra-se a discricionalidade do poder público, que não garante, ainda que cumpridos os requisitos, a concessão do visto. No entanto, esta proposta garante o acesso à educação, saúde, benefícios do trabalho e previdência social, independente da situação migratória, (CDHIC, 2013).

Em 2010, o CNM aprova a 'Política Nacional de Imigração e Proteção ao Trabalhador Migrante', a qual ficou aberta para receber contribuições, mas até hoje não foi aprovada como Norma Presidencial. Estão ocorrendo ações de boa vontade, como a das três anistias (1988, 1998 e 2009) que permitiram regularizar quase 43 mil estrangeiros, em 2009, principalmente bolivianos e peruanos. No entanto estas ações revelam que a migração precisa ter uma política mais abrangente que considere acordos de livre circulação e uma nova legislação. (ROCHA, 2011).

Por outro lado, segundo Fernando Cesar C. Xavier (2012), a Política Migratória é criticada porque se restringe a apoiar a migração que facilite a assimilação tecnológica e investimento externo, a reunificação familiar e o desenvolvimento científico, mas está mostrando que não está dirigida a apoiar o trabalhador migrante com baixa instrução que precisa migrar por necessidades econômicas urgentes. No entanto, em uma análise geral, pode afirmar-se que as políticas migratórias do Brasil apresentam uma mudança gradual, devido à lentidão do processo e também seletiva, porque as mudanças não necessariamente implicam a superação da problemática migratória. O enfoque econômico-financeiro continua sendo o foco prioritário, no sentido de atrair mão-de-obra qualificada e investidores.

Desta forma, observa-se que o Brasil, além do marco jurídico interno anteriormente apresentado, também desenvolve uma série de acordos bilaterais, com a finalidade de aperfeiçoar o tratamento jurídico nos temas da migração, assim como é signatário de diversas Convenções e Acordos internacionais, visando adequar-se às normas internacionais.

Devido à relevância do fenômeno da imigração no mundo globalizado, ainda não há um instrumento único que possa regularizar a conduta dos Estados com relação à imigração, mas existem normas internacionais que ajudam a regulamentar temas, como o da segurança, liberdade de circulação de pessoas entre as outras. (PATARRA; FERNANDES, 2011).

O Brasil é signatário de diversos tratados internacionais, destacando-se:

- a) Nações Unidas
 - Estatuto dos refugiados (1951,1967);
 - Convenção dos Direitos da Criança (1990, 2004);
 - Convenção contra crimes de tráfico de pessoas (Mulheres e Crianças, 2004).
- b) Organização dos Estados Americanos (OEA)
 - Convenção do Asilo (1998);
 - Convenção do tráfico de Menores (1998);
- c) Organização internacional do Trabalho (OIT)
 - Convenção sobre trabalhadores migrantes (1965);
 - Convenção sobre discriminação no emprego e profissão (1968).
- d) MERCOSUL
 - Acordo sobre reconhecimento de Estudos na Educação Fundamental e Média (2009);
 - Acordo sobre Segurança Social (2001);
 - Acordo sobre residência para nacionais (2004, 2005);
 - Acordo sobre regularização migratória interna;
 - Acordo para criação do visto do MERCOSUL (2008, 2005).
- e) Outros acordos bilaterais entre:
 - Brasil e Bolívia (2004, 2005 e 2006);
 - Brasil e Uruguai (2002, 2006);
 - Brasil e Argentina (2006);
 - Brasil e Portugal (2008).

Desta forma, o Brasil mantém uma política internacional de assinatura de tratados e convenções, sendo que um dos mais importantes para a migração é a 'Convenção Internacional sobre a Proteção dos direitos de todos os trabalhadores migratórios e seus familiares' da OIT de 1990, que ainda não foi assinado, o que demonstra a 'dupla face' com relação às migrações. Sendo assim, a Política Migratória do Brasil se caracteriza pela discricionabilidade e pelo apoio para assimilação tecnológica, deixando desta maneira, o imigrante de baixa qualificação e recursos econômicos, desprotegido, o que indica que a lentidão burocrática acompanha o processo de modernização estrutural das políticas públicas e

demonstra a pouca vontade por parte do poder público em levar adiante a modernização da Política Migratória do Brasil.

2.3.2.3.2 Políticas públicas de integração

Em geral, não existem Políticas Públicas específicas, que promovem a integração dos imigrantes na sociedade brasileira. No entanto, é possível considerar alguns fundos financeiros que podem apoiar a integração do migrante, dentre os quais se destacam:

- a) o Fundo de Amparo dos Trabalhadores (FAT) - do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que estão voltados a custear o seguro desemprego, o abono salarial e financiar Programas de Desenvolvimento Econômico. Este fundo é financiado pelo PIS e PASEP. Os imigrantes que contribuem no PIS/PASEP podem fazer uso do FAT.
- b) o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que facilita o ingresso à universidade e esta aberto para os imigrantes com visto permanente;
- c) Programa Escola Intelectual Bilíngue de Fronteira (PEIBF), criado em 2005 entre Brasil e Argentina, contando com 29 escolas dos países do MERCOSUL;
- d) iniciativas Culturais, visando a valorização do imigrante, como o Memorial da América Latina (SP), criado em 1989 como um espaço para brasileiros e latino-americanos, de acercamento cultural e social. Também existe o Memorial do Imigrante (SP) que mostra a história do imigrante;
- e) ação do Poder Público (Prefeitura de SP), para criar espaços públicos de convívio entre os imigrantes, como a Praça Kantula, que reúne a imigração boliviana em SP e a Praça Nicolau Morais de Barros, para a imigração paraguaia.

Entretanto, o Poder Público, não tem programas específicos de integração dos imigrantes, além de alguns museus e praças públicas que valorizam a cultura do imigrante. A Sociedade Civil vem atuando no processo de inserção dos imigrantes, através de diversas entidades de natureza religiosa, social, acadêmica, ONG's e etc., dentre as quais se destacam:

- a) de origem religiosa

- Serviço Pastoral do Imigrante (SPM), da ordem religiosa Scalabrini, com sede em São Paulo e filiais em 12 cidades brasileiras, atendendo às demandas dos migrantes em relação à: acolhida, abrigo, informação, ensino da língua, cursos profissionalizantes, auxílio na busca de trabalho, orientação sobre documentação, atividades para geração de renda, apoio psicológico, assessoria jurídica, espaço de apoio religioso, defesa dos direitos, apoio às organizações dos imigrantes, publicações, celebração da Semana do imigrante, etc. No Paraná, esta Pastoral tem desenvolvido diversas ações junto aos poder público estadual e municipal para criar sistemas de apoio aos imigrantes na chegada a e posterior inserção sócio laboral, além de eventos (Semana do Imigrante) visando manter em destaque a problemática do imigrante no Estado.

b) organizações de emigrantes

Estas organizações estão formadas pelos grupos étnicos. Entre elas estão:

- Associação Cultural Folclórica Bolívia-Brasil (ACFBB);
- Centro Cultural Boliviano do Paraná (PR);
- Casa Paraguaia (PR);
- Associação Colônia Paraguaia em Campo Grande (MS);
- UNECHILE (SP);
- Casa da Cultura Peruana (SP);
- Associação Peruana Brasil;
- Casa da África;
- Associação para Integração Latino Américo, AILAC (PR);
- Associação dos Estrangeiros do Brasil (AMEB).

A maioria destas associações desenvolvem atividades recreativas, culturais e até mesmo algumas assistenciais. No entanto, são muito poucas as que atuam na elaboração de políticas e programas em favor dos próprios imigrantes, devido à falta de vontade política para realizar as mudanças necessárias na área migratória. (PATARRA; FERNANDES, 2011),

c) organizações para os imigrantes refugiados

Estas organizações procuram atuar na defesa dos direitos individuais, na reinserção dos “retornados” e no apoio às vítimas de tráfico, desenvolvendo também uma articulação política ao nível nacional e internacional.

Destacando-se:

- Núcleo de Integração e Atendimento a Trabalhadores Brasileiros Retornados (NIATRE);
- Instituto de Reintegração do Refugiado-Brasil (ADUS);
- Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC);
- SESC - (SP).

d) instituto de Ensino e Pesquisa

A população acadêmica tem estado voltada a análise da problemática migratória, desde os anos de 1980, existem no Brasil vários Centros de Estudo e Pesquisa. Dentre elas pode-se destacar:

- Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp);
- Grupo de Estudos Migratórios da Amazônia (GEMA/UFAM);
- Centro de Estudos Migratórios (CEM) – Congregação Scalabrini.

e) redes de Apoio

Existem duas redes brasileiras, orientadas para os imigrantes e refugiados:

- Rede Solidária para Migrantes e Refugiados;
- Rede Internacional Scalabrini de Migração (SIMN).

A primeira atua no apoio cotidiano dos imigrantes, enquanto a segunda está direcionada a criar um canal de informação, tanto acadêmica como de serviço.

f) publicações

Tanto o governo brasileiro como a Sociedade Civil, tratam a migração através de uma série de publicações (revistas, jornais, boletins e livros).

Dentre as quais se destacam:

- TRAVESSIA – Revista do Imigrante, publicada pelo CEM (Centro de Estudos Migratórios), criada em 1988;
- REMHU – Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, publicada pelo Centro Scalabrino de Estudos Migratórios, criada em 2006;

Nota-se que na Sociedade Civil, existe uma série de organizações, de diversas naturezas, assim como as redes sociais e publicações que tratam a problemática migratória sobre diversos pontos de vista, inclusive elaborando propostas de Planos e Políticas Públicas sobre as migrações.

2.3.2.3.3 Propostas de políticas públicas migratórias

A Sociedade Civil, através de articulações das diversas associações e movimentos sociais, em concordância com o Foro Social Mundial das Migrações (FSMM), tem proposto uma série de ações para o governo brasileiro, em forma de subsídios para a elaboração e implementação de uma Política Pública Migratória do tipo:

- a) definição de um Política Migratória, considerando os imigrantes como parte integrante da vida nacional de forma a sugerir as intenções governamentais e a fragmentação das ações;
- b) mudar da visão de segurança nacional e pessoal, para uma visão dos direitos humanos;
- c) ratificação da Convenção Internacional da ONU, referente à proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e seus familiares (1990);
- d) aprovação de uma lei que garanta o direito a voto aos imigrantes;
- e) criação de uma Secretaria de Políticas Migratórias;
- f) criação de um Conselho de Políticas de Integração na UNASUL;
- g) aprovação da proposta de Política Migratória, elaborada pelo Conselho Nacional de Migração;
- h) introdução da temática da imigração no ensino fundamental e médio;
- i) ampliação dos acordos bilaterais com os países que apresentam maiores fluxos migratórios com o Brasil;
- j) implementação de Políticas Públicas que visem à inserção e integração (moradia e trabalho) dos imigrantes;
- k) concessão de rádios comunitárias aos imigrantes;
- l) simplificação da burocracia e diminuição das taxas nos processos de regularização de permanência no país. (CDHIC, 2013; SCALABRINI, 2011).

Desta forma, observa-se que as propostas apresentadas estão relacionadas, não só com os direitos do imigrante (direito a voto), mas também com a ratificação de convenções internacionais (ONU, 1990), a estrutura organizacional do Estado no que se refere ao tema migratório (Secretárias, Conselhos), em ações temáticas educacionais e de comunicação (rádios comunitárias), na simplificação burocrática, nos acordos bilaterais e inserção e integração social. Mostrando, no entanto, que ainda existem espaços de importante melhoria no marco institucional, jurídico e organizacional dos instrumentos e políticas que o Estado Brasileiro dispõe para atuar sobre o tema migratório.

Entretanto convém ressaltar que o Estado Brasileiro tem desenvolvido ações de integração junto à Sociedade Civil, como foi o Seminário, realizado em agosto de 2008, chamado de “Diálogo Tripartite sobre Políticas Públicas de Migração para o Trabalho”, organizado pelo CNI, do qual participaram órgãos do governo, sindicatos, associações de apoio ao imigrante e instituições acadêmicas. O Seminário resultou em um conjunto de recomendações, dentre as quais se destacam:

- a) simplificação dos processos burocráticos para os imigrantes;
- b) qualificação dos empregados públicos para que tenham condições de prestar um atendimento adequado e específico para imigrantes;
- c) ampla divulgação dos acordos trabalhistas do MERCOSUL;
- d) elaboração de Políticas Públicas, voltadas à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, tanto internacionais como “retornados brasileiros”;
- e) realização de campanhas informativas sobre os direitos e deveres dos imigrantes, visando à integração no Brasil, assim como o apoio à migração laboral de brasileiros ao exterior.

Observa-se que uma série de propostas estão direcionadas para os imigrantes brasileiros no exterior, no qual o CNM, junto com MRE, vem desenvolvendo o projeto ‘Casa do Trabalhador Brasileiro’ no exterior, local onde se pode obter informações sobre os direitos e deveres do imigrante, no país onde se encontra. A primeira casa foi inaugurada em 2008, na fronteira entre Brasil e Paraguai.

Por outro lado, o MRE criou a Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB), que tem por objetivo conhecer e apoiar as comunidades de brasileiros, visando estreitar o relacionamento, melhorar as

condições de vida e manter a identidade brasileira nos vínculos com o Brasil. Em 2008, foi realizada no Rio de Janeiro, a I Conferência de Brasileiros no Mundo, organizada pelo SGEB do MRE, a qual permitiu um debate aberto e amplo de assuntos políticos de migrações para brasileiros no exterior.

Por fim, nota-se uma mudança na ótica de tratar a Problemática Migratória pelas Políticas Públicas, especialmente pela atenção do CNM e do MRE, tanto em nível nacional como internacional, no âmbito da UNASUL. No entanto, é necessário salientar que as políticas migratórias são de 'dupla face', pois o Estado Brasileiro deve delinear-las, levando em conta, ao mesmo tempo, os seus emigrantes, que residem no exterior, bem como os estrangeiros que estão no Brasil, onde a diplomacia desenvolvida pelo MRE é um fator de relevante importância. (XAVIER, 2012).

Em consequência, uma Política Migratória não pode estar somente se referindo aos imigrantes estrangeiros, mas deve também considerar a negociação de acordos de reciprocidade entre o Brasil e os países com os quais mantém importantes fluxos migratórios. Desta forma, a política migratória brasileira ainda não tem produzido uma modernização no contexto jurídico com a criação de uma nova política de migração, mas tem avançado nas relações com a sociedade civil que tem permitido debater abertamente os problemas dos imigrantes, principalmente os de menores recursos e qualificação educacional/profissional.

2.3.2.3.4 Políticas Migratórias no Estado do Paraná

O Paraná tem atuado no tema migratório, tanto em ações institucionais como nos vínculos com as organizações da Sociedade Civil e através do governo estadual instalou em julho de 2012 (decreto nº 4289), o Comitê Estadual de Refugiados e Imigrantes (CERM), formado por representantes do Governo e da Sociedade Civil e coordenado pela Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU).

O CERM está composto por representantes das Secretarias da Casa Civil, Segurança Pública, Desenvolvimento Social, Saúde, Trabalho e Emprego, Turismo e Educação; representantes (2) de organizações não governamentais, voltadas à proteção e assistência de refugiados e migrantes no Estado ou no País (Pastoral do Imigrante do Paraná e a Casa Latino-Americana, CASLA) e participantes convidados

(Alto Comissariado Das Nações Unidas para Refugiados, ACNUR, Juiz Federal do Paraná e da Policia Federal).

Os objetivos do CERM estão relacionados a:

- orientar os agentes públicos sobre os direitos e deveres do imigrante no Estado;
- elaborar o Plano Estadual de Políticas de atenção e defesa dos refugiados, como forma de promover o acesso dos estrangeiros às Políticas Públicas;
- coordenar ações junto aos órgãos federais, estaduais, municipais, organismos internacionais e organizações não governamentais. (CERM 2013).

Como forma de integração entre o Estado e a Sociedade Civil, nos dias 16 e 17 de abril de 2013, o CERM organizou o Seminário 'Construindo as Políticas Públicas de Migração no Estado do Paraná', que resultou na 'Carta de Curitiba' (ver anexo 6), onde surgiram como propostas:

- reconhecer a necessidade de contar com Políticas Migratórias não restritivas com respeito aos direitos humanos;
- instar ao Estado brasileiro a criar uma nova lei de migração com enfoque nos direitos humanos sem haver discriminações com relação às nacionalidades, escolaridade, profissionalização;
- propor a concessão de vistos temporários de trabalho, principalmente para os estudantes;
- melhorar a capacitação dos agentes públicos para atender os imigrantes;
- criar Planos Estaduais de Integração local dos imigrantes e refugiados, visando a assistência e a inclusão social e econômica.

Observa-se pela Carta de Curitiba, que foram propostas diversas ações de âmbito federal e estadual, desde a criação de uma nova lei para as migrações no Brasil, além de uma proposta da Sociedade Civil que foi apresentada no Conselho Nacional das Migrações e a elaboração de uma Política Estadual de Proteção ao Migrante (ainda não elaborada), que seja baseada nos direitos humanos e proteção

ao migrante. Atualmente o CERM tem realizado no Estado, diversas ações de apoio e proteção aos migrantes, dentre as quais pode citar-se:

- capacitação de funcionários públicos das Secretarias, visando melhorar o tratamento aos migrantes;
- atendimento e acolhida dos migrantes na área da saúde, trabalho e social;
- facilitação na tramitação de documentos para os imigrantes pela Polícia Federal e Ministério Público e Estadual;
- elaboração de cartilhas informativas em espanhol, inglês, francês e português para os migrantes (ver anexo 6);
- realização de cursos de português para o imigrante;
- realização de um levantamento de imigrantes, principalmente de haitianos, no Paraná (julho de 2012) como forma de identificar o fluxo migratório e a localização nas áreas de atividade econômica e regiões de atuação laboral; que resultou na identificação 350 imigrantes no Estado, sendo que destes, aproximadamente 100 estão trabalhando na construção civil e no setor de laticínios na cidade de Pato Branco.

Nota-se que as atividades do governo do Estado são relativamente recentes, apresentando desta maneira resultados pouco representativos. Ao nível municipal, em setembro de 2013, foi criado um grupo para tratar dos problemas dos migrantes. Entretanto, entidades como a Pastoral do Migrante e a Casa Latinoamericana (CASLA) têm atuado em articulações com a Fundação de Ação Social (FAS), prestando acolhida aos viajantes nos Centros de Acolhida para os moradores de rua, assim como nos Postos de Saúde Municipal. Percebe-se, através dos contatos realizados no CERM, que existe uma ampla articulação entre os órgãos estaduais e municipais, assim como com instituições federais e ONG`s, com destaque para a ação da Pastoral do Imigrante que presta ajuda assistencial e a CASLA no apoio jurídico.

Finalmente, verifica-se que existe uma conscientização da problemática da imigração no Paraná, no entanto, nota-se que ainda falta uma Política Pública Estadual e Municipal, que permita definir ações padronizadas e diretas em benefício dos grupos migratórios, os quais estão apresentando uma nova diversidade étnica, provenientes do Haiti, Guiné-Bissau, Síria e Paquistão. Observa-se que já foram

criadas as bases de consenso para a efetivação de uma Política Pública Estadual do Migrante, frente a permanente articulação e consenso da necessidade desta ação política, no entanto, falta um maior interesse político por parte do governo Estadual e Municipal para acelerar as ações necessárias, para estruturar uma Política Pública Migratória que proteja e entregue as condições, de forma integral, aos imigrantes, para que estes possam se integrar ao Estado do Paraná.

2.3.3 Políticas Migratórias da Argentina

A Argentina apresenta as seguintes características quanto ao perfil sócio demográfico (TABELA 11).

TABELA 11 - PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO – ARGENTINA

Território	2.780.400 km ²
População	40.117.096
Densidade Populacional	14 habitante / km ²
Taxa de Migração neta	0,45 (2010)
PIB	US\$ 475 bilhões
Remessas	US\$ 991 milhões

FONTE: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, 2013.

2.3.3.1 Padrão Migratório dos Argentinos

A população argentina resulta da descendência direta de imigrantes espanhóis e italianos, sendo a Argentina, considerada como “país da imigração”, devido aos fortes fluxos imigratórios, principalmente no início do século XX, onde em 1914 a população estrangeira representava 30% do total da população.

Após três décadas (1947 e décadas após esta data), a população estrangeira, ainda representava 2 milhões de imigrantes, mais a participação era de 15% e chegando em 2001 a 4,2% e em 2010 a 4,5%, segundo a TABELA 12,

TABELA 12 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NA ARGENTINA – CENSOS NACIONAIS DE POPULAÇÃO (1869 – 2010) TOTAL PAÍS.

Censo	População Total	População Estrangeira a total	População Estrangeira sobre a População Total (%)	População Estrangeira de países não limítrofes	População Estrangeira de Países Não Limítrofes sobre a População Total (%)	População Estrangeira de países limítrofes	População Estrangeira de Países Limítrofes sobre a População Total (%)
1869	1 737 076	210 189	12,1	168 970	9,7	41 360	2,4

TABELA 12 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NA ARGENTINA – CENSOS NACIONAIS DE POPULAÇÃO (1869 – 2010) TOTAL PAÍS.

(Conclusão)

1895	3 954 911	1 004 527	25,2	890 946	22,3	115 892	2,9
1914	7 885 237	2 357 952	29,9	2 184 469	27,3	206 701	2,6
1947	15 893 827	2 435 297	15,3	2 122 663	13,3	313 264	2,0
1960	20 010 539	2 604 447	13,0	2 137 187	10,7	467 260	2,3
1970	23 390 050	2 240 400	9,5	1 676 550	7,2	593 850	2,3
1980	27 947 447	1 912 217	6,8	1 149 731	4,1	753 428	2,7
1991	32 615 528	1 628 210	5,0	811 032	2,4	817 428	2,6
2001	36 260 130	1 531 940	4,2	608 695	1,6	923 215	2,6
2010	40 117 096	1 805 957	4,5	560 903	1,4	1 245 054	3,1

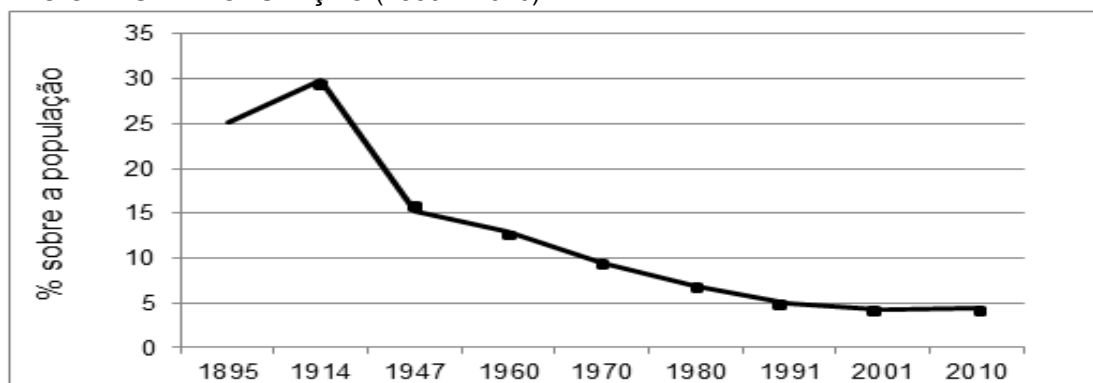
FONTE: *Censo de Población, Hogares y Viviendas, 2010 (INDEC)*. (SCALABRINI, 2011).

Na TABELA 12, observa-se uma tendência decrescente da participação da população imigrante sobre a população total, que pode ser explicada pela menor população de imigrantes extra-regionais (não limítrofes) e maior população de imigrantes dos países limítrofes, sendo que estes últimos, em 2010, chegavam a 3,1% da população total.

Atualmente, a Argentina não é caracterizada como sendo o “país da imigração”, por estar longe de países como Austrália (21,9%), Canadá (21,3%) e Estados Unidos (13,5%), ainda que se assemelhe a países como a Venezuela (3,5%) e o Panamá (3,4%). Com base na TABELA 12 e no QUADRO 1, nota-se que em 2001, os imigrantes provindos de países que fazem fronteira (923 mil), superam os que não fazem fronteira (608 mil), observando que os fluxos provenientes do Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile eram os mais numerosos. No entanto, a partir de 2001 as características dos fluxos mostram um crescimento de imigrantes do Peru, além do Paraguai e Bolívia e uma redução nos imigrantes provindos do Chile e Uruguai, conforme apresentado (QUADRO 1).

O QUADRO 1 a seguir representa a população estrangeira sobre a população total, conforme censos nacionais de população, entre 1985 e 2010.

QUADRO 1 - POPULAÇÃO ESTRANGEIRA SOBRE A POPULAÇÃO TOTAL - (%) CENSOS NACIONAIS DE POPULAÇÃO (1869 – 2010)



FONTE: Dirección Nacional de Población, 2010. Censos de Población (SCALABRINI, 2011).

Outra característica identificada nestes fluxos foi a feminização, que chegou em 2010 a 974 mil, frente a 831 mil de migração masculina. A distribuição por idade mostra que 71% da população imigrante está entre 15 e 64 anos. (SCALABRINI, 2011).

Desta forma, a imigração na Argentina pode ser caracterizada pelos seguintes processos migratórios:

1. Manutenção e crescimento dos fluxos migratórios de países fronteiriços

As maiores comunidades que vivem na Argentina, segundo o INDEC⁴ de 2010 (*Censo de Población, Hogar y Viviendas*) é a dos paraguaios (550 mil), seguida pelos bolivianos (345 mil) e chilenos (191 mil), sendo as duas primeiras as que mais cresceram nos últimos anos, representando a metade da população estrangeira na Argentina.

2. Aumento dos fluxos migratórios latinos de países não fronteiriços

Neste caso, os imigrantes peruanos tem demonstrado um dinamismo importante, pois em 2001 esta comunidade era de 88 mil chegando a 157 mil pessoas em 2010. A causa desta imigração está na violência política.

3. Discriminação dos fluxos tradicionais de países fronteiriços

Os chilenos e uruguaios, devido a condições políticas adversas, apresentaram o maior fluxo entre 1970 e 1980. Os imigrantes uruguaios totalizaram

⁴ INDEC - Instituto Nacional de Estadísticas e Censos.

respectivamente neste período (51 mil e 114 mil), já os chilenos (133 mil e 215 mil). No entanto, em 2001 estes valores praticamente se mantiveram, sendo 212 mil chilenos e 118 mil uruguaios, ainda que em 2010 tenham demonstrado um decréscimo devido às melhorias econômicas ocorridas no Chile e a novas opções de destino dos uruguaios para os Estados Unidos e Espanha. (SCALABRINI, 2011).

4. Discriminação dos fluxos migratórios tradicionais

As principais correntes migratórias extra-região, formadas principalmente pelos espanhóis e italianos, mostram uma importante queda entre 1914 e 2001, representando 27,3% da população (1914), 13,3% (1947), 10,7% (1960), 4,1% (1980) e 1,3% (2010), conforme TABELA 12.

5. Novas correntes migratórias asiáticas

A imigração asiática, partir da década de 80 mostra uma crescente presença proveniente da China, Coreia e Japão, sendo que, segundo o censo de 2010, foram contabilizados 30 mil imigrantes, que se concentraram (laboralmente), nas áreas têxteis, alimentícias, importação e comércio varejista.

Sendo assim, a imigração na Argentina, mostrou a partir dos anos de 1970 e 1980 um volume cada vez maior, proveniente de países fronteiriços e não fronteiriços que afetaram a imigração europeia, causando uma importante queda, além da substituição da mesma por fluxos provenientes da Ásia. Esta nova conjuntura migratória, gera novos desafios e realidades a serem consideradas na definição das Políticas Migratórias na Argentina.

2.3.3.2 A emigração dos argentinos

Segundo o informe elaborado por Lelio Märmora (2011), a Argentina apresenta três períodos de emigração:

O primeiro ocorreu entre 1960 e 1970, sendo responsável pelo êxodo de intelectuais e provocado pela insatisfação com a ditadura militar, gerando uma emigração de 185 mil argentinos.

No segundo período, entre 1970 e 1980, ocorreu a emigração de 200 mil argentinos para os Estados Unidos e Espanha por causa de um novo golpe militar.

A terceira etapa, entre 1980 e 2000, foi provocada pelas crises econômicas e gerou novos fluxos, dirigidos tanto para os países ricos como para os países de fronteira, entre eles o Brasil.

Com relação à população argentina residente em outros países, segundo a TABELA 13, observa-se que:

- em 2000, a população argentina no exterior chegava a 603 mil, representando aproximadamente 2% da população total, sendo menor se comparado a 4,2% da população estrangeira na Argentina;
- os países de maior residência de argentinos foram Estados Unidos, Espanha, Paraguai, Chile e Itália, seguidos do Brasil, Bolívia e Uruguai e o restante está no Canadá, Austrália e Japão;

Segundo a pesquisa realizada por Téxido e Gurrieri (2012), os emigrantes argentinos que possuíam estudo superior, 35% estavam nos EUA e 19% na Espanha (19%). Esta pesquisa mostrou também que no ano de 2000, existiam 157 mil argentinos com educação superior, representando mais de 30% do total de argentinos, maiores de 15 anos, morando no exterior, sendo que estes somam 6,5% do total de argentinos residentes na Argentina com educação superior. (MARMORA, 2011).

Com relação aos destinos, segundo o Perfil Migratório de 2012 da IOM, a emigração em 2010, representava 2,4% da população (970 mil pessoas), com uma concentração na Espanha (30%), EUA (23%), Chile (8,5%), Paraguai (6%), Israel e Bolívia (4,6%) e Brasil (3,9%, ou 28 mil argentinos). Os fatores que levaram aos argentinos a emigrar estão relacionados com a afinidade do idioma e às redes sociais nos países de destino, como foi o caso da Espanha, Itália e Israel. Os novos destinos, como Chile, Brasil, Colômbia e Paraguai tiveram preferência devido a maior diversificação laboral e as redes sociais.

No entanto, a crise econômica ocorrida no final da década de 2000, nos países ricos, levou ao fechamento das fronteiras para os emigrantes, o que conseqüentemente provocou uma queda da emigração Argentina, assim como o retorno ao país. Nas últimas décadas a Argentina tem mostrado uma modificação nos fluxos, tanto de emigração como de imigração, no sentido de ter aumentado a

imigração, proveniente da América do Sul e ter reduzido a emigração para o exterior, com características de uma alta qualificação profissional.

TABELA 13 - POPULAÇÃO ARGENTINA EM PAÍSES ESTRANGEIROS (1980-2000)

Países	1980	1990	2000
Total	307.700	400.111	603.721
América latina	153.913	175.346	212.539
Bolívia	17.503	17.829	27.094
Brasil	26.633	25.468	27.537
Chile	18.656	34.415	48.176
Paraguai	40.414	47.846	63.006
Uruguai	23.885	26.256	26.256
México	5.503	4.635	6.388
Venezuela	10.835	9.070	8.592
Resto	10.484	9.827	5.496
América do Norte	75.713	89.096	137.235
Canada	6.826	11.110	12.015
Estados Unidos	68.887	77.986	125.220
Europa	39.470	87.430	193.668
Resto do Mundo	38.604	48.239	60.279

FONTE: CALVELO (2007); SCALABRINI (2013).

Segundo a TABELA 13, pode notar-se em 2000, que existiam mais argentinos no Paraguai do que no Brasil, observando que no Uruguai, tem tantos como no Brasil. O Chile também mostra uma maior quantidade de argentinos que no Brasil, e na Bolívia tem tantos como no Brasil.

2.3.3.3 Histórico da política migratória na Argentina

As Políticas Públicas Migratórias do século XIX e início do XX na Argentina mostravam uma tendência a serem “aberturistas”, pois promoviam a necessidade de mão-de-obra e a ocupação geográfica do país.

Este processo inicia-se em 1875, com a primeira “lei de imigração” de 1896 (Lei nº 817), que define as condições de seleção dos imigrantes e a sua localização. A chegada e participação dos imigrantes europeus na política da Argentina conduzem a uma preocupação política que leva a emitir a Lei da Residência de Estrangeiros (1902), Lei de Defesa Social (1910) e regulamentação da Lei da Imigração (1923), observando que todas possuíam um perfil restritivo às imigrações.

Com a chegada do Governo Peronista, em 1947, definiu-se a Lei de Bases da Imigração, Colonização e População, que volta a promover a imigração e se caracterizam pela ‘espontaneidade’ (recepção de qualquer tipo de imigração),

‘seletividade’ (captação de recursos humanos qualificados) e por ser “localizacional” (colonização de zonas rurais). Este processo gerou uma imigração de 900 mil pessoas entre 1947 e 1955, sendo 88% da Europa e 12% dos países de fronteira. Neste período ocorreu também a assinatura de um acordo com o Chile (1953), que permite a documentação direta dos chilenos na Argentina, assim como a regularização migratória de 10.000 judeus indocumentados. (MÁRMORA, 2012).

A partir do golpe militar de 1955, ocorreram diversas ações de restrições e regulamentações de acordo com a alternância dos governos militares e civis de turno. Em 1981, durante o governo militar, define-se a Lei 2.439, que promove o princípio da segurança nacional, no qual se considera que as migrações de fronteira são uma ameaça à segurança do país, levando-os a criar diversas formas de controle e poder da polícia, através da *Dirección de las Migraciones*.

Entre 1980 e 1990, existiu um processo contínuo de regularização de imigrantes fronteiriços, que beneficiou mais de 150 mil imigrantes. Já em 2003 é aprovada a Lei Nacional de Migrações (nº 25.871), que foi regulamentada em 2010, na qual se definiu a Direção Nacional de Migrações (DNM) do Ministério do Interior como órgão responsável pela aplicação desta lei, que esta fundamentada nos princípios da livre mobilidade das pessoas e livre integração dos estrangeiros ao país, com igualdade de condições com os nacionais, além da eliminação de toda forma de racismo, discriminação e xenofobia. (MARMORA, 2012).

Neste contexto legal, foi implementado o Programa “Pátria Grande”, que tem permitido a regularização de milhares de imigrantes do CONE-Sul e em especial para o MERCOSUL e países associados (Chile e Bolívia), conforme os tratados assinados. Convém destacar que estas iniciativas institucionais autorizaram a criação da condição de “nativo” dos cidadãos do MERCOSUL, que permite obter rapidamente residência temporária por 2 anos e, posteriormente, conseguir a residência definitiva.

Desta forma, observa-se que a atual Política Migratória Argentina tem um forte conteúdo facilitador dos processos de integração regional, assim como para o desenvolvimento humano das migrações, como princípios fundamentais para qualquer forma de governabilidade migratória. (MARMORA, 2012).

Dentre os diversos órgãos que atuam institucionalmente na aplicação do aparelho jurídico migratório, destaca-se a “Comissão do Imigrante”, que tem por objetivo promover atividades para a defesa e proteção dos direitos dos imigrantes.

Da mesma maneira, foi criada em 2007 a “Comissão para Assistência Integral e Proteção ao Refugiado”.

A legislação Argentina garante ao imigrante os direitos básicos à saúde, educação, a participação política (todo o imigrante tem direito de votar). Assim como existem acordos bilaterais de previdência social com o Chile, Espanha e Portugal. A Argentina também desenvolve políticas de Integração à vida nacional do tipo:

- programas sociais (emprego, crédito, capacitação);
- promoção de espaços e eventos, visando o “diálogo cultural” entre os imigrantes e argentinos;
- ações que permitiam aos imigrantes assumir a cidade que vivem.

No entanto, as organizações da Sociedade Civil, criticam estas Políticas Migratórias, pela falta de informação adequada referente à lei de migrações, que faz com que os imigrantes muitas vezes percam o direito de usufruir dos serviços oferecidos pelo estado argentino. (SCALABRINI, 2013).

2.3.4 Políticas Migratórias do Chile

O Chile, conforme TABELA 14, apresenta o seguinte perfil sócio demográfico:

TABELA 14 - PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO – CHILE

Território	756.096 km ²
População	16.634.603
Densidade Populacional	22 habitante / km ²
Taxa de Migração neta	0,45 (2010)
PIB	US\$ 268.200 bilhões
Remessas	US\$ 902 milhões

FONTE: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, 2013.

2.3.4.1 Padrão Migratório dos Chilenos

Primeiramente, é importante mostrar o contexto sócio econômico do Chile, que explica o processo migratório, segundo o Perfil Migratório do Chile, elaborado pela IOM (2011), o qual mostra as seguintes características:

- Com relação à atividade econômica - nos anos de 1980, o Chile apresenta um perfil de crises da dívida externa, crise bancária e alta taxa de

desemprego. A partir da década de 90 o país começa a mostrar um processo de crescimento econômico, apresentando um crescimento médio do PIB anual de 4,1% e um aumento no PIB (per capita) de US\$ 4.703 (1990) para US\$ 14.510 (2008), demonstrando, desta forma, uma estabilidade econômica frente às crises internacionais, que foi resultante de um sistema governamental de regulação da economia e de uma forte disciplina fiscal, que fazem parte de um modelo de economia exportadora, com forte redução do Estado.

- Com relação ao nível de emprego - observa-se que o Chile nos anos de 1980, apresentou uma taxa média de desemprego de 14% (TABELA 9), enquanto que nos anos 1990, essa taxa caiu para 7,8%, aumentando para 8,6% nos anos de 2000, como resultado das crises econômicas internacionais. Isto demonstra que, ainda que o sistema de mercado chileno permita obter altas taxas de crescimento, o nível de emprego sofre diretamente os efeitos das crises externas, mostrando uma fragilidade com relação às variações da conjuntura econômica externa.

Segundo pesquisa realizada por Sanchez e Labbe (2004), em 2000 o mercado de trabalho informal chegava a 47%, sendo 24%, no setor do comércio, 23% nos serviços e 20% na agricultura, correspondendo a uma maioria da população feminina, com baixo nível de estudos, localizadas em cidades geograficamente afastadas dos centros cosmopolitas. Observando que este setor informal contribuiu com 20% do PIB nacional.

Com relação ao total de imigrantes, segundo o censo de 1992, foram identificados 114 mil estrangeiros, enquanto que no censo de 2002, esse número subiu para 184 mil pessoas, correspondendo respectivamente, a 0,9% e 1,2% da população total. Em 2010, de acordo com o *Departamento de Extranjería y Migración* (DEM), existiam 352 mil estrangeiros (2,1% da população), o que demonstra um crescimento de 208% entre 1992 e 2010, e 91% entre 2002 e 2010. Este volume crescente da imigração apresenta um novo padrão migratório que de acordo com o DEM (2010), se caracteriza da seguinte maneira:

- concentração - de acordo com o DEM, a maior concentração (64%) estava na região metropolitana (Santiago), seguida da região do Norte (fronteira com o Peru e Bolívia) com 15%;

- diversificação migratória - em 1992, a maioria era de imigrantes argentinos (30%), seguidos de longe pelos peruanos e bolivianos (6,7% cada). Já em 2010, apresenta-se uma reversão, pois a primeira maioria agora é de peruanos (37%), seguidos dos argentinos (17%) e bolivianos (7%), com importantes migrações provenientes da República Dominicana, Colômbia e Equador (12% no total);
- feminização de imigrantes - em 1992 as mulheres representavam 49,2%, enquanto que em 2002 participavam com 52%, chegando em 2010 a 53% das estrangeiras femininas, na qual as peruanas somam 57%, colombianas (59%) e as bolivianas (53%), já as mulheres argentinas representam 50%. A principal atividade ocupacional destas imigrantes é como empregada doméstica (sistema “*puertas adentro*”, moram na residência dos patrões) e representam 11% do total da população de empregos domésticos, segundo o censo de 2002.
- faixa etária dos imigrantes - os imigrantes têm entre 15 e 44 anos, o que facilita o ingresso laboral, o que confirma que, a principal razão da migração é a busca de oportunidades econômicas.
- Escolaridade - com relação à escolaridade, a população migrante mostra mais anos de estudo se comparada à população chilena (13 e 10 anos, respectivamente). Segundo o CASEM⁵ (2009), em 2009 os argentinos apresentavam 12 anos de estudo, os colombianos e equatorianos (11 anos, cada), equatorianos (13 anos) e bolivianos (10 anos). Esta situação mostra que a população imigrante possui um importante capital educacional, que possivelmente, não é valorizado economicamente nos países de origem nem nos países de destino.
- atividade laboral - fazendo-se um estudo comparativo, a atividade laboral mostra uma concentração em atividades com baixa qualificação (comércio informal, construção e trabalho doméstico), nos imigrantes peruanos e bolivianos, enquanto que os argentinos e colombianos atuam em setores de maior qualificação (serviços profissionais e comércio). Convém observar que é baixa a presença de profissionais que atuam na mesma área de especialização que tinham no país de origem.

⁵ CASEM: *Caracterización Socio-económica Nacional*: pesquisa que procura avaliar as políticas sociais desenvolvidas pelo *Ministerio del Desarrollo Social* do Governo do Chile

Desta forma, o estudo indica que os chilenos aproveitam os imigrantes latinos com nível educacional médio/alto, como mão de obra barata, especialmente nas imigrantes femininos. De acordo com outro estudo de Migração⁶, realizado em 2008 pelo Ministério do Interior do Chile, que considerou uma amostragem de 820 imigrantes, correspondendo a argentinos (86%), bolivianos (22,8%), colombianos (4,7%), equatorianos (9,1%) e peruanos (47,7%), os resultados mostram que:

1. as motivações de imigração são majoritariamente por dificuldades econômicas (34%) e falta de trabalho (37%);
2. os que tinham trabalho no país de origem mantiveram a mesma categoria ocupacional no Chile (72%), como é o caso dos empregados domésticos, onde 52% permanecem com a mesma função no Chile;
3. com relação ao contrato de trabalho, 65% o mantiveram no Chile, sendo que em 90 % dos casos eram argentinos, equatorianos (83%), colombianos (77%), peruanos (64%) e bolivianos (44%). Estes contratos ocorreram principalmente em Santiago (71%) e em menor número no Norte (52%);
4. a renda média mensal é de US\$ 602, sendo que esta renda é menor para as mulheres (US\$ 450) do que para os homens (US\$ 592). Nos imigrantes irregulares a média chega US\$ 368. Segundo as nacionalidades, os argentinos tem a maior renda mensal (US\$ 1.500), seguidos dos colombianos (US\$ 692), enquanto os menores salários são dos bolivianos (US\$ 520) e peruanos (US\$ 450). No caso dos serviços (empregos) domésticos, a pesquisa mostra que um a cada três imigrantes trabalha nesta atividade e 62% tem contrato de trabalho, sendo que em Santiago existe mais proteção laboral que no Norte. O salário médio desta categoria chega a US\$ 362.
5. com relação ao nível educacional, nota-se que os maiores salários estão localizados na educação superior (US\$ 1.100), seguido da educação técnica (US\$ 680), educação média (US\$ 440) e educação básica (US\$ 380);

⁶ *Estudio de Migración, Equidad y Seguridad Pública* do Ministerio del Interior de Chile, 2008.

6. uma minoria relativa de imigrantes (49%) faz uso do sistema público de saúde, sendo que os argentinos usam o sistema privado, no entanto a maioria (51%) não tem acesso a um seguro de saúde, principalmente nos peruanos e bolivianos;
7. as condições habitacionais são precárias na maioria, principalmente nos bolivianos e peruanos, sendo pior em Santiago do que no Norte;
8. no que se refere à discriminação, observa-se que 35% sofreram, sendo maior nos bolivianos (43%), peruanos (36%), colombianos (28%), argentinos (27%) e equatorianos (23%). No caso dos homens a discriminação ocorreu por parte dos colegas de trabalho e da polícia e no caso das mulheres essa discriminação foi geral, visto que foi observada em todos os ambientes sociais em que estão inseridas.

Desta maneira, a pesquisa mostra que a imigração no Chile, apresenta algumas características, como por exemplo, a obtenção de emprego formal com salários que não permitem obter boas condições sociais (saúde e habitação), discriminação da sociedade chilena, especialmente em relação à maioria da população imigrante de peruanos e bolivianos, destacando que os argentinos são os mais beneficiados como imigrantes.

Sendo assim observa-se que o padrão da imigração se caracteriza por uma concentração geográfica em Santiago, pela alta diversificação de imigrantes, provenientes da América do Sul e Central, pela alta feminização, com idade laboral e pelo maior tempo de estudo que a população chilena.

2.3.4.2 A emigração dos chilenos

A emigração no Chile está associada a distintos contextos econômicos e políticos. Os anos de 1970 e 1980 se caracterizaram pela maior emigração por razões políticas, onde houve um crescimento de 173 mil, em 1970 para 330 mil, em 1980, tendo como destino a região das Américas. Nos anos de 1990 a emigração chega a 332 mil e em 2000 alcança 370 mil. Os principais destinos, entre 1970 e 2000, foram à Argentina seguida dos EUA, Canadá, Venezuela e Brasil. Considerando para o ano de 2000 com um total de 487 mil emigrantes, onde a Argentina representa 56%, EUA (21%), Canadá (7%), Brasil (4,6% ou 22 mil) e

Venezuela (4,3%), enquanto que a Europa e Austrália representam 11% do total de emigrantes.

Segundo estudo do Ministério de *las Relaciones Exteriores* de Chile, através da *Dirección para la Comunidad de Chilenos em el Exterior* (DICOEX) em 2005, com relação ao perfil educacional, 24% possuem educação técnica/superior, 73% educação média/básica e 2,5% sem estudos. Os chilenos residentes na Argentina apresentam os níveis mais baixos de escolaridade. Comparando-se com a pesquisa de campo desta pesquisa e com os Censos de 2000 e 2010 do IBGE, os chilenos apresentam no Brasil e no Paraná, um nível médio/alto de estudos (educação técnica e universitária).

Com relação ao tempo de residência, a maioria dos emigrantes (57%), possui um tempo superior a 20 anos, coincidindo com a pesquisa de campo, onde 40% têm mais de 20 anos de residência no Brasil. Já no que se refere à atividade econômica, 51% trabalham, 20% não trabalham fora e 4% são aposentados, sendo que 17% dos homens trabalham na construção civil, 14% no comércio e 12% nos serviços. Já as mulheres, 40%, atuam com atividades do lar e 10% no comércio. No Brasil, segundo o Censo de 2010 do IBGE no Paraná, os chilenos trabalham mais no setor Comércio, Financeiro e Industrial.

Com relação à cidadania, 22% adotaram outra nacionalidade, principalmente a do país de residência. Os emigrantes chilenos continuam vinculados ao seu país, através de organizações, viagens e família, sendo que 72% são a favor de poder ter direito ao voto no Chile. (DICOEX, 2005).

Por fim, nota-se que a emigração chilena, ocorreu nos anos de 1970 e 1980 e foi direcionada para a Argentina e Estados Unidos, sendo esta, mais importante do que aquela que veio ao Brasil. A mesma apresenta um nível educacional médio/superior, com tempo de permanência acima de 20 anos, atuando em segmentos econômicos diversificados, mantendo, no entanto, a cidadania chilena, pelo interesse de manter as relações como Chile.

Estas informações coincidem com a pesquisa realizada no Brasil, pela Professora chilena Vanessa Rojas (2011), na qual ela apresenta o perfil do imigrante chileno, residente em São Paulo, através das histórias orais, onde se destaca que:

- os chilenos emigram visando melhores condições de vida no político, econômico e social;
- as redes de imigrante são importantes para a inserção;

- o processo migratório foi conduzido pelo homem, normalmente iniciando a residência no Brasil;
- os fluxos migratórios ocorreram, em três períodos: 1970-1973 (pequeno grupo), 1973-1990 (maior grupo) e 1990 a 2010 (menor grupo); A formação social corresponde à classe média, com bom nível educacional e profissional;
- a escolha do Brasil foi pelas oportunidades de trabalho, facilidade de documentação e as redes de imigrantes;
- aqueles com maior formação educacional conseguiram uma integração com maior rapidez e segurança;
- os chilenos emigram visando retornar, mas, no entanto, a maioria permanece no Brasil;
- os chilenos precisam ‘negociar’ as tradições culturais, visando uma adaptação para uma nova forma de vida;
- a comunidade chilena, com relação às Políticas de Migração, propõe que estas promovam maior rapidez na documentação, mais informação referente à aposentadoria (a partir dos acordos entre Brasil e Chile), direito a voto no Brasil, apoio financeiro para projetos culturais, pois possuem uma organização que permite manter as tradições culturais.

Por fim, observa-se que as experiências migratórias no Brasil mostram resultados semelhantes nas duas pesquisas apresentadas anteriormente, destacando o interesse deste grupo em dar sugestões para a elaboração de uma Política Migratória no Brasil.

2.3.4.3 Histórico da política migratória no Chile

No Chile não existe um órgão único que trata especificamente das migrações, é possível, no entanto, encontrar em diversos órgãos públicos áreas/funcionários que realizam funções relativas a assuntos migratórios. O Ministério do Interior, por exemplo, através do “*Departamento de Extranjería y Migración*” (DEM), realiza a atividade de aplicar a lei de imigração. O Ministério de Relações Exteriores (MRE), através do Departamento Consular e de Imigração, supervisiona as

atividades dos consulados do exterior. O Ministério da Defesa, através da Polícia de Imigrações, atua em assuntos da Polícia Internacional.

Em consequência da dispersão de atuação nos órgãos públicos em relação ao tema migração, o Chile tem apresentado falta de uma Política Migratória, sem gestão pública única, o que caracteriza uma ‘unilateralidade discricional’, que não tem se manifestado na implementação de planos, programas e práticas migratórias. (JIMENEZ; HUATAY, 2012).

Historicamente, o Chile no começo do século XX, inicia uma Política Migratória fundamentada em princípios de desenvolvimento e racismo, através de um conjunto de normativas e políticas que visam atrair europeus em prol do melhoramento social, ou seja, promove a expulsão de imigrantes que tiverem características sociais contrárias às chilenas (Lei nº 3446 de 1918). No período de 1973 a 1990, as normas migratórias tinham a diretriz de “Doutrina de Segurança Nacional”, implementada pela ditadura militar de Pinochet. Com o retorno da democracia, após 1990, diversas leis normatizaram a imigração desde o ponto de vista dos direitos do imigrante, como foi o caso da Lei nº 19.476 (1996), que modifica a Lei de “*Estranjería*” em relação ao asilo e refugio. Em 2003, foi elaborada pelo Ministério do Interior, uma proposta de Política Migratória, que estava aberta a propostas pela sociedade civil, a qual resultou no “*Instrutivo Presidencial*” (2008), que orienta sobre a Política Migratória, com base na *Ley de “Estranjería”*.

Jimenez e Huatay (2012), explicam que a Política Migratória do Chile, apresenta as seguintes características:

1. Política Migratória até 1990, caracterizada por ser racista e centrada na Segurança Nacional. Após a década de 90, a imigração é majoritariamente feminina com motivação laboral, concentração urbana e índices de precariedade e discriminação por parte do governo, empresários e mídia em geral. Sendo assim, as reformas realizadas na Política Migratória não tocam nos problemas estruturais e não são elementos consistentes de uma política migratória;
2. nível de resposta para os problemas emergentes da imigração é baixo. A Política Migratória tem atuado na base da boa vontade do poder público, atendendo de forma ‘subsidiária e focalizada’;
3. as ações do estado visam somente cumprir acordos internacionais. O Chile tem desenvolvido uma política simbólica de “ratificar normativas”

internacionais, ainda que não tenha assinado os convênios com a OIT, sobre proteção e respeito aos trabalhadores imigrantes;

4. visão unilateral limitada à integração comercial e financeira. O Chile caracteriza-se pela unilateralidade nas Políticas Migratórias, onde o interesse econômico-financeiro orienta as ações migratórias em relação à assinatura de acordos com o Peru e Argentina, mas que, no entanto, não agregam soluções regionais aos problemas migratórios.

Sendo assim, segundo estes autores, a Política Migratória do Chile precisa passar da unilateralidade e discrecionismo para um enfoque da migração, como um sistema complexo e dinâmico, ao nível nacional, regional e global com fluxos múltiplos e interculturais.

Com relação às políticas de integração social, não existem senão respostas unilaterais para demandas urgentes, como são as “regularizações” do imigrante, pois os únicos órgãos públicos que tratam da imigração, o fazem com uma visão de controle e segurança pública. As informações sobre os direitos dos imigrantes apresentam uma baixa difusão, pois estão relacionadas a pagamentos dos custos dos processos migratórios.

A participação da sociedade civil manifesta-se em ações para solucionar situações de emergência e ou também na criação de espaços de debates como foi o ‘Encontro Nacional dos Migrantes’, realizado a cada dois anos, a partir de 2000, visando elaborar propostas de Política Migratória para o país. A Sociedade Civil chilena vem buscando se organizar, com destaque para a atuação da Igreja Católica, organizações de mulheres e de direitos humanos, universidades com prestação de atenção jurídica e processos de regularização, serviços de acolhida e encontros de recreação. Podemos identificar algumas organizações:

- Centro de Atenção ao Imigrante (CIAMI);
- Pastoral do imigrante;
- *Hogar de Cristo*;
- Instituto Católico de Imigração;
- Sindicato de Trabalhadores Imigrantes;
- Fundação Instituto da Mulher;
- Agrupação de Mulheres Imigrantes;
- Rede Chilena de Migração (RedMi), etc.

Neste sentido, a sociedade civil chilena através das organizações, procura oferecer ao Estado subsídios para a elaboração de uma nova Política Migratória dentro de uma perspectiva integral e multidimensional, que promova a diversidade e o respeito étnico, combinando os níveis regional, nacional e internacional com forte responsabilidade do Estado Chileno.

Finalmente, observa-se que o Chile tem atuado através de uma política migratória que não objetiva a proteção e os direitos do imigrante, tem, no entanto, preferido manter uma complexa burocracia que privilegie critérios econômicos da mão de obra imigrante dentro de uma perspectiva de controle e segurança pública.

2.3.5 Políticas Migratórias do Paraguai

A TABELA 15, exibe o perfil sócio demográfico do Paraguai.

TABELA 15 - PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO – PARAGUAI

Território	406.752 km ²
População	6.672.631
Densidade Populacional	16 habitante / km ²
Taxa de Migração neta	- 0,08 (2012)
PIB	US\$ 26 bilhões
Remessas	US\$ 804 milhões

FONTE: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, 2013.

2.3.5.1 Padrão migratório dos paraguaios

O Paraguai é um país dividido em grandes áreas: a região oriental, onde está situada a capital Assunção, *Ciudad del Este*, *Encarnación* e etc., que são as mais populosas e a região ocidental, formada pela Região do *Chaco*, que é a menos populosa com 2% da população. O contexto socioeconômico do Paraguai é importante para entender a problemática migratória. O país fundamenta a atividade econômica na agropecuária e no comércio de exportação e importação.

Nas últimas décadas, o Paraguai tem demonstrado uma problemática de recessão econômica (TABELA 9), mostrando uma recuperação econômica, a partir de 2003, sendo que entre 2003 e 2010, o PIB cresceu a uma taxa média de 4,1%, enquanto que no período de 1992 a 2000, o crescimento médio foi de 1,6%.

Convém destacar que em 2010, o Paraguai foi o país que mais cresceu na região (14,7%), devido ao aumento dos preços dos produtos agrícolas e ao crescimento do setor industrial e da construção. (CEPAL, 2010).

A maior concentração de mão-de-obra, segundo o Censo de 2009, está no setor agropecuário (30%) e no comércio (25%), caracterizando-se como subemprego ou emprego de baixa qualidade, sendo que o maior crescimento ocorrido em 2010 não impactou fortemente na qualidade do emprego (subemprego), ainda que tenha aumentado quantitativamente o nível de emprego, como fica demonstrado pelas taxas de desemprego, que giraram em torno de 7,7% em 2010 (TABELA 9).

O nível de subemprego informal, em 2009 chegou a 58%, principalmente nos setores de comércio, hotelaria, alimentos e serviços sociais. Esta informalidade, de acordo com o Perfil Migratório (IOM, 2011), pode estar ocorrendo devido ao aumento na criação de micros-empresas, aos altos custos da formalização e ao pouco incentivo de isenção formal. Desta forma, nota-se que o Paraguai apresenta um baixo nível de diversificação econômica e qualidade do emprego, gerando uma alta informalização que conseqüentemente resulta em altos níveis de pobreza.

A imigração histórica do Paraguai no final do século XIX e início do XX, com grupos de imigrantes provenientes da Itália, Alemanha, França, Espanha, Argentina, Brasil e EUA, têm sido predominantes, mas com baixo volume migratório. Entre 1880 e 1950, o total de imigrantes chegou a 53 mil, enquanto que entre 1950 e 1962, o total foi de 49 mil, tendo um aumento crescente nas décadas de 70 (81 mil), de 80 (168 mil), de 90 (190 mil) e uma pequena queda nos anos de 2000 (173 mil), representando em média 3,5% da população do Paraguai. (IOM, 2011).

A partir dos anos de 1970, o crescimento originou-se nos imigrantes argentinos e brasileiros. O Censo de 2002 mostra que do total de 173 mil imigrantes (3,4% da população), os países que se destacaram foram: Brasil (48% ou 83 mil) e Argentina (37% ou 64 mil). A imigração brasileira apresentou um importante crescimento entre 1982 e 1992, voltando a crescer a partir de 2002. Já a Argentina foi mais numerosa até 1962, mantendo um crescimento até 2002, segundo o Censo de 2002. No entanto os valores da imigração brasileira, segundo os Censos do Paraguai, são questionados, visto que, segundo o MRE do Brasil (2008), o volume de brasileiros, residentes no Paraguai era em 1996 cerca de 350 mil e em 2008 chegavam a 454 mil. Por outro lado, considerando o censo de 2002 do Paraguai,

observa-se que nos imigrantes brasileiros, a maioria era de homens e nos argentinos havia igualdade entre homens e mulheres.

A faixa etária dos imigrantes em geral varia entre 15 e 59 anos (80%), ou seja, com idade produtiva e 10% com idade superior a 60 anos. O perfil educacional mostra que 50% dos imigrantes possuem menos de 6 anos de estudos, principalmente nos brasileiros, enquanto que os argentinos apresentaram um tempo superior a 10 anos de estudos.

A população imigrante brasileira, segundo Paulo Illes e Patricia Gainza (2012), tem origem agrícola, com localização em áreas rurais e de fronteiras (Alto Paraná), já os argentinos localizaram-se em áreas urbanas (Assunção), em funções profissionais de acordo com o nível educacional que possuem. Observa-se desta forma, que a imigração no Paraguai é importante, devido ao alto volume de brasileiros, além dos argentinos, que mostram um perfil educacional baixo e alto, respectivamente, determinando a localização geográfica, assim como em que atividades laborais atuam na inserção econômica no mercado de trabalho do Paraguai.

2.3.5.2 A emigração dos paraguaios

O Paraguai mostra altos fluxos migratórios de saída ao longo da sua história, onde o principal destino tem sido a Argentina, devido à proximidade geográfica, ao ambiente cultural, à política migratória receptiva, ao mercado de trabalho e as redes familiares e sociais. Segundo o Censo de 2000, o total de emigrantes chegou a 380 mil, sendo para a Argentina 84% (332 mil), seguidos do Brasil com 7% (26 mil) e para os EUA com 3% (11 mil).

Esta situação muda em 2010, pois segundo o Censo de 2010, o total de emigrantes cresce para 770 mil (12% da população), ainda sendo a Argentina o principal destino com 70% seguida da Espanha (17%), Brasil (5%) e EUA (31%). Este cenário de aumento dos imigrantes paraguaios ocorre devido à situação econômica desfavorável, que implicou na emigração de mais de 100 mil pessoas para a Espanha e mais de 200 mil para a Argentina, na década de 2000.

O perfil da população que emigrou do Paraguai, segundo o Censo de 2000, são de jovens adultos, entre 15 e 64 anos, representando um total de 78%, onde a maioria dos emigrantes (58%) eram mulheres (IOM, 2011). Já na pesquisa de

campo, realizada para este estudo, a faixa de idades está concentrada entre 36 a 50 anos com maioria de homens. Já o nível educacional está formado por 30% com educação básica, 51% possui educação média completa/incompleta e 19% com educação superior completa/incompleta. Segundo a pesquisa de campo, 45% têm educação média, 36% superior e 13% básica.

Com relação à origem, 54% pertenciam à área urbana e 46% a área rural.

As principais razões para emigrar, declaradas em 2009 na *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH), foram: “razões de trabalho” para 86% e “razões familiares” para 8%, sendo esta última, resultante do uso de redes familiares no exterior, demonstrando a mesma tendência detectada pela pesquisa de campo, onde 44% emigram por razões de trabalho e 25% acompanhando a família.

Quanto ao tipo de emprego, 60% são empregados, 6% empresários e 33% em trabalhos domésticos, já pela pesquisa de campo 38% atuam como empresários e 22% como empregados no Brasil. Nos países de destino, as mulheres empregam-se em trabalhos domésticos e os homens na construção, ainda que exista uma importante parcela de imigrantes paraguaios na informalidade laboral, sendo 30% para os homens e 20% para as mulheres, sofrendo carências relativas à previdência social e saúde. Segundo o Censo de 2000 do IBGE no Paraná, os paraguaios empregam-se no setor da construção civil, agricultura e serviços/domésticos.

Desta maneira, verifica-se que a emigração tem sido um fluxo migratório crescente, direcionado para a Argentina e Brasil e mais recentemente para a Espanha e Estados Unidos, caracterizando-se como emigrantes de gênero, com baixo nível educacional, estabelecendo-se em atividades pouco remuneradas. Esta situação é observada no Brasil, para onde quase 40 mil paraguaios emigram até 2010 (IBGE, 2010), concentrando-se no Paraná e o Mato Grosso do Sul.

Finalmente, analisando comparativamente as migrações, verifica-se que a imigração de brasileiros no Paraguai é superior à imigração dos paraguaios no Brasil, devidos às condições econômicas favoráveis encontradas no Paraguai nos anos de 1980 e 1990, por causa das facilidades de instalação nas áreas de fronteiras agrícolas, assim como os grandes projetos desenvolvidos em parceria entre estes países. Os paraguaios também chegam a se integrar economicamente no Brasil, devido à diversidade existente nos setores da indústria e de serviços, principalmente na área de fronteira entre os Estados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, atuando especialmente no comércio interfronteiras.

2.3.5.3 Histórico da política migratória no Paraguai

As instituições que tratam das migrações localizam-se principalmente no Ministério do Interior, *Dirección General de las Migraciones*, Interpol e Ministério das Relações Exteriores. Existem também organizações não governamentais que atuam junto aos imigrantes como, a Pastoral do Migrante e da Mobilidade Humana, Associação de Apoio aos Migrantes, Associação de Coletividades Migrantes e diversas ONGS.

A lei que regulamenta atualmente a migração de estrangeiros é a Lei nº 978 do ano de 1996, que objetiva regularizar o ingresso de migrantes qualificados e/ou com capital de investimento, dificultando o ingresso dos demais imigrantes. (ILLES; GAINZA, 2012).

Esta lei determina que seja permitido o ingresso de trabalhadores estrangeiros “sempre e quando não houver comprometimento do emprego para os trabalhadores nacionais”. Existe também, desde 2005, uma lei de *Franja de Seguridad Fronteriza* (Lei 2532), que proíbe a compra de terras até 50 km da fronteira, mas que, no entanto, chegou tarde, pois importantes áreas do país são controladas por colonos estrangeiros (brasileiros, principalmente) e tem gerado conflitos de terras. (IOM, 2011).

Desde 2011, o Paraguai esta desenvolvendo um diagnóstico que conduza para a elaboração de uma Política Nacional de Migrações, fundamentada em: fomentar a permanência da população na área de origem, promover fluxos de migração interna e internacional, que contribuam com o desenvolvimento nacional, intervir nos fluxos migratórios existentes, visando uma reorientação, recuperar a população emigrada, através da repatriação e realizar a integração sociocultural, econômica, política, jurídica e territorial dos imigrantes na sociedade paraguaia. (ILLES; GAINZA, 2012).

Por outro lado, segundo a OIM (2011) o Paraguai assegura o acesso aos direitos à educação, habitação e saúde, mas não garante os direitos políticos, pois os imigrantes só podem votar nas eleições municipais. As políticas de integração dos imigrantes não existem de forma explícita, mas são desenvolvidas por meio de programas sociais, para segmentos com menos recursos, sejam nacionais ou imigrantes.

A informação para a população migrante tem sido satisfatória, principalmente nas grandes cidades e o governo tem desenvolvido ações nas regiões mais afastadas para a regularização da documentação migratória.

A sociedade civil organiza-se em entidades de apoio aos migrantes e conta com a parceria do Estado. Destaca-se o trabalho desenvolvido pela Associação de Apoio aos Migrantes (ASOPAMI), na organização de fóruns de debates, visando à elaboração de recomendações para os processos de regularização migratória, que resultou no projeto de Lei nº 3468 de 2009 que permitiu a regularização de imigrantes.

Desta forma, as diversas organizações dos próprios imigrantes, que atuam como forma de manutenção dos costumes culturais, criaram a Federação dos Imigrantes no Paraguai (FEDIPAR), realizando fóruns de debate junto com as autoridades governamentais, para discutir sobre temas relacionados com os direitos dos imigrantes, com a discriminação, processos de regularização e etc., que resultaram na realização do *I Foro Del Imigrante*, em 2010.

Existem também organizações entre os emigrantes no exterior, com ampla atividade na Argentina, Brasil e nos Estados Unidos, que também realizaram Fóruns de Debates em cada país, como forma de sensibilizar as autoridades sobre os direitos dos emigrantes, informações, regularização e integração social.

Por fim, observa-se que o Paraguai tem uma Política Migratória restritiva quanto às oportunidades de emprego ao imigrante, que é criticada pelas organizações dos imigrantes, que buscam sensibilizar ao Estado para que elabore uma Política Pública de Imigração mais inclusiva.

2.3.6 Política Migratória do Uruguai

O perfil sócio- demográfico do Uruguai se apresenta da seguinte forma (TABELA 16):

TABELA 16 - PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO – URUGUAI

Território	176.220 km ²
População	3.286.314
Densidade Populacional	19 habitante / km ²
Taxa de Migração neta	- 1,45 (2012)
PIB	US\$ 49.400 bilhões
Remessas	US\$ 123 milhões

FONTE: Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, 2013.

2.3.6.1 Padrão migratório dos uruguaios

O Uruguai tem apresentado um perfil caracterizado por uma forte emigração e uma baixa imigração. As primeiras correntes migratórias, no final do século XIX, foram de africanos (escravos), pois foi autorizado pela Coroa Espanhola, que Montevideo fosse o único porto do Mar do Plata a introduzir escravos. Na segunda metade do século XIX e início do XX, a forte corrente migratória desde a Europa para as Américas, que chegou a 52 milhões, entre 1824 e 1924, somente 5% desta, teve por destino o Uruguai. Entretanto, o Uruguai foi considerado como sendo um país de trânsito para os fluxos europeus, por não apresentar grandes oportunidades, visto que a principal atividade econômica era a criação de gado. Esta situação contribuiu com o processo migratório para países como a Argentina e Brasil.

Entre 1900 e 1930, o Uruguai duplicou sua população, passando de 925 mil em 1900, para 1.87 milhão em 1930, resultante de fortes fluxos migratórios provenientes da Itália e Espanha. No entanto, durante o período do pós-guerra, os fluxos migratórios europeus, sofrem uma queda provocada pela imigração fronteiriça, proveniente da Argentina e Brasil. Convém destacar que em 1908, 74% dos imigrantes eram europeus (Itália, Espanha e França), sofrendo, no entanto, uma alteração a partir de 1985, com a entrada da população de imigrantes provindos da Argentina e Brasil, que representaram 60% em 2008, sendo, principalmente, 32% de argentinos, 16% de brasileiros e 12% de outras nacionalidades. (CDHIC, 2013).

O perfil dos imigrantes, entre 2000 e 2009, é de jovens, com idades economicamente ativas (20 a 40 anos). O nível educacional é superior ao dos uruguaios, sendo 40% com maior tempo de estudo, o que lhes oferece rendimentos econômicos mais altos. Com relação à localização geográfica, observa-se uma concentração tanto na capital, Montevideo, como em cidades de fronteira com o Brasil (Rivera, Artigas). Já a imigração para o Uruguai, entre 2000 e 2008, provém da Argentina (35%), Brasil (17%), EUA (9%), Espanha (7%) e Peru (4%), observando que estas populações de imigrantes, eram de jovens em idade produtiva, com qualificações profissionais. (CHDIC, 2013).

Outro grupo de imigrantes é os “retornados”, ou seja, uruguaios que voltaram ao país, provindos da Espanha, EUA e Argentina, além do Brasil. Em geral, retornam em grande volume, jovens retornados, filhos dos emigrantes, com um perfil de idade adulta, menor formação profissional, obtendo empregos na indústria e

serviços. Convém destacar, segundo os Censos de 1908 até 2008, o perfil de origem dos imigrantes (TABELA 17).

TABELA 17 - IMIGRANTES NO URUGUAI, SEGUNDO O PAÍS DE ORIGEM (1908-2008)

País de Nascimento	Censos e ECH					
	1908	1975	1985	1996	2006	2008
Itália	34,4	16,2	14,4	11	9,3	10,1
Espanha	30,3	34,1	30,6	23,4	20,6	20
França	4,6	18,3	16,2	8,1	8,1	7,5
Outros países europeus	4,5	0	0	0	0	0
Total países europeus	73,7	68,6	60,3	44,7	37,9	37,6
Argentina	10,3	14,4	19,1	28,4	35,1	32,3
Brasil	15,3	10,8	12	14,6	15,7	15,5
Outros países americanos	0,6	3,5	5,9	9	9,1	12,6
Total países americanos	26,2	28,8	36,9	52,1	59,9	60,4
África, Ásia, Oriente Médio e outros	0,1	2,6	3,3	3,3	2,1	2
Total	100	100	100	100	100	100
População (em milhares)	181	123	103	95	70	70

FONTE: Censos de População, ENHA (2006) e ECH (2008).

Observa-se pela TABELA 17, que:

- no início do século XX, segundo o Censo de 1908, os imigrantes proviam da Itália e Espanha (34% e 30%, respectivamente) e em menor volume da Argentina (10%) e Brasil (15%);
- de acordo com o Censo de 1975, cresce a imigração da Espanha e Argentina e cai a da Itália e Brasil;
- nas décadas de 80 e 90, segundo o Censo de 1985 e 1996, cresce a imigração da Argentina e Brasil e cai à europeia;
- nos anos de 2000, pelo Censo de 2006 e ECH 2008, a imigração Argentina cresce, correspondendo ao maior grupo migratório no país, seguida pela Espanha, Brasil e Itália.

Desta maneira, nota-se que a Argentina representa o maior contingente de imigrantes estrangeiros no Uruguai, causado pela proximidade geográfica e pela própria integração econômica/ industrial, gerada possivelmente pelo MERCOSUL. No entanto, segundo o Censo de 1908, a população imigrante representava a 30% da população, enquanto que em 2010 chegava a 3,4%, o que mostra uma queda nos volumes de imigrantes estrangeiros no Uruguai.

2.3.6.2 A emigração dos uruguaios

A partir de 1960, o Uruguai sofre uma forte recessão econômica que provoca uma importante emigração, a qual é aprofundada por causa da instalação da Ditadura Militar, em 1973, que geram um fluxo migratório dirigido para a Argentina, EUA, Brasil, Venezuela e Espanha. (CDHIC, 2013).

Este fluxo, segundo estimativas, entre 1963 e 1985, alcançou um volume de 310 mil imigrantes (11% do total da população), o que, aliado a uma queda na taxa de fecundidade, provocou um envelhecimento da população. Esta tendência de alta emigração se mantém nas décadas de 80 e 90, quando, segundo o Censo de 1996, haviam emigrado mais de 60 mil pessoas.

As crises econômicas ocorridas entre 2002 e 2003, novamente provocaram uma alta na emigração. De acordo com o Censo de 2006, 39 mil pessoas deixaram o Uruguai neste período, sendo na maioria homens (23 mil) e 16 mil mulheres. Da mesma forma, entre 2000 e 2010, a emigração teve como destino a Espanha (42%), EUA (26%), Argentina (12%) e Brasil (5%), sendo uma população com alta qualificação profissional.

Convém destacar que o perfil do Uruguai tem sido fortemente “emigrante”, onde, uma importante parcela da população emigrou por razões econômicas e políticas e com pouco tempo de permanência por partes dos imigrantes, que continuavam seu destino para países como a Argentina e Brasil. Segundo os Censos de 1980, 1990 e 2000, o perfil demográfico dos emigrantes, identificados nos países de destino, mostra emigrantes jovens, predominantemente de homens. Os levantamentos mais recentes, como a *Encuesta Nacional de Hogares Ampliada* (ENHA) de 2006, indicam que os emigrantes que saíram entre 2000 e 2006 apresentam idades entre 20 e 30 anos, homens majoritariamente, com nível educacional superior, com maior porcentagem para mulheres, e maior presença nos Estados Unidos que na Espanha. Já segundo a pesquisa de campo, o perfil do imigrante uruguaio é majoritariamente masculino, com educação superior e atuando como empresários e funcionários.

As redes de emigrantes no exterior, principalmente as instaladas pelos que saíram nos anos de 1970 e 1980, tem permitido aos emigrantes mais recentes, instalarem-se rapidamente, obtendo salários mais altos que os primeiros emigrantes.

Por fim, o Uruguai mostra na sua história, mudanças nos fluxos migratórios, sendo que no início do século XX, mostra uma importante imigração e nos anos de 1970 e 1980, uma grande emigração. Com relação ao Brasil, observa-se que apresenta maiores fluxos de emigração para o Uruguai que os existentes de uruguaios para o Brasil, ainda que ambos os fluxos sejam relativamente baixos se comparados com os existentes em outros países do Cone Sul.

2.3.6.3 Histórico da política migratória no Uruguai

A primeira lei de migração foi criada em 1936, cujo enfoque era de priorizar a imigração seletiva, discriminatória e de segurança nacional. A partir de 2008, criou-se uma nova Lei Migratória, fundamentada na Política Migratória Integral, considerando como executores o Ministério do Interior, a Direção Nacional das Migrações e o Ministério das Relações internacionais. Junto a estes órgãos, atuam também a Junta Nacional de Migração, responsável pela implementação de diversas ações e um Comitê Assessor de Migração, formado pelas organizações sociais da Sociedade Civil. (IOM, 2011).

A atual lei de Migração (Lei 18.250 de 2008) permitiu criar a *Junta Nacional de Migración* (JNM), que operacionaliza a Política Migratória, onde são estabelecidos os direitos políticos dos imigrantes (voto), assim como cria incentivos para os que desejam retornar ao Uruguai. Segundo Patrícia Gainza (2013), os imigrantes recebem pouco apoio dos órgãos públicos em relação aos direitos trabalhistas e em situações de extrema pobreza, sendo esta assistência substituída pelo apoio mais direto e eficiente das organizações sociais, como a realizada pelo Serviço Ecumênico dos Direitos Humanos (SEDHU).

Com relação aos emigrantes uruguaios, atualmente estima-se que representem 18% da população (IOM, 2011), principalmente com destino aos EUA, Espanha e Argentina e Brasil, além dos outros membros do MERCOSUL. Estão ocorrendo diversas iniciativas para dar direitos políticos a esta população emigrante, mas sem apoio suficiente para uma aprovação parlamentar para as mesmas. No entanto, a partir de 2005, foi criada no governo de Tabaré Vasques, a Política chamada de '*Pátria Peregrina*', propondo a criação da '*Oficina Del Retorno*', visando criar mecanismos que permitam integrar os uruguaios residentes no exterior, com vida nacional, através da 'cidadania extraterritorial'. (GAINZA, 2013).

Outra iniciativa é a de criar uma “Rede de Cérebros”, que permita ligar os cientistas uruguaios de dentro e fora do país. Por outro lado, como forma de pressionar ao governo, a sociedade civil tem se organizado, criando em 2010, a “*Red de Apoyo a Migrante*”, formada por organizações comprometidas com os direitos dos imigrantes no país e emigrantes no exterior, dentre as quais se destacam:

- Fundação MERCOSUL;
- Observatório de Políticas Públicas de Direitos Humanos no MERCOSUL;
- Centro de Estudos Migratórios;
- Serviço Ecumênico para Dignidade Humana (SEDHU).

Segundo Patricia Gainza (2013), as Políticas Migratórias no Uruguai estão focalizadas nos uruguaios que estão no exterior e nos “retornados” e não nos imigrantes, para os quais não existe nenhuma política de integração na sociedade do país.

Neste sentido, são recomendadas, pela Sociedade Civil, algumas ações do tipo:

1. harmonização das leis migratórias com a legislação internacional;
2. desenvolver campanhas de integração, visando aumentar o nível de conhecimento dos direitos dos imigrantes;
3. cumprimento por parte dos órgãos públicos (relacionados à migração), das obrigações que visam respeitar os direitos dos imigrantes.
4. desenvolver diagnósticos periódicos sobre a situação dos imigrantes e emigrantes no exterior.
5. promover a eliminação de restrições burocráticas, para a realização de processos administrativos dos imigrantes;
6. criação de uma unidade de assuntos sociais da imigração, na *Dirección Nacional de Imigración*;
7. aprovação do direito a voto dos uruguaios residentes no exterior;

Desta forma, observa-se que as políticas migratórias mostram alguns intentos de atualização na gestão com a criação da Junta Nacional de *Migración*, que tem desenvolvido articulações com as organizações da Sociedade Civil, o que tem permitido criar iniciativas para incentivar o retorno, mas que, no entanto, não

tem desenvolvido, internamente, ações estruturais de necessária implementação para os imigrantes.

Finalmente, observa-se que as ações das políticas migratórias dos países analisados mostram em geral, um perfil discricional com apoio à imigração qualificada e promovendo o investimento estrangeiro, realizando ações de 'boa vontade' para o resto da comunidade de imigrantes, através das regularizações massivas. Da mesma forma, as relações com as organizações de imigrantes e da Sociedade Civil tem melhorado, mas não ao nível de produzir resultados efetivos e de longo prazo nos programas e políticas sociais de corte migratório. Seria necessário adotar ações que resultassem em negociações com o governo, tendo o apoio de organizações internacionais e da Sociedade Civil internacional, visando pressionar política e socialmente os governos para que consigam passar das ações específicas para uma definição de políticas migratórias de amplo espectro e integrais, na qual seria considerado tanto os imigrantes de primeira geração como das gerações seguintes, oferecendo as condições necessárias e favoráveis para que realizem o processo de integração na sociedade de destino.

3. IMPACTOS ECONÔMICOS E PERFIL DOS IMIGRANTES NO PARANA (2000-2010)

3.1 IMPACTOS DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE NOS PERFIL DOS IMIGRANTES (2000 – 2010)

A economia Brasileira nos anos de 2000 pode ser analisada em dois períodos: entre 2000 e 2002, correspondendo ao final do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e entre 2002 a 2010, que corresponde ao primeiro e segundo governo do Presidente Lula.

Analisando o comportamento do crescimento da economia através do PIB, nota-se que de 1998 a 2002 (governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso), o PIB cresceu 1.7% em média, já no período de 2003 a 2008 (primeiro mandato do Presidente Lula), o aumento médio foi de 4.2%, sendo que em 2007 e 2008 chegou a crescer 6.1% e 5.1%, respectivamente. Convém destacar que em 2008 inicia-se a crise nos Estados Unidos afetando de forma importante o comércio mundial e o investimento externo, fator considerado como uma importante alavanca da economia brasileira, afetando, no entanto a economia em 2009, com uma queda de 0.3% que em 2010 volta a crescer 7.5%, conforme mostrado (TABELAS 18 e 19 A).

Com relação à economia do Paraná, que é a quinta maior do país, representando em média, 5,98% do PIB nacional, mostrando também uma dinâmica de crescimento que supera a economia do país, visto que o estado apresentou um crescimento médio de 3,85% contra 3,7% do Brasil, no período 2000 a 2010, conforme apresentado pela TABELA 19 A. Na década de 2000, o crescimento do PIB e do emprego, foram alavancas relevantes, para gerar um importante aumento do consumo interno e conseqüentemente, uma mudança na pirâmide social.

Segundo pesquisa da FGV (2012), no período de 2002 a 2009, a pirâmide social apresentava uma queda na participação das classes E e D na população total, sendo na E, de 28% para 17% e na D de 14% para 13%, além de um crescimento das classes A, B e C, como esta representado na TABELA 18. Este fenômeno de mobilidade social pode ser caracterizado, não somente pelo acesso das classes de menor rendimento aos bens de consumo (carros, TV), pelo investimento em bens sociais como, educação e saúde, e também pelo consumo através do uso de cartões de crédito. Segundo estudos de consultoria MB Associados (2010), o

crescimento do PIB no período de 2000 a 2009 pode ser explicado em 70% pelas despesas dos consumidores, 20% pelos gastos governamentais e 10% pelo investimento público.

A estrutura social fica mais claramente exposta na TABELA 18, onde se apresenta a evolução das classes em 2002 e 2009 segundo a renda.

TABELA 18 – SITUAÇÃO DA PIRÂMIDE SOCIAL NO BRASIL (2002/2009)

Categoria	Faixa de Renda Domiciliar Mensal (R\$)	População Total (%)	
		2002	2009
E	Até 804,0	28,5	17,6
D	Acima de 804,0 até 1.115,0	14,2	13,2
C	Acima de 1.115,0 até 4.807,0	42,2	53,6
A/B	Acima de 4.0807	15,1	15,6

FONTE: FGV (2010).

A TABELA 19 A apresenta o produto interno bruto do Brasil em geral e também do Paraná (2000-2010).

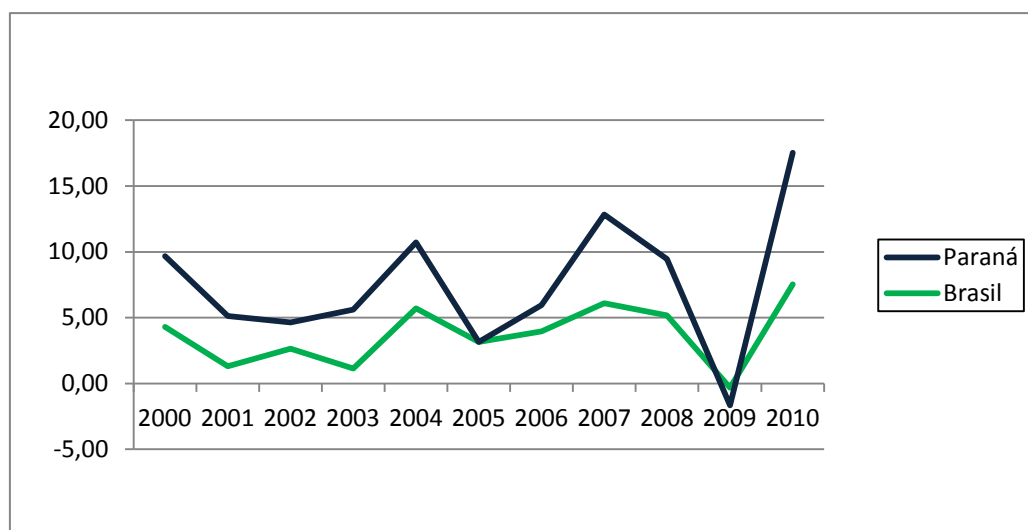
TABELA 19 A - PRODUTO INTERNO BRUTO DO BRASIL E PARANÁ (2000 - 2010) A PREÇOS CORRENTES DE MERCADO

Anos	Produto Interno Bruto				Variação Real Anual (%)	
	Unidade	Brasil	Paraná	Participação (%)	Brasil	Paraná
2000	R\$ Milhão	1.179.482	69.131	5,86	4,31	5,38
2001		1.302.135	76.413	5,87	1,31	3,83
2002		1.477.822	88.407	5,98	2,66	1,98
2003		1.699.948	109.459	6,44	1,15	4,47
2004		1.941.498	122.434	6,31	5,71	5,02
2005		2.147.239	126.677	5,9	3,16	-0,01
2006		2.369.484	136.615	5,77	3,96	2,01
2007		2.661.345	161.582	6,07	6,09	6,74
2008		3.032.203	179.263	5,91	5,17	4,28
2009		3.239.404	189.992	5,87	-0,33	-1,32
2010		3.770.085	217.290	5,76	7,53	10,01
Media					3,73	3,85

FONTE: IBGE/IPARDES.

Já a FIGURA 1 exibe em forma de gráfico a variação real anual do PIB no Paraná no Brasil (2000-2010).

FIGURA 1 – VARIAÇÃO REAL ANUAL DO PIB (%) – PARANÁ E BRASIL (2000-2010)



FONTE: IBGE/ IPARDES (2000/2010).

Convém destacar o desenvolvimento do Estado do Paraná, como explica o Lourenço (2012):

[...] nas últimas décadas a economia do Paraná tem mostrado profundas mudanças, especialmente ao nível da infraestrutura, através da modernização agrícola e agroindustrial, com a implantação de um parque cimenteiro com a expansão da indústria de papel e celulose, as instalações da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria de Petróleo Getúlio Vargas, nos períodos de 1970 e 1990, pois desde o começo dos anos 1990, a economia estadual vem revelando enorme capacidade de sincronização com algumas modificações estruturais e espaciais verificadas no país, onde se destacam o aprofundamento da abertura comercial, os rearranjos técnico-produtivo-gerenciais das empresas, sobretudo privadas, a formação e a tentativa de consolidação do MERCOSUL e a estabilidade monetária, que ampliou o horizonte temporal para o exercício de tomada de decisões dos agentes sociais [...] Ao nível geográfico, os novos investimentos produtivos que geraram o deslocamento do crescimento do agronegócio do Centro-Sul no sentido das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, a implantação do polo automotivo do Nordeste e a desconcentração da indústria do Sudeste em direção às cidades de porte médio e grande do Centro-Sul do país, próximas de São Paulo e do Mercosul, dotadas de infraestrutura adequada e com grande potencial nas áreas de ciência e tecnologia e qualificação de mão de obra. (LOURENÇO, 2012).

Sendo assim, pode observar-se o Estado do Paraná tem apresentado nas últimas décadas um processo de modernização agrícola e industrial, resultando em uma infraestrutura preparada para acompanhar o crescimento do País.

Analisando comparativamente a economia nacional e estadual por atividade econômica, observa-se na TABELA 19 B, que a variação do PIB, entre 2002 e 2010 mostra:

- as atividades que mostram crescimento no Brasil e no Paraná são a agropecuária, indústria e transporte;
- as atividades que cresceram no Brasil e apresentaram queda no Paraná foram a extração mineral e o financeiro;
- as atividades que mostram decréscimo ao nível nacional, mais cresceram no Paraná foram: construção e serviços;
- finalmente, as atividades que apresentam queda ao nível nacional e estadual foram comércio e informação.

TABELA 19 B- VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS POR ATIVIDADE ECONÔMICA - BRASIL E PARANÁ (2002-2010)

Atividades	Brasil Variação (%) -2002/2010	Paraná Variação (%) - 2002/2010
Agropecuária	6,1	207,1
Extração Mineral	197,0	-14,1
Industria Transformacao	272,6	164,6
Construção	- 28,5	77,4
SIUP *	300,0	227
Comércio	- 53,9	-77,4
Transporte	366,1	363,5
Serviço de Informação	- 100,7	-86,8
Financeiro	329,9	313,6
Aluguel	- 74,8	-43,5
APU**	268,8	255,7
Outros Serviços	- 4,4	5,2
TOTAL	253,5	242,5

FONTE: IBGE (2002/2010).

Nota: *Serviço Industrial de Utilidade Pública (SIUP) / ** Administração Pública (APU)

Outro indicador importante para analisar a atividade econômica é o emprego gerado por esta, sendo também relevante para a análise da imigração, visto que os imigrantes procuram se inserir através do emprego. De acordo TABELA 19 C, que corresponde ao comportamento desta variável ao nível do Brasil, Paraná e Curitiba no período 2002 a 2010, destaca-se que as atividades que mais cresceram no país foram, a Construção Civil, Extração Mineral, Comércio e Serviços, já no Paraná houve crescimento na Construção Civil, Comércio, Extração Mineral e Ind. de Transformação e em Curitiba, a Construção Civil, Comércio Serviços e Ind. de Transformação, ou seja, tanto ao nível de Estado como em Curitiba a Construção Civil e a Ind. de Transformação, foram fontes, importantes e multiplicadoras do emprego.

Desta forma, mostra-se que, independentemente da variação acontecida na economia, o emprego cresceu quase em todos os segmentos, o qual mostra que a década de 2000 foi um período de abertura das oportunidades de trabalho que também alcançaram os imigrantes que chegaram ao Brasil.

TABELA 19 C - VARIAÇÃO DOS EMPREGOS FORMAIS POR SETOR - IBGE BRASIL (2002/2010)

SETOR	Brasil Variação Média (%) 2003/2010	Paraná Variação Média (%) 2003/2010	Curitiba Variação Média (%) 2003/2010
1 - Extrativa Mineral	7,3	6,5	- 3,1
2 - Indústria de transformação	5,4	6,2	4,7
3 - SIUP*	3,3	5,1	5,4
4 - Construção Civil	11,0	11,3	9,1
5 - Comércio	7,2	7,3	6,0
6 - Serviços	5,7	5,0	5,0
7 - Administração Pública	3,5	3,1	3,4
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	2,8	3,1	3,0
Média	5,5	5,5	4,8

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego.

Nota: *SIUP (Serviços Industriais e Utilidade Pública).

A seguir será realizada uma análise de comportamento do perfil dos migrantes Argentinos, Chilenos, Paraguaio e Uruguaio, com relação ao emprego de acordo com a atividade econômica, rendimentos financeiros, nível de instrução, cargos e função desempenhados. A base desta análise serão os dados obtidos através do Censo de 2000 e 2010 do IBGE e demonstrados a seguir pelas tabelas apresentadas em 2.3.

Com relação às atividades econômicas, nas quais os imigrantes foram empregados, observa-se na TABELA 19 D, que as atividades que apresentam no Paraná os maiores crescimentos no PIB Estadual, não necessariamente apresentam os maiores níveis de emprego, como foi o caso de Serviços/Financeiro e Agricultura. Desta forma, analisando-se as variações do crescimento do emprego no Estado, nota-se que em algumas das atividades, a estrutura dos imigrantes aponta mudanças.

No caso da Construção Civil que mostra o maior nível de crescimento de emprego no período 2000-2010 no Paraná, em 2000 era majoritariamente de trabalhadores imigrantes paraguaio, que são o maior grupo (10%), seguido dos

Argentinos (2%), enquanto em 2010, a maioria era de uruguaios (20%), seguidos de Paraguaio (14%) e Argentinos (9%), ou seja, observa-se um crescimento nos uruguaios e uma queda no caso dos paraguaio e argentinos (TABELA 19 D, 28 A e 28 B).

No Comércio, que em 2000 apresentou 77% de decréscimo no PIB e 7.3% de crescimento de emprego, o maior grupo é o dos Chilenos (45%), seguido dos Argentinos (32%), Paraguaio (22%) e Uruguaios (20%), já em 2010, os argentinos são a maioria (25%), seguidos dos paraguaio (19%), uruguaios (13%) e chilenos (8%), ou seja, há uma queda no grupo dos chilenos e um crescimento no grupo dos argentinos, como apresentado (TABELA 19 D, 28 A e 28 B).

Os Serviços Financeiros mostram um alto crescimento do PIB, mas um crescimento médio no emprego, em 2000 os argentinos (35%) lideram como trabalhadores imigrantes, seguidos dos chilenos (19%), paraguaio (3%), enquanto em 2010 essa liderança passa para os uruguaios (11%) seguidos dos argentinos (8%), chilenos (7%) paraguaio (4%) mostrando que crescem os uruguaios e caem os chilenos, conforme exibido (TABELA 19 D, 28 A e 28 B).

A Indústria de transformação mostra um alto crescimento do PIB e do Emprego, sendo que em relação ao emprego, em 2000, os Argentinos representam o maior grupo dos trabalhadores imigrantes (16%), Paraguaio (13%), Uruguaios (14%) e Chilenos (7%), enquanto em 2010, muda fortemente as posições, pois a liderança passa a ser dos Chilenos (54%), seguidos dos uruguaios (21%), paraguaio (18%) e argentinos (11%), ou seja, crescem os chilenos e caem os argentinos, segundo demonstrado (TABELA 19 D, 28 A e 28 B).

Na agropecuária, principal atividade do Estado do Paraná, nota-se que apresenta um alto crescimento do PIB, mas baixo nível de emprego, sendo que em 2000, os paraguaio são o maior grupo (27%), seguidos dos argentinos (8%) e chilenos (3%), enquanto que em 2010 mantém-se a mesma tendência que 2000, onde os paraguaio continuam sendo o maior grupo com 24%, seguidos dos argentinos (12%) e chilenos (5%), conforme apresentado (TABELA 19 D, 28 A e 28 B).

Desta forma, observa-se que em 2000, os argentinos são o maior grupo de trabalhadores imigrantes, que proporcionalmente apresenta o maior número de empregados dentre os grupos de imigrantes analisados, no segmento da Indústria de Transformação e em 2010, no Comércio.

Os chilenos, em 2000, são o grupo que proporcionalmente apresenta um número considerável de empregados dentre os grupos de imigrantes analisados, garantindo que ocupem a primeira posição no comércio e em 2010 na Indústria de Transformação.

Os paraguaios, em 2000, são o grupo que proporcionalmente apresenta um número considerável de empregados dentre os grupos de imigrantes analisados, ganhando destaque na construção e na agricultura e em 2010 na agricultura.

Os uruguaios, em 2000, não lideravam nenhum segmento, mas tinham uma presença importante na Indústria de Transformação, no entanto em 2010, assumem como sendo o grupo que proporcionalmente apresenta o maior número de empregados dentre os grupos de imigrantes analisados, na construção civil e serviços financeiros.

Desta forma, observa-se que as mudanças de lideranças nos grupos migratórios podem ser devido à conjuntura econômica diferente de 2000 e 2010, sendo que em 2000 o ambiente apresentava um crescimento moderado do PIB (Brasil: 4.3% e Paraná: 5.4%), enquanto que em 2010 ocorre um alto crescimento do PIB (Brasil: 7.5% e Paraná: 10%), segundo Tabela 19 A.

TABELA 19 D - IMIGRANTES POR ATIVIDADE ECONÔMICA, PIB E EMPREGO NO PARANÁ E CURITIBA (2000-2010)

Atividade econômica	Paraná Var (%) PIB 2000/2010	Paraná/Curitiba Var (%) Emprego 2003/2010	Imigrantes 2000	Imigrantes 2010
Construção Civil	77,1	11,3/9,1	Paraguaios Argentinos	Uruguaios Paraguaios Argentinos
Comercio	-77	7,3/6,0	Argentinos Chilenos Paraguaios Uruguaios	Argentinos Paraguaios Uruguaios Chilenos
Serviços/ Financeiro	313,6	5,0/5,0	Chilenos Argentinos Paraguaios Uruguaios	Argentinos Paraguaios Chilenos Uruguaios
Ind. Transformação	164,6	6,2/4,7	Argentinos Paraguaios Uruguaios Chilenos	Chilenos Uruguaios Paraguaios Argentinos
Agricultura	207	3,1/3,0	Argentinos Paraguaios Uruguaios Chilenos	Paraguaios Argentinos Chilenos

FONTE: O autor (2013). Elaborada com base no IBGE, Censo 2000 e 2010; Ministério do Trabalho e Emprego.

Considerando os rendimentos financeiros dos imigrantes, entre 2000 e 2010, conforme se observa na TABELA 19 E, percebe-se que os imigrantes que ganham na faixa de 1 até 2 Salários Mínimos (SM), mostraram crescimento, sendo que os argentinos aumentaram em 100%, os chilenos em 106%, os paraguaios em 74% e os uruguaios em 59%.

Nos localizados na faixa de 2 a 10 SM, 15% aumentaram os argentinos, 61% os uruguaios e caíram para -29% os chilenos e -49% os paraguaios.

Na faixa de 10 a 20 SM, aumentaram os chilenos 66% e diminuíram 77% os argentinos e 60% o paraguaio, sendo que em 2010 não registraram os uruguaios.

Na faixa acima de 20 SM, -50% diminuem nos paraguaios e -46% os uruguaios, sendo que em 2010 não se registram argentinos nem chilenos.

Desta forma, observa-se que no decênio 2000 e 2010, as faixas que mais crescem em volume de imigrantes, são as de menores salários, 1 até 2 SM, os que pode estar relacionado ao crescimento econômico e do emprego acontecido este período.

TABELA 19 E IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO RENDIMENTOS (SM: SALARIO MÍNIMO), 2000 – 2010.

Salário Mínimo (SM)	Argentina		Chile		Paraguai		Uruguai	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
1 até 2,0 SM	14,9	29,8	17,4	35,9	29,2	50,9	8,8	14
Entre 2 e 10 SM	20,3	23,4	28,1	19,8	8,9	4,5	20,6	33,2
Entre 10 e 20 SM	7,5	1,7	4,4	7,3	1	0,4	8,1	0
Mais de 20 SM	3,3	0	8,7	0	0,6	0,3	8,1	4,4
Sem rendimento	54,0	45,1	58,6	37,0	61,7	44,5	54,4	61,0

FONTE: Censo 2000 e 2010 IBGE.

Nota: Salario Mínimo, SM (2000) = R\$151,00 e SM (2010) = R\$510,00 mensal.

Considerando o nível de instrução dos imigrantes, com base nas TABELAS 25 A e 25 B, nota-se que os argentinos apresentam uma mudança, pois em 2000 tinham um nível de instrução predominantemente Médio/Alto (52%) e em 2010 mostram um nível Baixo/ Muito Baixo (59%). Já os chilenos e uruguaios mostram uma situação similar, pois são majoritariamente de nível Médio/Alto, sendo 62% e 57% em 2000 e crescem para 72% e 59% em 2010, respectivamente. Os paraguaios mostram um perfil orientado para Baixo/ Muito Baixo, com 85% em 2000 e 89% em 2010. Desta forma, os chilenos e uruguaios mostraram uma melhoria no

nível de instrução, enquanto os argentinos sofreram uma piora e os paraguaios mantiveram o perfil.

Considerado à posição ocupacional (cargos/função) no período 2000 e 2010, segundo a TABELA 27, destaca-se que os argentinos diminuíram nos altos cargos de gerentes e dirigentes (36% para 17%) e em ocupações menores (65% para 58%), aumentando, no entanto, nas funções Médias como, profissionais/ técnicos (31% para 34%), destacando que majoritariamente ocupam cargos de nível baixo e Médio. Os chilenos mostram um crescimento, entre 2000 e 2010, nas posições altas (9% para 14%) e baixas (32% para 39%) e queda nas posições médias (58% para 46%), mas continuam mostrando um perfil orientado para cargos de nível médio/alto. Já os paraguaios mostram uma manutenção entre os dois períodos (92%), com ampla maioria concentradas nas posições de nível baixo. E os uruguaios apresentam um crescimento nas posições médias (63% para 85%) e uma queda nos cargos de nível baixo (28% para 15%) e alto (9% para 0%), mostrando desta forma um perfil com forte concentração nas funções de nível médio. Desta forma, os chilenos e uruguaios mostram um perfil Médio/Alto, os uruguaios com nível médio, os argentinos concentrados no nível Médio/baixo e os paraguaios no nível baixo.

Como forma de integrar a conjuntura econômica do Paraná e de Curitiba com a realidade dos imigrantes pesquisados, na sequência será apresentado a inserção no emprego, por atividade econômica, rendimentos financeiros, nível de instrução e cargo/função ocupadas, a partir do Censo de 2000 e 2010, conforme apresentado (TABELA 19 F).

Os argentinos mostram que mudaram os empregos da atividade econômica de serviços para a agricultura e continuaram no comércio, setores de baixa especialização e rendimentos, o qual provocou uma queda no nível de rendimentos, assim como se produz uma queda no nível de instrução e, desta maneira mantem o nível médio/baixo de cargos/funções. Os chilenos mudaram para a indústria, mas continuam na área financeira, sendo estes segmentos de média e alta especialização, havendo uma melhora o nível de instrução, no entanto se produz uma queda nos níveis de rendimentos, ainda que permita manter nível médio/alto de cargos/ funções. Os uruguaios mudaram para construção civil e também permaneceram na indústria, segmento de baixa e alta especialização, mantendo-se o nível médio/alto de instrução, o que resulta na manutenção dos níveis médios de rendimentos e de cargos/função. Já os paraguaios mudam para agricultura e

serviços, segmentos de baixa especialização e rendimentos, mantendo o nível baixo de qualificação o que ressalta na manutenção dos baixos níveis de rendimentos e ocupação de cargos.

Finalmente, aponta-se que os uruguaios são os que tiveram a melhor *performance*, pois se observou que puderam melhorar no emprego e manter os rendimentos, ocupando posições de médio/alto nível ocupacional sem afetar a alta qualificação profissional apresentada. Os chilenos seguem em *performance*, pois também melhoram no emprego, no nível de instrução e de cargos, mas não conseguiram manter os rendimentos. Os paraguaios mostram uma baixa *performance*, pois mantiveram nível baixo de emprego, de instrução e de rendimentos, o que não permitiu que subissem nas posições ocupacionais. Já os argentinos mostraram uma piora no emprego e na qualificação profissional, gerando uma baixa nos rendimentos, o que permitiu a manutenção do nível médio baixo das posições ocupacionais.

Desta forma observa-se que a conjuntura econômica nos anos de 2000, mostra-se positiva tanto no Brasil como no Paraná, pois permitiu gerar emprego em quase todos os setores, mas apresenta impacto diferenciado nos imigrantes pela diversos níveis de qualificação instrucional como pelo perfil empregatício e de rendimentos gerados pelos segmentos da economia, nos quais ao imigrante inserem-se laboralmente, resultando em *performance* diferenciadora.

A TABELA 19 F, exibe o perfil dos imigrantes de acordo com a atividade, rendimentos, instrução e cargos/funções.

TABELA 19 F - PERFIL DOS IMIGRANTES SEGUNDO ATIVIDADE, RENDIMENTOS, INSTRUÇÃO E CARGOS/FUNÇÕES, 2000 E 2010

País ***	Atividade Econômico Empregado		Rendimentos Financeiros (SM)		Nível de Instrução		Cargos e Funções	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
ARG.	Comércio Indústria Agricultura	Comércio Serviços Agricultura	2 a 10	1 a 2	Médio/Alto	Baixo/ MB**	Médio/Baixo	Médio/Baixo
CH.	Financeiro Comércio	Indústria Financeiro	2 a 10	1 a 2	Médio	Médio/Alto	Médio	Médio
UR.	Indústria Agricultura	Const.*Civil Indústria	2 a 10	2 a 10	Médio/Alto	Médio/Alto	Médio	Médio
PA	Const.Civil Indústria Agricultura	Agricultura Serviços Const.Civil	1 a 2	1 a 2	Baixo/ MB	Baixo/ MB	Baixo	Baixo

FONTE: Censo 2000 e 2010 IBGE.

Nota: *Construção Civil (Const.)/ **Muito Baixo (MB)/ *** Países (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai).

Finalmente, se observou que os efeitos econômicos, na empresa, rendimentos e nos cargos/funções, ocupados pelos grupos analisados são diversos, seja pelo nível educacional como por outras variáveis não econômicas que foram analisadas amplamente na pesquisa de campo que estão apresentados (ver capítulos 4 a 8).

Na sequência, apresenta-se o comportamento dos imigrantes estudados segundo os Censos de 2000 e 2010 do IBGE, como forma de aprofundar as características econômicas e sociais destes grupos migratórios.

3.2. IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO OS CENSOS DE 2000 e 2010.

Inicialmente, se considerou importante, pesquisar com maior aprofundamento o perfil dos imigrantes estudados, buscando conhecer as informações do tipo secundárias, extraíndo-as de micro dados, obtidos do Censo de 2000 e 2010 do IBGE. A forma de apresentação dos dados do censo do IBGE será para cada uma das variáveis do tipo: volume total, residência em UF Brasil, faixa etária, sexo, estado civil, religião, nível de instrução, nível educacional dos imigrantes-estudantes, rendimentos financeiros, cargos/função no mercado de trabalho e atividade econômica que labora.

Convém observar que as informações que serão apresentadas na sequência, permitiram apoiar as análises desenvolvidas em 3.1, onde foi feita uma relação entre as informações macroeconômicas e as da migração no Paraná.

3.2.1 Volume Total

De acordo com o Censo de 2000, verificou-se que no Paraná estão registrados 13.413 imigrantes, sendo chilenos, argentinos, paraguaios e uruguaios. Já o censo de 2010 totaliza 26.564 imigrantes. Observa-se pela TABELA 20, que a maioria é proveniente do Paraguai (79% e 92%), seguidos da Argentina (18% e 6%), Chilenos (2% e 1%) e Uruguaios (1% cada um). A maior ocorrência de crescimento, entre 2010 e 2000, é vista nos Paraguaios (130%) e Uruguaios (53%), enquanto que os Argentinos decrescem (-32%) e os Chilenos tiveram um baixo crescimento (13%).

TABELA 20 - IMIGRANTES NO PARANÁ – 2000 e 2010.

País	2000	%	2010	%	Var. %
Argentina	2.324	18	1.562	6	-32
Chile	303	2	353	1	13
Paraguai	10.623	79	24.429	92	130
Uruguai	163	1	250	1	53
Total	13.413	100	26.594	100,00	98

FONTE: Censo Demográfico de 2000 e 2010 (Micro dados da amostra).

3.2.2 Faixa Etária

Para analisar a faixa etária, foram construídos três níveis:

- menor de 14 anos;
- entre 15 e 64 anos;
- mais de 65 anos.

Observando a TABELA 21, constata-se que em 2000, existe uma maior concentração na faixa etária de menor de 14 anos, onde se destacam os paraguaios (95%) e argentinos (4%) seguidos muito de longe pelos uruguaios e chilenos (0.3% e 0.6% cada um), mantendo-se esta mesma tendência em 2010.

Na faixa de 15 a 64 anos, em 2000, os paraguaios continuam majoritários (92%), argentinos (7%) seguidos muito de longe pelos uruguaios e chilenos (0.5% e 0.8% respectivamente), sendo mantida em 2010, a mesma tendência. Observando-se, no entanto, uma mudança, os paraguaios continuaram na liderança (95%), mas houve um aumento na concentração dos uruguaios para 28%, seguidos dos argentinos (5.8%) e os chilenos (3.2%).

Na faixa etária maior de 65 anos, em 2000 se mantém a mesma tendência da faixa de menor de 14 anos, com liderança dos paraguaios e argentinos, seguidos dos chilenos e uruguaios. No entanto em 2010, se produz uma reversão, pois a liderança passa para os argentinos (61%), os paraguaios caem para a segunda posição (30%), seguidos dos chilenos (7%) e uruguaios (2%).

Desta forma, nota-se que os imigrantes dos países analisados, estão concentrados na idade adulta, 15 a 64 anos e fazendo parte da População Economicamente Ativa, ainda que os menores de 14 anos também apresentem uma importante participação nos imigrantes, o que pode significar que participam do sistema educacional brasileiro.

TABELA 21 - IMIGRANTES NO BRASIL E PARANÁ, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA (%) 2000 E 2010

País	2000			2010		
	Menor 14	15-64	Maior 65	Menor 14	15-64	Maior 65
Argentina	4,1	6,7	3,1	10,4	5,8	61,5
Chile	0,6	0,8	1,9	1,3	3,2	6,6
Paraguai	95	92	95	87,6	62,7	30,3
Uruguai	0,3	0,5	0	0,7	28,3	1,6
Total	100	100	100	100	100	100

FONTE: IBGE Censo 2000 e 2010.

3.2.3. Gênero (Sexo)

Com relação ao sexo dos imigrantes dos quatro países estudados, é possível deduzir-se pela análise da TABELA 22, que em 2000, existia uma importante maioria masculina (54%) contra a feminina (46%), principalmente entre os chilenos e uruguaios. Enquanto em 2010, esta situação apresenta-se com pequena diferença entre homens (51%) contra as mulheres (49%), sendo possível demonstrar essa redução ao observar que nos paraguaios a maioria era de mulheres (52%) e nos chilenos (52%) eram de homens, contra 48% de mulheres. Os uruguaios ainda mantiveram grandes diferenças, 52% de homens contra 48% de mulheres e nos argentinos, 56% de homens contra 44% de mulheres.

Consequentemente, observa-se que em 10 anos a migração de mulheres para o Paraná tem crescido, principalmente pelos paraguaios, que são a maior comunidade residente e também por ser limítrofe com o Paraná, gerando grandes fluxos migratórios, principalmente comerciais e por emprego doméstico, como será mostrado mais adiante, o qual tem uma importante participação feminina. A maioria masculina se apresenta principalmente nas comunidades de Chilenos, Argentinos e Uruguaios, pois as atividades laborais estão mais concentradas em funções masculinas que femininas, principalmente na área industrial.

A TABELA 22 mostra os imigrantes no Paraná, em 2000 e 2010, segundo o gênero.

TABELA 22 - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO SEXO (%)

País	2000		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Argentina	50,5	49,5	56,7	43,3
Chile	57,6	42,4	52	48

TABELA 22 - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO SEXO (%)

(Conclusão)

Paraguai	50,9	49,1	49	51
Uruguai	58,3	41,7	62	38
Média	54,0	46,0	49,7	50,3

FONTE: IBGE Censo 2000 e 2010.

3.2.4 Estado Civil

Analisando o Estado Civil dos Imigrantes no Paraná, observam-se na TABELA 23 A (censo 2000) e 23 B (censo 2010), algumas tendências importantes. No censo de 2000, a maioria era de solteiro (média de 40%), com maior concentração nos paraguaios (45%) e chilenos (40%), ainda que os argentinos (38%) e uruguaios (37%), também apresentem importantes participações. O segundo segmento importante são os casados (media 32%), onde os uruguaios (40%) e argentinos (37%), lideram, ainda que os paraguaios (27%) e chilenos (25%) sejam significativos. Pode-se observar que nestes dois segmentos, as tendências são inversas. Já no censo de 2010, acontece a situação inversa que a mostrada em 2000, pois agora a maioria era de casados (media 47%), contra (media 36%) de solteiros. No caso dos casados, destacam-se os paraguaios (59%) e os chilenos (55%), superando aos uruguaios (41%) e argentinos (33%). Uma situação inversa ocorre nos solteiros, pois os argentinos e uruguaios (55% cada um), lideram, seguidos dos chilenos (33%) e os paraguaios (2%). Desta forma, entende-se que a população imigrante mostrou uma mudança importante entre 2000 e 2010, pois a maioria de solteiros em 2000 se transforma em casados em 2010, possivelmente devido aos matrimônios acontecidos nesse período, no entanto, também continuam altas as participações dos solteiros.

TABELA 23 A - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO ESTADO CIVIL – 2000 (%)

Estado Civil	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
Casado(a)	36,7	25,2	27,4	39,8
Desquitado(a) ou Divorciado(a)	4,2	7,3	1,9	5,0
Viúvo(a)	1,4	8,9	2,2	5,6
Solteiro(a)	38,4	40,1	45,4	37,3
Não aplicável	19,3	18,5	23,2	12,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Imigrantes	2.324	303	36.998	163

FONTE: IBGE Censo (2000).

TABELA 23 B - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO ESTADO CIVIL – 2010 (%)

Estado Civil	Argentina	Paraguai	Chile	Uruguai
Casado(a)	33,4	58,9	55,0	40,8
Desquitado(a) ou Divorciado(a)	4,4	6,5	0,0	0,0
Viúvo(a)	3,1	6,2	0,0	0,0
Solteiro(a)	55,6	1,3	32,9	55,2
Não aplicável	3,5	27,0	12,2	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Imigrantes	1.562	353	24.429	250

FONTE: IBGE Censo 2010.

3.2.5 Religião

Com relação à religião praticada pelos imigrantes destes 4 países no Paraná, percebe-se pelas TABELAS 24 A e 24 B, importantes tendências nas religiões assumidas pelos imigrantes estudados.

Segundo o Censo de 2000 e 2010 mostra-se que a religião Católica Apostólica Romana é maioria superando a 60%, sendo que em 2000 representavam 65% e em 2010, 64%. Esta mesma tendência é apresentada nos de religião Evangélica, os quais se mantêm em 20%. No caso dos “Sem religião”, estes sofrem uma queda, pois em 2000 eram 11%, baixando, no entanto para 9% em 2010.

Os argentinos, entre 2000 e 2010 apresentaram uma queda na religião Católica Apostólica Romana (-12%) e nos “Sem religião” (17%) e um aumento na religião Evangélica (28%) e Novas religiões (250%).

Neste mesmo período, os chilenos, mostram uma queda na religião Católica Apostólica Romana (-20%) e na religião Evangélica (-24%) e um aumento nos “Sem religião” (500%), já as nas Novas religiões, mantiveram-se constantes (7%).

Os paraguaios, entre 2000 e 2010, exibiram uma queda na religião Católica Apostólica Romana (-2%) e os “Sem religião” (-33%) e um aumento na religião Evangélica (14%), também se manteve constante nas Novas religiões (3%).

Os uruguaios, neste mesmo período, mostram um aumento na religião Católica Apostólica Romana (23%) e nas Novas religiões (590%) e uma queda na religião Evangélica (-55%) e os “Sem religião” (-57%).

Desta forma, assinala-se que os imigrantes normalmente seguem a religião do país de origem, sendo tradicionalmente a Católica, havendo, no entanto, uma mudança nestes hábitos, pois todos os imigrantes, com exceção dos uruguaios,

mostram uma queda na religião Católica, mas por outro lado, há um crescimento na religião Evangélica, nas novas religiões e os “Sem religião”. Isto pode estar mostrando que a imigração para o Brasil mudou as crenças de uma parte dos imigrantes, pois ainda a religião Católica é majoritária nestes grupos de imigrantes, frente à ampla multiculturalidade religiosa existente no Brasil.

TABELA 24 A- IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO A RELIGIÃO – 2000 (%)

Religião	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
Católica Apostólica	64,5	65,3	68,3	63,8
Evangélica	22,4	25,0	22,2	9,3
Espírita, Umbanda, Islamismo	1,6	0,0	1,4	0,0
Novas religiões	1,3	7,0	2,7	0,0
Sem Religião	10,2	2,7	5,4	26,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Imigrantes	2.324	303	36.998	163

FONTE: IBGE Censo 2000.

TABELA 24 B - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO A RELIGIÃO – 2010 (%)

Religião	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
Católica Apostólica	56,4	52,1	67,7	78,6
Evangélica	28,8	19,3	25,2	4,2
Espírita, Umbanda, Islamismo	1,7	5,1	0,6	0,0
Novas Religiões	4,6	7,1	2,8	5,9
Sem religião	8,5	16,4	3,6	11,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Imigrantes	1.562	353	24.429	250

FONTE: IBGE Censo 2010.

3.2.6 Nível de Instrução

Com relação ao Nível de Instrução, foram criadas 4 categorias de análises, segundo os critérios definidos pelos Censos do IBGE:

- Mb (muito baixo), sem ou com até 3 anos de instrução (fundamental incompleto);
- B (baixo), de 4 até 7 anos de instrução (fundamental completo e médio incompleto);
- M (médio), 8 até 15 anos de instrução (médio completo e superior incompleto);

- A (alto), mais de 15 anos de instrução (superior completo).

De acordo com as TABELAS 25 A e 25 B e o Censo de 2000, se observa que a maior concentração de imigrantes esta localizada no nível Médio (8 até 15 anos de instrução) e no nível Muito baixo (sem instrução e até 3 anos). Os países que demonstram esta situação são os chilenos (53%), argentinos (40%) e os uruguaios (39%). Enquanto os que apresentam um nível Muito Baixo são os paraguaios (57%), principalmente e os uruguaios (29%).

Segundo o Censo de 2010, percebe-se que a maior concentração de imigrantes se localiza no nível Muito baixo (sem instrução e até 3 anos), Médio (8 até 15 anos de instrução) e Alto (mais de 15 anos de instrução). No nível Muito baixo, os argentinos se destacam (48%), já no nível Médio são os chilenos (36%), e no nível Alto estão os chilenos e os uruguaios (36% cada um).

Entre 2000 e 2010, observa-se que os argentinos mantiveram o perfil de Médio/Muito Baixo, ainda que a estrutura interna tenha mudado, visto que em 2000 a maioria era de nível Médio, enquanto em 2010 a maioria era de Nível Muito Baixo.

Os paraguaios mudaram o perfil de Médio/Muito Baixo, em 2000, para Muito Baixo, em 2010.

Os chilenos, em 2000, mostram um perfil similar aos argentinos, Médio/Muito Baixo, mas em 2010 alteram para Alto/Médio, mostrando uma melhoria no perfil instrucional.

Os uruguaios, em 2000, mostram um perfil similar aos argentinos e chilenos, Médio/Muito Baixo, com destaque para a liderança no nível Alto, mas em 2010 mudam preferencialmente para Alto, ainda que também apresentem um nível Muito baixo, mostrando um perfil instrucional extremo.

Observa-se desta forma, que entre 2000 e 2010, ocorreu uma mudança de perfil com um crescimento nos níveis extremos de instrução, tanto no nível Alto e Muito Baixo. Finalmente, os dados dos Censos comprovam que os imigrantes argentinos, chilenos, uruguaios apresentam perfis com maiores níveis de instrução, especialmente os dois primeiros, enquanto os paraguaios mostram um perfil inferior, o qual é referendado pela diferença da qualidade educacional entre estes países.

TABELA 25 A - IMIGRANTES SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO NO PARANÁ – 2000 (%)

País	Alto (A*)	Médio (M*)	Baixo (B*)	Muito Baixo (MB*)	Total
Argentina	12,8	39,8	19,7	27,7	100,0
Chile	8,3	53,7	18,7	19,3	100,0
Uruguai	17,9	38,7	14,2	29,2	100,0
Paraguai	1,8	12,9	28,3	57,0	100,0
% no total	10	36	20	33	100,0

FONTE: IBGE Censo 2010

Nota: * tempo de instrução, (A- mais de 15 anos)/ (M- de 8 a 15 anos)/ (B- de 4 a 7 anos)/ (MB- sem instrução ou até 3 anos)

TABELA 25 B - IMIGRANTES SEGUNDO NÍVEL DE INSTRUÇÃO NO PARANÁ – 2010 (%)

País	Alto (A*)	Médio (M*)	Baixo (B*)	Muito Baixo (MB*)	Total
Argentina	16,5	25	10,4	48,1	100
Chile	36,2	36,2	3,1	24,5	100
Paraguai	1,5	9,5	15	74	100
Uruguai	36,8	22,4	14,4	26,4	100
Total	22	23	12	43	100

FONTE: IBGE Censo 2010

Nota: * tempo de instrução, (A- mais de 15 anos)/ (M- de 8 a 15 anos)/ (B- de 4 a 7 anos)/ (MB- sem instrução ou até 3 anos)

3.2.7 Rendimentos financeiros

Para analisar os Rendimentos financeiros (mensais) que recebem os imigrantes no Paraná, foram consideradas 4 faixas salariais de acordo com o salário mínimo (SM) em 2010, segundo os critérios definidos pelos Censos do IBGE:

- 1 até 2 salários-mínimos;
- entre 2 a 10 salários-mínimos;
- entre 11 a 20 salários-mínimos;
- mais de 21 salários-mínimos;
- sem rendimento.

Considerando que o salário mínimo mensal, segundo o Censo de 2000, era de R\$ 151,00 e pelo Censo de 2010 estava em R\$ 510,00. Segundo o Censo de 2000 (TABELA 26 A), o total de imigrantes dos 4 países, apresentam uma maior concentração na faixa de 2 a 10 SM (19%) e menor de 2 SM (17%), enquanto no

Censo de 2010 (TABELA 26 B), se reproduz o contrário, pois agora a faixa de menos de 2 SM é maior (32%) que a de 2 a 10 SM (20%), mostrando uma composição diferenciada da levantada no Censo de 2000.

O perfil dos argentinos não mudou entre 2000 e 2010, concentrando-se nas duas faixas mais inferiores, ainda que tenham aumentado a participação na faixa de menos de 2.0 SM.

Os chilenos também mostram uma concentração nestas duas últimas faixas, entre 2000 e 2010, ainda que igualmente aos argentinos, tenham aumentado a participação na faixa de menos de 2 SM, no entanto, houve também um crescimento na faixa de 10-20 SM, desaparecendo a faixa de mais de 20 SM.

Os paraguaios, entre 2000 e 2010, concentram-se na faixa de menos de 2 SM (29% e 50%), mostrando neste período, um aumento nesta faixa salarial e uma queda na faixa de 2-10 SM.

Os uruguaios, em 2000 apresentam uma concentração na faixa de 2-10 SM (21%) e o restante está igualmente distribuído entre as outras faixas (8% cada uma). Em 2010, mantendo uma maior concentração na faixa de 2-10 SM, ocorrendo, no entanto, um aumento na faixa de até 2 SM (8% para 14%) e uma queda na faixa de mais de 10 SM (8% para 4%).

Em geral, observa-se que nos períodos 2000 e 2010, os imigrantes sofreram uma queda na renda, pois tenderam a crescer nas faixas de rendas mais baixas (0.2 - 10 SM) e a decrescer nas rendas mais altas (maiores de 10 SM).

TABELA 26 A - IMIGRANTES NO PARANA SEGUNDO RENDIMENTOS (MENSAIS) EM 2000 (%)

Salário	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
1 até 2 salários-mínimos	14.9	17.4	29.2	8.8
Entre 2 a 10 salários-mínimos	20.3	28.1	8.9	20.6
Entre 10 a 20 salários-mínimos	7.5	4.4	1.0	8.1
Mais de 20 salários-mínimos	3.3	8.7	0.6	8.1
Sem rendimento	34.6	27.9	37.0	41.9
Não aplicável	19.4	13.5	23.3	12.5
Total	100	100	100	100
Total Imigrantes	2.324	303	36.998	163

FONTE: IBGE Censo 2000, elaborado com base no valor do salário mínimo de 2000 (R\$151,00).

TABELA 26 B - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO RENDIMENTOS (MENSIS) EM 2010 (%)

Salário	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
1 até 2 salários-mínimos	29,8	35,9	50,9	14,0
Entre 2 a 10 salários-mínimos	23,4	19,8	4,5	33,2
Entre 10 a 20 salários-mínimos	1,7	7,3	0,4	0,0
Mais de 20 salários-mínimos	0,0	0,0	0,3	4,4
Sem rendimento	24,2	24,9	32,3	44,4
Não aplicável	20,8	12,1	11,7	4,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Total Imigrantes	1.562	353	24.429	250

FONTE: IBGE Censo 2010, Elaborado com base no valor do salario mínimo de 2010 (R\$510,00).

3.2.8 Cargos/Função No Mercado de Trabalho

Para analisar os cargos dos imigrantes no mercado de trabalho no Paraná (de acordo com os dados censos), foram classificadas em 4 categorias, segundo os critérios definidos pelos Censos do IBGE:

- I. membros poder público, dirigentes de organizações e de empresas, gerentes;
- II. profissionais das ciências e artes;
- III. técnicos de nível médio;
- IV. outras ocupações.

Segundo a TABELA 27, apresentada na sequência, pode observar-se que em geral, os imigrantes se concentram na categoria IV (Outras ocupações), representando mais de 50% do total, sofrendo uma pequena queda entre 2000 e 2001 (54% para 51%). A categoria II (Profissionais das ciências e artes) representa 20% em ambos os períodos, seguida pela categoria III (Técnicos de nível médio) que cresceu de 18% para 21%, entre 2000 e 2010. A categoria menos representativa é a I (Membros poder público, dirigentes de organizações e de empresas, gerentes) que representa menos de 10%, sofrendo uma queda no período 2000 e 2010 (de 9% para 6%).

No caso dos argentinos, em 2000, estes tinham maior presença nas categorias IV (65%) e II (20%), enquanto em 2010, há uma continuidade da categoria IV (58%) e surge a categoria III (25%), o que mostra uma mudança de

estrutura, devido à maior imigração de técnicos operacionais no lugar de profissionais.

Os chilenos, em 2000 e 2010, concentraram-se nas categorias III (42% cada) e IV (32% e 39%), com uma participação significativa na categoria I (9% e 14%). No entanto, em 2010 acontece uma mudança, pois aumenta a participação nas categorias I e IV.

Os uruguaios, em 2000, estão concentrados nas categorias II (43%) e IV (28%), com uma participação importante na categoria I (9%). Em 2010, cresce majoritariamente a categoria II (42 para 66%), a IV mostra uma queda (de 28% para 15%), desaparecendo a categoria I.

Os paraguaios, em 2000 e 2010, concentram-se na categoria IV (92% cada um).

Desta forma, deduz-se que os paraguaios são os que ocupam as posições de menor nível ocupacional, inclusive uma boa parte, em atividades domésticas, especialmente as mulheres, enquanto os argentinos, chilenos e uruguaios ocupam posições que exigem maior nível de especialização.

TABELA 27 - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO CARGO/FUNÇÃO – 2000 E 2010 (%)

País	I. Membros do poder público, dirigentes de organizações e de empresas, gerentes		II. Profissionais das ciências e artes		III. Técnicos de nível médio		IV. Outras ocupações		Total
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	
Argentina	16.3	7,9	19,7	9,1	11.2	24,7	64,8	58,3	100.0
Chile	8.8	14,2	17.0	5,3	41.5	41,4	32.7	39,1	100.0
Uruguai	9.2	0,0	43.1	66,2	20.0	19,1	27.7	14,7	100.0
Paraguai	2.7	2,8	2.2	2,4	2.5	2,4	92,6	92,4	100.0
Media	9.2	6.2	20.5	20.7	18.8	21.9	54.5	51.1	

FONTE: Censo Demográfico de 2000 e 2010.

3.2.9 Atividades Econômicas

Com relação às atividades econômicas na qual desempenham os cargos/funções, anteriormente analisados, notam-se de acordo com as TABELAS 28 A e 28 B as seguintes tendências:

- O total de imigrantes dos 4 países analisados, apresentavam em 2000, uma maior concentração nos setores de Comércio/Alojamento (30%),

Outros serviços/domésticos (14%), Educação (13%) e na Indústria de transformação (12%). Em 2010, a estrutura era diferente, pois liderava o segmento da Indústria de transformação (26%), seguido de Comércio/Alojamento (16%), e Educação (13%) e, finalmente, outros serviços/domésticos (12%), mostrando desta forma uma maior dispersão entre os segmentos que o apresentado pelo Censo de 2000;

- Os argentinos se concentravam em 2000, nos setores Comércio/Alojamento (32%), outros serviços/domésticos e Indústria de transformação (16% cada um), enquanto que em 2010, mantinha-se mesmos segmentos anteriores, mas adicionando-se, no entanto, a Agricultura e a Pesca (12%);
- Os chilenos se concentram, segundo o censo de 2000, nos setores de Comércio/Alojamento (45%), Intermediação financeira (18%) e outros serviços/domésticos (18%). No censo de 2010, muda a estrutura, pois priorizam Indústria de transformação (54%), Educação (14%) e Saúde e serviços sociais (7%);
- Os uruguaios, em 2000, concentravam-se no setor de Educação (13%), Comércio/Alojamento (20%) e Saúde e serviços sociais (16%). Em 2010, muda parcialmente o perfil anterior, pois os principais setores são: Educação (26%), Indústria de transformação (22%) e Construção (20%);
- os paraguaios, em 2000, concentravam-se nos setores da Agricultura e da Pesca (27%), Comércio/Alojamento (22%) e outros serviços/domésticos (17%). Por outro lado, em 2010, o perfil não muda, pois mantém os mesmos segmentos e agrega a Indústria de transformação (18%).

TABELA 28 A - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO OCUPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA 2000 (%)

Setor Econômico	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
Agricultura e Pesca	8,3	3,4	26,9	0
Indústria de transformação	15,6	6,8	12,7	14
Construção	1,9	0	10,2	0
Comércio/Alojamento	31,5	45,2	22,1	20,3
Alimentação	4,3	0	3,8	0
Intermediação financeira	5,3	18,9	3	0
Educação	7,7	0	1,3	43,8
Saúde e serviços sociais	9,2	8,1	3,5	15,6

TABELA 28 A - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO OCUPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA 2000 (%)

	(Conclusão)			
Outros serviços coletivos (domésticos)	16,2	17,6	16,5	6,3
Total	100	100	100	100
Total Imigrantes	2.324	303	36.998	163

FONTE: Censo Demográfico de 2000.

TABELA 28 B - IMIGRANTES NO PARANÁ SEGUNDO OCUPAÇÃO NA ATIVIDADE ECONÔMICA 2010 (%)

Setor Econômico	Argentina	Chile	Paraguai	Uruguai
Agricultura e Pesca	11,6	4,8	23,8	0
Indústria de transformação	11,2	54,2	18,1	21,4
Construção	9,4	0	14	19,8
Comércio/Alojamento/Alimentação	25	8	19,5	13,3
Intermediação financeira	8,3	6,7	3,7	10,8
Educação	10,9	14,7	2,1	25,7
Saúde e serviços sociais	3,3	9,2	1	0
Outros serviços coletivos (domésticos)	19,3	2,5	17,9	9
Total	100,0	100	100	100
Total Imigrantes	1.562	353	24.429	250

FONTE: Censo Demográfico de 2010.

Em resumo, a pesquisa resultante dos censos mostram os seguintes elementos a serem destacados:

- A migração é masculina com crescimento das mulheres chilenas e paraguayas. A faixa de idade laboral (15 a 64 anos), com crescimentos dos casados. A maioria mantém as mesmas crenças religiosas do país de origem, ainda que exista um crescimento nos evangélicos e nos 'sem religião'.
- No nível educacional, os argentinos, chilenos e uruguayos, mostram-se no nível mais alto, enquanto que nos paraguayos, observa-se que são mais baixos, desta maneira, os primeiros conseguem assumir cargos de maior responsabilidade e os paraguayos estão localizados nas posições menos importantes. Isto se manifesta nos segmentos de atividade econômica, nos quais os argentinos, chilenos e uruguayos trabalham na indústria, educação, saúde e financeiro, enquanto os paraguayos no comércio, serviços/domésticos e agrícola.

Finalmente, a pesquisa mostra que no Paraná, que os imigrantes argentinos, chilenos e uruguayos apresentam um perfil socioeconômico superior aos paraguayos,

possivelmente pelo diferencial educacional que permite obter melhores rendimentos financeiros e ocupar cargos de maior hierarquia.

A situação destes grupos migratórios será estudada com maior profundidade e extensão na pesquisa de campo, na qual foram avaliadas 76 variáveis de diversas naturezas, visando conhecer o processo de integração dos imigrantes no Paraná.

4. INTEGRAÇÃO DOS IMIGRANTES SUL-AMERICANOS

4.1 MODELOS DE INTEGRAÇÃO

No referencial teórico, buscou-se apresentar o debate e as propostas teóricas sobre padrões que podem ser considerados no processo de integração dos imigrantes nas sociedades de destino e também expor a existência de uma diversidade de considerações sobre o conceito de integração e os fatores que impactam na imigração.

Os diversos enfoques sobre a integração, que vão desde as propostas que consideram que deve haver um ajuste entre imigrantes e a sociedade receptora e vice-versa (assimilação, aculturação), passando pela fase onde ocorre uma adaptação mútua entre a cultura dos imigrantes e a do país receptor (melting-pot, interculturalidade) e finalmente na situação onde foi mantida a cultura de origem e a da sociedade de acolhida (Multiculturalidade, segregação e isolamento, pluralismo cultural), as quais estão apresentadas resumidamente no QUADRO 2.

QUADRO 2 - MODALIDADES DE INTEGRAÇÃO

<p>Abandono da identidade cultural de origem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assimilação ▪ Aculturação 	<p>Adaptação mútua entre culturas de origem e receptoras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura emergente ▪ Sincretismo ▪ Ajuste mútuo ▪ Modelo de reciprocidade ▪ Interculturalidade ▪ Melting-pot 	<p>Manutenção da cultura de origem:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pluralismo cultural ▪ Multiculturalidade ▪ Isolamento ▪ Segregação 	<p>Indeterminação cultural:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Marginalização
--	--	---	--

FONTE: *La Integración de los inmigrantes*. Paloma Crespo (2005).

Nota: tradução (o autor, 2013).

Convém destacar que na análise do referencial teórico (ver 1.1) foi considerado importante, lembrar o conceito de integração, segundo a proposta de Schnapper (2007) que a definiu como sendo:

Um processo de longo prazo, contínuo, multidimensional e multicultural, com características diferenciadoras em função do contexto social, cultural e político da sociedade de acolhida, na qual o imigrante procura construir uma identidade nacional, equilibrada com a cultura étnica formada no país de origem. (SCHNAPPER, 2007).

Com base nesta definição, foram identificados alguns aspectos importantes para se analisar.

O primeiro está relacionado com o processo da integração, no sentido de que o imigrante faz parte de um processo contínuo, diário e integral, formado por dimensões cronológicas (espaço e tempo) que são desconhecidas, mostrando-se como um processo cíclico dentro de um 'espaço público', onde é estabelecida a interação social entre o imigrante e os nativos do país receptor. Convém observar que o processo de integração está ligado à dinâmica da integração social da sociedade em conjunto. (SCHNAPPER, 2007).

No segundo, a multidimensionalidade do processo é resultado do processo ou ciclo da imigração, no sentido de que o imigrante deve percorrer diversas dimensões de natureza individual, econômica, social, cultural e política, para integrar-se na sociedade. A análise das dimensões da integração leva a responder à questão de "como se está produzindo a integração", ou seja, a integração é um processo complexo com diversas modalidades que interatuam de forma permanente e temporal ao nível individual e de grupos.

Um terceiro elemento é a construção de uma identidade nacional 'equilibrada' entre a cultura étnica formada no país de origem e a cultura do país de acolhida, de forma que o imigrante possa se sentir 'integrado' e contribua para a coesão social da sociedade de acolhida sem correr o risco de desintegração social. (SCHNAPPER, 2007).

Ao observar a relevância da multidimensionalidade do processo de integração dos imigrantes, surge a necessidade e a importância de apresentar alguns estudos/pesquisas importantes que foram desenvolvidos na Europa, devido aos aspectos da multidimensionalidade que caracterizam o processo migratório europeu.

Dentre as pesquisas mais importantes, destacam-se as da *European Forum For Migration Studies (EFFNATIS)*, *The Integration of the European Second Generation (TIES)*, *Migrante Integration Policy Index (MIPEX)*, assim como as propostas da OIM e o Conselho Europeu (CE).

A pesquisa EFFNATIS⁷ (2001) teve por objetivo analisar comparativamente a situação dos filhos dos emigrantes em 8 países (Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Finlândia, Suécia, Suíça e Nova Zelândia).

Foram definidas as seguintes dimensões de integração:

1. Integração estrutural – aspectos ligados aos direitos e acesso às instituições e à sociedade (educação, profissão, mercado de trabalho, cidadania e etc.);
2. integração cultural – está relacionada às práticas culturais (mídia, lazer), língua, valores morais e religiosos e etc.;
3. integração social – aspectos ligados às relações com pessoas/grupos, casamentos, associativismo, participações políticas e discriminação;
4. integração identificacional – forma de identificar-se étnico e nacional, com o país de acolhida.

Desta forma, os resultados desta pesquisa variam em relação a cada país, mas em geral, mostram que o contexto do país⁸ explica a forma de integração dos jovens. Na análise por país e por dimensões de integração, a pesquisa mostra que no caso da França, por exemplo, a integração estrutural, através do mercado de trabalho é mais forte que a da educação.

Outra pesquisa importante é a do projeto TIES⁹ (2009), que analisou a integração da segunda geração de jovens imigrantes (filhos de imigrantes da Turquia com idades entre 18 e 35 anos), em 35 cidades de 8 países europeus, comparando-os com os jovens nativos europeus. A pesquisa considerou as seguintes variáveis:

- educacional;
- discriminação;
- formação da Identidade;
- relações sociais;
- religião;

⁷ EFFNATIS – *Effectiveness of National Integration Strategies Towards Second Generation Migrant Youth in a Comparative European Perspective*, pesquisa desenvolvida por diversas universidades europeias.

⁸ Entenda-se por contexto do país a existência de discriminação, preconceito e hostilidade, racismo, diferenças de línguas e religiosas, assimetria étnica (mobilidade social/econômica diferenciada dos grupos étnicos segundo nível educacional/especialização/trabalho), que geram condições de desvantagens dos imigrantes com relação aos nacionais.

⁹ TIES: The Integration of the European Second Generation.

- transnacionalismo;
- relações familiares.

Dentre as conclusões oferecidas por esta pesquisa, destaca-se que a segunda geração:

- é um grupo fortemente estabelecido na cidade;
- são de jovens adultos, que cresceram na cidade e agora estão em busca de um trabalho nesta cidade;
- há uma forte identificação da maioria destes jovens adultos, com a cidade em que vivem;
- demonstram em suas práticas, ao nível do bairro, maior coesão social do que o grupo de nativos;
- os jovens imigrantes não formam “enclaves étnicos” nem sociedades paralelas;
- existe um forte sentimento de pertencer ao nível local, demonstrando a realidade nas cidades/países que moram. (TIES, 2009).

Por outro lado a IOM¹⁰ (2006), propõe que as dimensões básicas para medir a integração, ao nível das Políticas Públicas, estão situadas em 6 áreas:

1. idioma – como forma básica de integração na sociedade;
2. sistema educacional – que permite uma integração econômica através da formação profissional (Universidades), visando o mercado de trabalho;
3. integração social – que mostra a participação dos imigrantes na vida social da sociedade de destino;
4. integração política – que mostra a pertença social e política na sociedade;
5. integração econômica – relacionada à participação no mercado de trabalho;
6. integração residencial – que mostra a integração do imigrante e sua família com o “local de residência”, a qualidade de vida e etc.

Neste contexto, se demonstra a forma como o processo de integração se manifesta em multidimensões, entregando aos governantes um grande desafio, no

¹⁰ *International Organization Migration (IOM). Fundamentos de la Gestión de la Migración, v. 1, Ginebra, 2006.*

sentido de que as Políticas Públicas Migratórias devam ser capazes de achar um equilíbrio para o emigrante, objetivando que este também encontre um equilíbrio entre a identidade cultural do país de origem e o sentimento de pertença ao país receptor. (IOM, 2006).

A Comissão Europeia tem desenvolvido propostas para avaliar o processo de integração, nas quais se define o conjunto de dimensões objetivas (quantitativas) e subjetivas (qualitativas), que resultam na elaboração de um Índice de Políticas de Integração, que visam comparar as políticas desenvolvidas pelos distintos países europeus. Propõe-se também que estas dimensões sejam aplicadas no curto, médio e longo prazo.

A proposta é que as dimensões de curto prazo sejam aplicadas nas áreas de:

- mercado de trabalho e emprego;
- educação;
- língua;
- habitação;
- saúde.

As de médio/longo prazo são nas áreas de:

- participação social e cidadania;
- contextos sociais;
- abertura da sociedade receptora;
- sentido de pertença (fazer parte);
- ocupação profissional.

Por outro lado, o MIPEX¹¹ (2001) mede as políticas de integração dos imigrantes em todos os Estados- Membros da União Europeia e na Noruega, Suíça, Canadá e os EUA, através de 148 indicadores de políticas, propondo um conjunto de dimensões formadas por subcategorias:

1. mobilidade no mercado de trabalho:
 - acesso;
 - direitos.

¹¹ MIPEX (*Migrant Integration Policy Index*)

2. reunificação familiar:
 - status legal;
 - acesso ao status.
3. educação:
 - acesso;
 - apoio de acesso;
 - novas oportunidades;
 - educação intelectual.
4. participação política:
 - direito de votar se for eleito para cargo publico;
 - liberdade política;
 - politica de informação.
5. residência:
 - elegibilidade;
 - status (condições);
 - segurança status;
 - direitos de associação.
6. acesso à nacionalidade:
 - elegibilidade;
 - condições de obter nacionalidade;
 - seguridade status.
7. anti-discriminação:
 - politicas igualitárias;
 - condições;

O QUADRO 3 a seguir apresenta de forma resumida às estruturas propostas pelas pesquisas e órgãos (EFFNATIS, TIES, IOM, CE e MIPEX), conforme foi detalhado anteriormente.

QUADRO 3 - RESUMO DOS MODELOS DE INTEGRAÇÃO

EFFNATIS	TIES	IOM	CE	MIPEX
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutural: <ul style="list-style-type: none"> - educação; - mercado de trabalho; - cidadania. ▪ Cultural: <ul style="list-style-type: none"> - lazer; - mídia; - língua; - valores; - religião. ▪ Social: <ul style="list-style-type: none"> - relacionamento - casamento; - associativismo - participação política; - discriminação. ▪ Identificacional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Educacional; ▪ Mercado de trabalho; ▪ Discriminação; ▪ Identidade; ▪ Relações sociais; ▪ Religião; ▪ Transnacionalização ▪ Relação familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Língua; ▪ Sistema educacional ▪ Integração: <ul style="list-style-type: none"> - social; - política; - econômica; - residencial; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Curto Prazo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mercado de trabalho; ▪ Educação; ▪ Língua base; ▪ Vivenda; ▪ Saúde. ▪ Médio/ Longo Prazo <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação social; ▪ Relações sociais; ▪ Abertura sociedade receptora 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilidade do Mercado de trabalho; ▪ Educação; ▪ Reunificação familiar; ▪ Participação política; ▪ Residência (status); ▪ Nacionalidade (status); ▪ Anti-discriminação

FONTE: O autor (2013).

4.2 MODELO ANALÍTICO PROPOSTO

Com base nas considerações apresentadas anteriormente e nas propostas levantadas, buscou-se desenvolver um modelo de análise da integração para os grupos pesquisados e que será aplicado às informações levantadas através da pesquisa de campo. O objetivo deste modelo é identificar a trajetória e o padrão de integração migratória dos grupos estudados (argentinos, chilenos, paraguaios e uruguaios), em Curitiba (PR).

O modelo aplicado está fundamentado na experiência desenvolvida por EFFNATIS (2001), que analisa o processo de integração através de um conjunto de dimensões que definem um ciclo de integração. O interesse neste modelo é pelo fato de permitir a construção de indicadores ao nível estrutural, processos e resultados.

Consideraram-se como Indicadores Estruturais aqueles que mostram as condições de infraestrutura, que permitem aos imigrantes a se inserirem na

sociedade de destino. Estes indicadores estão relacionados com o emprego, educação e residência, etc.

Os Indicadores de Processos são os que mostram o processo de inserção dos imigrantes, após os mesmos terem desenvolvido as condições de infraestrutura necessárias para permanecer na sociedade de destino. Estes indicadores demonstram o processo de inserção, relativo às relações sociais e culturais desenvolvidas pelos imigrantes para serem aceitos pela sociedade de acolhida;

Por fim, os Indicadores de Resultados que mostram o nível de integração identificacional que os imigrantes têm com relação à sociedade de acolhida, ou seja, se refere ao resultado obtido após alcançar as condições de infraestrutura e criar relações sociais e culturais com a sociedade de destino.

Considerando os elementos descritos anteriormente, propõe-se para analisar os grupos migratórios deste estudo, o Modelo Analítico de Integração formado pelos seguintes fatores:

- Dimensões;
- Categorias;
- Questões.

As dimensões são entendidas como sendo as macro áreas onde se desenvolvem o processo de integração. Foram consideradas 4 dimensões, tomando como referencia às dimensões utilizadas na pesquisa EFFNATIS, considerada ampla e de reconhecida validade empírica, por ser aplicada com sucesso na Europa, região que apresenta uma importante problemática, gerada pela imigração multicultural, que resulta em uma multidimensionalidade do processo migratório. Lembrando também que esta proposta está de acordo com a definição, assumida neste trabalho, referente à integração conceitualizada por Dominique Schnapper (2007).

As categorias fazem parte das dimensões e congregam áreas de atuação dos imigrantes no processo de integração. Já as questões, referem-se justamente às questões aplicadas no questionário da pesquisa de campo, onde serão consideradas as informações geradas pela pesquisa, observando que estas questões ficaram agrupadas por categoria.

Desta forma, foram consideradas as seguintes dimensões:

- Dimensionalidade de Integração Estrutural - integração na qual o imigrante integra-se às estruturas existentes na sociedade de acolhida, expressada através de encontrar espaços na economia, mercado laboral, educação, residência e no status legal do imigrante;
- Dimensionalidade de Integração Social – a integração dos imigrantes na sociedade também se manifesta nas relações sociais individuais e, ou dos imigrantes com os indivíduos/grupos étnicos, como com os de origem nativa;
- Dimensionalidade de Integração Cultural – o imigrante pode assumir um espaço público na sociedade e desenvolver um processo de aprendizagem e socialização que se manifesta em comportamentos cognitivos, culturais e de comportamento individual entre o imigrante e os indivíduos nativos da sociedade receptora;
- Dimensionalidade de Integração Identificacional – os imigrantes, após desenvolver os processos interativos de integração, do tipo estrutural, cultural e social, obtém um sentimento de pertença, de identificação com a sociedade de acolhida, ou seja, a formação de uma identidade étnica e nacional.

Desta maneira, indica-se, segundo o modelo proposto, que o processo de integração significa à aquisição dos espaços e direitos, aquisição dos componentes culturais da sociedade, a formação de uma estrutura (rede) de relações sociais e a formação do sentimento de pertencer e identificar-se com a sociedade de acolhida.

Como forma de avaliar o nível do modelo na integração, consideraram-se os tipos de respostas das questões, que poderão gerar 3 níveis de impacto na integração:

- nível alto - ocorre quando o tipo de resposta à questão pode exercer um forte impacto na integração;
- nível médio – ocorre quando a resposta exerce um impacto mediano na integração;
- nível baixo – ocorre quando a resposta é insuficiente para gerar um processo de integração, ou tem um efeito contrário de não-integração do imigrante na sociedade receptora.

A seguir apresentam-se as dimensões, categorias e questões que foram consideradas no Modelo Analítico proposto (QUADRO 4).

QUADRO 4 - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DAS DIMENSÕES, CATEGORIAS E QUESTÕES DA PESQUISA.

DIMENSÃO	CATEGORIA	QUESTÕES
1 ESTRUTURAL	1.1 Ocupação e função laboral	11. Atividade laboral desenvolvida antes de imigrar 12-51. Função ocupacional antes de emigrar e no Brasil
	1.2 Educação	10. Nível de estudos antes de imigrar
	1.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica	7. Nacionalidade do cônjuge 17-18. Mobilidades de cidades de residência no Brasil
	1.4 Status legal	25. Tipo de visto de entrada no Brasil
	1.5 Residência, apoios, motivações e perspectivas	20. Tipo de hospedagem 21. Tempo médio de instalação por conta própria 24. Motivos da imigração para o Brasil 26. Ajuda recebida para emigrar no país de origem 29. Tempo previsto para ficar no Brasil
2 SOCIAL	2.1 Relações e Redes Sociais	31. Existência de parentes/amigos no Brasil 43. Manutenção das relações sociais com o país de origem 44. Relações no Brasil com compatriotas. 45. Relações com Brasileiros. 46. Manutenção das formas de relacionamentos do país de origem no Brasil
	2.2 Associativismo	47. Pertencia a uma associação 48. Tipo de associação. 50. Tipo de frequentadores da associação
	2.3 Preconceito	66. Sofrimento de preconceito

QUADRO 4 - AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO ATRAVÉS DAS DIMENSÕES, CATEGORIAS E QUESTÕES DA PESQUISA.

(Conclusão)

3. CULTURAL	3.1 Práticas culturais	54. Atividades de fim de semana 56. Conservação dos costumes brasileiros na família
	3.2 Língua (português)	40. Dificuldade da aprendizagem do português 41. Formas da aprendizagem 42. Tempo médio para aprender o português
	3.3 Valores	58. Permanência das mesmas crenças religiosas do país de origem 59. Permanência dos mesmos valores e princípios do país de origem
	3.4 Consumo	37. Adaptação à comida brasileira 38. Consumo de comidas típicas do país de origem no Brasil 60. Permanência dos hábitos de consumo do país de origem no Brasil 61. Aumento do consumo no Brasil
	3.5 Adaptabilidade	34. Dificuldades de adaptação 36. Apoios recebidos para a adaptação 39. Adaptação ao clima
4 IDENTIFICACIONAL	4.1 Qualidade de vida	63. Qualidade de vida no Brasil e no país de origem 64-65. Aspectos de melhoria/não melhoria da qualidade de vida no Brasil
	4.2 Perspectivas futuras	67. Perspectivas de permanência no Brasil 70. Tipo de cultura a ser passada para os filhos no futuro
	4.3 Visão da vida	74. Capacidade de relaxar e curtir a vida 75. Nível de otimismo com relação ao futuro no Brasil
	4.4 Satisfação	71. Nível de satisfação antes de emigrar 72. Nível de satisfação no Brasil 73. Nível de satisfação em caso de retorno ao país de origem
	4.5 Felicidade	76. Nível de felicidade na vida atual

FONTE: O autor (2013).

Na sequência serão analisados os níveis de impactos na integração (alto, médio e baixo) que cada uma das respostas das questões, contidas no questionário (apêndice 5), produziu, as quais foram agrupadas ao nível de categorias e dimensões (QUADRO 4). Este processo vai resultar na operacionalização do Modelo Analítico, em forma quantitativa e qualitativa, para cada um dos grupos migratórios pesquisados que serão apresentados nos capítulos 4 a 8.

4.3 DIMENSÕES DA INTEGRAÇÃO

4.3.1 Dimensão da Integração Estrutural

Nesta dimensão o imigrante procura integrar-se na sociedade através das estruturas formais existentes, como o mercado de trabalho, a educação, a residência (instalação) e o status legal, resultando nas seguintes categorias, que pertencem a esta dimensão:

1. ocupação e função laboral;
2. educação;
3. perfil demográfico e mobilidade geográfica;
4. residência;
5. status legal.

O conjunto destas cinco categorias forma a integração estrutural, porque permitem ao imigrante inserir-se na estrutura sócio-econômico-demográfica de forma a poder adquirir seu espaço de ação como cidadão da sociedade receptora.

4.3.1.1 Ocupação e função laboral

Para esta categoria foram consideradas as questões (11,12 e 51, apêndice 5) as quais correspondem à ocupação e função laboral, buscando conhecer e avaliar a situação/posição laboral do imigrante, no país de origem e no Brasil.

Consideraram-se as seguintes variáveis relacionadas à situação laboral no país de origem (questões 11 e 12):

1. atividade laboral desenvolvida antes de emigrar, considerando respostas positivas ou negativas para, se trabalhava, estudava, era aposentado ou outras opções;
2. função laboral ocupada antes de emigrar e posteriormente no Brasil.
Já quanto ao momento da pesquisa, considerou-se a variável relacionada à função laboral no Brasil (questão 51), definindo-se as seguintes tipologias:
 - empresário - aquele imigrante que era proprietário de empresa, de qualquer porte, tanto no país de origem como de destino;
 - funcionário/empregado – aquele que tinha vínculo empregatício com alguma empresa/organização e desempenhava a função de empregado/funcionário, podendo ser do tipo público ou privado, tanto no país de origem quanto no de destino;
 - autônomo - aquele que trabalhava por conta própria e de forma independente (sem vínculo empregatício e não é proprietário de empresa), tanto no país de origem como de destino;
 - estudante - aquele que estava realizando estudos (ensino básico/médio/técnico/universitário), com idade até 25 anos, tanto no país de origem como de destino;
 - aposentado - aquele que estava legalmente aposentado, com idade acima de 65 anos, tanto no país de origem como de destino.

A partir destas tipologias buscou-se identificar a situação existente no país de origem e no Brasil, buscando avaliar os efeitos destas no processo de integração.

O mercado de trabalho, segundo Klein (1999), Correia (2009) e Patarra e Baeninger (2009), tem sido um dos fatores mais relevantes na motivação do processo de migração no país de origem, além de ser o primeiro fator de inserção do imigrante na sociedade de acolhida. O nível de especialização profissional, competências e conhecimento técnico que o imigrante possui previamente, também tem sido importante para a sua integração no mercado de trabalho.

Quanto ao nível de integração, acredita-se que os imigrantes que apresentam uma experiência laboral prévia, ou seja, que trabalhavam no país de origem, estariam em condições de chegar a um nível alto, pois já teriam uma experiência laboral prévia, permitindo que seja mais rapidamente aproveitado no

mercado laboral em relação a aqueles que não a possuem, depende, no entanto, também do nível de qualificação educacional/profissional que traz do país de origem (PORTES; RUMBAIT, 2006).

Com relação à mudança ou não na função laboral desempenhada no país de origem e no Brasil, indica-se que poderão obter um determinado nível de integração em função da mudança ou permanência da função laboral. Para aqueles imigrantes que pertencem à função que recebeu maior número de imigrantes no Brasil em comparação com o país de origem (diferença positiva), considerou-se que apresentem uma alta integração, pois mostra que um maior número de imigrantes preferiu desempenhar esta função no Brasil. Por exemplo, a função de empresário, no país de origem tinha 10 imigrantes e no Brasil, esta função alcança a 15 imigrantes, provenientes da mesma função ou de outras (funcionário, autônomo, estudante, aposentado), então esta função apresenta uma diferença numérica positiva (+5), indicando um maior nível de integração dos imigrantes localizados nesta função, observando que esta função laboral, foi preferida pelos imigrantes no Brasil.

Aplica-se desta forma, o mesmo processo para as categorias onde houve uma diminuição da preferência, no Brasil, por determinadas funções em comparação com o país de origem (diferença numérica negativa), para o qual se considerou como um nível baixo de integração, enquanto que para aquelas funções onde se manteve a mesma preferência no Brasil em relação ao país de origem (diferença numérica igual a zero), foi considerado como nível médio de integração. Este processo aplica-se para todas as funções laborais.

4.3.1.2 Educação

A educação que os imigrantes possuem também é um fator de alta importância para a integração migratória. Diversos autores como, Portes e Rumbait (2006), Patarra e Baeninger (2009) e Sala e Carvalho (2008), mostram que os imigrantes que possuem um nível educacional superior, possuem também maior probabilidade de integração através do mercado de trabalho. Esta característica é apontada pela análise de resultados (questão 10, apêndices, 1 a 4), que identifica e considera o nível de estudo apresentado pelo imigrante, antes de emigrar, (Primário, Secundário, Ensino Médio, Técnico e Universitário).

Desta forma, quanto maior o nível de estudo, maior será o nível de integração na sociedade. Neste contexto, considerou-se com nível alto de integração os imigrantes que apresentaram estudo de nível universitário e técnico, nível médio os que possuem ensino médio/secundário e com nível baixo aqueles que têm apenas o primário. Sendo assim, avalia-se o impacto causado pelo nível de estudo no processo de integração migratória.

4.3.1.3 Perfil demográfico e mobilidade geográfica

Esta categoria compreende diversas variáveis que consideram características de natureza demográfica e geográfica (questões 5 a 8, 14, 16 a 18, Apêndice 5).

As variáveis observadas, para formar o perfil demográfico e verificar a mobilidade geográfica foram:

1. idade (média) na chegada ao Brasil,
2. gênero;
3. estado civil no Brasil;
4. nacionalidade do cônjuge;
5. número médio de filhos nascidos no Brasil e no país de origem;
6. período da chegada ao Brasil;
7. cidades da primeira e segunda residência no Brasil (mobilidade geográfica);
8. cidades de residência no país de origem.

Considerou-se que os imigrantes que podem apresentar um alto nível de integração, são aqueles que:

- possuem cônjuge brasileiro (a), pois possivelmente realizaram um esforço importante para assumir este compromisso, que implica em uma mudança de hábitos, costumes e etc., fatores importantes de mudança para a integração;
- realizaram duas ou mais mudanças de cidade (mobilidade geográfica), seja por razões de trabalho ou por outra necessidade, implicando em um maior esforço para integrarem-se a uma nova atividade laboral, cidade, novas condições de infraestrutura básica (residência, colégio e etc.).

Da mesma maneira, os de nível médio são os que:

- o cônjuge tem a mesma nacionalidade ou outra, havendo um importante esforço de adaptação, no entanto, menor que o de ter um cônjuge brasileiro (a);
- ter residido somente em uma única cidade, o que lhe permite que a integração possa ser mais rápida na adaptação à sociedade de acolhida;

Com base nessas considerações, acredita-se que os fatores relacionados com a demografia e mobilidade geográfica são relevantes no processo da integração migratória.

4.3.1.4 Status legal

Esta categoria considera o tipo de visto de entrada, que o imigrante obteve para entrar no Brasil (questão 25, apêndice 5), identificando se era de Turista, Temporário, Permanente¹², Refugiado ou Outro.

Considerou-se com alto nível de integração, o imigrante que possuía visto Permanente. Com nível médio os que tinham visto Temporário, observando que ambos os vistos (Turista e Temporário), podem obter integração rápida no mercado de trabalho, pois permitem desenvolver atividades remuneradas e com nível baixo os que entraram no Brasil com visto de Turista. Os estrangeiros que ingressam com visto de turista, foram considerados como imigrantes potenciais, visto que esta é a forma mais rápida e prática de entrar no país, visando avaliar as condições de realizar a imigração. Acredita-se que ocorra uma maior integração migratória, quando o imigrante consegue se inserir rapidamente no mercado laboral por estar com sua permanência no país já resolvida legalmente, ou seja, tenha o visto Permanente ou o Temporário.

4.3.1.5 Residência, apoio, motivações e perspectivas

¹² Visto de turista - para pessoas sem finalidade migratória, que não pretendem exercer atividade remunerada, com período de 60 a 90 dias, dependendo da nacionalidade. Já o visto temporário ou permanente, tem requisitos relativos à disponibilidade de renda e qualificações profissionais, pois permitem desenvolver atividades remuneradas. Observando que o visto temporário é outorgado por 2 anos, sendo possível de revalidar pelo mesmo período, já o visto permanente permite ficar indefinidamente no Brasil.

O objetivo desta categoria é analisar os efeitos no nível de integração, causados pelas condições de infraestrutura necessárias para a instalação, como do apoio recebido no país de origem para instalarem-se Brasil.

Com relação à instalação física no Brasil, foram consideradas as seguintes variáveis, pertinentes às questões (20, 21, 24, 26 e 29, Apêndice 5).

Em relação à questão 20 (apêndice 5), considerou-se que os imigrantes que se hospedaram em residências de parentes, amigos, namorado (a), obtiveram nível alto de integração, visto que aproveitaram as redes sociais disponíveis no Brasil. Os que ficaram em residências para imigrantes (por exemplo: a Pastoral dos Imigrantes) e em hotéis, tiveram nível baixo de integração, pois mostraram não ter os contatos necessários para se instalar.

Já quanto à questão 21 (apêndice 5) considerou-se que apresentaram um alto nível de integração aqueles que se instalaram rapidamente (até 1 ano), nível médio (de 2 a 3 anos) e nível baixo (mais de 4 anos).

Um segundo conjunto de fatores está relacionado com o apoio e interesse que o imigrante demonstra para iniciar o processo migratório. Os fatores motivacionais que levam o imigrante a mudar de país, podem também ser fatores que permitam ter uma adaptação mais alta ou não.

A questão 24 (apêndice 5) aponta os motivos da emigração, identificando os seguintes fatores: Procura de trabalho, estudos, problemas de saúde e políticos, matrimônio/namoro, acompanhar a família, falta de segurança, acesso bens e serviços. Nesta questão, considerou-se que os motivos relacionados com a Procura/Translado de trabalho, são fatores que implicam em uma integração mais rápida, visto que o mercado de trabalho será a porta para a integração migratória, que estará associada, neste caso, à competência profissional e ao nível de educação que possui o imigrante. Neste caso, pode se considerar que o mesmo venha a alcançar um nível alto de integração. Foi considerado que os fatores relacionados com os estudos, matrimônio/ namoro, falta de segurança, problemas políticos e acesso a bens e serviços, geram um nível médio de integração. Já a emigração feita com o intuito de acompanhar a família mostra um nível baixo de integração, visto que dependera da forma de inserção da família na sociedade brasileira.

Com relação à ajuda recebida para emigrar no país de origem (questão 26, apêndice 5), foi inserida por acreditar-se, que também seja um fator relevante para

definir o nível de integração. A probabilidade de inserção dos imigrantes que recebem ajuda de parentes/ amigos no país de origem, pode ser maior, mais rápida e alcançar um alto nível de integração. Entretanto, aqueles que recebem apoio através de diversas instituições e agências, também poderão ter uma inserção, no entanto, um pouco mais demorada, alcançando um nível médio de inserção.

Outro fator relevante nesta categoria está ligado ao tempo previsto para ficar no Brasil (questão 29, apêndice 5), que pode ser (menor de 2 anos, entre 2 e 10 anos e maior há 10 anos). Os imigrantes com previsão de ficar indefinidamente ou mais de 10 anos podem obter, no futuro, um nível alto de integração, pois se considera que estejam dispostos, devido ao período que pretendem ficar no país (longo prazo), a inserirem-se, não vindo apenas pela experiência migratória. Já no caso dos imigrantes que tinham a perspectiva de ficar entre 2 a 10 anos, considerou-se que obtenham um nível médio de integração, enquanto os que pretendem ficar menos de 2 anos, possivelmente apresentaram um nível baixo de integração, pois podem estar considerando a migração como uma experiência a mais.

Por fim, nota-se que o imigrante poderá apresentar diferentes níveis de integração, dependendo da estratégia utilizada para a instalação física, que poderá ser facilitada em função da ajuda recebida no país de origem, assim como pela perspectiva que tinha em relação ao tempo previsto de ficar no Brasil.

4.3.2 Dimensão de Integração Social

Nesta dimensão, o imigrante procura integrar-se através da criação e desenvolvimento de relações/redes sociais que permitam gerar vínculos sociais de todo tipo, tanto no círculo do trabalho, das amizades, do bairro, dos colégios e das instituições (associativismo) em geral, mas que, no entanto, podem provocar sentimento de discriminação por parte da sociedade hospedeira, assim como, dentro dos grupos migratórios.

As categorias que fazem parte da dimensão da integração social são:

1. relações e redes sociais;
2. associativismo;
3. preconceito.

As três categorias citadas procuram mostrar as formas utilizadas pelo imigrante para se integrar na sociedade, fazendo uso da comunicação, relações e redes, as quais permitem criar vínculos com os indivíduos e grupos da sociedade receptora, sejam estes de natureza étnica-imigrante ou com os nativos do país de recepção.

4.3.2.1 Relações e redes sociais

O objetivo desta categoria é identificar as redes de amigos e parentes que o imigrante tem no Brasil, no momento da inserção (questão 31, apêndice 5). Associou-se aos respondentes que declararam ter amigos e parentes no Brasil um alto nível de integração e um baixo nível para os que não tinham.

No que se refere às relações sociais construídas no Brasil (após a chegada), com compatriotas e ou com brasileiros e quanto ao tipo de estratégia de relacionamento (questões 44 e 45 e 46, apêndice 5), foram observadas diversas situações com relação ao nível de inserção.

Com relação à manutenção das relações mantidas com o país de origem (questão 43, apêndice 5), a consideração foi de que os que mantêm essa relação, possivelmente, enfrentem mais obstáculos na inserção ao Brasil, pela dificuldade em cortar o vínculo com o país de origem e tenham um nível baixo de integração. Já o contrário, ocorre com os que conseguem cortar esse vínculo alcançando um nível alto de integração.

Quanto ao relacionamento com compatriotas no Brasil (questão 44, apêndice 5), foi associado um nível alto de inserção para aqueles que mantêm este contato e um baixo nível para os que não mantêm.

Para o relacionamento mantido com os brasileiros (questão 45, apêndice 5), considerou-se com nível alto de integração na sociedade brasileira, os imigrantes que responderam manter este contato e um baixo nível para os que não mantêm.

A estratégia desenvolvida pelos imigrantes para gerar relações sociais no Brasil pode assumir um formato similar ao utilizado no país de origem (questão 46, apêndice 5), neste caso pressupõe-se que gere um nível baixo de integração. Já no caso de o imigrante buscar aprender e usar a forma própria dos brasileiros de criar relações, desta maneira, acredita-se que terá uma maior facilidade de inserção e, conseqüentemente, atingira um nível alto de integração.

4.3.2.2 Associativismo

O associativismo está relacionado com a pertencer ou não a uma organização social comunitária/clube, (questão 47, apêndice 5). No caso de o imigrante participar de uma organização deste tipo, isso provavelmente lhe permitira estabelecer contatos, não só com a comunidade de brasileiros, mas também com seus compatriotas, gerando condições para que alcance um alto nível de integração, já o contrário (não pertencer a nenhuma organização/clube), possivelmente o nível de integração irá ser baixo.

Outro fator importante para se destacar nesta categoria, é o tipo de associação (questão 48, apêndice 5), pois esta pode gerar diferentes níveis de integração. Por exemplo, no caso de a instituição ser de natureza empresarial, esportes/lazer e social, considera-se que poderá influenciar na obtenção de um alto nível de integração. No caso de a instituição ser de origem religiosa, folclórica e ou de imigrantes, poderá gerar um nível médio de integração, por ter uma atuação limitada e parcial. No caso dos frequentadores de associações específicas para conterrâneos (questão 50, apêndice 5), considera-se que o nível de integração seja médio, já no caso das instituições formadas principalmente por brasileiros, acredita-se que seja um fator favorável a obtenção de um nível alto de integração.

Por fim, nota-se que a participação do imigrante em organizações associativas é um fator relevante para integrar-se na sociedade brasileira.

4.3.2.3 Preconceito

O preconceito é uma problemática adscrita em todos os processos de migração, pois é a forma que a sociedade receptora reage para neutralizar os fluxos migratórios. O preconceito pode acontecer em todas as áreas, nas quais os imigrantes participam e inserem-se (ocupacional, social, cultural, política e etc.).

“O preconceito tem sido uma prática social na problemática das relações étnicas entre os grupos migratórios, grupos étnicos majoritários e na sociedade hospedeira, como retórica contemporânea”, como explicam Simai e Baeninger (2011), num estudo sobre racismo e discriminação realizado com os imigrantes bolivianos, na cidade de São Paulo.

Neste estudo foram realizadas entrevistas com 24 estudantes universitários brasileiros e 15 imigrantes bolivianos, como forma de identificar o discurso e verbalização dos entrevistados, referentes ao racismo como prática social. O estudo mostra que os entrevistados brasileiros consideram o Brasil como sendo 'um país receptivo e respeitoso quanto à imigração', o que 'não se verifica com os brasileiros no exterior'. No discurso, os entrevistados demonstram uma negação explícita do racismo. Destacam como característica dos bolivianos, a pobreza e o sofrimento como pontos que os diferenciam dos brasileiros. No entanto, os consideram como sendo um povo rico culturalmente e diferentes (exóticos), dos brasileiros.

Por outro lado, os bolivianos elogiam os brasileiros ('ajudam muito') e criticam os conflitos internos e a discriminação entre os bolivianos, além de mostrar uma baixa autoestima e frustração com a situação de imigrante. Os imigrantes entrevistados também fazem negação do racismo, que é percebida através de um discurso positivo, buscando esconder os conflitos internos. (SIMAI; BAENINGER, 2011).

No caso da pesquisa de campo, o preconceito (questão 66, apêndice 5), foi avaliado como forma de identificar o seu efeito no processo de integração social, considerando nível baixo para aqueles que declararam ter sofrido discriminação e que os que não sofreram tem maiores condições de integrarem-se, ainda que em alguns casos o fato de sentir-se discriminado, resulte em um esforço maior, servindo de incentivo para buscar estratégias de integração, procurando estabelecer parcerias com colegas de trabalho, amigos e etc.

Por fim, indica-se que a integração social dos imigrantes se apresenta como sendo uma experiência múltipla, que começa com o estabelecimento de relações sociais, aproveitando as redes sociais formadas no país de origem e no Brasil, o que pode conduzi-los a obtenção de um nível de pertença organizacional em atividades associativas, o que poderá permitir neutralizar e superar as ações de preconceito, provocadas por algum grupo de nacionais ou por parte dos próprios imigrantes.

4.3.3 Dimensão da Integração Cultural

A integração através da cultura permite que o imigrante possa assumir um espaço público na sociedade, através da aprendizagem dos "modos" culturais da cultura receptora. Neste sentido, o imigrante realiza um processo de adaptação mais

interno, pois começa a adotar as formas de comportamento, segundo os padrões culturais, realizando uma substituição parcial dos valores culturais da sociedade de origem pelos da sociedade de acolhida.

É um momento de importantes mudanças comportamentais que permitem ao imigrante assumir um sentimento profundo de pertencimento (fazer parte do grupo) e de mudança cultural.

4.3.3.1 Práticas culturais

Nesta categoria são consideradas as atividades realizadas pelos imigrantes relativas ao lazer e recreação, assim como os fatores facilitadores culturais, na adaptação ao Brasil.

Em relação às práticas culturais de lazer (questão 54, apêndice 5), as ações realizadas com os amigos, cinema/teatro, passeios e esporte, podem ser associadas a um alto nível de integração, pelo fato de reforçarem os relacionamentos sociais, assim como a participação em atividades culturais. No entanto, associou-se à atividade de assistir TV, um nível médio de integração.

Com relação à manutenção dos costumes brasileiros na família do imigrante (questão 56, apêndice 5), julgou-se que no caso de haver esta manutenção, a contribuição para com a inserção cultural é de nível alto, e no caso de não haver a integração será de nível baixo.

Convém destacar que os fatores facilitadores mais citados pelos imigrantes (questão 57, apêndice 5), estão relacionados com características pessoais (alegria, descontração e otimismo) e profissionais (empreendedorismo), o que demonstra que os imigrantes avaliam positivamente a cultura brasileira, sendo um fator que pode ajudar de forma importante na integração cultural dos imigrantes no Brasil.

4.3.3.2 Língua

A aprendizagem e domínio da língua (português) é um dos fatores mais importantes de integração cultural, segundo Portes e Rumbait (2006), visto que permite desenvolver as atividades laborais e sociais, podendo participar ativamente na sociedade receptora. Nesta categoria, foram avaliados os métodos, dificuldades e tempo de aprendizagem do português por parte do imigrante.

Para a aprendizagem ocorrida (questão 41, apêndice 5), através da escola, família e prática individual (sozinho), considerou-se que tenha exercido um impacto importante para chegar a um alto nível de integração. Já a aprendizagem por meio de contato com os vizinhos e amigos foi considerada como um fator que pode gerar um nível médio de integração.

Quanto às dificuldades sofridas (questão 40, apêndice 5), durante o processo de aprendizagem, associou-se para os que declararam não ter tido problemas, um alto nível de integração e para aqueles que tiveram dificuldades, um baixo nível de inserção cultural.

No que se refere ao tempo de aprendizagem (questão 42, apêndice 5), considerou-se para os que conseguiram aprender razoavelmente o português em menos de 1 ano, alcançaram alto nível de integração, para um tempo superior a 2 anos, baixo nível e entre 1 e 2 anos, um nível médio nível de integração.

4.3.3.3 Valores

Valores pessoais, como por exemplo, os religiosos, são importantes fatores de inserção em uma nova sociedade, pois podem implicar em uma inserção facilitada ou complicada, segundo a adaptação aos valores apresentados, pela sociedade receptora. (PORTES; RUMBAIT, 2006).

Nesta categoria são apresentadas as avaliações dos valores/princípios individuais, assim como os de natureza religiosa.

Com relação às crenças religiosas (questão 58, apêndice 5), para os imigrantes que declaram ter mantido as mesmas crenças religiosas do país de origem, foi considerado um alto nível de inserção cultural e um baixo nível para os que declaram não ter mantido, pois as crenças, em geral, são muito similares entre Brasil e os países pesquisados.

Em relação à manutenção dos mesmos princípios e valores que tinham no país de origem (questão 59, apêndice 5), observou-se que a permanência destes valores/princípios é um fator que pode gerar um alto nível de inserção, consequentemente o contrário gera um baixo nível.

4.3.3.4 Consumo

Nesta categoria avalia-se, a integração econômica-cultural dos imigrantes, através dos hábitos de consumo de bens e serviços do mercado brasileiro, assim como os impactos climáticos na vida do imigrante.

Com relação aos hábitos de consumo (questão 60 e 61, apêndice 5), para aqueles que mudaram e ou aumentaram, foi associado um efeito de alto nível de integração e para os que não mudaram nem o aumentaram, um baixo nível de integração.

Em relação à adaptação à comida brasileira (questão 37, apêndice 5), considerou-se para aqueles que declararam não ter tido problemas, um nível alto de integração e para os que declararam ter enfrentado problemas, um nível baixo de integração.

Da mesma forma, os imigrantes que apresentaram uma alta frequência de consumo de alimentos típicos do país de origem (questão 38, apêndice 5), possivelmente demonstrem um baixo nível de integração e um alto nível aqueles que consomem 'às vezes ou nunca'.

4.3.3.5 Adaptabilidade

Nesta categoria são consideradas as opiniões dos imigrantes, em relação às dificuldades de adaptação ao Brasil, assim como as formas de apoio recebidas dos brasileiros, para superar essas dificuldades.

Em geral, associou-se aos imigrantes que declararam não ter tido dificuldades, um alto nível de integração e um baixo nível para aqueles que tiveram, (questão 34, Apêndice 5).

As dificuldades detectadas (questão 35, apêndice 5), foram tanto em nível laboral (documentação), relacionamento, moradia, quanto em relação ao preconceito entre outros.

Com relação ao apoio recebido (questão 36, apêndice 5), identificou-se que o apoio recebido através de amigos, parentes, colegas, colégio e de conterrâneos, contribuíram para um alto nível de integração. Já aqueles que foram apoiados por instituições (religiosas, públicas, de emigrantes e ONGs), obtiveram um efeito médio na integração.

O clima também é um fator que pode contribuir para a inserção (questão 39, apêndice 5), onde se avaliou que os que não tiveram problemas de adaptação

conseguiram um alto nível de integração e conseqüentemente para os que tiveram um baixo nível de integração.

Por fim, observou-se que o processo de integração cultural é muito importante para o imigrante, visto que permite ao imigrante assumir a língua, os valores, o modelo de consumo e as práticas/estilo de vida da sociedade receptora, resultando em um processo de adaptação que possivelmente será facilitado pelas diversas formas de apoio recebidas pelos grupos sociais que formam a sociedade cultural de acolhida.

4.3.4 Dimensão Identificacional

Os imigrantes finalizam o processo de integração, quando assumem a identidade da sociedade de acolhida, a qual, possivelmente vai estar formada por uma identidade mista, visto que provavelmente manterá fatores culturais do país de origem e terá absorvido importantes fatores culturais e nacionais do país de destino.

4.3.4.1 Qualidade de vida

Analisou-se nesta categoria o nível/áreas da qualidade de vida, alcançadas pelos imigrantes no Brasil em comparação a que tinham no país de origem.

Com relação à comparação da qualidade de vida entre o Brasil/Paraná e o país de origem (questão 63, apêndice 5), considerou-se com alto nível de inserção, aqueles imigrantes que declararam ter obtido melhor qualidade de vida no Brasil. A vida profissional (questão 64, apêndice 5) ganha destaque entre as áreas onde houve uma melhoria, já a vida afetiva (questão 65, apêndice 5), está entre as áreas onde não houve melhorias. A melhoria na qualidade de vida foi considerada um importante fator para obter-se um alto nível de integração, enquanto que a não melhoria resulta em um nível baixo de integração.

4.3.4.2 Perspectivas futuras

Nesta categoria considerou-se a perspectiva de continuar vivendo no Brasil (questão 67, apêndice 5) e que tipo de valores culturais pretende passar para os

filhos (questão 70, apêndice 5), como forma de identificar as perspectivas futuras com relação ao Brasil.

Nos casos em que os imigrantes pensam em continuar vivendo no Brasil, associou-se um alto nível de inserção, e um baixo nível para aqueles que pretendem voltar ao país de origem ou viver em outros lugares.

Com relação à cultura que pretendem passar aos filhos, considerou-se para aqueles que privilegiam a cultura brasileira um alto nível de integração e um baixo nível para os que pretendem passar somente a cultura do país de origem. Já para os que mostram interesse em ambas as culturas, associou-se um médio nível de integração.

4.3.4.3 Visão da vida

Nesta categoria apresenta-se a forma que o imigrante vê a vida, dentro da cultura brasileira.

Com relação ao nível de otimismo e visão para o futuro (questão 75, apêndice 5), considerou-se que aqueles que apresentaram “muito/muitíssimo” otimismo, demonstraram um alto nível de integração, enquanto que os que se mostraram ‘pouco’ otimistas associou-se um baixo nível de integração.

Com relação à capacidade de “relaxar e curtir a vida” no Brasil foi considerado com alto nível de integração os que apresentaram um nível de “muito/muitíssimo” e um nível baixo para o caso oposto.

4.3.4.4 Satisfação

Nesta categoria avalia-se o nível de satisfação alcançado pelo imigrante no Brasil, considerando o período antes de emigrar (questão 71, apêndice 5), na situação atual (questão 72, apêndice 5) e um possível retorno ao país de origem (questão 73, Apêndice 5).

A avaliação foi realizada através de notas (1 a 10), sendo 10 para a melhor e 1 para pior grau. Desta forma, considerou-se como nível alto de integração, aqueles que avaliavam com nota entre 8 e 10, nível médio (nota entre 5 e 7) e nível baixo (notas inferior a 4).

Desta maneira, obteve-se uma comparação em cada uma das três situações, de forma a conhecer especificamente o nível de satisfação apresentado pelo imigrante, como resultado do processo de integração.

4.3.4.5 Felicidade

Nesta categoria a pretensão foi avaliar o nível de felicidade (Bem com a vida) sentido pelo imigrante no Brasil, como forma de analisar o nível de identidade obtido através da integração ao país.

Considerou-se que os imigrantes que declararam estar ‘muito/muitíssimo’ felizes no Brasil, se caracterizarem como tendo um alto nível de integração, enquanto que os ‘infelizes’ mostram um baixo nível de integração.

Por outro lado, como forma de pesquisar mais profundamente o “estado de felicidade” dos imigrantes pesquisados, como um dos resultados do processo de integração, considerou-se importante construir um Índice de Felicidade a partir de um conjunto de questões que estejam diretamente ligadas à satisfação e bem estar individual. Este índice esta formado pelos seguintes questões (63, 67, 72, 74, 75, e 76 apêndice 5), que diz relação com os seguintes aspectos:

1. curtir a vida;
2. otimismo em relação ao futuro;
3. qualidade de vida;
4. satisfação;
5. perspectivas de ficar no brasil;
6. estar bem com a vida (felicidade)

A metodologia e os resultados do Índice de Felicidade serão apresentados no oitavo capítulo (ver 8.2).

4.4 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em 4.2 foram apresentadas as questões da pesquisa que compõe cada uma das categorias que fazem parte das dimensões de integração dos imigrantes. Da mesma forma, foram apresentados os impactos gerados por cada uma das respostas às questões, na integração, em nível alto, médio e baixo, em 4.3. Após a

definição destes critérios, o passo seguinte foi levantar estas relações apresentadas, em termos de impacto numérico, para o qual se considerou os resultados obtidos para cada questão, em valores relativos (%), como esta demonstrado na tabulação dos dados do questionário aplicado na pesquisa de campo (ANEXOS 1, 2, 3, 4).

Desta forma, cada questão terá um resultado numérico que foi alcançado pelos percentuais obtidos em cada resposta às questões e classificadas segundo o nível alto, médio ou baixo de integração e segundo os critérios definidos em 3.21, 3.2.2, 3.2.3 e 3.2.4. Os valores das categorias serão obtidos pela soma dos valores percentuais das questões que fazem parte da categoria (subtotais). Os valores para a dimensão são resultados da soma dos valores obtidos pelas categorias que compõem a dimensão (Totais), classificadas pelos 3 níveis de integração (alto, médio e baixo).

Exemplo 1:

Quando as opções de respostas são excludentes, ou seja, a soma é 100%.

Recebeu ajuda para emigrar no país de origem?

Sim	10	63%	Alta integração
Não	6	37%	Baixa integração

Desta forma, os valores considerados serão:

Alta integração: 63%

Baixa integração: 37%

Exemplo 2:

Quando as opções de respostas não são excludentes, pois podem optar por responder mais de uma alternativa, os resultados apresentam valores superiores a 100%. Nesse caso, somam-se as correspondentes a cada nível de integração podendo gerar resultado muito superiores a 100% pelos fato de ser acumulativos .

Tipo de associação/clube a que pertence o imigrante?

Folclore	6	46%	Media integração
Religião	5	38%	Media integração
Social	5	38%	Alta integração
Lazer/Recreação	4	31%	Alta integração
Esporte	1	8%	Alta integração
Imigrantes	8	62%	Media integração
Empresarial	2	15%	Alta integração

Desta forma, os valores considerados serão:

Alta integração: $38+31+8+15= 92\%$

Média integração: $46+38+62= 146\%$

Baixa integração: 0%

Desta forma, os resultados apresentados nas tabelas seguem os critérios de quantificação anteriormente apresentados.

5. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS

5.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

No caso dos imigrantes argentinos, todos preencheram o questionário em forma virtual, as informações foram obtidas através de 23 respondentes, com residência em Curitiba/PR, que se dispuseram a responder 76 questões do tipo abertas e fechadas (questionário pesquisa de campo, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), além de duas entrevistas realizadas com Mario e Alberto¹³, imigrantes argentinos.

A análise das informações levantadas será utilizada, através do Modelo Analítico Proposto, considerando as dimensões, categorias e questões, que foram descritas, de forma resumida, conforme apresentado no QUADRO 4 (ver 4.2).

Na sequência apresentam-se as análises dos indicadores de integração dos argentinos, expondo individualmente, cada uma das dimensões/categorias e as respectivas questões e resultados, considerando os níveis de integração (alto, médio e baixo).

5.2 DIMENSÕES DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL

Conforme foi apresentado (ver 4.3.1), a dimensão estrutural está formada por 5 categorias, que serão analisadas em função das informações coletas pela pesquisa de campo e seus efeitos, considerando os níveis (alto, médio ou baixo) no processo de integração, segundo a metodologia apresentada (ver 4.4).

5.2.1 Ocupação e Função Laboral

A análise desta categoria considerou os resultados obtidos pela pesquisa, referente às questões (11, 12 e 51, Apêndice 1, Perfil dos Argentinos).

Com relação à ocupação laboral (ou não) no país de origem (questão 11, apêndice 1), Perfil dos Argentinos), observou-se que 65% dos argentinos trabalhavam e 30% estudavam. A consideração feita é de que possivelmente, os

¹³ Os nomes Mario e Alberto são denominações fictícias.

que já trabalhavam, alcançaram uma integração alta, já no caso dos estudantes, a integração foi média, em virtude das oportunidades de trabalho, por achar que os mesmos tenham um aproveitamento mais rápido no mercado de trabalho no Brasil.

Em relação as função laborais¹⁴ desenvolvidas, tanto no país de origem como no Brasil (questões 12 e 51, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), os resultados mostram que os identificados como funcionários, mantiveram-se na mesma função (43%), enquanto que os empresários apresentaram um crescimento de 14% (antes de emigrar) para 57% (no Brasil) gerado pela transferência dos autônomos e estudantes para atuar como empresários no Brasil, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo diversificado e o amplo mercado laboral brasileiro, o que permitiu aos imigrantes argentinos, desenvolverem suas competências empreendedoras individuais e transformar-se em empresários.

TABELA 29 – IMIGRANTES ARGENTINOS, SEGUNDO A FUNÇÃO LABORAL

Função*	Antes		Brasil		Nível de integração
	Numero	%	Numero	%	
Funcionários	10	43	10	43	Média (= 0)
Empresários	3	14	13	57	Alta (+43%)
Autônomos	6	24	0	0	Baixo (-24%)
Estudante	4	19	0	0	Baixo (-19%)
Total	23	100	23	100	Alto (43%) Baixo (-43%)

FONTE: O autor (2013).

Nota: *Não foram identificados aposentados.

Desta forma, associou-se à função dos funcionários, que mantiveram a mesma função ocupacional um nível médio de inserção laboral, aos empresários um nível alto de integração, devido ao crescimento da mobilidade laboral e um nível baixo para a função onde houve um decréscimo nos autônomos e estudante. Observando que neste grupo não existem aposentados.

A TABELA 30 apresenta os resultados para os indicadores de integração dos argentinos, quanto à ocupação e função laboral.

¹⁴ As funções laborais - consideram os empresários, funcionários/empregados, autônomos, estudantes e aposentados, conforme definição e descrição apresentada (ver 4.3.1.1).

TABELA 30 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (OCUPAÇÃO E FUNÇÃO LABORAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.2.1 Ocupação e função laboral	11. Atividade laboral desenvolvida antes de imigrar	65	-	35
	12-51. Função ocupacional antes de emigrar e no Brasil	43	-	-43
	Total	108	0	-8

FONTE: O autor (2013).

Como referência dos resultados apresentados, expõem-se os casos dos entrevistados Alberto e Mario.

Alberto antes de emigrar, trabalhava na Renault da Argentina e ao chegar ao Brasil mudou sua ocupação para microempresário, na área de manutenção industrial, sendo que atualmente é gerente de um restaurante de alto nível. Já Mario tinha uma experiência laboral na comercialização de autopeças na Argentina e no processo de emigração para o Brasil cria uma empresa da mesma atividade em Curitiba, onde atua como sócio-gerente.

Observou-se que em ambos os casos, a emigração permitiu uma inserção laboral positiva, com alto nível de integração, havendo um aproveitamento das competências profissionais obtidas na Argentina.

Desta forma, indica-se que a integração ocorre positivamente no aspecto laboral para os argentinos, pois além de ter uma experiência laboral prévia e alta qualificação profissional, o mercado de trabalho brasileiro permitiu a integração, através de colocações profissionais com certo nível de estabilidade (funcionários) e ofereceu oportunidades de abrir “o próprio negocio” (empresários autônomos e estudantes).

5.2.2 Educação

O resultado da pesquisa, referente à questão 10 (apêndice 1, Perfil dos Argentinos) mostra que antes de emigrar, os argentinos apresentavam um nível de estudos que era majoritariamente universitário (35%), técnico (22%), seguido pelo nível secundário (13%), médio e primário (9% cada um). Neste sentido, o fato de apresentarem um perfil educacional com alta/média qualificação no país de origem, os coloca em condições de obter um nível alto de inserção, no aspecto de

integração ao mercado de trabalho, assim como melhores condições de adaptação à multiculturalidade do Brasil.

Os argentinos, conforme demonstrado anteriormente (ver 5.2.1) apresentam um nível alto de integração laboral, possivelmente resultante da alta qualificação educativa apresentada.

Os indicadores de integração na categoria da educação são apresentados, seguindo os critérios já definidos (ver 4.3.1.2) e demonstram um alto nível educacional/profissional, que permitiu conseqüentemente, que obtivessem um alto nível de integração (TABELA 31).

TABELA 31 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (EDUCAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.2.2 Educação	10. Nível de estudos antes de imigrar	57	22	9
	Total	57	22	9

FONTE: O autor (2013).

Os entrevistados (Alberto e Mario) possuem respectivamente, formação de Técnico-Mecânico, formado em Córdoba e Técnico-Contabilista, formado em Buenos Aires.

5.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica

Nota-se que o imigrante apresenta diversas características demográficas, que influenciam no nível de integração desenvolvido.

O perfil demográfico e a mobilidade geográfica, antes de emigrar, apresentam as seguintes características, conforme questões (apêndice 1, Perfil dos Argentinos) especificadas abaixo:

- a idade média (ao chegar ao Brasil) foi de 35,4 anos (questão 1);
- os imigrantes são majoritariamente do gênero masculino, 77% (questão 2);
- o estado civil, 46% (casados), 36% (solteiros) e 18% (divorciados/ viúvos), (questão 5);

- a nacionalidade do cônjuge era de argentinos (39%), brasileiros (43%) e outras nacionalidades (18%), (questão 7);
- o número médio de filhos nascidos na Argentina era de 1,4 filhos e no Brasil era de 0,6 filhos (questão 8);
- o ano de chegada ao Brasil foi para 41% (entre 2001 e 2011), 36% (entre 1991 e 2000), 18% (entre 1981 e 1990) e 4,5% (entre 1971 e 1980), (questão 15);
- a mobilidade geográfica mostra que 52% fixaram-se em uma única cidade, enquanto que 48% residiram em 2 ou mais cidades brasileiras (questões 17 e 18);
- a residência na Argentina foi, principalmente em cidades de médio e grande porte (Buenos Aires, Rosário, Córdoba, Angello e São Miguel), (questão 4).

Com base neste perfil, buscou-se analisar algumas variáveis, que podem impactar no processo de integração.

As questões 7, 17 e 18 (apêndice 1, Perfil dos Argentinos), foram consideradas como sendo relevantes, pois com já foi explicado (ver 4.3.1.3), considerou-se possivelmente, com alto nível de integração, os imigrantes casados com brasileiros (as) e que tinham residido em 2 ou mais cidades e com nível médio, os que não tinham cônjuges brasileiros (as) e haviam residido em uma única cidade.

Desta forma, os indicadores de integração são apresentados pela TABELA 32.

TABELA 32 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (DEMOGRAFIA E MOBILIDADE GEOGRÁFICA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.2.3 Demografia e Mobilidade Geográfica	7. Nacionalidade o cônjuge	43	39	18
	17-18. Mobilidades de cidades de residência no Brasil	48	52	-
	Total	91	91	18

FONTE: O autor (2013).

Em consequência, observa-se que os argentinos demonstram um comportamento similar na integração, visto que há uma coincidência entre os níveis

médio e alto, devido ao fato de haver uma equivalência nos fatores que impactam a integração migratória, pois apresentam maior integração pelo estado marital (casados com brasileiros/as) e maior nível médio de inserção por apresentar mobilidade geográfica, que resulta em um valor final, igual para ambos os níveis de integração.

5.2.4 Status Legal

Nesta categoria é considerado o tipo de visto de entrada, no momento em que chegaram ao Brasil. Este fator é relevante, pois permite que o imigrante consiga se integrar no mercado de trabalho e instalar-se em residência, seja de forma rápida, quando o visto for permanente ou temporário, ou demorar mais tempo, quando o visto for de Turista.

Desta maneira, conforme apresentado (ver 4.3.1.4), associou-se um alto nível de integração, aos imigrantes que obtiveram visto de entrada do tipo permanente, nível médio para o visto temporário e nível baixo para o visto de turista. Os indicadores mostram um equilíbrio relativo entre os tipos de visto, ainda que o visto de turista tenha sido o mais utilizado para ingressar no Brasil.

Sendo assim, segue apresentação dos indicadores de integração dos argentinos quanto ao status legal, onde se observa que a maioria entrou com visto de turista ou temporário (TABELA 33).

TABELA 33 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (STATUS LEGAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.2.4 Status Legal	25. Tipo de visto de entrada no Brasil	26	30	35
	Total	26	30	35

FONTE: O autor (2013).

Verifica-se pela TABELA 33, que a maioria dos argentinos, apresenta um status legal positivo para a integração ao mercado de trabalho e fixação de residência, isso possivelmente ocorreu pela facilidade de entrada ao Brasil, devido aos acordos de integração realizados pelo MERCOSUL, através dos quais, os cidadãos dos países que fazem parte deste Mercado (membros), tem maior facilidade de obter o visto de entrada.

Tomando-se novamente as entrevistas como referência, Alberto conta que pelo fato de ter trabalhado na Renault Brasil teve condições de obter visto permanente. Já Mario, devido ao fato de ter uma promessa de emprego na loja de autopeças em Curitiba, inicialmente obteve visto temporário e, posteriormente, o visto de permanente.

Desta forma, entende-se que os imigrantes argentinos tiveram esta facilidade legal, para emigrar para o Brasil, obtendo conseqüentemente um nível alto e médio de integração, no sentido de ter obtido o visto permanente e temporário para ingressar ao país como está demonstrado na TABELA 33.

5.2.5 Residência, Apoio, Motivos e Perspectivas.

Nesta categoria foi considerado o conjunto de questões, referentes às condições de instalação, tipo de apoio recebido, motivos da emigração e tempo previsto para ficar no Brasil (questões 20, 21, 24, 26 e 29, apêndice 1, Perfil dos Argentinos). Foram considerados, também, os critérios para cada uma destas questões, em relação ao impacto nos diferentes níveis de integração (alto, médio e baixo), que já foram definidos e apresentados anteriormente (ver 4.3.1.5).

TABELA 34 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (RESIDÊNCIA, APOIOS, MOTIVOS E PERSPECTIVAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.2.5 Residência, Apoios Motivos e Perspectivas	20. Tipo de hospedagem	36	-	48
	21. Tempo médio de instalação por conta própria	65	9	9
	24. Motivos da imigração para o Brasil	41	47	9
	26. Ajuda recebida para emigrar no país de origem	40	60	-
	29. Tempo previsto para ficar no Brasil	47	17	26
	Total	229	133	92

Fonte: O Autor.

Observa-se, pela TABELA 34, que os argentinos mostram uma baixa integração (48%), devido ao fato de que o principal tipo de hospedagem utilizado na chegada foi o hotel, para o qual foi associado um baixo nível de integração, por supor que isso demonstra que o imigrante não dispõe de relações sociais que lhe assegurassem apoio para a hospedagem. No entanto, existe uma parcela (36%) que

obteve apoio de redes de amigos e ou parentes, que ofereceram hospedagem, para os quais foi associado um alto nível de integração.

Com relação ao tempo necessário para a instalação por conta própria, a pesquisa mostra um alto nível de integração, devido ao curto período de tempo que levaram para se instalar por conta própria, sendo (1 ano) para 65% dos argentinos, considerando a ajuda recebida, através das redes sociais de compatriotas no Brasil. Para aqueles que demoraram mais tempo (superior a 2 anos) para se instalar por conta própria, foi considerado um nível médio/baixo de integração, com uma representação de 9% (cada um) respectivamente.

Os fatores motivacionais que impulsionaram os argentinos a emigrar para o Brasil foram aqueles que geraram um alto nível de integração como, por exemplo, a procura de trabalho, além dos fatores de nível médio (estudo, matrimônio/namoro e fatores políticos). Sendo assim, os argentinos demonstraram um conjunto de motivos para emigrar que permitiram uma integração positiva no Brasil.

Outro fator importante na imigração foi o apoio recebido no país de origem. Os argentinos demonstram que obtiveram um nível de inserção alto e médio, devido ao apoio recebido em diversas formas (dinheiro, passagens, indicação de trabalho, moradia e contatos profissionais), provavelmente através de parentes, amigos ou instituições (religiosas, públicas ou privadas), localizadas na Argentina. Desta maneira, os argentinos receberam uma importante ajuda para emigrar para o Brasil, que pode ter facilitado sua integração migratória.

Os argentinos também tinham uma previsão de tempo para permanecer no Brasil. A pesquisa mostra que a maioria (47%) previa ficar no país por um longo período (acima de 10 anos ou indefinidamente), o que demonstra a intenção de inserirem-se de qualquer forma ao Brasil, fazendo uso de todos os meios necessários para alcançar essa integração. Considerou-se para esta previsão um alto nível de integração. Para aqueles que previam ficar por um curto período de tempo (menos de 2 anos) ou por um tempo médio (2 a 10 anos), associou-se respectivamente, um nível baixo e médio de integração.

Verifica-se, desta forma, que nesta categoria os imigrantes argentinos mostram um alto nível de integração, expressado na hospedagem fornecida por meio das redes sociais, no baixo tempo de instalação por conta própria, na motivação de natureza laboral, no amplo apoio recebido e também na perspectiva de longo prazo de residência (TABELA 34).

Quanto à Integração no mercado de trabalho:

A integração ao mercado de trabalho foi positiva, por ter permitido a inserção na mesma função ocupada anteriormente (no país de origem), como foi o caso dos funcionários; ter possibilitado aos empresários aumentar suas atividades; ter oportunizado a transformação de autônomos, funcionários e estudantes para empresários, devido à ampla variedade de opções no mercado brasileiro, o que permitiu desenvolver as competências de empreendedorismo. Nesta direção os indicadores mostram um nível alto/médio de integração ao mercado laboral brasileiro. Esta situação fica exemplificada pelos casos apresentados pelos entrevistados, Mario e Alberto, os quais puderam permanecer no Brasil, devido ao fato de terem obtido rapidamente emprego.

Quanto à educação:

No campo da educação, os argentinos apresentam um perfil educacional, onde é preponderante o nível técnico/universitário, o que possivelmente permitiu uma inserção mais rápida na sociedade brasileira, especialmente no mercado de trabalho e favoreceu a obtenção de melhores condições econômicas. Da mesma forma, esse perfil educacional possibilitou o acesso às redes sociais, facilitando a inserção cultural no Brasil.

Quanto à natureza demográfica (etária e marital):

O imigrante argentino apresenta um perfil majoritariamente de homens casados no país de origem e também com uma significativa busca por casamento com brasileiros (as), com maior número de filhos nascidos na Argentina do que no Brasil, demonstrando assim um nível alto/médio de integração.

Existem também outras características relevantes, especialmente, quanto aos períodos de maior concentração da imigração como, por exemplo, os ocorridos entre 2001 e 2010, que coincidiram com um importante período de crescimento da economia brasileira, expressado por uma taxa média do PIB Nacional de 3,7% e no Paraná de 4% ao ano, conforme apresentado pela TABELA 19 A, o que pode ter influenciado positivamente aos imigrantes, com maior qualificação profissional e educacional, integrarem-se ao mercado de trabalho, como foi o caso dos argentinos.

Quanto à natureza geográfica:

Convém destacar que os imigrantes argentinos provinham de cidades de grande/médio porte e se deslocaram para cidades brasileiras com porte similar, tendo uma movimentação para 2 ou mais cidades, o que pode ter lhes dado a

oportunidade de obterem uma maior experiência de integração, como foi o caso de muitos imigrantes argentinos, que chegaram ao Rio de Janeiro e ou São Paulo e depois emigraram, por exemplo, para cidades como Curitiba, tendo desta forma a chance de enfrentar realidades diferentes.

Quanto ao Status legal:

A inserção através de um Status legal mostra que os argentinos, majoritariamente, ingressaram ao Brasil com visto Permanente ou Temporário, o que consentiu em uma inserção facilitada no mercado de trabalho. No entanto, os imigrantes que entraram com visto de turista também ficaram definitivamente no Brasil, mas tiveram que enfrentar dificuldades de integração, principalmente na área laboral. Esta característica também pode ser resultante das Políticas Migratórias desenvolvidas pelo Brasil e Argentina, que visam facilitar a emigração entre estes países, sendo a mesma expressada por meio de acordos de residência para os nacionais. Este seria o caso do acordo entre Brasil e Argentina, firmado em 26 de novembro de 2005, referente à Legalização de Residência, no qual os dois países acordaram outorgar residência legal, sem ter que comprovar previamente a necessidade econômica ou laboral. (SCALABRINI 2011).

Quanto ao tempo de instalação:

Os argentinos mostram um período relativamente curto de integração (menos de 1 ano), principalmente com uma hospedagem em casas de amigos/parentes e recebendo destes um importante apoio material (dinheiro, passagens), permitindo alcançar um alto nível de integração.

Quanto aos motivos/razões para emigrar:

Majoritariamente, os argentinos emigraram para o Brasil, fundamentados principalmente, pela razão de procura de trabalho, visando obter melhores condições econômicas, visto que a Argentina estava passando por diversas crises econômicas e de emprego na década de 90 e início de 2000, como está apresentado na TABELA 9, na qual se mostram os altos níveis de desemprego, superiores a 11% na década de 90 e 2000.

Quanto à perspectiva de tempo de permanência no Brasil:

A perspectiva dos argentinos com relação ao tempo de residência no Brasil é de longo prazo (acima de 10 anos ou indefinidamente), o que demonstra uma pré-disposição em realizar esforços importantes para integrarem-se à realidade econômica e cultural brasileira.

Finalmente, com base na abordagem anterior e de acordo com os resultados mostrados pelos indicadores, os argentinos mostram um alto nível de integração estrutural no Brasil (511), segundo a TABELA 48, devido à importante inserção laboral, ao alto nível educacional, pela facilidade de instalação e casamentos com brasileiros (as), os quais podem gerar condições mais favoráveis de inserção na estrutura econômica, geográfica e legal no Brasil, pois o apoio recebido pelo cônjuge e sua família e amigos pode ajudar a realizar uma integração mais fácil e rápida do que no caso de este chegar ao Brasil com a família, tendo maiores problemas de integração cultural, língua, condição legal e inserção laboral.

5.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

Conforme foi definido (ver 4.3.2), nesta dimensão avalia-se a integração imigrante, no ambiente social, no qual a integração é realizada através da criação e desenvolvimento de relações/redes sociais, que permitam gerar vínculos sociais. Nesta direção, expõem-se os resultados obtidos pela pesquisa, conforme apêndice 1 (Perfil dos Argentinos), utilizando-se as questões que estão relacionadas com:

- a) relações e redes sociais;
- b) associativismo;
- c) preconceito.

5.3.1 Relações e Redes Sociais

Nesta categoria buscou-se analisar as estratégias utilizadas pelos imigrantes argentinos para integrarem-se ao Brasil. A análise considera desde a perspectiva do uso das redes sociais disponíveis no Brasil e a estratégia desenvolvida para estabelecer relacionamentos, seja com brasileiros ou com compatriotas assim como o impacto exercido no nível de integração.

A pesquisa mostra que os argentinos apresentam um nível baixo de inserção em relação ao uso das redes sociais, que são formadas no Brasil por amigos/parentes (questão 31, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), ou seja, a maioria dos argentinos (59%), não dispunha de uma rede de contatos no Brasil (amigos/parentes) apenas 41% tinha este tipo de rede social.

A maioria (95%) declarou manter relações sociais com o país de origem (questão 43, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), o que possivelmente gerou um impacto na integração, que foi baixa, devido ao fato de ainda manterem fortes laços com o país de origem. No entanto, ao analisar o relacionamento mantido, no Brasil, com brasileiros (95%) e com os compatriotas (68%), a pesquisa indica um alto nível de interação, que permitiu gerar um alto nível de integração, ou seja, os argentinos mantem uma forte ligação com o país de origem, mas também com o Brasil, através dos compatriotas e brasileiros.

Em relação às estratégias utilizadas para se relacionar no Brasil, a pesquisa indica que os argentinos aplicam a mesma estratégia aprendida na Argentina (82%), mostrando com isso um baixo nível de integração, pelo fato de considerar que ao não usar a forma 'à brasileira', alcançaram um menor nível de integração, visto que aqueles que utilizam essa forma conseguem melhores níveis de integração.

Desta forma, isso indica que os argentinos apresentam um baixo nível de integração como resultado do comportamento das variáveis anteriormente analisadas, ficando comprovado pelos valores assumidos pelos indicadores de integração apresentados a seguir (TABELA 35).

TABELA 35 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (RELAÇÕES E REDES SOCIAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.3.1 Relações e Redes Sociais	31. Existência de parentes/ amigos no Brasil	41	-	59
	43. Manutenção das relações sociais com o país de origem	5	-	95
	44. Relações no Brasil com compatriotas	68	-	32
	45. Relações com Brasileiros	95	-	5
	46. Manutenção das formas de relacionamentos do país de origem no Brasil	18	-	82
	Total	227	0	273

Fonte: O autor (2013).

5.3.2 Associativismo

Considera-se para o nível de associativismo, a participação do imigrante em atividades sociais (lazer/recreação e etc.), realizadas em associações, como por exemplo, clubes, grupos sociais e instituições.

Segundo a pesquisa há uma divisão entre aqueles que participam e os que não participam de associações (55% e 45%, respectivamente). Entre os que participam, estes estão associados a clubes de lazer/recreação, esporte e a instituições sociais e religiosas, nas quais os brasileiros são os principais frequentadores (117%), sendo que as associações foram indicadas pelos amigos e os contatos profissionais (82%). Em geral, os indicadores mostram que os argentinos apresentam um alto nível de associativismo, que permite um alto nível de integração social no Brasil.

Um bom exemplo de associativismo é a participação de Mario (entrevistado), que foi Vice-Presidente do Centro Argentino do Paraná e também é membro da Diretoria da Associação para a Integração dos Latino-Americanos de Curitiba (AILAC)¹⁵. O Centro Argentino do Paraná foi criado em 2000, conta com 200 associados e presta serviços médicos e jurídicos para a comunidade de imigrantes, além de realizar eventos voltados, principalmente, para a integração da comunidade argentina em Curitiba e busca promover o relacionamento entre os imigrantes e o Consulado da Argentina no Paraná. Já a AILAC, que foi criada em 2009, é quem reúne os imigrantes latinos de todas as nacionalidades no Paraná, visando integrar os diversos grupos através de atividade culturais (festas, exposições, etc.). Possui 300 associados, para os quais oferece assistência jurídica, medica/odontológica.

Os argentinos apresentam através do associativismo uma alta integração, que foi alcançada por meio do desenvolvimento de atividades associativas, conforme dos indicadores de integração desta categoria apresentados pela TABELA 36.

TABELA 36 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (ASSOCIATIVISMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.3.2 Associativismo	47. Pertencia a uma associação	55	-	45
	48. Tipo de associação	17	3	-
	50. Tipo de frequentadores	82	54	-
	Total	254	87	45

Fonte: O autor (2013).

5.3.3 Preconceito

¹⁵ AILAC – Associação para a Integração dos Latino-Americanos de Curitiba. Disponível em: <http://ailac-ailac.blogspot.com.br/>. Acesso: 10 de março 2014.

A pesquisa mostra que a maioria (55%) declara não ter sofrido preconceito por parte dos brasileiros, no entanto importante grupo declara ter sofrido (45%). No caso dos dois entrevistados (Mario e Alberto), estes declaram que não sofreram nenhum preconceito, pois ambos explicam que as atividades laborais permitiram facilitar a integração com os colegas de trabalho, os quais não mostraram atitudes de discriminação. Segundo Alberto, os funcionários “eram a sua família”. Desta maneira, ao nível dos indicadores de integração, os argentinos tiveram um nível alto de integração, conforme se apresenta a seguir (TABELA 37).

TABELA 37 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (PRECONCEITO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.3.3 Preconceito	66. Sofrimento de preconceito	55	-	45
	Total	55	0	45

FONTE: O autor (2013).

Em análise geral da Dimensão de Integração Social, avalia-se que os argentinos tenham uma maior tendência em apresentar um alto nível de integração (536), sem desconsiderar a existência de um nível baixo de integração (363), conforme valores totais por dimensão apresentados na TABELA 48. O alto nível de integração ocorre pelo importante grau de associativismo e baixo nível de preconceito, ainda que nas relações sociais, os argentinos mostrem um baixo nível de integração. Sendo assim os argentinos desenvolvem uma estratégia de integração social, fundamentada no associativismo e na superação do preconceito.

5.4 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL

No processo de integração na cultura, os imigrantes procuram realizar uma adaptação mais intensa, através da adoção dos padrões culturais da sociedade hospedeira, mesmo que ainda convivam com os padrões culturais do país de origem. Nesta etapa, o sentido de pertencimento/fazer parte, assume um papel muito importante no estilo de vida do imigrante, que será expresso por meio das práticas

culturais, como o lazer, uso da língua, valores e formas de consumo. É por meio destas práticas que o imigrante inicia o processo de inserção cultural e pode culminar com assimilação da cultura receptora.

5.4.1 Práticas Culturais

Nesta categoria avaliam-se os costumes praticados em espaços de lazer como, por exemplo, tipo de atividade realizada com mais frequência nos finais de semana (questão 54, apêndice 1). A pesquisa mostra que as atividades mais frequentes são compartilhar com amigos, principalmente brasileiros, realizar passeios, ir ao cinema/teatro (223%) e assistir TV (50%). Considerou-se que estas atividades mostram uma prática cultural que ajuda a promover um alto nível de integração ao Brasil. No entanto, os entrevistados, Mario e Alberto, relataram que sentem falta de atividades voltadas para a área intelectual (leitura e estudos).

Outro fator relevante é a manutenção dos costumes brasileiros na família, referindo-se a conservar ou não estes hábitos (questão 56, apêndice 1, Perfil dos Argentinos). A pesquisa indicou que todos possuem a mesma opinião, de que é importante manter-se os costumes brasileiros na família, sendo assim, considerou-se que esta opinião permite que os argentinos apresentem um alto nível de integração.

No geral, a avaliação mostra que os argentinos apresentaram um alto nível de integração na categoria referente às práticas culturais, como fica demonstrado nos valores obtidos pelos indicadores de integração (TABELA 38).

TABELA 38 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (PRÁTICAS CULTURAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.4.1	54. Atividades de fim de semana	223	50	-
Praticas Cultural	56. Conservação dos costumes brasileiros na família	100	-	-
	Total	323	50	-

FONTE: O autor (2013).

5.4.2 Língua

O aprendizado e domínio da língua usada pela sociedade receptora é um dos fatores de integração de maior importância, pois permite desenvolver melhor as relações sociais e obtendo um importante nível de inserção na cultura do país.

Pela pesquisa (questão 40, apêndice um, Perfil dos Argentinos), observou-se em que geral os argentinos não tiveram problemas com a aprendizagem do português (68%), ainda que uma parte tenha apresentado dificuldades (32%), de forma que podem obter um alto nível de integração.

Quanto à forma de aprendizagem do idioma (questão 41, apêndice um, Perfil dos Argentinos), as mais indicadas foram as obtidas através da escola (filhos), família e a prática individual diária (155%).

O tempo médio para aprendizagem foi de 12 meses, o que pode ser considerado como um período relativamente curto, o que facilita a integração e alto nível de integração.

No caso dos entrevistados, Mario, está entre aqueles que aprenderam em menos de 1 ano, devido ao trabalho, já Alberto, relata ainda ter sérias dificuldades com o idioma, o que mostra bem a diversidade de situações quanto ao domínio da língua (português).

Em geral, os indicadores apontam que os argentinos possuem um perfil com alto nível de integração, devido à facilidade em aprender o português por meio da positiva integração social demonstrada anteriormente (ver 5.3).

A TABELA 39 apresenta os indicadores de integração para esta categoria.

TABELA 39 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (LÍNGUA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.4.2 Língua	40. Dificuldade da aprendizagem do português	68	-	32
	41. Formas da aprendizagem	155	46	-
	42. Tempo médio para aprender o português	-	12	-
	Total	223	58	32

FONTE: O autor (2013).

5.4.3 Valores

Nesta categoria foi avaliado se houve ou não mudanças dos valores e princípios individuais, incluindo os de natureza religiosa.

A pesquisa mostra que os argentinos mantiveram os mesmos princípios, crenças e valores religiosos e que tinham no país de origem (91% cada um), o que permitiu que alcançassem um alto nível de integração, possivelmente, devido ao fato de haver uma similaridade entre as crenças religiosas e os princípios entre os países latinos e o Brasil.

No caso de Alberto (entrevistado), este apresentou uma mudança dos valores religiosos, visto que na Argentina era evangélico e no Brasil é católico. Já Mario (entrevistado), demonstrou uma alteração no sentido inverso, católico na Argentina e evangélico no Brasil, mesmo assim participa da Pastoral do Imigrante¹⁶.

Com relação aos princípios valóricos, Mario declara que aprendeu no Brasil a consciência de pagar impostos, considerando ser um importante aprendizado oferecido pelo Brasil.

Em geral, os indicadores mostram um alto nível de integração, resultante dos valores declarados (TABELA 40).

TABELA 40 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (VALORES)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.4.3 Valores	58. Permanência das mesmas crenças religiosas do país de origem	91	-	9
	59. Permanência dos mesmos valores e princípios do país de origem	91	-	9
	Total	182	-	18

FONTE: O autor (2013).

5.4.4 Consumo

Nesta categoria foi feita uma avaliação comparativa dos hábitos de consumo entre o Brasil e o país de origem, assim como a adaptação à gastronomia brasileira.

A pesquisa mostra (questão 60, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), que 59% dos argentinos mantiveram os mesmos hábitos de consumo que tinham na

¹⁶ A Pastoral do Imigrante pertence à congregação dos Padres Scalabrianos, que atua a nível mundial no apoio para a inserção dos imigrantes. No Brasil tem atuação em São Paulo e Curitiba, entre outros.

Argentina, enquanto que 41% não mantiveram, o que se considerou ter gerado majoritariamente um baixo e alto nível de integração, respectivamente.

Com relação ao nível de consumo no Brasil, 72% dos respondentes declaram ter aumentado o consumo em relação ao país de origem, o que indica um alto nível de integração (questão 61, apêndice 1).

Confirma-se esse alto nível de integração ao fazer a avaliação quanto à adaptação à comida brasileira, onde 91% declararam ter se adaptado, mesmo considerando os 68% que consomem “às vezes” ou “nunca” as comidas típicas da Argentina.

Em geral, podemos observar que, em relação ao consumo desenvolvido no Brasil, os argentinos mostram um alto nível de integração, comprovado e demonstrado através do consumo (TABELA 41).

TABELA 41 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (CONSUMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.4.4 Consumo	60. Permanência dos hábitos de consumo do país de origem	41	-	59
	61. Aumento do consumo no Brasil	72	-	28
	37. Adaptação à comida brasileira	91	-	9
	38. Consumo de comidas típicas do país de origem no Brasil	68	-	32
	Total	272	0	128

FONTE: O autor (2013).

5.4.5 Adaptabilidade

A pesquisa mostra que, em geral, os respondentes (82%) declararam não ter tido problemas de adaptação ao Brasil (questão 34, apêndice 1). Para aqueles que declararam ter tido problemas (18%), esta foi do tipo: idioma, comida e documentação.

Convém destacar que os imigrantes receberam apoio de diversas fontes para chegar a uma adaptação positiva como, por exemplo, apoio de amigos, família/parentes, compatriotas (145%), colegas de trabalho e instituições/religiosas como a Pastoral do Imigrante (18%).

A adaptação ao clima foi outro fator levantado pela pesquisa (questão 39, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), no qual os argentinos declaram não ter

problemas de adaptação (95%). Mario, por exemplo, em sua entrevista comenta “não há muita diferença entre o clima do Brasil e o da Argentina”.

Desta forma, a categoria de adaptabilidade conduz para a obtenção de um alto nível de integração, conforme mostram os indicadores de integração (TABELA 42).

TABELA 42 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (ADAPTABILIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.4.5 Adaptabilidade	34. Dificuldades de adaptação	82	-	18
	36. Apoios recebidos para a adaptação	165	23	-
	39. Adaptação ao clima	95	-	5
	Total	342	23	23

FONTE: O autor (2013).

Analisando globalmente a dimensão da integração cultural, os argentinos mostram um alto nível de integração ao Brasil (1.342), segundo a TABELA 48, através das práticas culturais, consumo, valores e domínio da língua (português), que foi possivelmente conquistado, ou pelo fato de alguns dos fatores não apresentarem grandes diferenças de padrões culturais (entre Brasil e a Argentina), ou então, pelo alto nível educacional apresentado pelos argentinos, que facilitou entender, aprender e assumir o padrão cultural brasileiro/curitibano, sem esquecer as relações histórico-econômicas que ambos os países tem desenvolvido e especialmente manifestado através da formação do MERCOSUL.

5.5 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO IDENTIFICACIONAL

A pesquisa procurou identificar nesta categoria os fatores que permitiram ao imigrante obter um nível de integração, através da identificação com a realidade brasileira, avaliando a qualidade de vida, o nível de satisfação e felicidade e as perspectivas futuras em relação à permanência no Brasil.

5.5.1 Qualidade De Vida

A pesquisa mostra que 95% dos argentinos, acham que a qualidade de vida melhorou no Brasil, em comparação à Argentina, principalmente quanto à vida profissional e na saúde/física (199%). No entanto, mostra também que não houve uma grande melhora na vida afetiva (125%), segundo as questões 63,64 e 65, respectivamente, apêndice 1, Perfil dos Argentinos. Quanto à vida profissional, ficou demonstrado anteriormente (em 5.2.1), que os argentinos apresentaram um alto nível de integração na vida laboral (ocupação e função laboral).

Exemplifica-se esta situação pelo caso de Alberto (entrevistado), que após trabalhar na Renault do Brasil, transformou-se em microempresário, atuando nas áreas de manutenção e lazer (restaurante). Enquanto que Mario (entrevistado) conseguiu estabelecer-se como empresário brasileiro, montando uma empresa comercializadora de peças para carros, ambos ocupam cargos de gerencia.

Em consequência, esta categoria mostra que os argentinos apresentam um alto nível de integração pela qualidade de vida apresentada nos indicadores de integração (TABELA 43).

TABELA 43 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (QUALIDADE DE VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.5.4 Qualidade de Vida	63. Qualidade de vida no Brasil e no país de origem	95	-	5
	64. Aspectos de melhoria/ Não melhoria da qualidade de vida	199	-	125
	Total	294	-	130

FONTE: O autor (2013).

5.5.2 Perspectivas Futuras

Pela pesquisa 78% dos argentinos pretendem ficar vivendo no Brasil e 95% declarou que gostaria de passar para os filhos, uma combinação dos padrões culturais brasileiros e argentinos (questões 67 e 70, respectivamente, apêndice 1). Na entrevista, Alberto explicou que se sente melhor no Brasil do que na Argentina e não pretende retornar, o mesmo ocorre com Mario.

Os indicadores mostram que as perspectivas futuras de permanência no Brasil permitem obter um médio/alto nível de integração, conforme apresentado na TABELA 44.

TABELA 44 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (PERSPECTIVAS FUTURAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.5.2 Perspectivas Futuras	67. Perspectivas de permanência no Brasil	78	-	22
	70. Tipo de cultura a ser passada para os filhos no futuro	5	95	-
	Total	83	95	22

FONTE: O autor (2013).

5.5.3 Visão Da Vida

A pesquisa mostra que 64% dos respondentes curtem a vida e se declararam otimistas em relação ao futuro no Brasil (questões 74 e 75, respectivamente, apêndice 1, Perfil dos Argentinos) e 36%, se mostram pouco otimistas.

Em termos de indicadores, aponta-se que o fato de ter uma visão de vida, no sentido de ser otimista e curtir a vida, são fatores que identificam a forma de ver a vida no Brasil, o que ajuda a obter um alto nível de integração.

A TABELA 45 demonstra os indicadores de integração quanto à visão da vida.

TABELA 45 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (VISÃO DA VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.3 Visão da Vida	74. Capacidade de relaxar e curtir a vida	64	0	36
	75. Nível de otimismo com relação ao futuro no Brasil	100	0	0
	Total	164	0	36

FONTE: O autor (2013).

5.5.4 Satisfação

A avaliação da satisfação foi realizada por meio de valores entre (1 a 10), sendo 10 o nível máximo e 1 o nível mínimo, pontuados em três momentos (questões 71,72 e 73, respectivamente, apêndice 1, Perfil dos Argentinos): antes de emigrar, no Brasil (no momento da pesquisa) e no caso de retornar.

A pesquisa mostra que no Brasil, 78% dos imigrantes avaliam a satisfação com um nível entre 8 e 10 e 22% avaliam entre 5 e 7, ou seja, os argentinos consideram que a vida no Brasil tem gerado um bom grau de satisfação em comparação com a que tinham na Argentina e no caso de um possível retorno.

Estes indicadores podem servir como uma avaliação objetiva do processo de emigração, considerando todos os fatores complicadores e facilitadores, experimentados na trajetória migratória. Tanto Mario como Alberto comentaram na entrevista, que o Brasil tem oferecido um nível de satisfação que os faz não pensar em retornar para a Argentina.

A TABELA 46 representa estes indicadores.

TABELA 46 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (SATISFAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.5.4 Satisfação	71. Nível de satisfação antes de emigrar	27	46	27
	72. Nível de satisfação no Brasil	78	22	0
	73. Nível de satisfação em caso de retorno ao país de origem	31	55	14
	Total	136	123	41

FONTE: O autor (2013).

5.5.5 Felicidade

Todos os argentinos declararam que se sentem felizes no Brasil (questão 76, apêndice 1, Perfil dos Argentinos), a exemplo de Alberto, que expôs na entrevista o fato de ter formado sua família no Brasil, além do país ter lhe dado trabalho, prosperidade e o aprendizado de relaxar e curtir a vida.

Desta forma, o fato de os argentinos estarem felizes em viver no Brasil é um fator relevante para a obtenção de um alto nível de integração, como fica demonstrado a seguir (TABELA 47).

TABELA 47 - INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (FELICIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.5.5 Felicidade	76. Nível de felicidade na vida atual	100	-	-
	Total	100	0	0

FONTE: O autor (2013).

Como uma forma de avaliar mais profundamente o nível de felicidade, construiu-se um Índice da Felicidade, que resulta da combinação de diversas variáveis levantadas pela pesquisa que será apresentado em 9.2.

Desta forma, os argentinos mostram um nível alto de integração identificacional (777), segundo a TABELA 48, devido à qualidade de vida obtida, à perspectiva de permanecer indefinidamente, o otimismo quanto ao futuro e pela satisfação e sensação de felicidade de morar no Brasil.

A TABELA 48 exhibe de forma geral os valores totais que foram alcançados, por dimensão de indicadores de integração dos argentinos, ou seja, considera a somatória geral dos valores obtidos nas categorias/ questões, por dimensão de integração.

TABELA 48 – TABELA GERAL DE INDICADORES INTEGRAÇÃO DOS ARGENTINOS (TOTAL GERAL POR DIMENSÃO)

Dimensões	Nível de Integração		
	Alta	Média	Baixa
5.2 Estrutural	511	276	146
5.3 Social	536	87	201
5.4 Cultural	1.342	132	199
5.5 Identificacional	777	218	229
Total	3166	713	775

FONTE: O autor (2013).

6. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS

6.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

No grupo migratório dos chilenos, foram coletadas informações em uma amostra de 54 imigrantes, todos com residência em Curitiba/PR, que responderam ao questionário (pesquisa de campo), que continha um total de 76 questões (ver apêndice 5, Questionário); foram realizadas também duas entrevistas com as chilenas: Marcia e Carmem¹⁷. Marcia tem 60 anos é natural de Santiago e Carmen tem 30 anos, natural da cidade de Temuco.

Para analisar o processo de integração dos chilenos, será utilizado o mesmo padrão de estudo e avaliação, realizado anteriormente para os argentinos, que teve por base o Modelo Analítico proposto (ver 4.2), formado por 4 dimensões e compostas por um conjunto de categorias, que serão analisadas a partir das questões da pesquisa de campo, associando-se ao impacto causado nos níveis de integração conforme já apresentado (ver 4.3).

Assim como no processo de integração dos argentinos, a apresentação dos indicadores de integração dos chilenos, por dimensão e categoria, que serão analisados na sequência, expondo de forma individual, cada uma das dimensões/categorias e as respectivas questões e resultados, considerando os níveis de integração (alto, médio, baixo).

6.2 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL

Nesta dimensão procura identificar-se o processo de integração dos chilenos, nos aspectos estruturais relativos às categorias do trabalho, educação, residência/instalação, status jurídico e mobilidade geográfica. Na sequência, será apresentada uma análise destas categorias e seus efeitos no nível de integração.

6.2.1 Ocupação e Função Laboral

¹⁷ Os nomes Marcia e Carmem, são denominações fictícias.

Na análise desta categoria foram considerados os resultados da pesquisa referentes, às questões (11,12 e 51, apêndice 2, Perfil dos Chilenos).

Com relação ao estado ocupacional (questão 11, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), verificou-se que 70% trabalhavam e 30% estudavam no Chile. Desta forma, os que trabalhavam, possuíam uma experiência que poderia ajuda-los a obter um alto nível de integração, enquanto que, os que não trabalhavam, poderiam gerar um nível médio de integração.

As funções ocupacionais¹⁸ desenvolvidas tanto no país de origem como no Brasil, conforme pesquisa (questões 12 e 51, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), se apresentam da seguinte forma (TABELA 49).

TABELA 49 – IMIGRANTES CHILENOS, SEGUNDO A FUNÇÃO LABORAL

Função	Antes		Brasil		Nível de integração (%)
	Numero	%	Numero	%	
Funcionários	28	52	20	38	Baixo (- 14)
Empresários	3	6	12	22	Alto (+16)
Autônomos	14	26	12	22	Baixo (- 8)
Estudantes	8	15	5	9	Baixo (-6)
Aposentados	1	1	5	9	Alto (+8)
Total	54	100	54	100	Alto (+24) Baixo (-28)

FONTE: O autor (2013).

Observa-se pela TABELA 49, que os empresários apresentam um diferencial de crescimento de 16% (aumento de 6% para 22%), provenientes da mobilidade de funcionários (5), autônomos (1), estudantes (2) e aposentados (1) para atuar como empresários, além dos que já eram na Argentina (3). Sendo assim, os empresários principalmente, mostram um alto nível de integração, visto que está função permitiu absorver no Brasil, imigrantes provenientes de outras funções laborais desempenhadas no país de origem.

Por outro lado, por causa desta mobilidade, os funcionários, autônomos e estudantes, apresentaram uma diferença negativa (-14%, -8% e -6%, respectivamente), o que foi considerado como um baixo nível de integração no campo laboral, pois estas funções foram “menos preferidas” pelos imigrantes no Brasil de acordo aos critérios de avaliação apresentados (ver 4.3.1.1).

¹⁸As funções laborais - consideram os empresários, funcionários/empregados, autônomos, estudantes e aposentados, conforme definição e descrição apresentada (ver 4.3.1.1).

A TABELA 50 exibe os indicadores para esta categoria.

TABELA 50 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (OCUPAÇÃO E FUNÇÃO LABORAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.2.1 Ocupação e função laboral	11. Atividade laboral desenvolvida antes de imigrar	70	-	15
	12-51. Função ocupacional antes de emigrar e no Brasil	24	-	-28
	Total	94	-	-13

FONTE: O autor (2013).

Desta forma, nota-se pelos indicadores de integração desta categoria, conforme TABELA 50, que os chilenos demonstram um maior nível de integração no âmbito do trabalho, em função de a maioria apresentar uma experiência prévia, assim como pela mudança na função laboral que foi experimentada no mercado de trabalho, que ofereceu maiores oportunidades de integração na área do empreendedorismo e como empresários.

No caso de Marcia, uma das entrevistadas, era microempresária no ramo de supermercados no Chile e para fugir da crise econômica de 1981, decidiu emigrar para o Brasil, criando uma empresa de reforma de roupas em São Paulo, nos dias atuais atua no ramo alimentar, produzindo e vendendo comidas típicas do Chile em Curitiba/PR. Já Carmem, outra entrevistada, era estudante de cursos técnicos, no Chile e após emigrar continua com seus estudos nesta mesma área, no SENAI/PR.

Em ambos os casos, observa-se que a integração ao Brasil foi positiva, pois permitiu dar continuidade às atividades que tinham no país de origem e obter um nível de integração favorável.

6.2.2 Educação

Segundo a questão 10 (apêndice 2, Perfil dos Chilenos), os chilenos mostram um alto nível educacional, concentrado no ensino universitário (43%), seguido dos ensinos técnico (24%), médio e secundário (24% e 15%, respectivamente) e 4% com nível primário.

Sendo assim, considera-se que aqueles que apresentam um alto nível educacional podem obter igualmente um alto nível de integração, aproveitando

melhor as oportunidades de trabalho e as redes sociais existentes no Brasil, obtendo resultados também na integração social. Da mesma forma, para aqueles com menos instrução, possivelmente, o nível de integração será menor.

O perfil educacional apresentado pode ser um dos fatores que explicam o alto nível de integração na categoria laboral, conforme foi indicado (ver 6.2.1).

Apresentam-se pela TABELA 51, os níveis dos indicadores nesta categoria.

TABELA 51 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (EDUCAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.2.2 Educação	10. Nível de estudos antes de imigrar	67	19	4
	Total	67	19	4

FONTE: O autor (2013).

O nível dos indicadores mostra que os chilenos apresentam um alto nível de integração por causa do perfil educacional, concentrado nos níveis, universitário e técnico. Nos casos de Marcia e Carmen (entrevistadas), possuem respectivamente, Ensino Médio e Curso de Técnico em Telecomunicações.

É interessante destacar que, assim como os argentinos, os chilenos também apresentam um alto nível educacional, sendo, no entanto, superior ao dos argentinos.

6.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica

Em geral, os imigrantes chilenos apresentam um perfil demográfico caracterizado por:

- a idade média de chegada ao Brasil foi de 29 anos;
- a maioria dos respondentes era do sexo masculino (69%);
- o estado civil antes de emigrar era (54%) de solteiros e 37% de casados, já no Brasil ocorre uma inversão (56%) de casados e (35%) de solteiros, devido há realização de matrimônios com brasileiros (as), que chegaram a (31%) contra (33%) com cônjuges chilenos;

- o número médio de filhos nascidos no Brasil e no Chile foi de 1 filho cada um;
- o período mais frequente de chegada ao Brasil foi entre 1971 a 1980, correspondendo a 43% dos respondentes, seguidos de 28% que chegou entre 2000 e 2011;
- a mobilidade geográfica mostra que 60% dos chilenos se mudaram para 2 ou mais cidades, pois na chegada ao Brasil, as preferencias foram São Paulo e Rio de Janeiro e na sequencia optaram por ficar entre outras cidades em Curitiba/PR;
- os chilenos provinham de cidades de médio/grande porte, como por exemplo, Santiago, Valparaíso, Osorno, Talca, etc.

Destaca-se o estado civil, no Brasil, como uma variável de integração importante, pelo fato do imigrante chileno, apresentar um similar entre aqueles que tem que tem cônjuge brasileiro(a) (32%), cônjuge chileno(a) (33%) ou outras nacionalidades (35%), o que caracteriza um nível alto/médio e baixo de integração. Da mesma forma, o fato de 60% dos respondentes ter mudado de cidade, duas ou mais vezes, também gera um alto índice de integração como fica demonstrado nos indicadores desta categoria, apresentados a seguir (TABELA 52).

TABELA 52 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (DEMOGRAFIA E MOBILIDADE GEOGRÁFICA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.2.3 Demografia e Mobilidade Geográfica	7. Nacionalidade o cônjuge	32	33	35
	17-18. Mobilidades de cidades de residência no Brasil	60	-	40
	Total	92	33	75

FONTE: O autor (2013).

Esta situação também se confirma, ao analisar as declarações obtidas pelas 2 entrevistas realizadas. Carmem é casada com brasileiro e tem um filho nascido no Brasil, emigrou em 2008, primeiramente para São Paulo e posteriormente para Curitiba, viajando também para outras cidades, em virtude da função laboral do marido (técnico em Telecomunicações) e de Marcia, emigrou com a família para São Paulo e posteriormente para Curitiba.

6.2.4 Status Legal

O status legal expressado no tipo de visto de entrada do imigrante mostra que 67% dos chilenos tinham visto de turista, 7% com visto temporário e 24% tinham visto permanente, o que demonstra condições de ingresso com baixo nível de integração, considerando-se que maioria tinha visto de turista.

Em termos de indicadores de integração a TABELA 53, mostra:

TABELA 53 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (STATUS LEGAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.2.4 Status legal	25. Tipo de visto de entrada no Brasil	24	7	67
	Total	24	7	67

FONTE: O autor (2013).

Os casos das duas chilenas entrevistadas é uma boa demonstração do efeito do status legal sobre a integração. Ambas ingressaram no Brasil com visto de turista, no entanto Carmem por ser casada com brasileiro conquista rapidamente o visto permanente, já Marcia e sua família obtiveram este mesmo visto, após anos de residência no Brasil.

6.2.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas

Nesta categoria são analisadas as questões (20, 21, 24, 26 e 29, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), que correspondem a diversas características dos imigrantes chilenos, cujos resultados serão apresentados (TABELA 54).

TABELA 54 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (RESIDÊNCIA, APOIOS, MOTIVOS E PERSPECTIVAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
(6.2.5) Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas	20) Residência (hospedagem);	61	-	19
	21) Tempo de instalação;	56	7	37
	24) Motivos para emigrar;	52	34	15
	26) Apoio recebido (p.origem);	28	72	-
	29) Tempo previsto para permanência.	63	15	15
	TOTAL	260	128	86

FONTE: O autor (2013).

Com base nos resultados da análise das questões citadas na TABELA 54, que deram origem aos indicadores de integração dos chilenos, é possível fazer algumas considerações, como por exemplo, quanto à hospedagem, na chegada ao Brasil, tempo levado para se instalar e etc.

Quanto à residência/hospedagem:

Os respondentes (61%) tiveram a oportunidade de usar como residência a casa de amigos/parentes/namorado (a), mostrando um nível de integração alto, pelo fato de terem uma rede de contatos prévia à emigração, que facilitou a hospedagem e residência inicial no Brasil.

No entanto, 19%, hospedaram-se em hotéis por não possuírem contatos suficientes que facilitassem sua estadia, fato que conseqüentemente foi considerado como sendo de baixo nível de integração.

Quanto ao tempo para instalação:

Após a chegada, o tempo de instalação foi majoritariamente curto, menos de 1 ano (56%), para o qual se associou um alto nível de integração, onde se supôs que este curto período esteja associado ao fato de terem contado com a rede de contatos e que esta teve um papel facilitador para a rápida instalação. Para aqueles que demoraram mais tempo (2 a 3 anos e mais de 4 anos), foi associado, respectivamente, um nível médio (7%) e baixo (37%), de integração.

Quanto à motivação:

O fator motivacional é um elemento importante, pois está relacionado ao nível de necessidade de integração na sociedade receptora. No caso dos chilenos, a pesquisa mostra que 52% emigraram por razões de trabalho, considerando-se que este gere um alto nível de integração, mais rápido e intenso, por meio e devido à própria atividade laboral.

Observou-se que aqueles que emigraram por razões variadas (estudo, namoro, matrimônio, insegurança política e etc.), tiveram mais dificuldade de integração, correspondendo a um nível médio/ baixo de inserção no Brasil.

Quanto ao apoio recebido:

Durante o processo de emigração a rede de apoio, no país de origem, é um fator relevante, que contribui para definição do nível de integração que será alcançado. A pesquisa mostra que 72% dos chilenos não receberam nenhum tipo de ajuda no Chile, fator ao qual se associou um nível médio de integração. Já para os 28% que receberam apoio, considerou-se que, a ajuda recebida através de

parentes/amigos, permitiu alcançar um alto nível de integração, pois podia ajudar na emigração, através do apoio em dinheiro, contatos/redes sociais, o que dariam condições mais facilitadas para sua instalação na chegada ao Brasil.

Quanto à perspectiva:

Segundo a pesquisa 63% dos imigrantes chilenos demonstraram que pretendiam ficar indefinidamente no Brasil, o que foi considerado como sendo uma perspectiva que motivou a inserção de maneira permanente e, conseqüentemente permitiu que obtivessem um alto nível de integração. Enquanto que para 30% destes imigrantes, a perspectiva era de curto prazo (menos de 2 anos) e médio prazo (2 a 10 anos), apresentando uma igualdade entre estas duas perspectivas (15% cada um), pelo qual se considerou que poderiam alcançar, respectivamente, um nível baixo ou médio de integração.

Analisando de forma geral, indica-se que na categoria apresentada, os chilenos mostram indicadores que apontam para um alto nível de integração em relação à hospedagem, apoio recebido, instalação e perspectivas quanto ao tempo previsto para ficar no Brasil. Demonstra-se, também, uma análise positiva dos resultados (pesquisa de campo), pelas entrevistas realizadas, nas quais, Marcia relata ter se hospedado inicialmente na casa de parentes e Carmem, na casa da família do esposo, que era brasileiro. Considerou-se que ajuda na hospedagem tenha contribuído, permitindo a ambas, uma rápida instalação. Já quanto aos motivos da emigração, os dois casos estão relacionados às crises econômicas ocorridas no Chile. A de 1981 atingiu Carmem que teve que fechar sua microempresa e a de 2008, que ocasionou o desemprego do marido de Marcia, fazendo com que optassem por emigrar. As duas vieram para o Brasil em busca de trabalho, chegando obviamente em períodos distintos e como foi comentado instalaram-se rapidamente. Marcia chega com a perspectiva de ficar indefinidamente no Brasil, no entanto Carmem se mostrou insegura não só quanto a permanecer ou não no Brasil, mas também quanto a retornar ou não para o Chile.

A análise geral da Dimensão Estrutural, mostra que os chilenos apresentam um nível alto de integração (527), segundo a TABELA 68, resultante da atuação nas áreas: laboral, educacional, demográfica e geográfica, status legal e residência/instalação. Atribui-se a esse alto nível, múltiplos fatores que contribuíram, tanto no país de origem como no Brasil, com destaque especial para utilização das

redes sociais, no Chile e no Brasil, além da própria estratégia de emigração individual/familiar, que facilitou o processo de integração nas estruturas brasileiras.

6.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

O processo de integração na dimensão social se refere às relações sociais em nível individual e de grupo, que o imigrante chileno desenvolve para assumir comportamentos que permitam construir e manter um relacionamento com a sociedade de acolhida, neste caso a brasileira, através da integração nas redes sociais, das atividades de associativismo institucional, além do preconceito.

Neste sentido, expõe-se como categorias desta dimensão:

- a) As relações e redes sociais;
- b) Associativismo;
- c) Preconceito.

6.3.1 Relações e Redes Sociais

Nesta categoria analisam-se os resultados obtidos através das questões (31, 32, 43, 44, 45 e 46, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), mostram o nível de relacionamento social dos chilenos.

A pesquisa mostra (questão 31, apêndice 2, perfil dos Chilenos), que 59% dos chilenos tinham parentes/amigos no Brasil, antes de emigrar, no entanto, 41%, relatou não ter nenhuma rede de relacionamento (parentes/amigos). Sendo assim, considerou-se que apresentaram um nível alto de integração, visto que já dispunham de redes sociais que os ajudariam de diversas formas (hospedagem, contatos e etc.), na integração social ao Brasil.

Por outro lado, os chilenos mostram que 78% mantiveram no Brasil, relações sociais com o país de origem, (questão 43, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), ou seja, mantiveram ativas as redes sociais com o país de origem, as quais foram de suma importância para a emigração, como já foi analisado anteriormente (ver 6.2.5) onde se mostra que o nível de integração foi alto.

Já quanto às relações com os compatriotas no Brasil, os chilenos estão divididos, pois 50%, relata manter relações e a outra metade não mantém, indicando neste caso, uma integração parcial (alto/baixa). Entretanto, as relações sociais com

os brasileiros é majoritária (98%), pois os chilenos privilegiam integrarem-se, por meio da intensificação das relações com brasileiros, chegando desta forma a um alto nível de integração (questão 45, apêndice 2, Perfil dos Chilenos).

A estratégia para criar relações sociais no Brasil (questão 46, anexo 2, Perfil dos Chilenos), é similar à forma que praticavam no Chile (70%), o que se considerou que apresentem um baixo nível de integração, visto que não se adaptaram à forma brasileira de criar relacionamento, que apresenta diferenças culturais como a descontração, informalidade e simplicidade.

Sendo assim, observa-se que os chilenos mantêm relacionamentos sociais com os brasileiros, entretanto a forma de relacionamento é diferente, o que leva a presumir que demonstrem problemas na adaptação às relações sociais no Brasil, mas que foram superados com o apoio dos próprios brasileiros facilitando a integração.

Realizando uma avaliação geral desta categoria, através dos indicadores apresentados pela TABELA 55, verifica-se que os chilenos mostram um alto nível de relacionamento, seja ele, originado das redes sociais do país de origem ou de destino ou da abertura relacional que a sociedade brasileira oferece aos imigrantes em geral.

TABELA 55 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (RELAÇÕES E REDES SOCIAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.3.1 Relações e Redes Sociais	31. Existência de parente-amigos no Brasil	59	-	41
	43. Manutenção das relações sociais com o país de origem.	78	-	22
	44. Relações no Brasil com compatriotas	50	-	50
	45. Relações com Brasileiros	98	-	2
	46. Manutenção das formas de relacionamentos do país de origem no Brasil	30	-	70
	Total		315	-

FONTE: O autor (2013).

No caso das entrevistadas, Marcia e Carmem, ambas relataram manter fortes e longos relacionamentos com a família/amigos no Chile, via internet. Da mesma forma, no Brasil tinham parentes/ amigos e vizinhos que as ajudaram na integração. Carmen ainda usa a forma aprendida no Chile para criar relacionamentos no Brasil, o qual pode indicar que tenha mais dificuldades de

relacionamento. Já Marcia, adaptou-se à forma brasileira de desenvolver os relacionamentos, indicando uma maior facilidade de integração.

6.3.2 Associativismo

O associativismo dos chilenos (questão 47, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), segundo a pesquisa é baixo, visto que 59% dos respondentes não pertencem a nenhum tipo de associação/clube, o que se considerou que apresentem um baixo nível de integração.

Entre aqueles que praticam as atividades de associativismo (41%), pertencem a instituições relacionadas com área social, esporte e empresarial (100%), mostrando desta maneira um nível alto de integração. Observando que os principais frequentadores destas associações/clubes são os brasileiros (77%) e conterrâneos (54%). Os que indicaram para associar-se foram os pais e amigos dos imigrantes.

Esta situação fica claramente exposta, no caso de Marcia (entrevistada), que participa ativamente em associações como a AILAC e a Associação dos Chilenos no Paraná, apoiando a realização de festas típicas e assistência social para imigrantes com necessidades. Já Carmem declarou não participar de atividades de associativismo, por relacionar-se pouco com os chilenos no Brasil.

Em geral, segundo os indicadores apresentados na TABELA 56, nota-se que os chilenos mostram um alto nível de integração, ainda que uma maioria relativa, não esteja ligada às atividades associativas. Destaca-se, desta maneira, que aqueles como Marcia, por exemplo, que participam destas atividades, apresentam um alto nível de integração, que influencia nos resultados finais dos indicadores de integração, gerando desta forma um saldo positivo para esta categoria.

TABELA 56 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (ASSOCIATIVISMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Media	Baixa
6.3.2 Associativismo	47. Pertencia a uma associação	41	-	59
	48. Tipo de associação	100	50	-
	50. Tipo de indicação para a associação	77	54	-
	Total	218	104	59

FONTE: O autor (2013).

6.3.3 Preconceito

No caso dos chilenos, 87% dos respondentes não sofreram preconceito como imigrantes, o que indica não existir esta barreira significativamente, permitindo neste caso, alcançar um alto nível de integração, como fica demonstrado pelos indicadores de integração (TABELA 57).

TABELA 57 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (PRECONCEITO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Media	Baixa
6.3.3 Preconceito	66. Sofrimento de preconceito	87	-	13
	Total	87	-	13

FONTE: O autor (2013).

Observa-se este exemplo no caso das entrevistadas Carmen e Marcia, que declararam não ter sofrido preconceito no Brasil, ainda que os filhos de Marcia o tenham sofrido no colégio, onde os colegas não os integravam nas brincadeiras pelo fato de terem dificuldades com o português. Convém destacar que historicamente as populações do Chile e Brasil não tenham apresentado sinais de rivalidade, ao contrário do que ocorre com relação à Argentina. Sendo assim, as relações se caracterizam como, afetuosas e simpáticas, o que também fica demonstrado pelos resultados apresentados pela pesquisa.

Em geral, pela avaliação da dimensão social dos chilenos, segundo os indicadores das categorias analisadas, aponta-se que os mesmos, demonstram um alto nível de integração (620) segundo a TABELA 68, proveniente das amplas redes sociais desenvolvidas, assim como pela participação, ainda que relativa, nas atividades associativas e mínima existência de barreiras, causadas pelo preconceito.

6.4 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL

Nesta dimensão, o objetivo é pesquisar os “padrões” culturais assumidos pelos imigrantes chilenos no país de destino, através das práticas relacionadas ao uso da língua, os valores, o consumo e a adaptabilidade na nova cultura. Lembrando

que é por meio destas praticas que os imigrantes em geral iniciam o seu processo de inserção cultural.

6.4.1 Práticas Culturais

Para esta pesquisa foram consideradas como práticas culturais, as atividades realizadas nos fins de semana e também a opinião referente à manutenção dos costumes brasileiros na família (questões 54 e 56, respectivamente, apêndice 2, Perfil dos Chilenos).

A pesquisa mostra que os chilenos (139%), frequentemente realizam passeios, praticam esportes, organizam reuniões com os amigos e ou vão ao cinema/teatro, sendo considerado para este estudo como atividades que permitem obter um nível alto de integração, visto que, além de oportunizar também potencializam a inserção cultural. Já a atividade de Assistir TV (60%), por exemplo, é vista como um fator que pode gerar um nível médio de inserção cultural. Enfim, de certa forma, todas as atividades apresentadas na pesquisa permitem aos chilenos chegar a um nível relevante de inserção na cultura brasileira. No caso de Marcia, por exemplo, as atividades preferidas são a de ir ao cinema, passear e estar com os amigos, enquanto que Carmem prefere estar com sua família.

Quanto à realização de atividades culturais, segundo os costumes brasileiros (lazer, recreação, etc.), 96% dos chilenos consideram como sendo importante desenvolver tais atividades, o que neste caso, é visto como um fator que impulsiona a alcançarem um alto nível de integração cultural.

Segundo as entrevistadas (Carmem e Marcia), existem diferenças culturais entre o Chile e o Brasil e ambas declararam que preferem manter e desenvolver as duas culturas na família.

Por fim, observa-se que os chilenos, apresentam um alto nível de integração, conquistado através das práticas culturais ligadas aos costumes e ao lazer (TABELA 58).

TABELA 58 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (PRÁTICAS CULTURAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.4.1 Práticas Culturais	54. Atividades de fim de semana	139	60	-
	56. Conservação dos costumes brasileiros na família	96	-	4
	Total	235	60	4

FONTE: O autor (2013).

6.4.2 Língua

A adaptação ao idioma do país de destino, neste caso ao português, é um fator importante de integração, pois tem haver com a comunicação interpessoal, que resulta em uma iniciação de relações sociais, permitindo assim como no melhor aproveitamento das oportunidades laborais.

A pesquisa mostra que 81% dos respondentes, não tiveram problemas para aprender o português, permitindo que tenham obtido um alto nível de integração (questão 40 apêndice 2, Perfil dos Chilenos).

A forma de aprendizagem do idioma (questão 41, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), se deu através da prática individual e na escola, com a família, ao fazer uso tanto do português como do espanhol (119%). Para esta forma de aprendizagem foi considerado que gere um alto nível de integração. É importante também destacar que outras formas de aprendizagem foram adotadas por meio do contato com os amigos, vizinhos, o que também pode gerar um nível médio de integração cultural.

O tempo médio para a aprendizagem do português foi de 9 meses, para o qual se associa ter condições de obter um nível alto de integração.

A forma utilizada pelas entrevistadas Carmem e Marcia, foi através do contato com brasileiros (amigos, vizinhos e colegas), além da prática individual diária.

Desta forma, os indicadores mostram que o idioma não foi uma barreira para a inserção cultural, visto que foi facilitado pela integração social e estrutural/laboral apresentada (ver 6.2 e 6.3), associada ao bom nível educacional (ver 6.2.2), dos imigrantes chilenos, conforme demonstrado (TABELA 59).

TABELA 59 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (LÍNGUA)

CATEGORIA	QUESTOES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.4.2 Língua	40. Dificuldade da aprendizagem do português	81	-	19
	41. Formas da aprendizagem	119	24	-
	42. Tempo médio para aprender o português	9	-	-
	Total	209	24	19

FONTE: O autor (2013).

6.4.3 Valores

A pesquisa mostra que os chilenos mantiveram as mesmas crenças religiosas (88%), princípios e valores (96%) que tinham no Chile (questões 58 e 59, apêndice 2), sendo considerado como um fator que permitiu que chegassem a um alto nível de integração, como fica apresentado (TABELA 60).

TABELA 60 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (VALORES)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.4.3 Valores	58. Permanência das mesmas crenças religiosas do país de origem	88	-	11
	59. Permanência dos mesmos valores e princípios do país de origem	96	-	4
	Total	184	-	15

FONTE: O autor (2013).

No entanto, ambas as entrevistadas (Marcia e Carmem), declararam ter mudado suas crenças religiosas no Brasil. Carmem era católica e atualmente é budista e Marcia que era católica e agora não segue a nenhuma religião. Esta situação pode acontecer pelo fato de que no Chile, a grande maioria é católica, já no Brasil existe um multiculturalismo religioso, oferecendo mais alternativas religiosas, o que pode possivelmente explicar o que ocorreu com Carmem e Marcia.

De qualquer forma, considerou-se que manter as mesmas crenças permitiu que imigrantes obtivessem um nível maior de integração, devido ao fato de poder adaptar-se mais rapidamente aos valores culturais religiosos do Brasil, visto que é a mesma (maioria católica).

6.4.4 Consumo

A pesquisa mostra que para, 63% dos respondentes, os hábitos de consumo dos chilenos no Brasil (questão 60, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), são similares aos praticados no Chile, conseqüentemente, considerou-se como um fator que não facilitou a integração, visto que nesta categoria os chilenos apresentaram um baixo nível de integração.

Por outro lado, para aqueles que mudaram os seus hábitos, adequando-se à forma de consumo dos brasileiros, correspondendo a 37% dos chilenos, foi atribuída uma indicação de alto nível de integração cultural, através do consumo.

Em geral, 57% dos chilenos consideram ter aumentado o consumo no Brasil (questão 61, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), em relação ao que apresentavam no Chile, demonstrando assim, um alto nível de integração cultural, devido à mudança de consumo para a forma do Brasil. No caso do consumo das comidas brasileiras (anexo 2, questão 37), a pesquisa revela que praticamente todos se adaptaram (94%), correspondendo desta forma, a um alto nível de integração, o que é confirmado ao observar-se que a maioria (72%), consome no Brasil, às vezes ou nunca, as comidas típicas do Chile, o que aponta para um alto nível de integração cultural através do consumo geral e gastronômico.

Desta maneira, os indicadores desta categoria mostram um alto índice de integração (TABELA 61).

TABELA 61 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (CONSUMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.4.4 Consumo	60. Permanência dos hábitos de consumo do país de origem	37	-	63
	61. Aumento do consumo no Brasil	57	-	43
	37. Adaptação à comida brasileira	94	-	6
	38. Consumo de comidas típicas do país de origem no Brasil	72	-	28
	Total	260	-	140

FONTE: O autor (2013).

Ambas as entrevistadas (Carmem e Marcia), relataram ter diminuído o consumo de produtos no Brasil.

6.4.5 Adaptabilidade

Considera-se importante avaliar o grau de adaptabilidade ao Brasil, declarado pelos chilenos.

A pesquisa mostra que 70% dos respondentes relataram não ter tido problemas de adaptação aos costumes do Brasil (questão 34, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), considerando-se desta forma, que apresentem um alto nível de integração.

Para aqueles que tiveram problemas de adaptação (30%), foram relatadas diversas causas, sendo as mais relevantes: idioma, documentação, comidas e preconceito. O caso de Carmem exemplifica esta situação, pois mostra que teve dificuldades para adaptar-se às comidas, em especial ao consumo diário do arroz com feijão preto, que é um hábito comum dos brasileiros, lembrando que Carmen é casada com brasileiro. Para Marcia a falta de documentação não permitiu que pudesse alugar uma casa e matricular os filhos no colégio, essa dificuldade foi superada com apoio dos parentes no Brasil, que a ajudaram com relação à residência e também pela ajuda da Pastoral do Imigrante de São Paulo, para fazer a matrícula dos filhos no colégio, além do preconceito sofrido pelos filhos no colégio, como já foi citado.

A adaptação ao clima, não apresentou nenhum obstáculo.

Desta forma, indica-se que em geral, os chilenos não tiveram grandes problemas de adaptação, como fica demonstrado na apresentação dos indicadores (TABELA 62).

TABELA 62 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (ADAPTABILIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.4.5 Adaptabilidade	34. Dificuldades de adaptação	70	-	30
	36. Apoios recebidos para a adaptação	110	-	-
	39. Adaptação ao clima	93	-	7
	Total	273	-	37

FONTE: O autor (2013).

Em geral na avaliação da Dimensão Cultural, a pesquisa revela que os chilenos apresentam uma alta integração cultural (1.160), segundo a TABELA 68, resultante das práticas culturais, da aprendizagem rápida do português (9 meses), da manutenção dos valores, do aumento de consumo e da adaptabilidade cultural. Essa alta integração se torna fator importante, pois permite iniciar um processo de

‘pertencia’ cultural ao Brasil, que poderá culminar com o processo identificacional que será analisado na sequência.

6.5 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO IDENTIFICACIONAL

Como forma de avaliar o nível de identificação dos chilenos com a sociedade brasileira, foi considerado deste a perspectiva sobre a qualidade de vida, os níveis de satisfação e felicidade e também as perspectivas futuras quanto ao tempo de permanência no Brasil.

6.5.1 Qualidade de Vida

Segundo a pesquisa, 89% dos chilenos, consideraram ter melhorado o nível da qualidade de vida no Brasil em comparação ao Chile (questão 63, apêndice 2, Perfil dos Chilenos), relataram ter observado essa melhora na vida profissional, saúde/física e espiritual (233%), o que conseqüentemente, os leva a atingir um alto nível de integração. Já para os 11% que declararam não ter tido melhoria nas áreas profissional, afetiva e espiritual (191%), considerou-se que apresentem um perfil com baixo nível de integração.

Nos casos de Marcia e Carmem (entrevistadas), ambas declararam ter melhorado a qualidade de vida no Brasil, pois consideram ter uma vida mais sadia e de melhores oportunidades profissionais, ainda que Carmem, destaque sentir mais insegurança no Brasil que no Chile.

Quanto à qualidade de vida, os indicadores mostram que os chilenos apresentam uma visão favorável, observada tanto em âmbito profissional quanto pessoal, permitindo que apresentem um alto nível de integração, conforme apresentado (TABELA 63).

TABELA 63 - INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (QUALIDADE DE VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.5.4 Qualidade de Vida	63. Qualidade de vida no Brasil e no país de origem	89	-	11
	64. Aspectos de Melhoria/não Melhoria da qualidade de Vida	233	-	191
	Total	322	-	202

FONTE: O autor (2013).

6.5.2 Perspectivas Futuras

De acordo com a pesquisa, 80% dos chilenos tem pretensão de continuar morando no Brasil, o que foi considerado como mostra de um alto nível de integração, assim como o interesse em passar para os seus filhos no futuro uma combinação das duas culturas (81%), indica um índice médio de integração. No caso de Marcia, esta pretende continuar morando no Brasil, enquanto que Carmen tem interesse de retornar ao Chile.

Os indicadores, conforme TABELA 64, mostram para esta categoria um nível alto/médio de integração.

TABELA 64 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (PERSPECTIVAS FUTURAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.5.2 Perspectivas Futuras	67. Perspectivas de permanência no Brasil	80	-	20
	70. Tipo de cultura a ser passada para os filhos no futuro	9	81	10
	Total	89	81	30

FONTE: O autor (2013).

6.5.3 Visão da Vida

No que se refere à visão da vida, a pesquisa revela que 74% dos chilenos, aprenderam a relaxar e curtir mais a vida e 94% mostra otimismo quanto ao futuro no país, o que aponta para um alto nível de integração com o Brasil, visto que confirma as perspectivas de continuar vivendo neste país, como ficou demonstrado anteriormente (ver 6.5.2).

A TABELA 65 exhibe os indicadores de integração dos chilenos, quanto à visão da vida.

TABELA 65 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (VISÃO DA VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.5.3 Visão da Vida	74. Capacidade de relaxar e curtir a vida	74	-	26
	75. Nível de otimismo com relação ao futuro no Brasil	94	-	6
	Total	168	-	32

FONTE: O autor (2013).

6.5.4 Satisfação

A pesquisa avaliou com uma escala de 1 a 10, sendo 10 o nível máximo e 1 o nível mínimo de satisfação, fazendo uma análise em três momentos: antes de emigrar, no Brasil e em caso de retorno (questões 71, 72 e 73 respectivamente, apêndice 2, Perfil dos Chilenos).

No caso do Brasil, a pesquisa mostra que no Brasil, 61% dos chilenos avaliam a satisfação entre 8 a 10, enquanto que para 37% está entre 5 e 7 e somente 2% mostram uma avaliação entre 1 e 4. Sendo assim, observa-se que os chilenos possuem um alto nível de satisfação com o Brasil, se comparado às situações de “antes de emigrar e de retornar”.

Há exemplo do caso da chilena Marcia (entrevistada), que declarou estar muito satisfeita, pois considera “ter se desenvolvido como ser humano, ganhando uma visão mais ampla da vida” e não pensa em retornar ao Chile. Já Carmem apresenta uma satisfação média, pois está dividida e pensa em retornar ao país de origem, por acreditar que terá mais vantagem em retornar do que permanecer no Brasil. Convém observar que Carmem tem menos tempo de residência no Brasil do que Marcia (menos de 4 anos e mais de 30 anos, respectivamente), mostrando neste sentido, diferentes níveis de satisfação, pois os processos de adaptação são diferentes.

Considerando os indicadores e o nível de satisfação, mostra-se que os chilenos apresentam um nível alto/médio de satisfação e conseqüentemente de identificação/integração ao Brasil, conforme indicado na TABELA 66.

TABELA 66 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (SATISFAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.5.4 Satisfação	71. Nível de satisfação antes de emigrar	25	48	28
	72. Nível de satisfação no Brasil	61	37	2
	73. Nível de satisfação em caso de retorno ao país de origem	20	16	25
	Total	106	101	55

FONTE: O autor (2013).

6.5.5 Felicidade

A pesquisa mostra que todos os chilenos declararam estarem felizes com a vida atual, de imigrantes, no Brasil, confirmando os resultados favoráveis das análises anteriores, relativos à qualidade de vida, perspectivas futuras, visão da vida e nível de satisfação.

Na entrevista, Marcia declara sentir-se muito feliz no Brasil, enquanto que Carmem se mostra dividida quanto a estar ou não feliz, pois não se sente totalmente feliz no Brasil. Isto mostra que o estado de felicidade do imigrante é resultante de diversos fatores que em alguns casos podem estar ligados ao tempo de residência, considerando que alguns imigrantes já tenham um longo período de residência, enquanto que outros estão em processo de adaptação e não obtiveram ainda este “estado de felicidade”, gerando neste caso, um sentimento de divisão entre ficar ou retornar ao país de origem, como é o exemplo de Carmem.

É relevante observar que os chilenos que participaram da pesquisa, em geral chegaram ao Brasil fazem mais de 30 anos, tendo então um processo de adaptação maior, que lhes dá condições de avaliar o nível de felicidade no Brasil, que se considerou ser majoritariamente favorável.

A TABELA 67 demonstra o nível de felicidade que gerou um alto nível de integração.

TABELA 67 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (FELICIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
6.5.5	76. Nível de felicidade na vida atual	100	-	-
Felicidade	Total	100	-	-

FONTE: O autor (2013).

Por fim, quanto à avaliação geral da Dimensão Identificacional, a pesquisa revela que os chilenos demonstram um alto nível de integração (795), segundo a TABELA 68, que também gerou um alto nível de identificação com o Brasil, que resultou da boa qualidade de vida, da visão otimista da vida, dos níveis de satisfação e felicidades, que os imigrantes alcançaram tanto de forma individual quanto com sua família.

A TABELA 68 mostra os valores totais que foram alcançados, por dimensão de indicadores de integração dos chilenos, considerando a somatória dos valores obtidos nas categorias/ questões, por dimensão de integração.

TABELA 68 – TABELA GERAL DE INDICADORES INTEGRAÇÃO DOS CHILENOS (TOTAL GERAL POR DIMENSÃO)

Dimensões	Nível de Integração		
	Alta	Média	Baixa
6.2 Estrutural	537	187	219
6.3 Social	620	104	257
6.4 Cultural	1.140	84	213
6.5 Identificacional	785	182	319
Total	3.082	557	1.008

FONTE: O Autor (2013).

7. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS

7.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O número de imigrantes paraguaios que participaram da pesquisa chegou a 16 respondentes, todos com residência em Curitiba/PR. Além das informações coletadas pelo questionário da pesquisa de campo (ver apêndice 5, Questionário) contou-se também com duas entrevistas, realizadas com (Roberto e Maria) ¹⁹. Roberto tem 60 anos, natural de Assunção, é imigrante desde a década de 70 e tem como profissão, pintor. Maria tem 58 anos, também é natural de Assunção, naturalizada brasileira, é advogada.

A análise aplicada para este grupo migratório obedece ao Modelo Analítico (ver 4.2), composto por 4 dimensões, que estão subdivididas em categorias, que foram relacionadas aos resultados das questões do questionário da pesquisa de campo (apêndice 3, Perfil dos Paraguaios) e aos impactos causados no nível de integração, segundo o que foi definido anteriormente (ver 4.3). Conforme padrão escolhido, a apresentação dos indicadores de integração dos paraguaios exibe a análise geral dos indicadores de integração deste grupo de imigrantes, expondo individualmente, cada uma das dimensões/categorias e as respectivas questões e resultados, considerando os níveis de integração (alto, médio, baixo).

7.2 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL

No processo de integração, os imigrantes enfrentam aspectos estruturais da sociedade brasileira em relação ao mercado de trabalho, à educação, quanto às condições de instalação, status jurídico para o ingresso e a mobilidade geográfica no território brasileiro. Estes aspectos estruturais foram divididos em categorias de análise que serão apresentadas, de acordo com os resultados obtidos pelas respostas do questionário (Apêndice 3, Perfil dos Paraguaios).

¹⁹ Os nomes Roberto e Maria são denominações fictícias.

7.2.1 Ocupação e Função Laboral

Nesta categoria foram analisados os resultados das respostas referentes às questões (11,12 e 51, Apêndice 3).

Com relação à função laboral, antes de emigrar, observa-se que 47% dos paraguaios trabalhavam, enquanto que 35% estudavam, associou-se respectivamente, para estes resultados, um nível alto/baixo de integração, pois aqueles que já tinham experiência laboral, as condições de integração foram superiores se comparadas aos que somente estudavam.

Os casos dos entrevistados, Roberto e Maria, representam a situação anteriormente descrita, pois o primeiro relatou que já tinha experiência, pois trabalhava com o pai, pintando casas, enquanto que a segunda explica que era estudante, pois na época da emigração ao Brasil, tinha apenas 10 anos.

A TABELA 69 exhibe a função laboral dos paraguaios.

TABELA 69 – IMIGRANTES PARAGUAIOS, SEGUNDO A FUNÇÃO LABORAL

Função*	Antes		Brasil		Nível de integração (%)
	Numero	%	Numero	%	
Funcionários	6	38	5	31	Baixo (-7%)
Empresários	1	6	9	56	Alto (+47%)
Autônomos	6	38	2	13	Baixo (-25%)
Estudante	3	18	0	0	Baixo (-18%)
					Alto (+47%)
Total	16	100	16	100	Baixo (50%)

FONTE: O autor (2013).

Nota: *Não foram identificados aposentados.

Em relação às funções laborais ²⁰ desenvolvidas no Paraguai como no Brasil (questões 12 e 51, apêndice 3, Perfil dos Paraguaios), observa-se que:

- os empresários são os únicos que apresentam um diferencial positivo (47%), entre a situação no Paraguai (6%) e no Brasil (56%), provenientes da mudança dos funcionários (2), autônomos (5) e estudantes (2) para empresários, que chegaram a 9. Desta forma, para aqueles que desenvolveram as atividades de empresário, considera-se que

²⁰As funções laborais - consideram os empresários, funcionários/empregados, autônomos, estudantes e aposentados, conforme definição e descrição apresentada (ver 4.3.1.1).

apresentem um nível alto de integração, devido à mudança, no Brasil, da atividade que desempenhavam no país de origem.

- às demais funções laborais, apresentam um diferencial negativo, como a dos funcionários (-7%), autônomos (-25%) e estudantes (-18%), a estas ocupações foi associado um baixo nível de integração, visto que mantiveram no Brasil as mesmas atividades realizadas no país de origem.

Em análise geral, observa-se que os paraguaios mostram uma diferença ainda que pequena, de um maior percentual negativo (-50%) que positivo (+ 47%), derivando um processo de integração, segundo as funções laborais, relativamente equilibrado.

Finalmente, pelos indicadores de integração desta categoria, indica-se que em geral, os paraguaios apresentaram um alto nível de integração, conforme se observa na TABELA 70, que foi gerado pela experiência laboral desenvolvida no Paraguai, assim como pela função realizada em ambos os países, permitindo que alcançassem um resultado positivo de integração laboral na imigração para o Brasil, mas sem desconhecer a existência relevante, de um baixo nível de integração, gerado pela mobilidade das funções laborais.

TABELA 70 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (OCUPAÇÃO E FUNÇÕES LABORAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.2.1 Ocupação e Função Laboral	11. Atividade laboral desenvolvida antes de imigrar	47	-	35
	12-51. Função ocupacional antes de emigrar e no Brasil	47	-	50
	Total	94	-	85

FONTE: O autor (2013).

Com base nestes dados, novamente exemplifica-se o caso de Roberto (entrevistado), que já tinha experiência laboral, como pintor e no Brasil continuou desenvolvendo esta mesma atividade, mas conseguindo finalmente transformar-se em empresário e de Maria que era estudante no Paraguai e no Brasil, alcança uma formação universitária nos cursos de administração e direito e atualmente trabalha simultaneamente como advogada no Brasil e no Paraguai.

Em ambos os casos, nota-se que a imigração para o Brasil ofereceu a possibilidade de inserção laboral, aproveitando as competências obtidas no Paraguai, como aconteceu com Roberto e melhorar os conhecimentos educacionais, como foi o caso de Marcia gerando, desta forma, uma integração positiva no Brasil.

7.2.2 Educação

Segundo a pesquisa, os paraguaios apresentam, antes de emigrar, um nível educacional médio, pois 45% tinham estudos de educação média/ secundária, 36% de nível universitário/técnico e 13% de nível primário.

Neste sentido, considerou-se que os paraguaios apresentaram um nível médio de integração, por possuírem um nível educacional médio/secundário. Sendo assim, o nível educacional permitiu que este grupo pudesse aproveitar melhor as oportunidades de emprego parcial como ficou demonstrado (ver 7.2.1).

Desta forma, os indicadores de integração mostram um nível médio de integração, segundo o nível educacional dos paraguaios, mas também com importante presença do nível alto. (TABELA 71).

TABELA 71 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (EDUCAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.2.2 Educação	10. Nível de estudos antes de imigrar	36	45	13
	Total	36	45	13

FONTE: O autor (2013).

Roberto (entrevistado) mostra um nível médio de especialização (pintor), obtido no Paraguai e Marcia apresenta nível universitário (administração e direito) conseguido no Brasil.

7.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica

De acordo com a pesquisa, os respondentes paraguaios apresentam o seguinte perfil demográfico:

- a idade média de chegada ao Brasil foi de 26 anos;

- a maioria (63%) era masculina e apenas 37% eram do sexo feminino;
- o estado civil antes de emigrar era 50% (solteiros), 38% (casados) e 6% cada um (divorciados/viúvos). Enquanto que no Brasil 43% são casados, 39% solteiros e 18% são de divorciados/viúvos, ou seja, os paraguaios desenvolvem um processo de casamentos diversos com paraguaios (50%), com brasileiros (19%) e com argentinos (12%);
- o número médio de filhos nascidos no Paraguai foi maior do que os nascidos no Brasil (1,7 e 0,8, respectivamente);
- a chegada ao Brasil foi recente, pois 38% emigraram entre 2000 e 2011, seguidos de 25% em 1991 e 2000.

Segundo a pesquisa, os paraguaios emigraram para o Brasil, nas décadas de 1990 e 2000, períodos caracterizados pelas crises econômicas mundiais, que impactaram fortemente a economia paraguaia, que é altamente dependente da exportação de *commodities* (soja, madeira) e da importação de bens de consumo. Esta situação fica exposta através da variação do PIB e desemprego, que na década de 90 chega a 0,1% e 6,8%, respectivamente e nos anos de 2000, alcançaram a - 5,7% e 14%, respectivamente (ver TABELA 9).

- a mobilidade geográfica mostra um nível baixo, pois 88% dos respondentes declararam que fixaram residência em uma única cidade (Curitiba, Campo Largo, Foz do Iguaçu), enquanto que 22% mudaram-se para 2 ou mais cidades/estados (Santa Catarina e Mato Grosso do Sul).
- a origem os paraguaios provém de cidades de médio/pequeno porte como, Ypacarai, San Lorenzo, Feiras e Crozapa.

Com relação aos efeitos na integração, se considerou os baixos níveis de casamento com brasileiros e de mobilidade geográfica, indicando também um baixo nível de integração.

Esta situação fica demonstrada nos indicadores de integração dos paraguaios quanto ao perfil demográfico e mobilidade geográfica conforme apresentado (TABELA 72).

TABELA 72 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (DEMOGRAFIA E MOBILIDADE GEOGRÁFICA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.2.3 Demografia e Mobilidade Geográfica	7. Nacionalidade o cônjuge	19	50	25
	17-18. Mobilidades de cidades de residência no Brasil	12	-	88
	Total	31	50	113

FONTE: O autor (2013).

No caso dos entrevistados, observou-se que tanto Roberto quanto Maria se casaram no Brasil, com paraguaia e com brasileiro, respectivamente e tiveram filhos nascidos no Brasil. Roberto fixou residência unicamente em Curitiba, já Maria morou em Buenos Aires, Foz do Iguaçu e Curitiba. Desta forma, pode se indicar que Maria apresenta uma maior vivência migratória, pelo fato de ter morado em duas cidades brasileiras e na Argentina, o que pode ter lhe dado uma boa experiência para enfrentar o processo de integração em comparação à vivência apresentada por Roberto.

7.2.4 Status Legal

A maioria dos paraguaios (53%) entrou no Brasil com visto de turista, já 35% com visto temporário, ao que se associou apresentarem respectivamente um nível baixo/médio de integração (TABELA 73).

TABELA 73 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (STATUS LEGAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.2.4 Status Legal	25. Tipo de visto de entrada no Brasil	6	35	53
	Total	6	35	53

FONTE: O autor (2013).

Tanto Roberto quanto Maria (entrevistados) ingressaram no Brasil com visto de turista, inicialmente. Roberto ficou muito tempo trabalhando informalmente como pintor e depois de muitos anos conseguiu obter o visto de residente. Já Maria veio junto com a família, fixando residência em Foz do Iguaçu, onde o pai instala uma empresa (casa de câmbios), que oportunizou a obtenção do visto temporário e

posteriormente o de residente, que além de regularizar a situação de sua família permitiu que ela pudesse estudar o ensino básico em Curitiba.

7.2.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas

Nesta categoria, são analisadas diversas características, necessárias para avaliar a integração na estrutura brasileira.

A TABELA 74 exhibe os indicadores de integração dos paraguaios de acordo com a residência, apoios, motivos e perspectivas.

TABELA 74 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (RESIDÊNCIA, APOIOS, MOTIVOS E PERSPECTIVAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
(7.2.5) Residência Apoio, Motivos e Perspectivas	20) Residência (hospedagem);	56	-	24
	21) Tempo de instalação;	47	18	36
	24) Motivos para emigrar;	44	56	25
	26) Apoio recebido (origem);	63	37	-
	29) Tempo previsto para permanência.	30	35	23
	Total	240	146	108

FONTE: O autor (2013).

De acordo com os resultados da pesquisa, nota-se que:

- 56% dos paraguaios utilizam como residência, ao chegar ao Brasil, a casa de parentes e amigos, enquanto que 24% hospedaram-se em hotéis ou residência oferecida por instituições de apoio aos imigrantes. Desta forma, considerou-se que os paraguaios tenham apresentado um alto nível de integração, pois dispunham de redes de contatos que garantiram hospedagem no Brasil.
- 47% dos paraguaios conquistaram uma instalação rápida (em menos de um ano), mostrando um alto nível de inserção;
- os motivos da emigração estão principalmente ligados aos estudos e matrimônio (56%), procura de trabalho (44%) ou para acompanhar a família (25%). Desta forma, a pesquisa mostra que as necessidades de trabalho e estudo foram relevantes, o que demonstra que as oportunidades de trabalho foram aproveitadas conforme apresentado (ver 7.2.1).

- 63% dos paraguaios receberam um importante apoio no Paraguai para emigrar, sendo esta ajuda principalmente em dinheiro e passagens, que provinham de parentes e amigos. Desta maneira, considerou-se que a ajuda recebida foi um fator importante para obter um alto nível de a integração no Brasil, visto que deu condições operacionais para a instalação e também para procurar oportunidades laborais com maior eficácia;
- 35% dos paraguaios tinham uma perspectiva de permanecer no Brasil por um período de 2 a 10 anos, 23% previam ficar por menos tempo (menos de 2 anos) e 24% indefinidamente. Sendo assim, as perspectivas se mostram variadas indicando um equilíbrio entre os níveis alto, médio e baixo.

Por fim, analisando a categoria como um todo, pode indicar-se que os paraguaios apresentaram um alto nível de integração, conseqüentemente devido ao apoio recebido no país de origem, que facilitou a instalação, mesmo que as razões para emigrar não tenham sido somente de origem laboral e as perspectivas, sejam de curto/médio prazo.

Na entrevista Roberto relatou que a primeira hospedagem foi oferecida por compatriotas, assim como o primeiro trabalho como pintor, aproveitando a experiência laboral que já tinha no Paraguai (na mesma função). A instalação independente foi rápida (menos de 1 ano) e a curiosidade de conhecer o Brasil foi um dos motivos para emigrar, além da perseguição política exercida sobre os jovens no Paraguai. Para emigrar recebeu apoio do pai e dos irmãos e emigrou com a perspectiva de ficar por tempo indeterminado no Brasil. Já no caso de Maria (entrevistada), após ter morado em Buenos Aires, emigrou para o Brasil quando tinha 10 anos, acompanhando os pais e deu continuidade aos estudos completando o ensino básico, médio e universitário, formando-se em administração e direito, como já foi comentado, ficando permanentemente no Brasil, mesmo atuando simultaneamente no Brasil e no Paraguai.

Por fim, em análise geral desta dimensão, através dos indicadores de integração apresentados, observa-se que os paraguaios conquistaram um alto nível de integração estrutural (397), segundo TABELA 88, visto que conseguiram se inserir de forma importante na área laboral, ainda que apresentem um nível

educacional médio e um status legal limitado, mas que, no entanto, puderam contar com o apoio necessário, tanto do Brasil como do Paraguai, para alcançar uma integração nas estruturas da sociedade brasileira.

7.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

A dimensão social procura analisar as categorias que se referem às relações e redes sociais estabelecidas, no nível do associativismo institucional e os efeitos do preconceito.

7.3.1 Relações e Redes Sociais

Nesta categoria, procurou-se analisar os resultados obtidos pela pesquisa, referentes aos relacionamentos sociais desenvolvidos pelos paraguaios, assim como as redes sociais utilizadas para integrarem-se no Brasil.

A pesquisa mostra que 50% dos paraguaios já tinham parentes/amigos no Brasil e que todos ainda mantem relações com o país de origem. Da mesma forma, observa-se que 93% mantem relacionamentos sociais com paraguaios, residentes no Brasil. Entre as formas adotadas para manter estas relações, está a Casa Paraguaia, que reúne boa parte dos imigrantes em Curitiba/PR, realizando entre outros, eventos gastronômicos e pátrios, reunindo também os latino-americanos.

Desta maneira, observa-se que 100% dos paraguaios mantem a forma de fazer relacionamentos, segundo o aprendido no Paraguai. Todos os resultados de indicadores integração desta categoria mostram que os respondentes apresentam um alto nível de integração (TABELA 75).

TABELA 75 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (RELAÇÕES E REDES SOCIAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.3.1 Relações e Redes Sociais	31. Existência de parentes/amigos no Brasil	50	-	50
	43. Manutenção das relações sócias com o país de origem	100	-	-
	44. Relações no Brasil com compatriotas	93	-	7
	45. Relações com Brasileiros	100	-	-
	46. Manutenção das formas de relacionamentos do país de origem no Brasil	12	88	-
	Total	355	-	145

FONTE: O autor (2013).

No caso dos entrevistados Roberto e Maria, ambos relataram manter fortes relações com os compatriotas, tanto no Paraguai quanto no Brasil. Roberto é casado com uma paraguaia e têm filhos brasileiros, o que permite manter fortes contatos com os paraguaios, tanto com a família dele como da esposa e seus filhos estão continuamente viajando para o Paraguai, sendo que já residiram, por curto tempo neste país. Ele se considera “um paraguaio muito abrasileirado” e prefere continuar sua vida no Brasil. Já Maria é casada com brasileiro e têm filhos brasileiros, e mantem importantes relações comerciais com o Paraguai, por meio de um escritório de advocacia que possui no Brasil e no Paraguai, além de participar das atividades da colônia paraguaia em Curitiba. Ela declara que gosta de passar as duas realidades para os filhos, estimulando-os a viver por um tempo no Paraguai, afim de que conheçam as raízes culturais deste país.

7.3.2 Associativismo

Segundo a pesquisa 81% dos respondentes fazem parte de uma associação/clube, sendo do tipo social/lazer/empresarial (92%), folclore/religiosa/imigrantes (146%). O maior incentivo para praticar este tipo de associativismo se deu através dos amigos brasileiros e latinos, observando que os principais frequentadores são os brasileiros (62%), fato que permite criar amplas redes de relacionamentos sociais, como ficou demonstrado (ver 6.3.1).

Com base nestas qualidades de associativismo apresentadas, nota-se que os indicadores apontam para um nível alto/médio de integração.

A TABELA 76 exhibe os indicadores de integração referentes ao associativismo.

TABELA 76 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (ASSOCIATIVISMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.3.2	47. Pertencia a uma associação	81	-	19
	48. Tipo de associação	92	146	-
	50. Tipo de frequentadores da associação	62	77	-
Associativismo	Total	235	223	19

FONTE: O autor (2013).

Com relação a Roberto (entrevistado), o mesmo mostra um alto nível de associativismo, pois tem ocupado diversos cargos na direção da Casa Paraguaia, na AILAC, além de ser membro de clubes sociais (Santa Mônica). Maria também participa da Casa Paraguaia, de forma mais discreta e também é membro do mesmo clube citado por Roberto.

7.3.3 Preconceito

Os imigrantes paraguaios, segundo a pesquisa, foram os que mais sofreram preconceito (75%) em comparação com os demais grupos pesquisados, principalmente no aspecto laboral e social, pois foi considerado como o grupo de imigrantes que possuíam um baixo nível de educação e especialização laboral, frente às oportunidades que exigiam um nível de qualificação, o que resultou em baixo nível salarial. Este processo de preconceito sofrido pode ter dificultado a integração, sendo assim associou-se para estes imigrantes um baixo nível de integração.

Na entrevista, Maria declarou que não sofreu preconceito, acredita-se que tenha sido em virtude de ter uma família 100% brasileira, já Roberto afirmou ter sofrido preconceito nos primeiros anos de trabalho no Brasil, no entanto afirma que o preconceito pode ser superado e deixado de lado, ele usou a expressão: “nos fere por dentro” e aconselha que quando se esta fora de casa, se referindo ao país de origem, o melhor a se fazer é “adaptar-se e ir conquistando aos poucos, procurando demonstrar o valor próprio”.

Observa-se a seguir, pela TABELA 77, os indicadores para esta categoria.

TABELA 77 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (PRECONCEITO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Media	Baixa
7.3.3 Preconceito	66. Sofrimento de preconceito	25	-	75
	Total	25	-	75

FONTE: O autor (2013).

Por fim, segundo os indicadores apresentados, avalia-se que os paraguaios na Dimensão da Integração Social, apesar de haver alguns pontos negativos, como

o preconceito, por exemplo, apresentam um alto nível de integração (615), segundo a TABELA 88, que deriva principalmente da participação em atividades de associativismo, assim como pelo desenvolvimento e geração de fortes relações e redes sociais. A Casa Paraguaia se destaca como uma das melhores formas de integração social permanente, superior às desenvolvidas pelos grupos dos chilenos e argentinos. A Casa paraguaia foi fundada em 12 de outubro de 1975, por residentes paraguaios que construíram a sede própria na Rua Angelo Pinaro, em Santa Felicidade, cujo objetivo é de reunir a comunidade paraguaia, integrando-a com as demais nacionalidades, difundindo desta maneira a arte e a tradição do Paraguai, através da dança e da música, como forma de expressão do povo paraguaio.

7.4 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL

A integração cultural esta relacionada às práticas realizadas pelos paraguaios que estão ligadas à língua, valores, consumo e adaptabilidade à cultura da sociedade de acolhida, neste caso à cultura brasileira.

7.4.1 Práticas Culturais

Para a integração nesta categoria, quanto às práticas de final de semana, os paraguaios costumam realizar entre outros, passeios, visitas a amigos (170%) e também assistir TV (44%) e consideram que devem manter os costumes brasileiros na família (100%), fatores que indicam um alto nível de integração, que se confirma pelos indicadores de integração apresentados (TABELA 78).

TABELA 78 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (PRATICAS CULTURAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.4.1 Práticas Culturais	54. Atividades de fim de semana	170	44	-
	56. Conservação dos costumes brasileiros na família	100	-	-
	Total	270	44	-

FONTE: O autor (2013).

Na entrevista Roberto relatou que suas atividades de lazer estão ligadas a prática de futsal com os amigos e passeios na praia, já Maria declarou que gosta de andar de bicicleta com os filhos. Ambos mantem os costumes brasileiros na família, como por exemplo, o de manter conversações tanto em português como em espanhol e o de conhecer a multiculturalidade brasileira e etc.

7.4.2 Língua

De acordo com a pesquisa, 63% dos respondentes não tiveram problemas com a aprendizagem da língua (português), ainda que 37% tenham declarado que sim.

A forma de aprendizagem foi através de amigos/vizinhos (conterrâneos/brasileiros) (44%), assim como pelo apoio da escola/família/individualmente (94%), resultando em um tempo médio para aprendizagem de 7 meses, período menor que o apresentado pelos chilenos (9) e argentinos (12), o qual mostra que os paraguaios não tiveram grandes problemas com o domínio do idioma, indicando um alto nível de integração.

A TABELA 79 mostra os indicadores de integração dos paraguaios no que se refere à aprendizagem da língua.

TABELA 79 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (LÍNGUA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.4.2 Língua	40. Dificuldade da aprendizagem do português	63	-	37
	41. Formas da aprendizagem	94	44	-
	42. Tempo médio para aprender o português	7	-	-
	Total	164	44	37

FONTE: O autor (2013).

Roberto relatou na entrevista, que teve dificuldades de aprender o português e que iniciou a aprendizagem através do convívio com os colegas de trabalho, ele comenta que por 3 meses ficou praticamente mudo e se alimentado de misto quente, pois era a única coisa que sabia pedir. Já Maria relata que não teve

dificuldades, pois como emigrou com 10 anos, logo entra na escola no Brasil, o que colabora e permite que rapidamente tenha um domínio amplo do português.

No entanto, de maneira geral, observa-se que a aprendizagem pode ficar limitada em virtude do nível educacional médio/baixo, apresentados pelos paraguaios, mas que, no entanto, o contato cultural nas áreas de fronteiras entre o Paraná e o Paraguai pode ter facilitado este processo de aprendizagem, principalmente através do comércio, na área de Foz de Iguaçu, que tem permitido gerar relações sociais que oportunizam o contato com o português, como fica demonstrado pela pesquisa, onde os paraguaios conseguem desenvolver um processo relativamente rápido de aprendizagem do português (de 7 meses), sendo o de menor tempo comparado com os outros grupos migratórios pesquisados.

7.4.3 Valores

Os paraguaios mostram, segundo a pesquisa, que 93% mantem as mesmas crenças religiosas, princípios e valores que tinham antes de emigrar para o Brasil. Considera-se, que em geral a manutenção destas crenças e dos valores e princípios facilitam alcançar um alto nível de integração, pelo fato de haver, nesta categoria, características semelhantes entre o Brasil e o Paraguai.

Exemplifica-se esta situação pelo caso de Roberto, que embora tenha mantido a religião católica e atualmente também participe da crença espírita.

Desta maneira, os indicadores apresentados na TABELA 80, indicam um alto nível de integração quanto aos valores.

TABELA 80 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (VALORES)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.4.3	58. Permanência das mesmas crenças religiosas do país de origem	93	-	7
Valores	59. Permanência dos mesmos valores e princípios do país de origem	93	-	7
	Total	186	-	14

FONTE: O autor (2013).

7.4.4 Consumo

A estrutura de consumo também é um dos fatores que influenciam na inserção dos imigrantes.

No caso dos paraguaios, a pesquisa indica que, 65%, mantiveram os mesmos hábitos de consumo do país de origem, apontando para um baixo nível de integração. No entanto, verifica-se que houve um aumento considerável de consumo no Brasil, o que indica um alto nível de integração (75%), que permite mostrar entre outros, que todos mostram um alto grau de adaptação à comida brasileira, que fica comprovada pela baixa frequência de consumo das comidas típicas do Paraguai (56%). Sendo assim, apresentam um alto nível de integração no consumo em geral.

Esta situação fica demonstrada a seguir (TABELA 81).

TABELA 81 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (CONSUMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.4.4 Consumo	60. Permanência dos hábitos de consumo do país de origem	29	-	65
	61. Aumento do consumo no Brasil	75	-	25
	37. Adaptação à comida brasileira	100	-	-
	38. Consumo de comidas típicas do país de origem no Brasil	56	-	44
	Total	260	-	134

FONTE: O autor (2013).

No que se refere ao consumo, tanto Roberto quanto Maria, declararam na entrevista que estão adaptados ao nível de consumo brasileiro, sem deixar de experimentar com a família, “às vezes” as comidas típicas do Paraguai.

7.4.5 Adaptabilidade

Os imigrantes paraguaios apresentaram diversos tipos de dificuldades no processo de adaptação. Em geral, há uma divisão entre os paraguaios, pois a metade considera que não teve problemas de adaptação e os outros 50% reconhecem que tiveram dificuldades para se adaptar ao Brasil. Quanto ao clima, não tiveram nenhuma dificuldade, todos se adaptaram às condições climáticas do Brasil.

Entre as dificuldades apontadas estão, o idioma, a documentação, a moradia, a alimentação e o preconceito. Entretanto, consideram que o apoio recebido de amigos, parentes e conterrâneos, principalmente, ajudou a superar estas dificuldades.

De modo geral os indicadores, mostram que este grupo apresenta um alto nível de integração, conforme TABELA 82, que foi conquistado pela superação das dificuldades, onde puderam contar com o apoio de diversos grupos sociais que fazem parte da extensa rede de relacionamentos (ver 7.3.1).

TABELA 82 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (ADAPTABILIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.4.5 Adaptabilidade	34. Dificuldades de adaptação	50	-	50
	36. Apoios recebidos para a adaptação	125	25	-
	39. Adaptação ao clima	100	-	-
	Total	275	25	50

FONTE: O autor (2013).

Roberto relata durante a entrevista, que inicialmente teve problemas para se adaptar e considerou importante ter contado com o apoio dos colegas e dos conterrâneos para superá-los. Maria relata ter tido menos dificuldade, pois seu ingresso na educação básica permitiu de forma natural sua inserção à cultura brasileira.

A pesquisa de forma geral indica que na Dimensão da Integração Cultural, os paraguaios apresentam alto nível de integração social (1.155%), segundo a TABELA 88, que está refletido nos indicadores, que resultam, principalmente, da integração que foi conquistada através das práticas culturais, dos padrões de consumo e valores/princípios.

7.5 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO IDENTIFICACIONAL

Nesta dimensão o interesse está em levantar os aspectos positivos e negativos quanto à vida que levam no Brasil, levando em consideração o nível de satisfação quanto à qualidade de vida, perspectivas futuras e visão da vida.

Os resultados analisados nesta categoria estão expressos em nível de indicadores, de acordo com o nível de integração alcançado.

7.5.1 Qualidade de Vida

A qualidade de vida adquirida pelos paraguaios no Brasil é considerada por 81% dos respondentes, superior a que tinham no Paraguai. De acordo com a pesquisa, os aspectos nos quais se percebeu uma melhoria estão relacionados, principalmente, com a vida profissional e afetiva. Já para aqueles que não perceberam melhoria, apontaram também como referência, além da vida profissional e afetiva a vida espiritual/religiosa de maneira geral.

Os indicadores de integração referentes à qualidade de vida ficam representados da seguinte forma (TABELA 83).

TABELA 83 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (QUALIDADE DE VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.5.4 Qualidade de Vida	63. Qualidade de vida no Brasil e no país de origem	81	-	19
	64. Aspectos de Melhoria/não Melhoria da qualidade de Vida	215	-	125
	Total	296	-	144

FONTE: O autor (2013).

Com base nestas informações, tanto Maria quanto Roberto, na entrevista, relataram que perceberam uma melhoria na vida profissional e espiritual, pois tiveram muitas oportunidades de trabalho e de estudo, o que se refletiu de forma geral, em uma melhor qualidade de vida no Brasil.

7.5.2 Perspectivas Futuras

A pesquisa mostra que 41% dos paraguaios pretende continuar vivendo no Brasil, 59% tem intenção de voltar para o Paraguai ou pensam em emigrar para outros países. Neste sentido, ainda que exista uma parcela significativa que queira permanecer no Brasil, observa-se que uma parcela também importante, declara ter projeto de sair do Brasil, o que indica que este grupo apresente um nível baixo de integração.

Por outro lado, 56% do grupo que participou da pesquisa mostrou interesse em passar uma combinação das duas culturas para os filhos (nível médio de integração), 37% pensam em passar os valores culturais dos paraguaios (nível baixo de integração) e apenas 6% declarou pensar em passar somente os valores culturais brasileiros (nível alto de integração), o que aponta, conseqüentemente, para uma maioria de nível médio/baixo de integração.

A TABELA 84 expõe os indicadores de integração ligados às perspectivas futuras.

TABELA 84 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (PERSPECTIVAS FUTURAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.5.2 Perspectivas Futuras	67. Perspectivas de permanência no Brasil	41	-	59
	70. Tipo de cultura a ser passada para os filhos no futuro	6	56	37
	Total	47	56	96

FONTE: O autor (2013).

Esta situação também é verificada nos casos de Roberto e Maria, que na entrevista declararam que não pensam em retornar ao Paraguai e conseguem entregar aos filhos uma cultura brasileira/ paraguaia.

7.5.3 Visão da Vida

No geral, a pesquisa mostra que os paraguaios aprenderam não só a relaxar e curtir a vida (75%), mas também a ter mais otimismo em relação ao futuro no Brasil (81%). Desta maneira, nota-se que os paraguaios têm uma visão positiva da vida indicando que apresentam um alto nível de integração, conforme fica demonstrado (TABELA 85).

TABELA 85 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (VISÃO DA VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.5.3 Visão da Vida	74. Capacidade de relaxar e curtir a vida	75	-	25
	75. Nível de otimismo com relação ao futuro no Brasil	81	-	19
	Total	156	-	44

FONTE: O autor (2013).

Roberto e Maria declaram na entrevista, que aprenderam no Brasil, a desfrutar a vida e ter um maior nível de otimismo frente ao futuro, de forma que mostram uma visão positiva da vida.

7.5.4 Satisfação

Segundo a escala elaborada para avaliar o processo em três momentos (antes de emigrar, no Brasil e em caso de retorno ao Paraguai), quanto ao nível de satisfação (1 a 10), a pesquisa mostra que os chilenos no Brasil, avaliam a satisfação entre 8 e 10 e 5 a 7 (44% cada um), enquanto que, para 12% a avaliação fica entre 1 a 4. Comparando os resultados verifica-se que os paraguaios apresentam um nível de satisfação praticamente igual a como era antes de emigrar e um pouco superior em caso voltar para o Paraguai. Esta situação é coerente ao apresentado anteriormente (ver 7.5.2), onde uma importante parcela demonstrou ter interesse em retornar ao país de origem, o que possivelmente foi motivado pela equivalência no nível de satisfação, entre o Brasil e o Paraguai, ainda que considerem ter obtido melhor qualidade de vida no Brasil, em comparação à que tinham antes de emigrar (ver 7.5.1).

Os indicadores de integração sinalizam, de acordo com a satisfação, que os paraguaios apresentam um nível alto/médio de integração (TABELA 86).

TABELA 86 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (SATISFAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
7.5.4 Satisfação	71. Nível de satisfação antes de emigrar	45	31	24
	72. Nível de satisfação no Brasil	44	44	12
	73. Nível de satisfação em caso de retorno ao país de origem	37	56	6
	Total	126	131	42

FONTE: O autor (2013).

Nos casos de Roberto e Maria, na entrevista ambos concordaram que o nível de satisfação é alto. Roberto explica que se sente feliz no Brasil, pois tem filhos, amigos e uma boa empresa. Maria mostra satisfação em viver no Brasil, pois não se sente como imigrante e se considera uma pessoa do mundo, procura passar para a família uma visão global.

7.5.5 Felicidade

A pesquisa mostra que todos os paraguaios se sentem felizes no Brasil, apresentando um alto nível de integração, conforme TABELA 87.

TABELA 87 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (FELICIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
5.5.5 Felicidade	76. Nível de felicidade na vida atual	100	-	-
	Total	100	-	-

FONTE: O autor (2013).

Na entrevista Roberto explica que considera o Brasil como sendo “um país maravilhoso, pois oferece oportunidades de trabalhar e, ou progredir no trabalho e ao demonstrar capacidade, se ganha não só o respeito como profissional, mas também como pessoa”, o que no seu caso gerou um estado de realização e felicidade. Maria também se considera uma pessoa feliz, comenta que “poucos países recebem os imigrantes, sem problemas de discriminação e oferecem trabalho, como o Brasil”.

Por fim, a Dimensão da Integração Identificacional, segundo a pesquisa e pelos indicadores, indica que os paraguaios mostram um nível alto de integração (725), ainda que também se manifeste um baixo nível de integração (326%), ou seja, existe uma divisão entre aqueles que se identificam com o Brasil e os que não se identificam (nível alto e baixo, respectivamente), sendo que o nível baixo é demonstrado pelo interesse de retornar ao país de origem, ainda que tenham declarado que se sentem felizes no Brasil, pois em geral, acreditam que podem vir a obter este mesmo nível de vida no Paraguai.

De forma geral, os valores totais dos indicadores de integração alcançados pelos paraguaios, por dimensão, considerando os valores obtidos pela somatória apresentada pelas categorias/questões, por dimensão de integração, são apresentados a seguir (TABELA 88)

TABELA 88 – TABELA GERAL DE INDICADORES INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (TOTAL GERAL POR DIMENSÃO)

Dimensões	Nível de Integração		
	Alta	Média	Baixa
7.2 Estrutural	403	274	373

TABELA 88 – TABELA GERAL DE INDICADORES INTEGRAÇÃO DOS PARAGUAIOS (TOTAL GERAL POR DIMENSÃO)

(Conclusão)

7.3 Social	615	223	239
7.4 Cultural	1.155	113	235
7.5 Identificacional	706	187	340
Total	2879	797	1.187

FONTE: O autor (2013).

8. PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS

8.1 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

A pesquisa realizada obteve-se um total de 48 respondentes uruguaios, residentes em Curitiba. Assim como nos demais grupos foram realizadas, além do questionário da pesquisa de campo (apêndice 5, Questionário), duas entrevistas (Jacinta e Margarita) ²¹. Jacinta tem 65 anos, natural da cidade de Rivera, que faz fronteira com o Brasil, atualmente está separada, mas foi casada com militar brasileiro e tem 2 filhos, também brasileiros. Margarita tem 40 anos, natural de Artigas, o marido e os filhos também são uruguaios.

A análise será desenvolvida com base no Modelo Analítico (ver 4.2), considerando 4 dimensões de integração, subdivididas em categorias (ver 4.3), que serão analisadas de acordo com os resultados obtidos pela pesquisa de campo através das questões do questionário que foi aplicado (apêndice 4, Perfil dos Uruguaios).

Seguindo o mesmo padrão, os indicadores de integração dos demais grupos, será feita uma análise individual de cada uma das dimensões/categorias e as respectivas questões e resultados, considerando os níveis de integração (alto, médio, baixo).

8.2 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO ESTRUTURAL

Nesta dimensão é apresentada a integração dos uruguaios com relação aos aspectos estruturais, ligados às áreas do trabalho, educação, residência/instalação, status jurídico e mobilidade geográfica.

8.2.1 Ocupação e Função Laboral

Para a análise desta categoria, foram consideradas as questões (11, 12 e 51, Apêndice 4, Perfil dos Uruguaios).

²¹ Jacinta e Margarita são denominações fictícias.

Com relação às atividades desenvolvidas no Uruguai, 55% dos respondentes trabalhavam e 41% estudavam. Neste sentido, os uruguaios apresentam um nível alto de integração, mesmo demonstrando que a maioria trabalhava e que tinham condições de integrarem-se rapidamente ao mercado de trabalho, existia uma fatia significativa que apresentava uma experiência estudantil, o que poderia causar uma demora na integração laboral.

A TABELA 89 se refere às funções laborais²² desenvolvidas no Uruguai e no Brasil, referente às questões (12 e 51, apêndice 4, Perfil dos Uruguaios).

TABELA 89 – IMIGRANTES URUGUAIOS, SEGUNDO A FUNÇÃO LABORAL

Função	Antes		Brasil		Nível de integração
	Numero	%	Numero	%	
Funcionários	17	35	27	56	Alto (+21%)
Empresários	3	6	15	31	Alto (+25%)
Autônomos	10	21	2	4	Baixo (-17%)
Estudante	18	38	1	2	Baixo (-36%)
Aposentados	0	0	3	7	Alto (+7%)
Total	48	100	48	100	Alto (+53%) Baixo (-53%)

FONTE: O autor (2013).

Nota-se que os empresários foram os que apresentaram maior diferencial positivo (+25%), seguidos dos funcionários (+21%) e dos aposentados (+7%), o que significa que tiveram um alto nível de integração, provavelmente devido ao aumento, causado pela mobilidade laboral entre as funções. Como, por exemplo, os empresários aumentaram sua participação de 6% para 31%, por causa de 1 funcionário, 4 autônomos e 8 estudantes que se transformaram em empresários no Brasil. Os funcionários também mostram crescimento de 35% para 56%, devido à transformação de 4 autônomos e 10 estudantes em funcionários no Brasil.

Convém destacar que a função laboral majoritária é a dos funcionários, (56%) no Brasil, ou seja, os uruguaios preferiram continuar nesta atividade laboral no Brasil, diferentemente dos outros grupos que preferiram transformar-se prioritariamente em empresários.

²² As funções laborais - consideram os empresários, funcionários/empregados, autônomos, estudantes e aposentados, conforme definição e descrição apresentada (ver 4.3.1.1).

Por causa desta mudança laboral, gerada pelo processo de imigração, verificou-se que os autônomos e os estudantes apresentaram um baixo nível de integração, já que não deram continuidade ao desenvolvimento destas atividades no Brasil, pois optaram por atuar como funcionários e empresários. Este processo também gera um pequeno grupo de aposentados (7%), que provinham de 2 autônomos e 1 funcionário.

Apresenta-se, desta forma, os indicadores de integração dos uruguaios quanto à ocupação e função laboral (TABELA 90).

TABELA 90 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (OCUPAÇÃO E FUNÇÃO LABORAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.2.1 Ocupação e função laboral	11. Atividade laboral desenvolvida antes de imigrar	55	-	41
	12-51. Função ocupacional antes de emigrar e no Brasil	53	-	- 53
	Total	108	0	- 12

FONTE: O autor (2013).

Segundo os indicadores, os uruguaios apresentam um alto nível de integração laboral no Brasil.

Considerando como exemplo, as entrevistas realizadas, Jacinta relata que antes de emigrar era microempresária na área de confecções, na cidade de Rivera e atualmente no Brasil atua na mesma atividade, só que em uma área diferente, fabrica doces típicos do Uruguai (*alfajores*), mostrando neste caso, que o Brasil também permitiu que mantivesse a atividade empresarial, aproveitando a experiência de empreendedora adquirida no Uruguai. Já Margarita era funcionária pública no Uruguai, onde atuava como Educadora Popular em áreas carentes e também nas ações de políticas educacionais, devido ao fato de ter visto de turista no Brasil, não pode atuar laboralmente, tendo que desempenhar atividades como autônoma, ajudando a uma imigrante boliviana na venda de produtos alimentícios típicos em feiras populares em Curitiba. Observa-se em ambos os casos, que estes imigrantes conseguiram se inserir no mercado brasileiro, seja de maneira formal (Jacinta), ou informalmente (Margarita), usando ou não as competências profissionais adquiridas no Uruguai.

8.2.2 Educação

De acordo com a pesquisa, os uruguaios, apresentam um perfil de alta qualificação educacional, onde 62% possuem nível técnico/ universitário, 30% nível secundário/ensino médio e 4% o nível primário, o que conseqüentemente gera um alto nível de integração, que permite a inserção nas estruturas laborais e sociais.

A TABELA 91 mostra os indicadores de integração dos uruguaios quanto à educação.

TABELA 91 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (EDUCAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.2.2 Educação	10. Nível de estudos antes de imigrar	62	30	4
	Total	62	30	4

FONTE: O autor (2013).

Jacinta, por exemplo, declarou na entrevista que possuía instrução de nível médio, enquanto Margarita é formada pela Universidade da República (Montevideo) em Belas Artes e em Educação Popular. Observa-se que ambas apresentam um nível médio/alto de instrução, o que permitiu a inserção no Brasil de forma positiva, como empresária (Jacinta) e autônoma (Margarita).

8.2.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica

Segundo a pesquisa, os uruguaios apresentam o seguinte perfil demográfico:

- idade média de chegada ao Brasil foram 26 anos;
- maioria do sexo masculino (73%), feminino (27%);
- estado civil, antes de emigrar, era de maioria solteiros (65%), casados (29%); No Brasil, ocorre uma inversão, 71% (casados), 10% (solteiros), 14% (divorciados/separados). Com relação ao estado civil, o processo de migração ao Brasil permitiu uma integração originada pelos casamentos ocorridos com brasileiros (as), demonstrando um processo importante de

integração. Observando que esta situação teve efeito direto no número de filhos, pois houve um aumento no Brasil com relação ao Uruguai.

- nacionalidade do cônjuge, 49% (brasileiros), 37% (uruguaios), argentinos e chilenos (2% cada um);
- número de filhos, no Uruguai (0,5), no Brasil (2,5);
- o período mais frequente de chegada ao Brasil (36%) ocorreu entre 1971 e 1980 e de 48% entre 1991 e 2011. O primeiro período (1971 a 1980) corresponde aos anos de ditadura militar (1973 – 1985), sendo responsável por fluxos migratórios importantes, não só para o Brasil como para outros países, conforme mostrado no capítulo 2 referentes a Políticas Migratórias. Observa-se, também, que o fluxo ocorrido entre 1991 e 2011 também é significativo e foi causado pelas crises econômicas da década de 90 e início de 2000, conforme apresentado (TABELA 9).
- na mobilidade geográfica, 69% mudaram para 2 ou mais cidades e 31% fixou residência em uma única cidade, sendo em Porto Alegre (RS), Criciúma e Florianópolis (SC), Santos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Curitiba e Foz do Iguaçu (PR);
- segundo o porte das cidades de origem, os uruguaios provinham de cidades de grande/médio porte (Montevideo, Rivera, Mercedes, Rocha e etc.);

A análise de integração considera como indicadores o estado civil e a mobilidade geográfica, os quais apresentam alto nível de integração, que foi gerado tanto pelo casamento com brasileiros (as), como pela mobilidade geográfica.

A TABELA 92 representa os indicadores para esta categoria.

TABELA 92 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (DEMOGRAFIA E MOBILIDADE GEOGRÁFICA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.2.3 Demografia e Mobilidade Geográfica	7. Nacionalidade o cônjuge	49	37	4
	17-18. Mobilidades de cidades de residência no Brasil	69	-	31
	Total	118	37	35

FONTE: O autor (2013).

No caso de Jacinta (entrevistada), atualmente separada, mas que foi casada com militar brasileiro, o que pode ter facilitado a criação de relações sociais no Brasil, além de ter tido a oportunidade de morar em diversas cidades brasileiras, por causa das transferências decorrentes do trabalho do marido, gerando um importante nível de integração. Já Margarita, casada com uruguaio e atualmente esta desquitada, morou em apenas uma cidade (Curitiba), o qual mostra um menor nível de experiência migratória e de integração que Jacinta. Desta forma, os uruguaiois apresentam um alto nível de integração, seja pela alta mobilidade geográfica como pela união marital com brasileiros (as).

8.2.4 Status Legal

A pesquisa mostra que 39% dos uruguaiois entraram no Brasil com visto temporário, 37% com visto de turista e 18% com visto permanente, o que se considerou que apresentem um nível médio/baixo de integração como fica demonstrado pela TABELA 93, possivelmente ocasionado pelos períodos de ingresso no Brasil (anos 1970 e 1980), onde as condições políticas eram mais rígidas para a obtenção de vistos.

TABELA 93 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOIS (STATUS LEGAL)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.2.4 Status Legal	25. Tipo de visto de entrada no Brasil	18	39	37
	Total	18	39	37

FONTE: O autor (2013).

Na entrevista, Jacinta declara que obteve o visto permanente por causa do casamento com brasileiro, enquanto que Margarita ingressou com visto de turista.

8.2.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas

Nesta categoria analisamos os processos de instalação no Brasil (hospedagem e tempo), a ajuda recebida antes de emigrar, os motivos da emigração e a previsão de tempo de permanência no Brasil.

Os indicadores de integração dos uruguaios nesta categoria são apresentados a seguir (TABELA 94).

TABELA 94 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (RESIDÊNCIA, APOIOS, MOTIVOS E PERSPECTIVAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração %		
		Alta	Média	Baixa
(8.2.5) Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas.	20) Residência (hospedagem);	44	-	27
	21) Tempo de instalação;	22	14	63
	24) Motivos para emigrar;	43	33	19
	26) Apoio recebido (origem);	41	59	-
	29) Tempo previsto para permanência	6	14	12
TOTAL		219	120	121

FONTE: O autor (2013).

De acordo com a TABELA 94, observa-se que:

- 44% dos respondentes hospedaram-se em residências de amigos, parentes e namorados, 27% em residências para imigrantes e hotéis, mostrando um nível alto/baixo de integração (respectivamente);
- o tempo médio de instalação no Brasil foi, para 22% (1 ano), 14% (entre 2 e 4 anos) e 63% (mais de 4 anos), associando-se um nível de integração baixo, devido à maior demora no processo de instalação;
- os fatores que motivaram a emigração para o Brasil foram, 43% (procura de trabalho), 33% (estudar) e 19% (acompanhar a família). Considerou-se que alcançaram um alto/médio nível de integração;
- quanto ao apoio antes de emigrar, 59% não recebeu nenhuma ajuda e 41% receberam, sendo esta expressada em passagens e indicações de trabalho;
- previsão de permanência no Brasil, 69% (indefinidamente), 26% (por um período menor). Associando-se um nível alto de integração devido aos que pretendiam ficar por um longo prazo.

Nota-se de forma geral, na dimensão estrutural que os uruguaios apresentam um nível alto de integração (525), conforme TABELA 108, causado pela facilidade da hospedagem, que foi garantida por meio da rede social, das motivações laborais e pela previsão de ficar por um longo prazo, ainda que não

tenham recebido muito apoio no Uruguai, o que foi compensado pela ajuda recebida no Brasil.

Nos casos de Jacinta e Margarita, a hospedagem foi obtida através de amigos/parentes no Brasil, o que permitiu um curto tempo de instalação. Os motivos da emigração, para Jacinta foi pelo matrimônio e no caso de Margarita foi pelo desejo de iniciar uma nova vida, após a separação do marido. Ambas receberam ajuda para emigrar para o Brasil.

A previsão de estadia era indefinida para Jacinta, por causa do matrimônio e de 2 a 3 anos para Margarita.

8.3 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL

Nesta dimensão são analisadas as categorias que indicam as relações/redes sociais utilizadas, o nível de associativismo institucional e os problemas gerados pelo preconceito sofrido no processo de integração ao Brasil.

Os indicadores de integração serão apresentados em função do impacto nos níveis de integração, alto, médio e baixo.

8.3.1 Relações e Redes Sociais

Nesta categoria são analisadas as relações/redes sociais estabelecidas com o país de origem e no Brasil.

A pesquisa mostra que 55% dos respondentes não tinham parentes/amigos no momento de emigrar para o Brasil, enquanto que 45% tinham, considerando-se com isso que apresentem um nível baixo/médio de integração.

A maioria dos uruguaios (85%) manteve relações sociais com o país de origem, enquanto que no Brasil os respondentes mostram uma divisão no que se refere ao relacionamento com compatriotas, pois 52% não mantiveram e 48% mantiveram, indicando um nível baixo/alto de integração. O relacionamento com os brasileiros é mantido por quase todos os uruguaios (91%).

Com relação à manutenção dos costumes para criar relações sociais, segundo a cultura no Uruguai, 61% declara que mantém a mesma forma e 38% utilizam a “forma a brasileira” de fazer amizades, ao que se associa um nível baixo

de integração na forma de gerar relacionamentos, pois utilizaram mais a forma uruguaia.

A TABELA 95 exhibe os indicadores de integração dos uruguaiois de acordo com as relações e redes sociais.

TABELA 95 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOIS (RELAÇÕES E REDES SOCIAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.3.1 Relações e Redes Sociais	31. Existência de parentes/amigos no Brasil	45	-	55
	43. Manutenção das relações sociais com o país de origem	85	-	15
	44. Relações no Brasil com compatriotas	48	-	52
	45. Relações com Brasileiros	91	-	9
	46. Manutenção das formas de relacionamentos do país de origem no Brasil	38	-	62
	Total	307	-	193

FONTE: O autor (2013).

Sendo assim, nota-se que os uruguaiois conseguiram gerar relações e redes sociais que permitiram obter um alto nível de integração, devido à intensidade das relações mantidas com os brasileiros, ainda que mantenham um forte relacionamento com o país de origem, o que determina que a forma de relacionar-se ainda é influenciada pela cultura uruguaia. Observa-se, no entanto, que os uruguaiois têm criado redes sociais necessárias para inserção no Brasil, a exemplo do forte relacionamento mantido com os brasileiros e em menor nível com os compatriotas no Brasil.

No caso de Jacinta, nota-se que ela concentra mais o nível de relacionamento social e rede de contatos no Brasil que no Uruguai, devido ao tempo de residência ser superior a 30 anos, além que todos os irmãos também moram no Brasil. Margarita tem poucas relações sociais no Brasil, provavelmente devido ao pouco tempo de residência (3 anos). Jacinta usa mais a forma “a brasileira” de fazer relações, enquanto que Margarita utiliza a forma aprendida no Uruguai.

8.3.2 Associativismo

De acordo com a pesquisa, os uruguaios apresentam um nível relativo de associativismo, 54% praticam atividades ligadas ao associativismo e 46% não praticam.

Para aqueles que mantem um nível de associativismo, estas atividades estão ligadas a associações do tipo lazer/recreação/esporte/empresarial (130%), ainda que também tenham destaque as de imigrantes/folclore (50%).

A indicação para associarem-se a estas associações foram por meio de amigos, colegas de trabalho e contatos profissionais. Outro fator relevante na integração está relacionado com o tipo de frequentadores das associações, onde 78% são brasileiros.

Em geral, observa-se que o associativismo apresentado pelos uruguaios, segundo os indicadores, permite mostrar um alto nível de integração, ainda que a participação seja relativamente superior aos 50%, não entanto, mostra uma diversidade de associações que vão desde o lazer/recreação até nível empresarial e religioso, que resulta das relações e redes sociais desenvolvidas no Brasil, como ficou explicado (ver 8.3.1).

Apresentam-se os indicadores de integração quanto ao associativismo (TABELA 96).

TABELA 96 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (ASSOCIATIVISMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.3.2 Associativismo	47. Pertencia a uma associação	54	-	46
	48. Tipo de associação	130	50	-
	50. Tipo de frequentadores da associação	78	26	-
	Total	262	76	46

FONTE: O autor (2013).

Na entrevista, tanto Jacinta como Margarita, relataram que participam de grupos de uruguaios que realizam atividades sociais, assim como de associações como a AILAC, ainda que não pertençam a clubes brasileiros.

Convém observar que os uruguaios, ainda não formaram uma associação de imigrantes, como os demais grupos pesquisados (argentinos, chilenos, paraguaios).

8.3.3 Preconceito

De acordo com a pesquisa, 65% dos uruguaios não sofreram preconceito, mas 35% declararam ter sofrido.

As entrevistadas, Jacinta e Margarita declararam não ter sentido ações de preconceito, mas ao contrário, relataram que foram permanentemente ajudadas pelos brasileiros, como ocorreu com Margarita que teve sua inserção à cultura brasileira, facilitada pelo apoio recebido dos funcionários do “Farol do Saber”.

Desta forma, o fato de não ter sofrido preconceito permite indicar um alto nível de integração, conforme apresentado (TABELA 97).

TABELA 97 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (PRECONCEITO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.3.3 Preconceito	66. Sofrimento de preconceito	65	-	35
	Total	65	-	35

FONTE: O autor (2013).

Por fim, a dimensão da integração social mostra que os uruguaios apresentam um alto nível de integração (634), segundo a TABELA 108, gerado pela formação de redes sociais, principalmente com brasileiros e um nível médio de associativismo, no caso de não terem sofrido preconceito.

8.4 DIMENSÃO DA INTEGRAÇÃO CULTURAL

Nesta dimensão são analisadas as práticas e costumes culturais relacionadas com a língua (português), os valores/princípios, a estrutura do consumo e o nível de adaptabilidade à cultura brasileira.

8.4.1 Práticas Culturais

Com relação às atividades mais frequentes realizadas no fim de semana, a pesquisa mostra que os uruguaios realizam práticas relacionadas com passeios, esporte, contatos com amigos, cinema/teatro, principalmente e com menor frequência, assistem TV. Sendo assim, as práticas de fim de semana permitem um nível alto de integração.

Por outro lado, 96% dos respondentes concordam que os costumes brasileiros são importantes e deve ser conservado no grupo familiar, o que indica um alto nível de integração.

Desta forma, os respondentes mostram um alto nível de integração causado pela variedade nas práticas de fim de semana, assim como pelos costumes brasileiros realizados dentro da família, conforme expressado pelos indicadores de integração desta categoria (TABELA 98).

TABELA 98 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (PRÁTICAS CULTURAIS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.4.1 Práticas Culturais	54. Atividades de fim de semana	183	67	-
	56. Conservação dos costumes brasileiros na família	96	-	4
	Total	279	67	4

FONTE: O autor (2013).

Exemplificam-se os casos de Jacinta e Margarita, que realizam diversas atividades no fim de semana, que vão desde estarem com os amigos brasileiros e uruguaios, reuniões sociais até assistir a eventos culturais. Jacinta mantém os costumes brasileiros na família, já Margarita, ainda tem grande influencia dos costumes uruguaios no grupo familiar.

8.4.2 Língua

A integração pela aprendizagem do idioma (português) é um fator relevante, pois facilita a integração cultural.

Segundo a pesquisa, 88% dos uruguaios não tiveram problemas de aprendizagem, o que indica haver um alto nível de integração cultural. A forma de aprendizagem se deu através da prática diária, escola e pelo contato com amigos e a própria família. O tempo médio de aprendizagem foi de 6 meses, um período curto, menor do que o apresentado pelos chilenos (9 meses), argentinos (12 meses) e paraguaios (7 meses), indicando um rápido processo de integração nesta categoria.

Em geral, os indicadores mostram que a rápida aprendizagem do português, facilitou a integração cultural dos uruguaios, no Brasil, possivelmente devido às

relações sociais desenvolvidas e ao nível educacional superior que pode ter facilitado a aprendizagem e domínio da língua.

A TABELA 99 apresenta os indicadores de integração quanto à língua.

TABELA 99 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (LÍNGUA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.4.2 Língua	40. Dificuldade da aprendizagem do português	88	-	12
	41. Formas da aprendizagem	131	33	-
	42. Tempo médio para aprender o português	6	-	-
	Total	225	33	12

FONTE: O autor (2013).

Para Jacinta (entrevistada), a aprendizagem foi rápida, pois já conhecia o português devido ao fato de morar em uma cidade que faz fronteira com o Brasil (Rivera) permitindo ter contato diário com os brasileiros que moravam na cidade de Santana do Livramento, lembrando que a maioria dos habitantes destas cidades, falam tanto o português como o espanhol, observando que o português também é ensinado nas escolas. Enquanto que Margarita chega ao Brasil sem conhecer o idioma, mas aprende através do contato com a filha, que estuda no Brasil, com os conterrâneos e os brasileiros no dia-dia.

8.4.3 Valores

A pesquisa mostra que 92% dos respondentes mantiveram as mesmas crenças religiosas que tinham no Uruguai, assim como todos declararam ter mantido os valores/princípios do país de origem.

Desta forma, os indicadores apontam que a manutenção dos valores do país de origem, em geral, é similar aos do Brasil, o que permite alcançar um alto nível de integração cultural (TABELA 100).

TABELA 100 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (VALORES)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração(%)		
		Alta	Média	Baixa
8.4.3 Valores	58. Permanência das mesmas crenças religiosas do país de origem	92	-	8

TABELA 100 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (VALORES)

(Conclusão)

	59. Permanência dos mesmos valores e princípios do país de origem	100	-	-
	Total	192	-	8

FONTE: O autor (2013).

Ambas as entrevistadas (Jacinta e Margarita) relataram que mantiveram as mesmas crenças religiosas (católica) frequentando as mesmas igrejas e os mesmos princípios e valores que tinham no Uruguai, declarando que os consideram similares aos existentes no Brasil.

8.4.4 Consumo

Pela pesquisa, 52% dos uruguaiois mantiveram os hábitos de consumo do país de origem e 48% se adaptou aos padrões de consumo brasileiros, o que indica uma tendência, mais para o nível baixo de integração do que para uma alta integração, que se deve à divisão das opiniões declaradas. No entanto, 85% relatam ter aumentado o nível de consumo, no Brasil, em relação ao praticado no Uruguai, indicando uma tendência para o alto nível de integração.

Quanto ao consumo de comidas brasileiras, 95%, consideram que se adaptou e 55% consomem “às vezes” ou “nunca” as comidas típicas do Uruguai, o que aponta para um alto nível de integração a gastronomia brasileira.

De acordo com os indicadores, os uruguaiois apresentam um alto nível de integração, pelo fato de terem adotado de forma geral, os padrões de consumo do Brasil e pelo baixo consumo de comidas típicas do Uruguai e por demonstrarem um aumento do consumo, em geral, no Brasil.

Jacinta relatou na entrevista que manteve um padrão de consumo brasileiro, enquanto Margarita adotou uma combinação dos hábitos de consumo brasileiro e uruguaio, sendo que ambas diversificaram o consumo, aumentando as compras de produtos naturais brasileiros, que ajudou a terem uma vida mais sadia, conforme declara Margarita.

A TABELA 101 exibe os indicadores de integração desta categoria.

TABELA 101 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (CONSUMO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.4.4 Consumo	60. Permanência dos hábitos de consumo do país de origem	48	-	52
	61. Aumento do consumo no Brasil	85	-	15
	37. Adaptação à comida brasileira	95	-	5
	38. Consumo de comidas típicas do país de origem no Brasil	55	-	45
	Total	283	-	117

FONTE: O autor (2013).

8.4.5 Adaptabilidade

Segundo a pesquisa, 69% dos respondentes, declararam que não tiveram em geral, problemas de adaptação ao Brasil e 31% relataram que tiveram. Os principais problemas apontados pelos que tiveram dificuldade de adaptação foram: relacionamento com os brasileiros, idioma, preconceito (no trabalho) e com a falta de documentação. Para superar estas dificuldades, receberam apoio de amigos, colegas, parentes e vizinhos e em menor nível de instituições religiosas e de imigrantes (Pastoral do Imigrante).

Com relação ao clima, 94% consideraram não ter tido problemas de adaptação.

Conseqüentemente, os indicadores de integração apontam para um alto nível de integração, que foi gerado pela alta adaptabilidade, conquistada por diversas fontes de apoio recebido, tanto dos brasileiros como dos compatriotas como de instituições.

Jacinta não teve problemas de adaptação, devido ao convívio frequente com os brasileiros na cidade em que morava (Rivera, cidade de fronteira) e posteriormente pela residência no Brasil. Já Margarita declarou que teve problemas para se adaptar, principalmente com o relacionamento fechado dos curitibanos e o clima frio, mas que foi sendo superado com o apoio dos amigos brasileiros e uruguaios.

Segue apresentação dos indicadores de integração dos uruguaios quanto à adaptabilidade (TABELA 102).

TABELA 102 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (ADAPTABILIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.4.5 Adaptabilidade	34. Dificuldades de adaptação	69	-	31
	36. Apoios recebidos para a adaptação	150	12	-
	39. Adaptação ao clima	94	-	6
	Total	313	12	37

FONTE: O autor (2013).

Em geral, observam-se pela análise da dimensão da integração cultural, que os imigrantes uruguaios, apresentam um alto nível de integração cultural (1.292), segundo a TABELA 108, gerado pelos padrões de consumo, práticas culturais e pela fácil e rápida aprendizagem do português, assim como pela adaptabilidade realizada sem grandes dificuldades.

8.5 DIMENSÃO DA IDENTIFICAÇÃO IDENTIFICACIONAL

Nesta dimensão, é analisada a qualidade de vida alcançada pelos uruguaios, as perspectivas futuras, a visão da vida atual e o nível de satisfação e de felicidade com a vida no Brasil.

8.5.1 Qualidade de Vida

Os resultados da pesquisa indicam que 94% dos uruguaios consideram que a qualidade de vida no Brasil melhorou em comparação à que tinham no Uruguai. Segundo os respondentes a melhora foi percebida na vida profissional e afetiva e para os que não notaram melhoria, citaram a vida profissional.

Conseqüentemente, devido à melhoria na qualidade de vida, percebida principalmente, nas áreas do trabalho e pessoal, permitiu que apresentassem um alto nível de integração, conforme indicadores (TABELA 103).

Por outro lado, na entrevista Jacinta declara que a qualidade de vida melhorou nos aspectos ligados à vida espiritual/religiosa, física/saúde e profissional, visto que atualmente se dedica a atividades mais sociais que profissionais. Margarita, no entanto, declara que a qualidade de vida melhorou no âmbito afetivo e físico, segundo ela, se sente mais livre e com menor pressão social no Brasil.

TABELA 103 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (QUALIDADE DE VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.5.1 Qualidade de Vida	63. Qualidade de vida no Brasil e no país de origem	94	-	6
	64. Aspectos de Melhoria/não Melhoria da qualidade de Vida	206	-	150
	Total	300	-	156

FONTE: O autor (2013).

8.5.2 Perspectivas Futuras

A maioria dos uruguaios (80%) pretende continuar vivendo no Brasil, já 18% demonstrou interesse em retornar para o Uruguai ou emigrar para outros países.

Com relação aos valores culturais que pretendem passar para os filhos, 94% assinalou que gostariam de entregar uma combinação das duas culturas aos filhos e o restante dos respondentes pretende passar somente à brasileira e nenhum participante declarou querer passar somente a cultura uruguaia.

Desta forma, os indicadores mostram um nível médio/alto de integração ao Brasil, visto que pretendem manter a cultura brasileira e uruguaia na família e permanecer no Brasil indefinidamente, como fica demonstrado (TABELA 104).

Jacinta declarou na entrevista que pretende continuar vivendo no Brasil, pois já esta bem adaptada e se sente uma brasileira, enquanto Margarita, ainda tem intenção de retornar ao Uruguai, pois considera que a emigração para o Brasil é uma primeira experiência que está em processo de avaliação. Ambas consideram que as duas culturas são importantes para serem passadas para os filhos.

TABELA 104 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (PERSPECTIVAS FUTURAS)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.5.2 Perspectivas Futuras	67. Perspectivas de permanência no Brasil	80	-	20
	70. Tipo de cultura a ser passada para os filhos no futuro	6	94	-
	Total	86	94	20

FONTE: O autor (2013).

8.5.3 Visão da vida

A pesquisa revela que 77% dos respondentes considera que aprenderam no Brasil a relaxar e curtir a vida, 96% declararam estar otimistas com relação ao futuro. Em consequência, os indicadores mostram que a visão positiva da vida, que foi desenvolvida no Brasil aponta para um nível alto de integração ao país.

Jacinta (entrevistada) vê com otimismo o futuro e acha que tem maior vantagem econômica se permanecer no Brasil. Margarita também sente otimismo, mas está dividida e prefere voltar para o Uruguai e avaliar melhor a experiência migratória no Brasil.

A TABELA 105 exibe os indicadores de integração dos uruguaios, quanto à visão da vida.

TABELA 105 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (VISÃO DA VIDA)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.5.3 Visão da Vida	74. Capacidade de relaxar e curtir a vida	77	-	23
	75. Nível de otimismo com relação ao futuro no Brasil	96	-	4
	Total	173	-	27

FONTE: O autor (2013).

8.5.4 Satisfação

O nível de satisfação dos uruguaios foi avaliado, através de uma tabela de 1 a 10, em três momentos: antes de emigrar, no Brasil e no caso de retorno ao Uruguai.

De acordo com a pesquisa na avaliação da satisfação no Brasil, 74% dos uruguaios avaliam a satisfação entre 8 e 10, enquanto 24% entre 5 e 7 e somente 2% entre 1 e 4, demonstrando neste caso, que o nível de satisfação no Brasil apresenta uma ampla diferença em relação a antes de emigrar e no possível retorno.

Desta forma, observa-se um processo com alto nível de integração, que aponta um resultado altamente satisfatório, quanto à experiência migratória dos uruguaios para o Brasil. Os indicadores de satisfação mostram um nível alto de integração no Brasil (TABELA 106).

TABELA 106 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (SATISFAÇÃO)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.5.4 Satisfação	71. Nível de satisfação antes de emigrar	22	42	35
	72. Nível de satisfação no Brasil	74	24	2
	73. Nível de satisfação em caso de retorno ao país de origem	42	42	16
	Total	138	108	53

FONTE: O autor (2013).

8.5.5 Felicidade

A pesquisa mostra que 100% dos uruguaios declararam que estão felizes de estar no Brasil, demonstrando um alto nível de integração conforme apresentado na (TABELA 107).

Na entrevista Jacinta declara que se sente feliz no Brasil, pois tem filhos, amigos e atividade empresarial e “com melhores condições econômicas”. Margarita pensa que o Brasil permitiu que se sentisse “mais livre e com enriquecimento diário”, o que a deixa com dúvidas com relação a retornar para o Uruguai.

TABELA 107 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO DOS URUGUAIOS (FELICIDADE)

CATEGORIA	QUESTÕES	Nível de Integração (%)		
		Alta	Média	Baixa
8.5.5 Felicidade	76. Nível de felicidade na vida atual	100	-	-
	Total	100	-	-

FONTE: O autor (2013).

Em análise geral, observa-se pela dimensão identificacional, segundo os indicadores apresentados, que os uruguaios possuem um importante grau de identificação com o Brasil, o que gerou um alto nível de integração (799), segundo a TABELA 108, causado principalmente pela melhoria na qualidade de vida, pela perspectiva de permanência definitiva que estão ligadas a visão positiva, resultando em um alto nível de satisfação experimentado, que conseqüentemente gera um estado de felicidade para os uruguaios com relação ao Brasil.

A TABELA 108 exibe de forma geral os valores totais que foram alcançados, por dimensão de indicadores de integração dos uruguaios, ou seja, considera a somatória geral dos valores obtidos nas categorias/ questões, por dimensão de integração.

TABELA 108 – TABELA GERAL DE INDICADORES INTEGRAÇÃO DOS URUGAUIOS (TOTAL GERAL POR DIMENSÃO)

Dimensões	Nível de Integração		
	Alta	Média	Baixa
8.2 Estrutural	524	226	185
8.3 Social	634	76	274
8.4 Cultural	1.235	112	235
8.5 Identificacional	797	202	256
Total	3.190	616	950

FONTE: O Autor (2013).

9. ANÁLISE GERAL E COMPARATIVA DA INTEGRAÇÃO DOS GRUPOS MIGRATÓRIOS (ARGENTINOS, CHILENOS, PARAGUAIOS E URUGUAIOS)

A análise comparativa será apresentada ao nível das dimensões de integração e posteriormente da forma de análise global. Os indicadores considerados serão exibidos de forma geral, através da TABELA 109. Apresenta-se também a metodologia utilizada para a construção do Índice de Felicidade, o qual permitirá analisar o comportamento dos grupos em relação ao indicador de Felicidade gerado pelo processo de integração migratório no Brasil.

TABELA 109 – INDICADORES DE INTEGRAÇÃO POR GRUPO MIGRATÓRIO, SEGUNDO AS DIMENSÕES DE INTEGRAÇÃO.

Dimensão	Argentinos			Chilenos			Paraguaios			Uruguaios		
	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa	Alta	Média	Baixa
Estrutural	511	276	146	527	187	219	397	276	372	525	226	185
Social	536	87	201	620	104	257	615	223	239	634	76	274
Cultural	1.342	132	199	1.161	84	213	1.155	113	235	1.292	112	178
Identificacional	777	218	229	785	182	319	725	187	326	797	202	256
Total	3.166	713	775	3.032	557	1.008	2.892	799	1.172	3.248	616	893

FONTE: O autor (2013).

9.1 ANÁLISE COMPARATIVA POR DIMENSÃO DE INTEGRAÇÃO

Este estudo apresenta a análise geral por dimensão de integração, considerando e comparando os resultados (dimensão/categoria) de todos os grupos migratórios apresentados.

9.1.1 Análise Comparativa dos Imigrantes, segundo a Dimensão da Integração Estrutural.

9.1.1.1 Ocupação e função laboral

Observa-se que a maioria dos imigrantes já tinha uma experiência de trabalho, antes de emigrar. Os uruguaios se destacam por ter o maior contingente de estudantes em relação aos demais grupos migratórios. A experiência prévia de trabalho foi considerada como um fator relevante, que tem influência direta na integração laboral ao Brasil.

No que se refere às funções laborais, nota-se que, a categoria dos empresários, em todos os grupos (analisados), foi a que mais apresentou crescimento na participação relativa antes de emigrar e no Brasil, onde se destacam os paraguaios e argentinos, devido aos funcionários, autônomos e estudantes que provavelmente tenham ingressado nesta categoria.

A atividade de funcionário apresenta um crescimento nos caso dos uruguaios e uma queda ou estabilidade nos demais grupos migratórios, possivelmente por terem apresentado uma mudança para a categoria de empresário.

Os autônomos e os estudantes apresentam uma queda em todos os grupos (analisados), como no caso anterior, provavelmente em decorrência da alteração de categoria para empresários ou funcionários.

Desta forma, pode considerar-se que as mudanças nessas categorias revela uma abertura no mercado de trabalho brasileiro, o qual mostra que a imigração traz mudanças na atividade laboral dos imigrantes, conseqüentemente permitindo condições de integração laboral para os imigrantes.

9.1.1.2 Educação

Com relação ao perfil educacional, antes de emigrar, a pesquisa mostra que os chilenos e uruguaios apresentaram um maior nível (universitário/técnico), seguido dos argentinos e paraguaios. Sendo assim, observa-se que o processo de integração laboral, possivelmente será mais alto para os que têm um melhor perfil educativo, como ocorreu com os chilenos e uruguaios. Assim como um perfil médio também permitiu obter uma maior integração social e cultural, como fica demonstrado pelas análises das respectivas dimensões.

9.1.1.3 Perfil Demográfico e Mobilidade Geográfica

No que se refere à integração ocorrida em decorrência dos casamentos com brasileiros (as), a pesquisa mostra que os uruguaios e argentinos em relação aos demais grupos migratórios, foram os que apresentaram maiores níveis de integração marital e permitindo condições de integração.

Quanto à mobilidade geográfica, a pesquisa indica que os uruguaios e chilenos foram os que tiveram residência em mais de 2 cidades no Brasil, o que oportunizou a integração em ambientes diferenciados, permitindo uma maior experiência/nível de integração laboral/social/cultural. O único grupo que apresentou maior tempo de residência fixa, em uma única cidade, foi o paraguaio, o que conseqüentemente indicou um baixo nível de integração. Os argentinos mostram um equilíbrio entre os que residiram em única cidade e os que mudaram para mais de 2 cidades.

9.1.1.4 Status Legal

Com relação ao status legal de entrada ao Brasil, a pesquisa mostra que o visto mais utilizado, por todos os grupos migratórios (analisados), para ingressar no Brasil foi o visto de turista. Observando que os paraguaios e uruguaios, foram os que apresentaram maior índice de uso deste visto ao ingressar no Brasil. Já os chilenos e argentinos utilizaram mais, além do visto de turista, o visto permanente, o que confere um alto nível de integração. Desta maneira, associou-se ao visto de turista, um baixo nível de integração e ao visto permanente um alto nível de integração, visto que foi um fator que facilitou muito a inserção laboral no Brasil.

9.1.1.5 Residência, Apoios, Motivos e Perspectivas

Com relação ao apoio recebido através de redes sociais (parentes/ amigos), em termos de hospedagem na chegada ao Brasil, os chilenos e paraguaios foram os que mais receberam esta ajuda, enquanto que os argentinos e uruguaios tiveram que, inicialmente, optar por ficar em hotéis.

Quanto à instalação, os argentinos e chilenos foram os que conseguiram se instalar mais rapidamente (menos de 1 ano) se comparado aos paraguaios e uruguaios que levaram mais tempo para se instalar (2 a 4 anos).

Em relação aos motivos para emigrar, em geral, os imigrantes analisados declararam como principal motivo a procura de novas oportunidades de trabalho no Brasil, especialmente para aqueles que emigraram nos períodos de crises econômicas, ocorridas em 1980 (Chile) e em 1990 e 2000 (Argentina, Uruguai e Paraguai), ainda que o Brasil também tenha apresentado crises econômicas, o mercado de trabalho permitiu que estes imigrantes obtivessem uma inserção laboral, seja como empregados ou como empresários, como foi o exemplo de muitos imigrantes destes grupos e permitiu também aos imigrantes, que eram estudantes, antes de emigrar, darem continuidade aos estudos, conseguindo mais tarde a inserção no mercado de trabalho.

Em relação às perspectivas futuras, os chilenos e uruguaios foram os que emigraram com perspectiva de ficar de forma permanente no Brasil, observou-se que também foram os que apresentaram altos volumes de emigração entre as décadas de 70 e 80, tendo como causa a insegurança política dos seus respectivos países.

Por fim, com base nas observações apresentadas anteriormente e segundo os indicadores (TABELA 109), indica-se que na Dimensão da Integração Estrutural, os chilenos e uruguaios, são os que apresentam os melhores níveis de integração, na estrutura laboral/demográfica e residencial, certamente por disporem de experiência laboral prévia, que oportunizou atuarem como empresários e ou funcionários, por apresentarem o melhor perfil educacional e por demonstrarem uma perspectiva de permanência indefinida no Brasil em comparação com os argentinos e os paraguaios que mostram respectivamente um nível médio/baixo de integração nas estruturas brasileiras.

9.1.2 Análise Comparativa dos Imigrantes, segundo a Dimensão da Integração Social

9.1.2.1 Relações e Redes Sociais

Os chilenos e os paraguaios foram os que mais dispunham de uma rede de amigos/ parentes no Brasil, antes de emigrar, seguidos dos uruguaios e argentinos, o que conseqüentemente, gera um maior nível de integração social.

Observou-se que todos os grupos migratórios (analisados), mantiveram fortes relações com os seus respectivos países, sendo que no Brasil, os paraguaios e argentinos foram os que mais mantiveram relações sociais com os conterrâneos. Esta situação é resultado da organização que estes 2 países tem em Curitiba/PR (a Casa Paraguaia e o Centro Argentino de Curitiba), que atuam frequentemente, na organização de eventos (festas e prestação de serviços sociais), que visam à integração entre os imigrantes recém-chegados com os conterrâneos no Brasil e à sociedade brasileira de maneira geral. Nota-se que todos os grupos analisados mantem fortes relações com os brasileiros, em geral.

Quanto à forma de estabelecer relações sociais no Brasil, em geral, todos os grupos aplicam a forma cultural aprendida no país de origem. No entanto, os uruguaios são os que mais se adaptaram a forma “brasileira” de estabelecer relações sociais, que se caracteriza pela alegria, otimismo, informalidade, simplicidade e maneira de “dar um ‘jeitinho”

9.1.2.2 Associativismo

Com relação ao associativismo praticado pelos imigrantes (analisados), observa-se que os paraguaios foram os que apresentaram maior nível, seguidos dos chilenos, argentinos e uruguaios, que apresentaram o mesmo nível de integração. Nota-se também que os paraguaios se destacam pelo fato de preferirem estar ligados às associações de imigrantes, a exemplo da Casa Paraguaia e a AILAC, enquanto que os demais grupos migratórios (analisados) preferem associarem-se a clubes sociais/ recreativos e empresariais. Desta forma, os paraguaios, em comparação com os outros grupos analisados, são os que demostram um alto nível de integração, através do associativismo.

9.1.2.3 Preconceito

Com relação ao preconceito, verificou-se que os paraguaios foram os que mais sofreram preconceito, seguidos de longe pelos argentinos. Este preconceito se manifesta na diferenciação das oportunidades laborais, relações no trabalho, com os filhos na escola e etc. Sendo assim, observa-se que o preconceito é um fator que

limita a integração, o que conseqüentemente resultou para os paraguaios em um baixo nível de integração.

Por fim, a análise comparativa da Dimensão da Integração Social, segundo os indicadores apresentados na TABELA 109, a pesquisa mostra que os uruguaios foram os que apresentam um alto nível de integração, seguido dos paraguaios com um nível médio e dos chilenos e argentinos, com um nível baixo, observando, no entanto, que as diferenças entre eles são pequenas.

9.1.3 Análise Comparativa dos Imigrantes, Segundo a Dimensão da Integração Cultural

9.1.3.1 Práticas culturais

Todos os grupos analisados mostram um conjunto de práticas culturais realizadas nos fins de semana (esportes, visita e passeios com amigos, cinema/teatro), que permitem alcançar um alto nível de integração na cultura brasileira.

Os costumes brasileiros no interior do grupo familiar são praticados por todos os grupos (analisados), mas os paraguaios e os argentinos se destacam por privilegiarem as práticas culturais brasileiras na família, mostrando maior nível de integração cultural com relação aos uruguaios e chilenos.

9.1.3.2 Língua

Segundo os indicadores relacionados a aprendizagem do português, se tiveram ou não problemas de aprendizagem, os uruguaios e chilenos foram os que mostram menor nível de dificuldades de aprendizagem, enquanto que os paraguaios e argentinos, em nível similar, foram os que declararam que tiveram problemas.

No entanto, quanto ao tempo para aprendizagem, os uruguaios e paraguaios foram os que levaram menos tempo (7 e 6 meses, respectivamente), enquanto que os chilenos e argentinos demoraram mais tempo (9 e 12 meses, respectivamente). Convém observar que, ainda que os paraguaios tenham declarado que tiveram problemas em aprender o português, na hora de avaliar o tempo de aprendizagem,

estes aparecem como o grupo que mostra o menor tempo médio entre todos os grupos analisados, onde apresentam um período de 6 meses. Esta situação também acontece com os argentinos, que declararam não ter tido problemas, mas, no entanto, o tempo médio é o maior em relação aos demais grupos analisados (12 meses). Este sentido inverso pode ocorrer, porque a avaliação geral de não ter dificuldades na aprendizagem do idioma, não correspondeu ao tempo necessário para aprender o português. No caso dos chilenos e uruguaios ocorre uma tendência num mesmo sentido.

9.1.3.3 Valores

Todos os grupos analisados consideraram que os valores praticados no Brasil são similares aos que tinham no país de origem, como nas crenças religiosas, a católica principalmente, devido ao fato de não existirem grandes diferenças, neste aspecto, entre os países de origem e o Brasil.

9.1.3.4 Consumo

Todos os grupos (analisados) consideraram que os padrões de consumo realizados no país de origem são similares aos do Brasil, ainda que os uruguaios e argentinos tenham declarado que aumentaram o consumo no Brasil em relação ao que tinham em seus países. Quanto ao consumo das comidas brasileiras, todos demonstram um bom nível de adaptação, ainda que os chilenos e argentinos tenham declarado que mais frequentemente consomem as comidas típicas dos seus países de origem com relação os paraguaios e uruguaios.

9.1.3.5 Adaptabilidade

Os argentinos e os chilenos, em geral, não apresentaram problemas de adaptação ao Brasil. Já os paraguaios tiveram problemas relacionados pela falta de documentação (devido a ter baixo nível de especialização profissional o que dificulta a obtenção da documentação legal) e com o preconceito sofrido no ambiente de trabalho, nas oportunidades laborais e nas relações sociais. Para superar estes

problemas, receberam ajuda de amigos, parentes, conterrâneos e de associações, e puderam contar em especial com o apoio da Casa Paraguaia.

Por fim, em uma avaliação geral da Dimensão da Integração Cultural, de acordo com os indicadores (TABELA 109), a pesquisa mostra que os argentinos foram os que apresentaram o maior nível, seguidos dos uruguaios, paraguaios, num nível médio, e os chilenos um nível baixo de integração.

9.1.4 Análise Comparativa dos Imigrantes, segundo a Dimensão da Integração Identificacional

9.1.4.1 Qualidade de vida

Todos os grupos (analisados) declararam que a qualidade de vida obtida no Brasil é melhor do que a que tinham no país de origem, sendo que esta melhoria no geral foi percebida nos aspectos da vida profissional e afetiva.

9.1.4.2 Perspectivas futuras

Os argentinos, chilenos e uruguaios declararam que pretendem continuar vivendo no Brasil, enquanto que nos paraguaios, observa-se que uma fatia importante gostaria de retornar ao Paraguai.

Todos os grupos (analisados) tem a perspectiva de passar para os filhos uma combinação da cultura brasileira com a do país de origem.

9.1.4.3 Visão da vida

Para todos os grupos (analisados) apresentam uma opinião coincidente, de que a visão da vida mudou no Brasil, pois relatam que aprenderam a relaxar e curtir mais a vida e mostram um otimismo em relação ao futuro no Brasil.

9.1.4.4 Satisfação

Com relação à satisfação alcançada no Brasil, todos os grupos (analisados), alcançaram altos índices de satisfação, com maior destaque para os uruguaios,

argentinos e chilenos, já os paraguaios mostram um menor nível de satisfação, pois avaliam que um retorno para o Paraguai permitiria alcançar o mesmo nível de satisfação obtido no Brasil, o que não ocorre nos demais grupos.

9.1.4.5 Felicidade

Todos os grupos (analisados) mostram um bom nível de bem estar com a vida. Considerando-se a avaliação realizada através do Índice de Felicidade, adotado para este estudo (ver 9.2), os resultados mostram que os uruguaios são os que se sentem mais felizes com a vida no Brasil, seguidos dos chilenos, argentinos e paraguaios, conforme apresentação da análise do Índice de Felicidade (TABELA 110).

Em geral, a avaliação dos grupos migratórios (analisados), segundo as dimensões e os níveis de integração apresentados pela TABELA 109, pode assinalar que todos os grupos apresentam um alto nível de integração, substancialmente superior aos níveis médio e baixo, no entanto entre eles mostram os posicionamentos diferentes:

- Os uruguaios mostraram o maior nível de integração dentre os grupos estudados, de acordo com os valores apresentados pelos indicadores contidos na Tabela 110. Esta situação é provocada pelos altos índices obtidos, principalmente na liderança da dimensão social e identificacional e uma segunda posição no cultural com relação aos outros grupos, ou seja, os uruguaios mostram um alto nível de integração social, provocado pelo uso intensivo das relações/redes sociais, considerando essa utilização desde o Uruguai, como também aquelas formadas e operantes no Brasil. No que se refere à integração identificacional, este grupo também mostra um alto nível de satisfação e de felicidade de estar no Brasil se comparado com o Uruguai. Culturalmente, os uruguaios também ocupam uma posição de destaque entre os grupos na integração cultural, pois mostraram uma facilidade na aprendizagem do português, adaptação aos padrões de consumo brasileiro, e em geral um nível de adaptabilidade ao Brasil. Desta forma, este grupo mostrou que aproveitou as condições de inserção apresentadas pela sociedade brasileira e teve

condições de integrar-se em melhores condições relativas aos outros grupos.

- Os argentinos aparecem como o segundo grupo, de acordo com os indicadores, que apresenta alto nível de integração. Esta situação é causada, principalmente, pela liderança na integração cultural, tendo destaque à integração alcançada através das práticas culturais, pela adaptação aos padrões de consumo brasileiros, assim como a facilidade de adaptação, em geral, à sociedade brasileira. Outro fator importante foi a integração através da identificação com o Brasil, resultado do nível de qualidade de vida no Brasil se comparado com a Argentina, resultando num alto nível de satisfação, em geral.
- Os chilenos ocupam a terceira posição, segundo os indicadores, a qual resulta, principalmente, pela liderança na integração estrutural, através da inserção no mercado laboral (resultado da alta qualificação educacional e profissional, como da experiência laboral previa obtida no Chile), na mobilidade geográfica (experiência vivencial como imigrantes em 2 ou mais cidades brasileiras) e nas condições favoráveis (rapidez, segurança, estrutura habitacional) de instalação na chegada ao Brasil. Este grupo também se destaca pela segunda posição na identificação com o Brasil, através do melhor nível de qualidade de vida alcançado com relação ao Chile, mostrando otimismo com relação ao futuro, e desta forma, gerando um sentimento de permanência de longo prazo, resultando em um nível de satisfação e felicidade, também comprovado pelo índice de felicidade avaliados, conforme TABELA 110, que mostra que este grupo fica na segunda posição no nível de felicidade, em geral.
- Os paraguaios ocupam o quarto lugar, segundo os indicadores, devido às baixas posições ocupadas na integração estrutural e cultural, a qual poderia ser resultado da baixa qualificação educacional e profissionais entre os grupos, ainda que tenham mostraram uma experiência laboral prévia, obtida no Paraguai. Também as dificuldades de legalização da residência foram fatores que não ajudaram na inserção laboral. Este grupo também mostra uma baixa mobilidade geográfica devido à concentração na experiência migratória em uma única cidade, assim como a dificuldade por legalizar a residência. Este grupo foi o que

mostrou o menor nível de identificação com o Brasil, pois declarou, em geral, que tinha pouco interesse de permanecer no Brasil demonstrando uma preferência por retornar ao Paraguai, onde poderia obter uma melhor qualidade de vida comparada com o Brasil, resultando no grupo com menor nível de insatisfação entre todos. No entanto, o grupo mostra uma performance positiva na integração social, principalmente pela formação e uso das redes sociais no Paraguai e no Brasil, principalmente pelo associativismo desenvolvido por meio da Casa Paraguaia, entidade de destaque em comparação as outras organizações dos grupos estudados, pois mostra um sentimento de pertencimento entre os próprios paraguaios, assim como na solidariedade com os imigrantes em geral, por exemplo, na empréstimo gratuito das Instalações da Casa Paraguaia para a realização de festividades históricas de outros grupos migratórios.

Por fim, indica-se que em geral, todos os grupos apresentam um alto nível de integração, substancialmente superior aos níveis médio e baixo, conforme demonstrado na TABELA 109, que mostra que o Brasil/Paraná/Curitiba permitiram aos grupos migratórios estudados, uma integração tanto no nível estrutural, social, cultural e identificacional, resultando em um nível de felicidade, em parâmetros altos, como indica o Índice de Felicidade, apresentado pela TABELA 110. Desta forma, o Brasil em geral e mais especificamente o Paraná/Curitiba foram um bom destino para os imigrantes latinos, tanto pela diversidade econômica-industrial, permitindo uma integração laboral, social e cultural e a criação de relações/redes sociais importantes na integração e finalmente na integração que alcançou um nível de identidade entre a que traziam os imigrantes e a apresentada pelos brasileiros, resultando em um processo de integração que gerou benefícios mútuos entre brasileiros e latinos.

9.2 AVALIAÇÃO DO NÍVEL DE FELICIDADE DOS IMIGRANTES: INDICE DE FELICIDADE

Dentro da problemática da integração, considerou-se interessante poder avaliar o nível de felicidade apresentado pelos que os grupos migratórios estudados

a partir das questões levantadas pela pesquisa de campo (apêndice 5, Questionário).

Neste trabalho considerou-se para avaliar a felicidade, as declarações dos imigrantes que se sentem felizes no Brasil, quando:

1. Desejam continuar vivendo no país (questão 67);
2. Tem capacidade de relaxar e curtir a vida (questão 74);
3. Apresentam otimismo com relação ao futuro (questão 75);
4. Apresentam um nível de bem estar com a vida no Brasil (76);
5. Estão satisfeitos de viver no Brasil (questão 72);

A partir destas variáveis levantadas pela pesquisa, através das questões anteriores, foi possível construir um índice, cuja estrutura é a seguinte:

$\text{Valor variável (\%)} \times \text{Ponderação} = \text{Índice Médio}$

Onde a estrutura de ponderação se apresenta da seguinte forma:

- índice 4 (alta);
- índice 3 (médio);
- índice 2 (baixo);
- índice 1 (muito baixo).

A metodologia será aplicada através do cálculo de um índice por questão e o índice de felicidade será a média aritmética dos índices calculados por questão ao nível de cada grupo migratório analisado. A partir dos índices de felicidade individuais será calculado o Índice de Felicidade Geral, que será a média do índice de felicidade por grupo migratório.

Desta forma, é possível ter condições de calcular o nível de felicidade dos imigrantes e também como forma de poder agregar esta informação ao processo de integração, pois se considera que um grupo importante que se encontra em um estado de felicidade poderá ter condições de apresentar um bom nível de integração ao Brasil.

Os resultados dos cálculos dos índices estão apresentados na TABELA 110, ao nível de cada questão, assim como por grupo migratório (analisado) e ao nível geral.

Pela TABELA 110, obtem-se a seguintes indicações:

- com relação ao interesse de continuar vivendo no Brasil, os uruguaios e chilenos mostram um maior nível, seguido dos argentinos, enquanto que os paraguaios apresentam o menor nível de interesse, pois acreditam que retornar seria interessante;
- em relação à capacidade de relaxar e curtir a vida, os paraguaios apresentam melhor nível, seguidos dos chilenos e uruguaios, enquanto que os argentinos mostram um baixo perfil quanto a esta questão;
- com relação ao otimismo do futuro no Brasil, os uruguaios, chilenos e argentinos, apresentam um nível muito similar, enquanto os paraguaios não mostram grande otimismo em relação ao futuro no Brasil, o que complementa o fato de intencionarem retornar ao país de origem, o que não foi demonstrado pelos demais grupos (analisados).
- em relação ao bem estar com a vida, os uruguaios, paraguaios e chilenos mostram um perfil similar neste sentido, enquanto que os argentinos declararam não estar totalmente de bem com a vida que levam no Brasil, o que fica explicado pelo fato de apresentarem um baixo perfil com relação a relaxar e curtir a vida, o que possivelmente não permitiu que ficassem de bem com a vida.
- em relação ao nível de satisfação, observa-se que os uruguaios e os argentinos mostram um alto nível de satisfação, o que é coerente com a vontade de permanecer morando no Brasil e terem otimismo quanto ao futuro, seguidos dos chilenos em menor grau. No caso dos paraguaios, nota-se um menor nível de satisfação, principalmente pelo interesse em retornar, não apresentando grande otimismo com relação ao futuro no Brasil.

Em análise geral, é possível caracterizar todos os grupos pesquisados, como sendo um grupo que deseja permanecer no Brasil, visto que demonstram um nível satisfatório, apresentando um nível médio de otimismo e de bem estar com a vida, ainda que demonstrem dificuldades para relaxar e curtir a vida.

Analisando comparativamente os índices de felicidade alcançados pelos grupos migratórios, aponta-se que os uruguaios foram os que apresentaram um

maior índice (0.85), seguido pelos chilenos (0.82), argentinos (0.81) e pelos paraguaios (0.77), mas que demonstram altos níveis de felicidade.

Comparando estes resultados com aqueles obtidos através dos índices de integração gerais, apresentados na TABELA 109, verifica-se uma tendência similar, onde os uruguaios mostraram liderança, com o mais alto nível de integração e de felicidade, seguidos dos argentinos e chilenos, que no índice de felicidade ocupam posições alternadas, mas com mínima diferença e os paraguaios que apresentaram menor nível de integração e de felicidade.

A TABELA 110 exibe o Índice de Felicidade por grupo migratório.

TABELA 110 – ÍNDICE DE FELICIDADE POR GRUPO MIGRATÓRIO

ARGENTINOS														Índice de Felicidade
Continuar vivendo no Brasil	PD	Total	Capacidade de relaxar e curtir a vida	PD	Total	Otimismo com o futuro	PD	Total	Estar "bem com a vida"	PD	Total	Nível de satisfação no Brasil	PD	
0,78	4	3,12	0,09	4	0,36	0,23	4	0,92	0,05	4	0,2	0,78	3	2,34
0	3	0	0,55	3	1,65	0,77	3	2,31	0,95	3	2,85	0,22	2	0,44
0,17	2	0,34	0,36	2	0,72	0	2	0	0	2	0	0,00	1	0,00
0,05	1	0,05	0	1	0	0	1	0	0	1	0			
1		0,8775	1		0,6825	1		0,8075	1		0,7625	1		0,93
CHILENOS														Índice de Felicidade
Continuar vivendo no Brasil	PD	Total	Capacidade de relaxar e curtir a vida	PD	Total	Otimismo com o futuro	PD	Total	Estar "bem com a vida"	PD	Total	Nível de satisfação no Brasil	PD	
0,8	4	3,2	0,2	4	0,8	0,31	4	1,24	0,2	4	0,8	0,61	3	1,83
0,07	3	0,21	0,54	3	1,62	0,63	3	1,89	0,8	3	2,4	0,37	2	0,74
0,06	2	0,12	0,26	2	0,52	0,06	2	0,12	0	2	0	0,02	1	0,02
0,07	1	0,07	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0,00		
1		0,9	1		0,735	1		0,8125	1		0,8	1		0,86
PARAGUAIOS														Índice de Felicidade
Continuar vivendo no Brasil	PD	Total	Capacidade de relaxar e curtir a vida	PD	Total	Otimismo com o futuro	PD	Total	Estar "bem com a vida"	PD	Total	Nível de satisfação no Brasil	PD	
0,41	4	1,64	0,25	4	1	0,31	4	1,24	0,25	4	1	0,44	3	1,32
0,29	3	0,87	0,5	3	1,5	0,5	3	1,5	0,75	3	2,25	0,44	2	0,88
0,06	2	0,12	0,25	2	0,5	0,19	2	0,38	0	2	0	0,12	1	0,12
0,24	1	0,24	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0,00		
1		0,7175	1		0,75	1		0,78	1		0,8125	1		0,77

TABELA 110 – INDICE DE FELICIDADE POR GRUPO MIGRATÓRIO

(Conclusão)

URUGUAIOS																
Continuar vivendo no Brasil	PD	Total	Capacidade de relaxar e curtir a vida	PD	Total	Otimismo com o futuro	PD	Total	Estar "bem com a vida"	PD	Total	Nível de satisfação no Brasil	PD	Total	Índice de Felicidade	
0,8	4	3,2	0,19	4	0,76	0,33	4	1,32	0,31	4	1,24	0,31	3	0,93		
0,14	3	0,42	0,58	3	1,74	0,63	3	1,89	0,69	3	2,07	0,69	2	1,38		
0,04	2	0,08	0,23	2	0,46	0,04	2	0,08	0	2	0	0,32	1	0,32		
0,02	1	0,02	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0,00		0,00		
1		0,93	1		0,74	1		0,8225	1		0,8275	1,32		0,88	0,84	

GERAL																
Continuar vivendo no Brasil	PD	Total	Capacidade de relaxar e curtir a vida	PD	Total	Otimismo com o futuro	PD	Total	Estar "bem com a vida"	PD	Total	Nível de satisfação no Brasil	PD	Total	Índice de Felicidade	
0,76	4	3,04	0,18	4	0,72	0,3	4	1,2	0,22	4	0,88	0,67	3	2,01		
0,11	3	0,33	0,55	3	1,65	0,63	3	1,89	0,78	3	2,34	0,31	2	0,62		
0,07	2	0,14	0,27	2	0,54	0,07	2	0,14	0	2	0	0,02	1	0,02		
0,06	1	0,06	0	1	0	0	1	0	0	1	0					
1		0,8925	1		0,7275	1		0,8075	1		0,805	1		0,88	0,82	

FONTE: O autor (2013).

10. CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar e descrever a trajetória e o processo de integração realizado pelos argentinos, chilenos, uruguaios e paraguaios residentes no Paraná. Em geral, considerou-se que o processo de integração dos imigrantes, se caracteriza, segundo Dominique Schnapper (2007), pela multidimensionalidade, continuidade multiculturalidade e diferenciação.

Partindo desta perspectiva, para observar o objeto de estudo deste trabalho, buscou-se orientação, através de um Modelo Analítico proposto a partir da análises de diversos modelos de pesquisa migratória realizados na Europa (EFFNATIS, TIES, OIM, CE e MIDEX). Dentro destas propostas, optou-se pelo modelo EFFNATIS, por achar que este é o que melhor identifica à conceptualização assumida para processo de integração multidimensional.

Desta forma, foi elaborado um Modelo Analítico, fazendo as adaptações necessárias, em função da realidade empírica mostrada pela experiência migratória dos grupos de imigrantes pesquisados. O Modelo Analítico foi estruturado em 4 dimensões de integração (estrutural, social, cultural e identificacional), onde cada uma esta formada por um conjunto de categorias, as quais são avaliadas em função das informações levantadas através das questões, provenientes do questionário da pesquisa de campo (Apêndice 5, Questionário).

A aplicação deste Modelo Analítico tem a pretensão de testar a seguinte hipótese de trabalho: as condições de integração observadas na dimensão estrutural relativa às categorias (educação, trabalho, residência, status legal) dos imigrantes, poderão determinar o nível de integração e felicidade alcançado durante e no final do processo de integração. Ou seja, os imigrantes têm mais possibilidades de alcançar um alto grau de integração e de felicidade no processo migratório, quando, conseguem, previamente, um alto grau de inserção na dimensão estrutural. Desta forma, a análise conclusiva será realizada a partir de quatro perspectivas.

A primeira do tipo quantitativa, pois será feita a partir dos resultados numéricos dos indicadores, ao nível das dimensões e geral, que foram apresentados (TABELA 109).

A segunda perspectiva será de tipo qualitativa, pois considera as posições alcançadas em cada dimensão e geral, conforme (TABELA 109).

A terceira perspectiva, referência os resultados obtidos no Índice de Felicidade.

A quarta perspectiva se fundamenta na análise dos impactos econômicos sobre os imigrantes, no período de 2000 e 2010 (ver capítulo 3), a qual mostra o posicionamento assumido em relação aos rendimentos financeiros (salário), nível de instrução, cargos/funções e atividade econômica empregado.

Desta forma, a partir da análise destas quatro perspectivas, busca-se, na forma conclusiva, as formas assumidas pelo processo de integração nas diversas dimensões e grupos migratórios, identificando a existência ou não dos impactos da dimensão estrutural no processo de integração, como um todo, e no nível de felicidade dos imigrantes.

A análise quantitativa dos grupos migratórios, que foi realizada utilizando como base os indicadores de integração apresentados na TABELA 109 e considera aqueles indicadores correspondentes ao alto nível de integração, pois todos os grupos obtiveram altos níveis de integração, mas entre eles, existem diferenciais importantes, que resultam em posicionamentos diferenciados ao nível das dimensões do processo de integração e do nível de felicidade.

Ao nível geral, segundo os indicadores, os uruguaios lideram como os mais altos valores, seguidos dos argentinos, chilenos e finalmente dos paraguaios, o que é resultado das posições ocupadas ao nível de cada dimensão, de forma que na sequência analisa-se individualmente cada dimensão.

Na dimensão estrutural, nota-se que a liderança é ocupada pelos chilenos, seguidos dos uruguaios, argentinos e paraguaios. Os chilenos mostram o melhor rendimento na integração estrutural, no sentido de obter uma inserção rápida e consistente no mercado de trabalho gerada pela experiência laboral prévia que foi adquirida no país de origem e que levou a desenvolver funções de funcionários e empresários no Brasil. Esta situação também foi influenciada pelo alto nível educacional adquirido no Chile, pela experiência migratória de residir em 2 ou mais cidades brasileiras, por poder ingressar no Brasil com status legal formalizado (vistos de residentes/temporário) e por uma integração marital com os brasileiros (as).

No caso dos uruguaios e argentinos, que ocupam a segunda e terceira posição, respectivamente, mostram uma experiência prévia laboral e um alto nível educacional, ocupando funções como funcionários e empresários. A mobilidade

geográfica é maior nos uruguaios que nos argentinos e o status legal é mais formalizado nos argentinos que nos uruguaios.

Os paraguaios, que apresentam a menor avaliação quanto a inserção no mercado de trabalho, também foram importantes, pois tinham experiência prévia o que os levou a ocupar posições de empresários e autônomos. Esta situação também é explicada pelo menor grau de educação apresentado, em comparação com os demais grupos, assim como pela baixa mobilidade geográfica, baixos níveis de integração marital e status legal informal (visto de turista).

Na dimensão da integração social, os indicadores mostram uma mudança nas posições dos grupos, onde a liderança fica com uruguaios, seguidos dos paraguaios, chilenos e argentinos.

No caso dos uruguaios, destacam-se as redes de contatos desenvolvidas tanto no país de origem como no Brasil, assim como o bom relacionamento “à brasileira”, criado com compatriotas e brasileiros, além da participação em associações/clubes sociais e a superação da discriminação sofrida no Brasil. No caso do paraguaios mostram uma maior dificuldade de superar a discriminação e de adaptação na forma brasileira de criar relações sociais. Os argentinos mostram um importante associativismo, assim como um bom nível de relações sociais, especialmente com os conterrâneos, mas mostram uma falta de adaptação na forma de relacionar-se “à brasileira”, sofrendo preconceito. Os chilenos mostram uma boa rede de contatos antes de emigrar para o Brasil, mas mantem um baixo nível de relacionamentos com os conterrâneos e de associativismo.

Com relação à dimensão da integração cultural, as posições dos grupos novamente voltam a mudar e agora a liderança esta com os argentinos, seguidos dos uruguaios, chilenos e paraguaios. Os argentinos se destacam na frequência de práticas culturais, permitindo uma maior inserção na cultura brasileira, além de mostrar um bom nível de aprendizagem do português, manutenção dos valores e princípios e adaptação aos padrões de consumo brasileiros, mostrando um bom desempenho na adaptação geral ao Brasil. Os paraguaios, em geral, mostram problemas de adaptação à cultura brasileira, ainda que tenham se destacado pela rapidez da aprendizagem do português.

Na dimensão da integração identificacional, a liderança é dos uruguaios, seguidos dos chilenos, argentinos e paraguaios. Os uruguaios demonstram uma melhoria na qualidade de vida no Brasil e se mostram otimistas com relação ao

futuro, desejando continuar indefinidamente no Brasil. Os paraguaios consideram que não melhoraram na qualidade de vida da maneira que esperavam e acreditam que iriam melhorar em relação ao Paraguai e, portanto, não mostram um alto otimismo com relação ao futuro no Brasil, ao contrário, demonstram um interesse em retornar, o que resulta, conseqüentemente em um menor grau de satisfação.

Desta forma, observa-se que os quatro grupos assumem posições diferentes, segundo o comportamento em cada um, em relação aos caminhos percorridos pelas dimensões da integração.

Fazendo uma avaliação geral, considerando todas as dimensões, os uruguaios são os que apresentam a melhor performance, seguidos dos argentinos e chilenos (com pouca diferença) e mais distanciados estão os paraguaios, dentro do escopo de alto nível de integração.

Desde a perspectiva da posição qualitativa, vista pelo resultado dos indicadores, observa-se que os uruguaios conseguiram a liderança, porque ocupam a primeira posição na dimensão social e identificacional, a segunda posição na dimensão estrutural e cultural, mostrando desta forma, um alto nível de rendimento de integração nas 4 dimensões do processo.

Os argentinos em geral, ocupam a segunda posição, a qual é resultado da liderança na dimensão cultural e duas terceiras posições na dimensão estrutural e identificacional.

Os chilenos, em geral ocupam a terceira posição, mostrando liderança na dimensão estrutural, o que se considera como sendo importante, por ser a dimensão que inicia o processo migratório, uma segunda posição na dimensão identificacional e terceira posição na dimensão social, gerando um rendimento satisfatório e que permite mostrar uma pequena diferença com os argentinos.

Os paraguaios em geral mostram uma baixa performance na integração, se comparados com os demais grupos, pois ocupam uma segunda colocação na dimensão social (lembrando que a Casa Paraguaia foi muito bem avaliada) e as três últimas posições na dimensão estrutural, cultural e identificacional.

Neste sentido, conclui-se que os grupos que mostraram melhor performance, foram os que se destacaram na dimensão estrutural e identificacional, que correspondem ao estágio inicial e final do processo de integração, o que conseqüentemente, permitiu alcançar um alto “estado de felicidade”, conforme foi observado nos uruguaios e chilenos, principalmente.

Em relação à perspectiva de avaliação em função do Índice de Felicidade, determinou-se que o “estado de felicidade” alcançado pelos imigrantes pesquisados, mostra que os “mais felizes” são os uruguaios, seguidos pelos chilenos, argentinos e paraguaios, ainda que todos tenham mostrado altos índices de felicidade.

No caso dos uruguaios, mostram-se muito felizes, por estarem muito satisfeitos, serem otimistas com relação ao futuro, pela pretensão de continuar vivendo no Brasil e estão de “bem com a vida”. Esta avaliação é similar para os chilenos e argentinos. No caso contrário, estão os paraguaios, que não estão totalmente satisfeitos, mostram um nível baixo de otimismo, ainda que estejam de “bem com a vida”, mas no entanto, mostram interesse em retornar ao Paraguai.

Com relação à perspectiva analisada a partir dos impactos econômicos da economia brasileira e paranaense nos imigrantes latinos estudados, no período 2000 a 2010. Em geral, o posicionamento é liderado pelos uruguaios, seguidos dos chilenos, argentinos e paraguaios, posições similares às identificadas ao nível geral (uruguaios, chilenos, argentinos e paraguaios), como na dimensão estrutural (chilenos, uruguaios, argentinos e paraguaios), pois pode destacar-se que algumas das variáveis componentes desta dimensão são também parte da análise, utilizando dados dos censos, por exemplo: educação/nível de instrução, cargo/função laboral.

Desde o ponto de vista dos impactos econômicos, os uruguaios mostram uma melhor *performance*, pois observou-se que puderam melhorar no emprego, ocupando posições de nível ocupacional médio/alto sem afetar o alto nível de instrução disponível e manter os rendimentos financeiros. Os chilenos também melhoram no emprego, no nível de instrução e de cargos, mas não conseguiram manter os rendimentos. Os argentinos mostram uma piora no emprego e na qualificação profissional, gerando uma baixa nos rendimentos, o que permitiu a manutenção do nível médio baixo das posições ocupacionais. Os paraguaios mantiveram nível baixo de emprego, de instrução e de rendimentos, o que não permitiu que subissem nas posições ocupacionais. Desta forma, se observa que a conjuntura econômica nos anos de 2000, favoreceu mais o posicionamento dos uruguaios e chilenos e menos os argentinos e paraguaios.

No entanto, verifica-se que aqueles imigrantes que conseguem se integrar de forma competente na dimensão estrutural, como os chilenos e uruguaios, também devem desenvolver estratégias eficientes de integração nas dimensões social e cultural (consideradas como integração de processo) e identificacional

(consideradas como integração de resultado), para que finalmente a integração, como um todo permita resultar em um “estado de felicidade” para o imigrante e sua família, ou seja, o imigrante precisa realizar com sucesso a integração desde uma perspectiva multidimensional.

Finalmente, em relação a hipóteses de trabalho, conclui-se que um processo de integração que tenha desenvolvido com sucesso a inserção inicial através da dimensão estrutural, tem maiores chances de obter resultados positivos em algumas das dimensões que deverá percorrer posteriormente, mas os próprios processos de integração que se desenvolvem ao interior, tem uma problemática que poderá atuar potenciando ou debilitando o processo de integração.

Desta forma, pode concluir-se que a dinâmica que assuma a dimensão estrutural, como estágio inicial, poderá ser uma condição “necessária”, mas “não suficiente” para alcançar alto nível no processo global de integração, pois este processo desafia o imigrante a integrar-se social e culturalmente, de forma que possa resultar finalmente, na formação de uma identidade multicultural que contenha os valores do país de origem como os da sociedade de acolhida.

Dentro desta problemática, a ação das Políticas Migratórias tem um papel importante na definição dos limites do processo migratório e da dinâmica da integração, pois a estruturação jurídica, assim como ações das políticas de integração social dos imigrantes são fatores relevantes na atuação dos imigrantes durante o percurso percorrido nas dimensões da integração, principalmente na dimensão estrutural, na qual as políticas trabalhistas, assim como as políticas macroeconômicas, podem facilitar ou dificultar a inserção do imigrante nesta dimensão (mercado de trabalho, educacional, status legal, instalação), frente à importância estratégica que assume esta dimensão no processo sequencial, nas dimensões social, cultural e identificacional e também no sentimento de felicidade resultante do processo de integração migratório.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika. O Brasil Italiano (1880-1920). In. FAUSTO, Boris. (org.). Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo, ed. Edusp, 2000.

ANISTIA INTERNACIONAL (ANMESTY). O Estado Dos Direitos Humanos No Mundo Informe 2013. Secretariado Internacional, Londres, Reino Unido, 2013.

ARGENTINA. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E CENSOS (INDEC). Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas en la Argentina 2000, Buenos Aires, 2000.

ASSOCIAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO DOS LATINO-AMERICANOS EM CURITIBA (AILAC) de Curitiba. Disponível em: <http://ailac-ailac.blogspot.com.br/>. Acesso: 10 mar. 2014.

BAENINGER, Rosana. Brasileiros na América do Sul. In: Seminário sobre as comunidades brasileiras no exterior: Brasileiros no mundo, Itamaraty, Rio de Janeiro, 2008.

BAENINGER, Rosana; SOARES, Weber. Perfil Migratório do Brasil 2009, IOM, 2010.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores (MRE). Brasileiros no Mundo: estimativas. Brasília, 2009.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2000-2010.

CABIN, Philippe; DORTIER, Jean-François. La sociologie: Historie et idées. ed. Sciences Humaines, n. 108, out/set. 2000.

CALVELO, Laura. La emigración en Argentina: 1960-2000. En TORRADO, Susana (org.). Poblacion y bienestar en la Argentina del primero al segundo Centenario, Tomo I. ed. Edhasa, Buenos Aires, 2007.

CANALES, Alejandro (Ed.). Panorama actual de las migraciones en América Latina. Universidad de Guadalajara, México , 2000.

CANALES, Alejandro; ZLOLNISKI, Christian. Comunidades transnacionales y migración en la era de la globalización. Ponencia presentada en el Simposio sobre Migración Internacional en las Américas. San José, Costa Rica, 4-6 de set. 2000.

CASTEL, Robert. Las metamorfosis de la cuestión social. ed. Pasidos, Buenos Aires, 1997.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. ed. Paz e Terra, São Paulo, 1998.

CASTLES, Stephen J. Miller. The Age of Migration: International. Population Movements in the Modern World. Second Edition, London, 1998.

CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO IMIGRANTE (CDHIC), São Paulo, 2013.

CHAPOULIE, Jean-Michel. *La tradition sociologique de Chicago, 1892-1961*, Paris, Seuil, 2001.

CHILE. Ministerio Das Relaciones Exteriores De Chile. Dirección Para La Comunidad De Chilenos Em El Exterior (DICOEX). *Chilenos en el exterior: donde viven, cuantos son y qué hacen los chilenos en el exterior.*, Santiago, 2005.

_____. Ministerio De Desarrollo Social. Encuesta De Caracterización Socioeconómica Nacional , Santiago, Chile, 2009.

_____. Ministerio Del Interior. Departamento De Extranjería Y Migración (DEM). Informe anual, Santiago, Chile, 2010.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA (CEPAL). *Migración internacional, derechos humanos y desarrollo*. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE), ago. 2006. Santiago, Chile.

_____. Anuário Estatístico de América Latina e Caribe (1980,1990, 2000, 2010). Santiago, Chile.

CORREIA, Theresa Rachel Couto. *Globalização, Migração Internacional e Direitos Humanos, Trabalho* publicado nos Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo, nov. 2009.

COSTA, Gelmino, Pe. *Imigração haitiana em Manaus: Presença da Pastoral do Imigrante (relato)*. TRAVESSIA, Revista do Migrante, nº 68, Jan-Jun, 2011, São Paulo.

CRESPO, Paloma. *La integración de los inmigrantes: conceptualización y Análisis*. Puntos de vista, n.3, año 1, Universidad Autónoma de Madrid, out. 2005.

DUPAS, Gilberto. *Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação*. ed. Unesp, São Paulo, 2005.

DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*, ed. Presença, 1997.

ELIAS, NORBERT. *A sociedade de indivíduos*, ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1994.

EUROPEAN FORUM FOR MIGRATION STUDIES (EFFNATIS). *Effectiveness of National Integration Strategies Towards Second Generation Migrant Youth in a Comparative European Perspective – EFFNATIS*. Final Report. University of Bamberg. 2001.

FAVELL, Adrian. *Integration policy and integration research in Europe: a review and critique*. In: Published in: *Citizenship Today: Global Perspectives and Practices*,

Brookings Institute/Carnegie Endowment for International Peace, Washington, DC, 2001, pp.349-399.

FRANCIS, Emerich. Fundamentos científicos do pensamento sociológico, 1976.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, A Pirâmide Social na década de 2000, Rio de Janeiro, 2010.

GAINZA, Patricia. Informe Uruguay, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, maio 2013.

GARCÍA, R. Economía, migración y políticas migratorias en Sudamérica. Avances y Desafíos. Universidad Autónoma de Zacatecas, México, 2012.

GLAZER, Nathan, MONYHAN, Daniel P. Beyond the melting pot. England. The MIT Press, 2 ed., 1963a, 1963b, p. x.

GORDON, Milton M. Assimilation in American life: the role of race, religion, and national origins, New York, Oxford University Press, 1964.

HAESBAERT, Rogério; BARBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e Migração em Áreas Transfronteiriças. Universidade Federal Fluminense, v.5, p.45-65, 2001.

HARRIS, John. R.; TODARO, Michael. P. Migration, unemployment and development: a two sector analysis, American Migration Review, v. 60, nº1, pg.126-142, mar. 1970.

ILLES. Paulo; GAINZA, Patricia. Informe Paraguay, Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC), São Paulo, 2012.

INTERNATIONAL ORGANIZATION MIGRATION (IOM). Fundamentos de la Gestión de la Migración, v. 1, Ginebra, 2006.

JIMENEZ, R.; HUATAY, C. Informe Chile. Programa Andino para la Dignidad Humana (PROANDES), Santiago, 2012.

KHELLIL, Mohamed. Sociologie de L'Integration. Presses Universitaires de France. 2 ed. Paris, out. 2008.

KLEIN, Herbert S. Migração internacional na História das Américas. In. FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América. São Paulo, ed. Universidade de São Paulo, 1999/1999 p. 16.

KRITZ, Mary M.; ZLOTNIK, Hania. Global interactions: migration systems, processes, and policies. In: M.M. Kritz et al. (Ed.), International Migration Systems. A Global Approach, Oxford, Clarendon Press, p. 1-16, 1992.

LEITE, Herbert da Costa S. Brasil e a Migração Portuguesa (1855-1914). In.

FAUSTO, Boris (org.). Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo, ed. Edusp, 2000.

LEVY, M.S.F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972), 1994.

LOURENCO, Gilmar Mendes. A Macroeconomia Brasileira e Paranaense nos Anos 2000. Nota Técnica IPARDES, n. 7, Curitiba, 2010.

MARINUCCI, Roberto. Migrações Internacionais Intra-Regionais na América Latina e no Caribe. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2010. Disponível em: <http://www.csem.org.br/pdfs/migracoes_em_america_latina_e_caribe_roberto_marinucci.pdf>. Acesso em: 18 ago 2013.

MÄRMORA, Lelio. Políticas públicas y programas sobre migraciones en Argentina. La participación de la Sociedad Civil. In. Scalibrini International Migration Network, Buenos Aires, 2011.

MARTINEZ, Elda. O Brasil como país de destino para os imigrantes espanhóis. In: FAUSTO, Boris. (org.). Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo, ed. Edusp, 2000.

MASSEY, Douglas S. et al. Theories of international migration: a review and appraisal. Population and Development Review, v. 19, nº 3, p. 431-466, set. 1993.

MERTON, Robert K. Estrutura social e anomia In: Sociologia; teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MIGRANT INTEGRATION POLICY INDEX, MIPEX. The British Council and Migration Policy Group, Brussels, February 2011.

MILESI, Rosita; MARINUCCI, Roberto. As migrações Internacionais Contemporâneas: Panorama, Desafios e Prioridades. In: Mercosul e as Migrações. Ministério do Trabalho, Brasília, 2008.

MB Associados. Análise e Cenários da macroeconomia. São Paulo, out. 2010.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. O Brasil dos Imigrantes. Editora Jorge Zahar. Rio de Janeiro, 2001/2001, p. 56.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, 18 de dezembro de 1990, Assembléia Geral das Nações Unidas. New York. 1990.

_____. Trends in Total Migrant Stock: The 2005 Revision. Population Division, United Nations, New York, 2005.

_____. Consejo Económico y Social. Seguimiento de la población mundial, con especial referencia a la migración internacional y el desarrollo, n.6., New York, 2006.

_____. Migração internacional y desarrollo, New York, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Migração Internacional do Trabalho: Uma abordagem baseada em direitos, Genebra, 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (IOM) e Ministério do Trabalho e Emprego. Perfil Migratório do Brasil 2009, Brasília, set. 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES, IOM. Perfil Migratório de Argentina 2012, Buenos Aires, 2012.

_____. Perfil Migratório de Paraguai 2011, Buenos Aires, 2011.

_____. Perfil Migratório de Chile, Buenos Aires, 2011.

_____. Perfil Migratório de Uruguai 2011, Buenos Aires, 2011.

PARAGUAY. Dirección General De Estadística, Encuestas Y Censos. Encuesta Permanente De Hogares (EPH): Principales Resultados. Paraguay, 2009.

_____. Resultados finales del Censo Nacional de Población y Viviendas Año 2002. Paraguay, 2004.

_____. Resultados finales del Censo Nacional de Población y Viviendas Año 2009. Paraguay, 2010.

PARANA. Instituto Paranaense De Desenvolvimento Econômico E Social (IPARDES). Paraná em números. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1>. Acesso em: 23 ago. 2013, 11h35min horas.

PARANA. Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. Comitê Estadual De Refugiados E Imigrantes (CERM). Carta de Curitiba, Seminário, Construindo as Políticas Públicas de Migração no Estado do Paraná, Curitiba, 2013.

PARK, Robert. Race and Cultura. Free Press, 1950.

PARK, Robert; BURGESS, Ernest W. Introduction to the Science of Sociology. Chicago: University of Chicago Press, 1969.

PARSON, Talcott. Ensaio de Teoria Sociológica, ed. Imprensa, São Paulo, 1967.

PATARRA, Neide. Migrações internacionais e Integração Econômica no Cone Sul: Notas de discussão. Texto elaborado no projeto: Deslocamentos populacionais de trabalhadores: o caso do Mercosul, CNPq, 2006.

PATARRA, N.; BAENINGER, Rosana. Movilidad espacial de la población en el MERCOSUR. Metrópolis y fronteras, en: Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21 n. 60, fev. 2006. p.90.

PATARRA, N.; FERNANDES, D. Desenvolvimento e Migração. IN. Scalabrini International Migration Network, New York, 2011.

PATUSSI, Roque. Bolivianos em São Paulo, In: PASTORAL DOS IMIGRANTES (org.) Travessias na des-ordem Global. Ed. Paulinas, São Paulo, 2005.

PEIXOTO, João. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrossociológicas. Socius Working Papers, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, n. 11, p. 4, 26, 27, 29 e 30, 2004.

PORTES, Alejandro; BÖRÖCZ, József. Contemporary immigration: theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. International Migration Review, v. 28, nº 3, p. 606-630, 1989.

PORTES, Alejandro; HALLER, William; FERNÁNDEZ-KELLY, Patrícia. Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v.20, jul. 2008.

PORTES, Alejandro; RUMBAIT, Rubén G. A Portrait immigrant America. University of California Press, California, 2006.

PORTES, Alejandro; SENSENBRENNER, Julia. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. American Journal of Sociology, v. 98, nº 6, p. 1320 -1350, 1993.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). Desarrollo Humano: Superando Barreras, Movilidad y Desarrollo humano, New York, 2009.

_____. Ampliando Horizontes. Emigración internacional Paraguaya. Informe de Desarrollo Humano. Asunción, 2009.

RAMOS, Jorge. Por qué los hispanos son distintos. In: Los Hispanos en Estados Unidos, Vanguardia Dossier, n. 13, p.35-48, dez. 2004.

RAVENSTEIN, Ernest G. AS leis das migrações (1889). In: MOURA H. (org.) Migração interna. Textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, p. 22-88, 1980.

REA, Andrea, TRIPIER, Marice. Sociologie de l'immigration. La Découverte, coll Repères, Paris, 2003.

RICO Nieves, María. Las mujeres latinoamericanas en la migración internacional. CEPAL, 2006.

ROCHA R. A política do Brasil para as migrações. Revista Contexto Internacional, v. 33. n.1, jan/jul 2011.

ROJAS, Vanessa. Chilenos no Brasil. Dilemas da integração e sugestões de políticas públicas a partir da história oral. VII Encontro das migrações, Curitiba, out, 2012.

SAKURAI, Celia. La historia japonesa en Brasil: una historia de ascensión social. In. Estudios Migratorios Latinoamericanos, nº. 29, año 10, Abr. 1995.

SALA, Gabriela Adriana; CARVALHO, José Alberto Magno de. A presença de imigrantes de países do Cone Sul no Brasil: medidas e reflexões. R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 25, n. 2, p. 287-304, jul./dez. 2008.

SALT, John. A comparative overview of international trends and types, 1950-80. International Migration Review, v. 23, nº 3, p. 431-45, 1989.

SANCHEZ, M.; LABBE, J. El Sector Informal en Chile: una visión estadística. En: Revista Ciencia y Trabajo, 2004.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. Teorias das Migrações Internacionais. XII Encontro Nacional da ABEP 2000. Caxambu, out. 2000.

SASSEN, Saskia. Cities in a World Economy, Thousands Oaks, Pine Forge Press, 1994.

_____. The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor flow, New York, Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno: elemento constitutivo da condição de imigrante. Travessia-Revista do Imigrante, número especial, jan. 2000.

SCALABRINI INTERNATIONAL MIGRATION NETWORK. Las Políticas Públicas sobre Migraciones y la Sociedad Civil en América Latina. Los casos de Argentina, Brasil, Colombia y México. New York, 2011.

SCHNAPPER, Dominique. Qu'est-ce que l'intégration, ed. Gallimard, 2007.

SEYFERTH, Giralda. A Colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In. FAUSTO, Boris. (org.). Fazer a América: a Imigração em Massa para a América Latina. São Paulo, ed. Edusp, 2000.

SIMAI, Szilvia; BAENINGER, Rosana. Racismo e sua negação. O caso dos imigrantes bolivianos em São Paulo. TRAVESSIA, Revista do Migrante, nº 68, Jan. - Jun / 2011, São Paulo.

SOROKIN P. As novas teorias sociais, ed. Globo. Porto Alegre. 1969.

SPREAFICO, Andrea. Sociedade e Cultura. v.12, nº 1, p.127-138, Goiânia, Jan./Jul. 2009.

TEXIDÓ, Ezequiel; GURRIERI, Jorge. Panorama migratorio de América del Sur, Organización Internacional para las Migraciones, Buenos Aires, 2012.

THE INTEGRATION OF THE EUROPEAN SECOND GERATION (TIES). The Position of the Turkish and Moroccan Second Generation. Amsterdam University Press, Amsterdam, 2009.

THOMAS, William Isaac & ZNANIECKI, Florian. *El Campesino Polaco en Europa y en América*. 2. ed. Madrid: BOE; CIS, 2006.

TILLY, Charles. Transplanted Networks, In: Yans-McLaughlin (Ed.), Virginia, Immigration Reconsidered, NY, Oxford, Oxford University Press, p. 79-95, 1990.

TONNIES, Ferdinand. *Communauté e Sociétés*. Catégories fondamentales de la sociologie pure. Paris. Retz-CEPL, 1977.

URUGUAY. INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICAS. Encuesta continua de Hogares (ECH). Uruguay, 2008.

_____. Encuesta Nacional de Hogares Ampliada (ENHA), Uruguay, 2006.

VILLA, Miguel. El cambiante mapa migratorio de América Latina y Caribe (notas para una exposición). CEPAL, 2004. Disponible em: <http://www.eclac.cl/mujer/reuniones/conferencia_regional/Miguel_Villa.pdf>. Acceso em: jul. 2013.

XAVIER, F. Migrações internacionais na Amazônia Brasileira. Impactos da política migratória na política externa. Tese (doutorado), UnB., Brasília, 2012

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Capitalist World Economy*, Cambridge University Press, 1979.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Universidade de Brasília, Brasília, 3 ed., 1994.

ZAMBERLAM, Jurandir. O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Pallotti, Porto Alegre, 2004/ 2004, 179 p.

ZURBRIGGEN, Cristina; MONDOL, Lenin López, coordinadores. Estado actual y perspectivas de las políticas migratorias en el Cono Sur, Flacso, Montevideo, 2010.